Projeto Pedagógico do Curso Superior de Bacharelado em Farmácia

Manaus - Am

Ficha Técnica

DIRETOR PRESIDENTE

Wellington Lins de Albuquerque

VICE-PRESIDENTE

George Lins de Albuquerque

REITORA

Maria do Carmo Seffair Lins de Albuquerque

PRÓ-REITORA

Profª. MSc. Cinara da Silva Cardoso

DIRETORA DE ENSINO

Profª. MSc. Silmara Guadalupe Souza

PROCURADORA INSTITUCIONAL

Profª. MSc. Irene Oliveira

COORDENADORA DE PESQUISA

Profª. MSc. Suelânia Cristina Gonzaga Figueiredo

COORDENADOR DE EXTENSÃO

Prof°. Esp. Dayvison Xavier

COORDENADORA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Profª. Esp. Telma Lopes

COORDENADORA DO CURSO DE BACHARELADO EM FARMÁCIA

Profª. MSc. Jaqueline de Oliveira Souza

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - 2018

Profª. M.Sc. Ana Medeiros Magalhães- Presidente | Prof°.Dr. Servulo Casas Furtado – Representante Docente | Leonarda de Almeida Trovão - Representante Administrativo | Plácido Huascar - Representante Discente | Cristiano Lucio Torrez Lira - Representante da Comunidade

SUMÁRIO

CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES 08
a) Nome da Mantenedora 08
b) Base legal da Mantenedora 08
c) Nome da Mantida 08
d) Base legal da IES 08
e) Perfil e Missão da IES 09
f) Dados Socioeconômicos e Socioambientais da Região 09
g) Breve Histórico da IES 11
SÍNTESE DA IES 21

CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO 24
a) Nome do curso 24
b) Nome da mantida 24
c) Endereço de funcionamento do curso 24
d) Justificativa para a criação/existência do curso 24
e) Relato de como se desenvolve o processo de construção/implantação/consolidação do PPC 27
f) Relato sobre a coerência entre o PPC apresentado e os seguintes aspectos: contexto educacional e necessidade locorregionais, missão da Instituição, DCNs e PDI e perfil do egresso 27
g) Descrição das particularidades do PPC que ressaltam a identidade do curso 28
h) Atos legais do curso 28
i) Número de vagas 28
j) Conceito preliminar de Curso-CPC e Conceito de Curso-CC 28
k) Resultado do Enade no último triênio 28
l) Protocolos de Compromisso, Termos de Saneamento de Deficiência, Medidas Cautelares e Termo de Supervisão, quando houver
m) Turnos de Funcionamento do Curso 29
n) Carga-Horária Total do Curso 29
o) Tempo mínimo e máximo para integralização 29

p) Identificação do coordenador do curso 29
q) Composição, titulação, regime de trabalho e permanência sem interrupção dos integrantes do Núcleo Docente Estruturante – NDE 29
r) Disciplinas ofertadas no curso em língua estrangeira, quando houver 30

DIMENSÃO I: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA 30

1.1Políticas institucionais no âmbito do curso 30
1.2Objetivos do curso 115
1.3Perfil profissional do egresso 116
1.4Estrutura curricular 120
1.5Conteúdos curriculares 124
1.6Metodologia 173
1.7Estágio curricular supervisionado 185
1.8Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da educação básica 204
1.9Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática 204
1.10Atividades complementares 204
1.11 Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) 207
1.12Apoio ao discente 226
1.13Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa 231
1.14Atividades de tutoria 239
1.15Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria 243
1.16Tecnologias de informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem 246
1.17 Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) 246
1.18Material didático 251
1.19Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem 252
1.20Número de vagas 262
1.21 Integração com as redes públicas de ensino 262
1.22. Integração do curso com o sistema local e regional de saúde (SUS) 262
1.23Atividades práticas de ensino para áreas de saúde 262

1.24Atividades práticas de ensino para licenciaturas 263

DIMENSÃO 2 CORPO DOCENTE E TUTORIAL 263
2.1 Núcleo Docente Estruturante- NDE 263
2.2 Equipe multidisciplinar 265
2.3 Atuação do coordenador 269
2.4 Regime de Trabalho do Coordenador do Curso 271
2.5 Corpo docente: titulação 271
2.6.Regime de trabalho do corpo docente do curso 274
2.7 Experiência profissional do docente 276
2.8. Experiência no exercício da docência na educação básica 278
2.9Experiência no exercício da docência superior 278
2.10 Experiência no exercício da docência na educação a distância 281
2.11 Experiência no exercício da tutoria na educação a distância 281
2.12Atuação do colegiado de curso ou equivalente 281
2.13Titulação e formação do corpo de tutores do curso 282
2.14Experiência do corpo de tutores em educação a distância 282
2.15Interação entre tutores, docentes e coordenadores de curso a distância 282
2.16Produção científica, cultural, artística ou tecnológica 284

DIMENSÃO 3. INFRAESTRUTURA 286
3.1Espaço de trabalho para docentes em tempo integral 297
3.2Espaço de trabalho para ocoordenador 298
3.3Sala coletiva de professores 299
3.4Salas de aula 299
3.5Acesso dos alunos a equipamentos de informática 299
3.6. Bibliografia básica por Unidade Curricular (UC) 299
3.7 Bibliografia complementar por Unidade Curricular (UC) 299
3.8 Laboratórios didáticos de formação geral 302
3.9 Laboratórios didáticos de formação específica 302
3.10Laboratórios de ensino para a área de saúde 303
3.11 Laboratórios de habilidades 303
3.12 Unidades hospitalares e complexo assistencial conveniados 303

3.13 Biotérios 303
3.14 Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (logística) 304
3.15 Núcleo de práticas jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais 306
3.16 Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) 306
3.17Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA) 306
3.18Ambientes profissionais vinculados ao curso 307

4. Programas Institucionais 307
4.1 Programa de acompanhamento de egressos 307
4.2 Programa de acessibilidade e inclusão 310
4.3 Programa de monitoria 313
4.4 Programa de Articulação, pesquisa, ensino e extensão 323
4.5 Programa de nivelamento 327
4.6 Programa de Acompanhamento Discente - PAD 329
4.7 Programa de Avaliação Institucional 335
4.8 Regulamentos institucionais 343
4.8.1 Regulamento de monitoria 343
4.8.2 Regulamento do programa de nivelamento 345
4.8.3 Regulamento do Núcleo de Orientação à Pesquisa e Inovação 347
4.8.4 Regulamento dos laboratórios 355
4.8.5 Regulamento de aulas práticas em laboratórios 367
4.8.6 Regulamento do projeto transversal 371
4.8.7 Regulamento do projeto interdisciplinar 375
4.8.8 Regulamento da mobilidade e o intercâmbio acadêmico do CEUNI-FAMETRO 378
4.8.9 Regulamento da educação para os Direitos Humanos 382
4.8.10 Regulamento do atendimento ao aluno com transtorno do espectro autista 383
4.8.11 Regulamento do NAP – Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Inclusão 386
4.8.12 Regulamento geral do representante discente 391
4.8.13 Regulamento da Comissão Própria de Avaliação 392

4.8.14 Regulamento dos laboratórios de informática 396
4.8.15 Regulamento do Núcleo Docente Estruturante do CEUNI-FAMETRO 399

1. MANTENEDORA

a) Nome da Mantenedora:

RAZÃO SOCIAL: IME - Instituto Metropolitano de Ensino Ltda. – Código: 1416

b) Base Legal da Mantenedora:

Endereço sede: Avenida Constantino Nery, 3000- Chapada, Município de Manaus. Estado do Amazonas. CEP: 69.050-001.
Razão Social: Instituto Metropolitano de Ensino LTDA.
CNPJ: 03.817.341/0001-42
Registro na Junta Comercial do Estado do Amazonas, 14/11/2000 sob oNIRE: 132003884-53 e **protocolo:** 00/021448-5(Por ser empresa limitada não possui registro em cartório, somente na JUCEA)
Categoria Administrativa: pessoa jurídica de direito privado-com fins lucrativos-sociedade civil
Representante legal: Maria do Carmo Seffair Lins de Albuquerque
Código da Mantenedora: 1416
Atos legais:
Portaria de Credenciamento como Faculdade: nº 1337 de 02/05/2002, Publicação no D.O.U.nº 84, seção 1, 03/05/2002
Portaria de Recredenciamento: nº 1416 de 09/11/2017, Publicação no D.O.U. 10/11/2017
Portaria de Credenciamento como Centro Universitário: nº 1610 de 28/12/2017. Publicação no D.O.U. 29/12/2017

2. DADOS DA IES (MANTIDA):

c) Nome da Mantida:

Centro Universitário CEUNI-FAMETRO- Código: 2147

d) Base legal da IES:

Endereço Unidade 1/2: Avenida Constantino Nery, 3000 - Chapada, Município de Manaus. Estado do Amazonas. CEP: 69.050-001.

Anexo 3: Avenida Constantino Nery, 1937- Chapada, Município de Manaus, Estado do Amazonas. CEP: 69.050-001

Anexo 4:Endereço Rua 2 n.100, Conjunto Bervelly Hills, Bairro Chapada, CEP 69050001

Endereço da Unidade Zona Sul:Rua Porfessor Ernani Simão, n.1160, Bairro Cachoeirinha

Endereço da Unidade Zona Leste:Av. Autaz Mirim, 8565, Bairro Novo Aleixo

E suas mantidas em processo de credenciamento nos seguintes endereços: Rua

Monsenhor Joaquim Pereira, n.84, Centro, Itacoatiara/AM, CEP: 69100-042, Rua Independência, 220, Bairro Centro, Coari/AM, CEP 69460-000, Rua Otaviano de Melo, n.238, Bairro Centro, Tefé/AM, CEP 69550-085, Rua Paraíba, n.3468, Bairro Itauna I, Parintins/AM, CEP 69152-010.

CNPJ 03.817.341/0001-42

Registro no Cartório: Cartório Pinheiro 3.º Ofício de Notas

Publicação no D.O.U.- Nº 84 – Seção 1, sexta-feira, 3 de maio de 2002

Registro na Junta Comercial do Estado do Amazonas, 14/11/2000 sob NIRE:132003884-53 e protocolo: 00/021448-5

Categoria administrativa: Pessoa jurídica de direito privado com fins lucrativos- sociedade civil.

Portaria de Credenciamento nº 1337, de 03/05/2002. Publicação no D.O.U. em 03/05/2002.

Portaria de Recredenciamento nº 712, de 08/08/2013. Publicação no D.O.U. em 08/08/2013.

Portaria de Credenciamento como Centro Universitário nº 1610, de 28/12/2017. Publicação no D.O.U. em 29/12/2017.

Representante legal: Maria do Carmo Seffair Lins de Albuquerque

e) Perfil e Missão da IES:

Missão da IES: Formar profissionais no Ensino Superior com valores éticos, humanísticos e ambientais, capazes de contribuir para o desenvolvimento da Região Norte.

Valores: Qualidade no ensino; Ética; Humanização; Profissionalismo.

Perfil: IES tem um perfil que busca a excelência no ensino superior, e com uma política de inclusão sócio educacional.

O CEUNI-FAMETRO tem como propósito promover ensino, focado na aprendizagem, que permita o desenvolvimento do indivíduo de modo integral, visando à autorrealização e à formação de profissionais com visão tanto generalista quanto multidisciplinar, conscientes do seu papel social de envolvimento com as mudanças.

f) Dados Socioeconômicos e Socioambientais da Região:

O CEUNI-FAMETRO está situado em plena Amazônia brasileira, a maior e mais biodiversa floresta tropical do mundo, que enfrenta uma série de ameaças. Dentre elas, figura o desmatamento, que elimina a floresta e sua biodiversidade de maneira direta,

sobretudo para formação de pastagens e, em alguns locais, para implantação da cultura da soja (FEARNSIDE, 2010). Essas ameaças somam-se às ameaças comuns e primárias como a especulação imobiliária, estabelecimento da posse da terra e abertura de estradas. Elas poderão dizimar rapidamente a Amazônia, a exemplo da Mata Atlântica, caso medidas efetivas não forem adotadas de maneira emergencial. Atualmente se concentra no “arco de desmatamento” ao longo das bordas sul e leste da floresta, mas estradas planejadas abririam áreas novas e extensas na Amazônia Central (FEARNSIDE, 2010) (Figura 2):

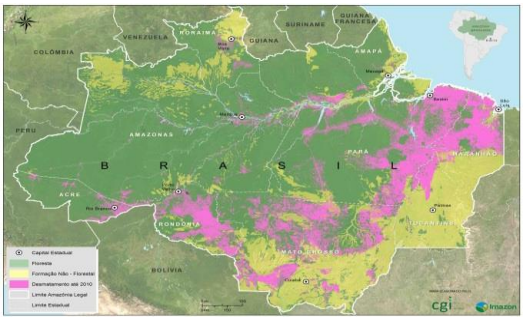


Figura 2. Desmatamento na Amazônia PRODES até 2010.(Fonte:<http://www.imazongeo.org.br/doc/galeriaMapas.php#>. Acesso: 10 out. 2014).

Diante desse cenário, a questão ambiental tem crescido nas últimas décadas e ganhado novas dimensões, inclusive em âmbito mundial. Uma determinada indústria cultural, que enxerga com clareza a inserção dessas questões nos diversos segmentos da sociedade, tem transformado as questões ambientais em mercadoria (GUERRA, 2008; LADVOCAT, 2009). Mudanças climáticas, aquecimento global e extinção de espécies, por exemplo, são temas bastantes presentes em nosso cotidiano, veiculados por diferentes mídias em propagandas de diversos produtos que consumimos no dia a dia (PEREIRA et al., 2013). Em função dessa questão, a sociedade reconhece e preocupa-se com uma crise relacionada à degradação dos ambientes naturais. Entretanto, a questão não é puramente ecológica e não se relaciona exclusivamente aos impactos antrópicos causados aos ecossistemas naturais (PEREIRA et al., 2013). Juntamente com outros temas como poluição, miséria e fome, os problemas que denominamos ambientais resultam da maneira como nos relacionamos com os demais elementos da natureza nas últimas décadas e, em especial, nos dias atuais (PEREIRA et al., 2013). Dar conta da complexidade relacional dessas questões impõe-se como um dos grandes desafios da sociedade.

O desenvolvimento mundial alcançado nas últimas três décadas explicita uma acumulação sem precedentes e um incremento do abismo entre incluídos e excluídos. Nesse contexto, as questões ambientais e o desenvolvimento sustentável na Amazônia são centrais e devem ser debatidas pelas Instituições de Educação. É nesse contexto que se insere a política ambiental do CEUNI-FAMETRO.

Ademais, segundo o último censo do IBGE (2010), o Amazonas tem uma área de 1.559.161.814 km² com população de 3.480.937 habitantes. Sua capital, Manaus, concentra em torno de 60% dessa população o que representa um total de 1.802.525 habitantes, distribuídos em uma área de 11.458 km². Com baixa densidade demográfica no interior do Estado, a cidade de Manaus tem sido o lugar para onde convergem os fluxos migratórios do interior do Estado e de outros estados da federação. Este contexto faz da cidade de Manaus a 8ª cidade do Brasil no ranking de população, e a projeção que temos é que até 2020 seremos 4.477.266 habitantes no Estado do Amazonas.

Dados da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) atestam que em 2012 o Polo Industrial de Manaus contava com um Setor Industrial consolidado e tecnologicamente avançado, formado por cerca de 690 empresas com projetos incentivados pelos órgãos de desenvolvimento do Estado do Amazonas e do Governo Federal, gerando mais de 200 mil empregos diretos que, somados aos indiretos, representam 500 mil postos de trabalho. Esse crescimento aponta para novos desafios econômicos e sociais que implicam em novas e volumosas demandas por serviços educacionais.

g) Breve Histórico da IES:

O Centro Universitário CEUNI-FAMETRO é uma instituição ensino superior privada atuando há 16 anos no segmento educacional e que iniciou sua atividade credenciada como faculdade em 03 de maio de 2002, conforme Portaria MEC nº 1337.

No ato do credenciamento da IES, dois cursos foram autorizados: Administração com habilitação em Gestão de Negócios e Administração com habilitação em Gestão de Cidades (Portaria n0. 1.338, de 02.05.02) e Turismo (Portaria n0. 1.339, de 02.05.02). Em outubro daquele mesmo ano, foi autorizado o curso Normal Superior com habilitação em Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil (Portaria n. 3.003, de 24.10.2002). Em março de 2005, foram autorizadas as habilitações para o curso de Administração (Portaria n0. 724, de 03.03.05), Gestão Imobiliária, Gestão Hospitalar e Gestão de Marketing.

Em março de 2005, foram autorizados os cursos de Ciências Contábeis (Portaria n0 648, de 01.03.05) e Serviço Social (Portaria n. 647, de 01.03.05). Em julho de 2006, foram reconhecidos os cursos de Normal Superior habilitação em Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Magistério da Educação Infantil e Turismo (Portaria 405, de 25.07.06) e Administração, habilitações em Administração de Cidades, Administração Hospitalar, Marketing, Gestão de Negócios e em Gestão Imobiliária (Portaria 233, de 07.06.06).

A partir do ano de 2006, a IES passa a apresentar uma crescente evolução na implantação de novos cursos, conforme podemos perceber.

Entre 2006 e 2014, nosso portfólio de cursos saltou dos quatro cursos iniciais para um total de 34 cursos de graduação ao final de 2014, aumentando significativamente a área de atuação da IES. Há de se destacar a entrada do CEUNI-FAMETRO, no âmbito da formação tecnológica com 13 Cursos de Graduação Tecnológica e a adesão ao PRONATEC no ano de 2013.

Em 2015 a IES solicitou o credenciamento para o ensino a distância, nossos índices educacionais nas avaliações externas demonstram que este crescimento não se deu apenas em quantidade.

Em 2017 a IES foi credenciada como Centro Universitário conforme Portaria MEC nº 1.610, de 28 de Dezembro de 2017, teve o curso de Medicina aprovado com a nota máxima do MEC e atualmente oferta 59 cursos de graduação, sendo 56 em funcionamento, nas modalidades licenciatura, bacharelado e graduação tecnológica, nas áreas de exatas, sociais e humanas e da saúde, 86 cursos de pós-graduação lato sensu distribuídos nas respectivas áreas com pesquisa, extensão e responsabilidade social envolvendo todas as áreas. E um corpo de 782 professores (horistas, parciais e integrais) todos pós-graduados, e 268 técnicos administrativos com formação que vai desde o ensino médio ao doutorado.

O Centro Universitário CEUNI-FAMETRO possui CI 3 e IGC 3, pela segunda vez consecutiva e entre 2014 e 2018, obteve CC final 4 e 5, nas avaliações *in loco* dos cursos de graduação.

A IES tem como missão institucional: Formar profissionais no Ensino Superior, com valores éticos, humanísticos comprometidos com o desenvolvimento regional e

social, conforme explicita o Projeto Pedagógico Institucional – PDI (2017 - 2021). Nossa missão institucional permite a democratização do acesso ao Ensino Superior, contribui para a empregabilidade na cidade de Manaus, e influencia positivamente os índices de desenvolvimento econômico e humano da cidade de Manaus. Portanto, o Centro Universitário oferece o menor preço entre os cursos de graduação presenciais ofertado, haja vista a política de inclusão socio educacional, como forma de o aluno ter condições de realizar um curso superior, uma vez que uma parcela significativa da população local é excluída do acesso a este nível de ensino.

O CEUNI-FAMETRO por meio do seu Plano Acadêmico Administrativo e seu Plano Anual de Gestão vem progressivamente alcançando melhores resultados acadêmicos e administrativos, que podem ser observados por intermédio dos índices oficiais da IES, do crescimento na oferta de número e de vagas em seus cursos, no incremento do seu portfólio de cursos de graduação com novas autorizações e por fim no aumento gradual e constante no número de matriculas na IES.

O fato do CEUNI-FAMETRO ofertar cursos por meio de Bolsas e outras formas de financiamento estudantil, corroborando com sua política de inclusão sócio educacional e sua colocação em 1º lugar na preferência dos candidatos ao programa de bolsas da Prefeitura, reforça a credibilidade da IES perante a sociedade amazonense conforme demonstra a tabela a seguir:

Tabela 1 - Programas de bolsas e financiamento estudantil /anual:

PROGRAMAS	2013	2014	2015	2016	2017
Bolsa Universidade (Com e sem compensação)	714	1599	1496	896	307
PROUNI	836	1970	2584	2264	2255
FIES	370	2094	3712	3855	3424
Quero Bolsa	-	-	436	1102	1577
Educações	-	-	256	351	370
Bolsa Legal	-	-	-	-	1706

Fonte: Censo

Neste sentido, em função das demandas sociais e econômicas da região amazônica e do município de Manaus, o CEUNI-FAMETRO vem realizando investimentos contínuos em novos cursos e em sua infraestrutura, como também na qualidade de ensino.

Esta qualidade é evidenciada pelo CI e do IGC contínuo, temos **CI 3** e **IGC 3**, consolidando a IES como instituição de reconhecida qualidade no Estado, conforme observa-se na tabela 2.

Tabela 2 - Evolução do IGC Contínuo da IES:

2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017	
IGCCont.	IGCFaixa	IGCCont	IGCFaixa	IGCCont	IGCFaixa	IGCCont	IGCFaixa	IGCCont	IGCFaixa	IGCCont.	IGCFaixa	IGCCont	IGCFaixa	IGCCont	IGCFaixa	IGCCont	IGCFaixa	IGCCont	**IGCFaixa**
1,74	2	2,36	3	2,35	3	2,37	3	2,72	3	2,84	3	2,88	3	2.98	4	2,99	4	2,93	**3**

Fonte: MEC/INEP(2008-2016)

O **CEUNI-FAMETRO** em 2017**foi primeira colocada pelo seu IGC Contínuo e IGC 3 no Estado do Amazonas** dentre as públicas e privadas, como demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 3- Ranking do IGC 2017:

COLOCAÇÃO	IES	SIGLA	IGC (contínuo)
1º	**Faculdade Metropolitana de Manaus**	**FAMETRO**	**3**
2º	Universidade Federal do Amazonas	UFAM	3
3º	Universidade do Estado do Amazonas	UEA	3
4º	Faculdade Martha Falcão	FMF	3
5º	Centro Universitário do Norte	UNINORTE	3
6º	Instituto Fed. de Ed., Ciência e Tec. do AM	IFAM	3
7º	Instituto de Ensino Superior FUCAPI	FUCAPI	3 CESF
8º	Faculdade Boas Novas	FBNCTSB	3
9º	Centro Un. de Ensino Superior do Amazonas	CIESA	3
10º	Faculdade Estácio do Amazonas	ESTÁCIO AMAZONAS	3
11º	Faculdade La Salle	-	3
12º	Universidade Nilton Lins	UNINILTONLINS	3
13º	Escola Superior Batista do Amazonas	ESBAM	3
14º	Faculdade Salesiana Dom Bosco	FSDB	3
15º	Centro Universitário Luterano de Manaus	CEULM	3

COLOCAÇÃO	IES	SIGLA	IGC (contínuo)
16º	Instituto de Ensino Superior Materdei	IES-MATERDEI	3
17º	Faculdade do Amazonas	IAES	3
18º	Faculdade de Odontologia de Manaus	FOM	1

Fonte: MEC/INEP(2017)

O CEUNI-FAMETRO foi avaliado em 1º lugar em qualidade de ensino no Amazonas segundo a Folha de São Paulo que avalia cursos de graduação das universidades brasileiras, por meio do RUF- Ranking Universitário Folha. Portanto, a credibilidade da IES, a alta demanda por seus cursos em função da sua política de inclusão sócio educacional e da qualidade de ensino permitiram à IES uma trajetória que já completou 15 anos em Manaus.

O CEUNI-FAMETRO tem se destacado inclusive na avaliação do Guia do Estudante conforme demonstrado a seguir:

No que compete a avaliação *in loco*, a IES também vem demonstrando evolução de seus indicadores em números, vide abaixo a Tabela de Conceito de Cursos (CC):

Tabela 4- Conceito das avaliações in loco nos últimos 6 anos:

CÓDIGO DO CURSO	NOME DO CURSO	GRAU	VALOR CC	ANO CC
	Credenciamento EAD		5	2018
1148864	Engenharia Ambiental e Energias Renováveis	Bacharelado	4	2018
1385538	Medicina	Bacharelado	5	2017
1366242	Educação Física	Bacharelado	4	2017
1153405	Fonoaudiologia	Bacharelado	4	2017
1259759	Estética e Cosmética	Tecnológico	4	2017
1156978	Engenharia Elétrica	Bacharelado	4	2017
1259775	Educação Física	Licenciatura	4	2017
1204411	Gestão de Recursos Humanos	Tecnológico	4	2016
1206130	Marketing	Tecnológico	4	2016
102056	Direito	Bacharelado	4	2015
1150707	Gestão da Qualidade	Tecnológico	4	2015
1149905	Logística	Tecnológico	5	2015
1151561	Design Gráfico	Tecnológico	5	2015
54605	Turismo	Bacharelado	5	2014
1151741	Gastronomia	Tecnológico	4	2014
1152558	Gestão de Produção Industrial	Tecnológico	4	2014
1204410	Construção de Edifícios	Tecnológico	4	2014
82666	Ciências Contábeis	Bacharelado	4	2014
1155584	Segurança no Trabalho	Tecnológico	4	2014
1158558	Petróleo e Gás	Tecnológico	4	2014
1259764	Medicina Veterinária	Bacharelado	3	2014
1043904	Química	Licenciatura	4	2013

Fonte: MEC (2018)

Tabela 5- Cursos Graduação:

Nº	CURSO DE GRADUAÇÃO	MODALIDADE	PORTARIA	ATO
1	Administração	Bacharelado	Portaria Nº269 de 04/04/2017	Renovação de Reconhecimento
2	Administração	Bacharelado	Resolução n.4 de 27/07/2018	Autonomia
3	Análise de Sistemas	Tecnológico	Resolução n.5 de 26/10/2018	Autonomia
4	Arquitetura e Urbanismo	Bacharelado	Portaria Nº1093 de 13/01/2016	Renovação de Reconhecimento
5	Biomedicina	Bacharelado	Portaria Nº 134, de 02/03/2018	Renovação de Reconhecimento
6	Biomedicina	Bacharelado	Resolução n.4 de 27/07/2018	Autonomia
7	Ciências Contábeis	Bacharelado	Portaria Nº269 de 04/04/2017	Renovação de Reconhecimento

8	Ciências Contábeis	Bacharelado	Resolução n.4 de 27/07/2018	Autonomia
9	Comunicação Social- Publicidade e Propaganda	Bacharelado	Resolução n.5 de 26/10/2018	Autonomia
10	Construção de Edifícios	Tecnológico	Portaria Nº 809 de 22/12/2014	Autorização
11	Design Gráfico	Tecnológico	Portaria Nº269 de 04/04/2017	Renovação de Reconhecimento
12	Design de Interiores	Tecnológico	Portaria Nº 600 de 29/10/2014	Autorização
13	Direito	Bacharelado	Portaria Nº269 de 04/04/2017	Renovação de Reconhecimento
14	Educação Física	Licenciatura	Portaria Nº 915 de 14/08/2017	Reconhecimento
15	Educação Física	Bacharelado	Portaria Nº 1021 de 27/09/2017	Autorização
16	Enfermagem	Bacharelado	Portaria Nº 821 de 30/12/2014	Renovação de Reconhecimento
17	Engenharia Ambiental e Recursos Renováveis	Bacharelado	Portaria Nº 169, de 13/09/2012	Autorização
18	Engenharia Civil	Bacharelado	Portaria Nº 276 de 20/07/2011	Reconhecimento
19	Engenharia de Computação	Bacharelado	Resolução n.5 de 26/10/2018	Autonomia
20	Engenharia de Controle e Automação	Bacharelado	Resolução n.5 de 26/10/2018	Autonomia
21	Engenharia da Produção	Bacharelado	Portaria Nº 694 de 17/12/ 2013	Autorização
22	Engenharia Elétrica	Bacharelado	Portaria Nº 938 de 24/08/2017	Reconhecimento
23	Engenharia Mecânica	Bacharelado	Resolução n.5 de 26/10/2018	Autonomia
24	Estética e Cosmética	Tecnológico	Portaria Nº 1011 de 25/09/2017	Reconhecimento
25	Estética e Cosmética	Tecnológico	Resolução n.4 de 27/07/2018	Autonomia
26	Farmácia	Bacharelado	Portaria Nº 266 de 27/03/2015	Autorização
27	Fisioterapia	Bacharelado	Portaria Nº134, de 02/03/2018	Renovação de Reconhecimento
28	Fonoaudiologia	Bacharelado	Portaria Nº 745, de 14/07/2017	Reconhecimento
29	Gastronomia	Tecnológico	Portaria Nº 269, de 04/04/ 2017	Renovação de Reconhecimento
30	Gestão Comercial	Tecnológico	Resolução n.5 de 26/10/2018	Autonomia
31	Gestão Financeira	Tecnológico	Resolução n.5 de 26/10/2018	Autonomia
32	Processos Gerenciais	Tecnológico	Resolução n.5 de 26/10/2018	Autonomia

33	Gestão Pública	Tecnológico	Resolução n.5 de 26/10/2018	Autonomia
34	Gestão da Produção Industrial	Tecnológico	Portaria Nº 64 de 28/1/2015	Reconhecimento
35	Gestão da Qualidade	Tecnológico	Portaria Nº 269, de 04/04/ 2017	Renovação de Reconhecimento
36	Gestão de Recursos Humanos	Tecnológico	Portaria Nº247 de 30/06/2016	Reconhecimento
37	Gestão de Recursos Humanos (EAD)	Tecnológico	Portaria N.370 de 20/04/2018	Autorização
38	Hotelaria	Bacharelado	Portaria Nº 362 de 02/07/2014	Autorização
39	Jornalismo	Bacharelado	Portaria Nº 267 de 27/03/2015	Autorização
40	Jogos Digitais	Tecnológico	Resolução n.5 de 26/10/2018	Autonomia
41	Logística	Tecnológico	Portaria Nº 269, de 04/04/ 2017	Renovação de Reconhecimento
42	Logística (EAD)	Tecnológico	Portaria N.370 de 20/04/2018	Autorização
43	Marketing	Tecnológico	Portaria Nº 249 de 30/06/2016	Reconhecimento
44	Medicina	Bacharelado	Portaria Nº1228 de 29/11/2017	Autorização
45	Medicina Veterinária	Bacharelado	Portaria Nº 1041 de 23/12/2015	Autorização
46	Negócios Imobiliários	Tecnológico	Portaria Nº 539 de 23/10/2013	Autorização
47	Nutrição	Bacharelado	Portaria Nº 821 de 02/01/2015	Renovação de Reconhecimento
48	Odontologia	Bacharelado	Portaria Nº 806 de 19/12/2016	Autorização
49	Pedagogia	Licenciatura	Portaria Nº1093 de 13/01/2016	Renovação de Reconhecimento
50	Pedagogia	Licenciatura	Resolução n.4 de 27/07/2018	Autonomia
51	Petróleo e Gás	Tecnológico	Portaria Nº 65 de 28/01/2015	Reconhecimento
52	Psicologia	Bacharelado	Portaria Nº 269, de 04/04/ 2017	Renovação de Reconhecimento
53	Química	Licenciatura	Portaria Nº1093 de 13/01/2016	Renovação de Reconhecimento
54	Radiologia	Tecnológico	Portaria Nº401 de 29/05/2015	Autorização
55	Segurança no Trabalho	Tecnológico	Portaria Nº 66 de 28/01/2015	Reconhecimento
56	Serviço Social	Bacharelado	Portaria Nº 134 de 02/03/2018	Renovação de Reconhecimento
57	Sistemas de Informação	Bacharelado	Portaria Nº1093 de 13/01/2016	Renovação de Reconhecimento
58	Sistemas de Informação	Bacharelado	Resolução n.4 de 27/07/2018	Autonomia

59	Turismo	Bacharelado	Portaria Nº 269, de 04/04/ 2017	Renovação de Reconhecimento

Fonte: MEC/INEP(2018)

Ressaltamos que o CEUNI-FAMETRO também atua no segmento da pós-graduação lato sensu e em 2018 tem em seu portfólio mais de 80 cursos ofertados nas mais diversas áreas do conhecimento com 44 turmas em andamento.

Tabela 6 - Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu

Atualmente a FAMETRO oferece mais de 80 (oitenta) cursos de Pós-Graduação *lato sensu*, dos quais 16 são MBA, São eles:

1. Administração Pública
2. Administração Pública e Processo Legislativo
3. Análises Clínicas
4. Arquitetura e Design de Interiores
5. Assistência Social e Família
6. Audiologia Clinica e Ocupacional
7. Auditoria e Perícia contábil
8. Bancos de Dados
9. Bioquímica
10. Ciências Criminais
11. Contabilidade, Auditoria e Controladoria
12. Desenvolvimento de Sistemas para Ambiente WEB
13. Direito Educacional
14. Direito Processual Civil
15. Direito Tributário
16. Docência da Educação Básica
17. Docência Universitária
18. Doenças Tropicais e Infecciosas
19. Enfermagem do Trabalho
20. Enfermagem em Cardiologia e Hemodinâmica
21. Enfermagem em Urgência e Emergência
22. Enfermagem em Urologia
23. Enfermagem em UTI
24. Enfermagem Geriátrica-Gerontologia
25. Enfermagem Obstétrica
26. Enfermagem Oncológica e Hematologia
27. Engenharia de Petróleo e Gás Natural
28. Engenharia de Produção e Qualidade nos Processos
29. Engenharia de Segurança do Trabalho
30. Gastronomia Funcional
31. Gerenciamento de Obras e Empreendimentos na Construção Civil
32. Gerontologia e Família
33. Gestão Comercial e Marketing de Negócios
34. Gestão da Construção Civil
35. Gestão da Produção e Qualidade
36. Gestão de Compras e Suprimentos
37. Gestão de Ensino a Distância (EAD)
38. Gestão de Eventos, Serviços Hoteleiros e Negócios de Turismo
39. Gestão de Projetos e Planejamento de Equipes
40. Gestão de Projetos em Engenharia e Arquitetura
41. Gestão em Políticas Públicas
42. Gestão em Políticas Públicas de Saúde
43. Gestão em Refino de Petróleo, Petroquímica e Biocombustíveis
44. Gestão Estratégica de Serviços e Clientes
45. Gestão Financeira de Negócios e Análise de Risco
46. Gestão Industrial e Processos Produtivos

47. Gestão Organizacional e Recursos Humanos
48. Gestão, Supervisão Escolar e Orientação Educacional
49. Logística e Cadeia de Suprimentos
50. Logística empresarial
51. Logística Estratégica e Sistemas de Transporte
52. MBA em Direito Empresarial
53. MBA em Engenharia da Produção e Serviços e Gestão da Qualidade
54. MBA em Estratégica do Negócios e Competitividade de Mercado
55. MBA em Gerenciamento de Projetos e Resultados
56. MBA em Gestão De Comercio Exterior e Negócios Internacionais
57. MBA em Gestão de Restaurantes e Negócios Alimentícios
58. MBA em Gestão do Varejo e Inteligência Competitiva
59. MBA em Gestão Estratégica de Finanças, Auditoria e Controladoria.
60. MBA em Gestão Estratégica de Metas e Planejamento Organizacional
61. MBA em Gestão Hospitalar e Organizações de Saúde
62. MBA em Gestão Tributária e Finanças da Zona França de Manaus
63. MBA em *Lean Manufacturing* e Logística
64. MBA em Licitações e Contratos Administrativos
65. MBA em Recursos Humanos, Gestão de Equipes, Liderança e Resultados
66. MBA em *Supply Chain* e *Management*
67. MBA Gestão de Pessoas e Coaching
68. MBA Gestão em Redes Sociais e Marketing Digital
69. Metodologia do Ensino à Docência Superior
70. Microbiologia e Imunologia
71. Negócios com Ênfase em Gerenciamento de Projetos
72. Neuropsicologia
73. Nutrição Clínica
74. Obesidade e Emagrecimento
75. Parasitologia e Uriálise
76. Patrimônio Cultural em Centros Urbanos
77. Perícia, Auditoria e Gestão ambiental
78. Planejamento e Orçamento de Obras e Serviços de Engenharia
79. Psicologia Hospitalar
80. Psicologia Jurídica
81. Psicopedagogia Clínica e Institucional
82. Psicopedagogia e Educação inclusiva
83. Reabilitação Musculoesquelética e Desportiva
84. Recursos Humanos: Rotinas e Cálculos Trabalhistas
85. Redes de Computadores
86. Saúde Coletiva
87. Segurança e Auditoria em Informática
88. Segurança Pública e Direitos Humanos

Fonte: MEC/INEP(2018)

É importante ressaltar que, como estímulo à busca de conhecimento e crescimento pessoal e profissional, o CEUNI-FAMETRO oferece aos funcionários, alunos e egressos, descontos especiais em todos os cursos de Pós-Graduação:

A IES tem uma experiência madura na área de saúde, com convênios firmados com a rede estadual de saúde SUSAM, rede municipal de saúde SEMSA, convênio com CEUA e CEP da Fundação de Medicina Tropical. A IES tem um conjunto de clínicas dos respectivos cursos de graduação da saúde que prestam serviços gratuitos e relevantes para a sociedade manauara, dentre elas a clínica de Psicologia, clínica de Odontologia,

clínica de Fisioterapia, clínica de Fonoaudiologia, clínica de Biomedicina, clínica de Nutrição, além de ofertar os seguintes cursos na área de saúde:

Tabela 7: Cursos da área da saúde:

Cursos	Ato regulatório
Medicina	Autorização
Biomedicina	Renovação de Reconhecimento
Educação Física	Reconhecimento
Enfermagem	Renovação de Reconhecimento
Farmácia	Autorização (aguardando visita de reconhecimento)
Fisioterapia	Renovação de Reconhecimento
Fonoaudiologia	Reconhecimento
Medicina Veterinária	Autorização
Nutrição	Renovação de Reconhecimento
Odontologia	Autorização
Radiologia	Autorização (aguardando visita de reconhecimento)

Fonte: MEC/INEP(2018)

Vale destacar que o Curso de Medicina do CEUNI-FAMETRO é autorizado com a nota máxima, CC 5, e que a IES possui 2 cursos de saúde com CC 4: Fonoaudiologia e Educação Física (Bacharelado).

SÍNTESE DA IES:

Mantenedora: IME- Instituto Metropolitano de Ensino LTDA, cadastrada no CNPJ 03.817.341/0001-42, sede à Avenida Constantino Nery, 3000- Chapada, Município de Manaus. Estado do Amazonas. CEP: 69.050-001, com Registro no Cartório Pinheiro 3º Ofício de Notas. Registro na Junta Comercial do Estado do Amazonas, 14/11/2000 sob NIRE: 132003884-53 e protocolo: 00/021448-5. Categoria Administrativa: pessoa jurídica de direito privado com fins lucrativos- sociedade civil. Possui código 1416 junto ao MEC.
Mantida: o Centro Universitário CEUNI-FAMETRO, Instituição de Ensino Superior Privada- IES, tem sede no Endereço da Unidade I e II, Avenida Constantino Nery, 3000 - Chapada, Município de Manaus. Estado do Amazonas. CEP: 69.050-001. E demais instalações nos endereço do anexo 3: Avenida Constantino Nery, 1.937 - Chapada, Município de Manaus. Estado do Amazonas. CEP: 69.050-000. Anexo 4: Endereço: Rua 02, n.100, Conjunto Bervely Hills, Bairro Chapada, CEP 69050001. Unidade Zona Sul: Rua Prof. Ernani Simão, 1160, Bairro Cachoeirinha, Unidade Zona Leste: Av. Autaz Mirim,

8565, Bairro Novo Aleixo. E suas mantidas em processo de credenciamento nos seguintes endereços: Rua Monsenhor Joaquim Pereira, n.84, Centro, Itacoatiara/AM, CEP: 69100-042, Rua Independência, 220, Bairro Centro, Coari/AM, CEP 69460-000, Rua Otaviano de Melo, n.238, Bairro Centro, Tefé/AM, CEP 69550-085, Rua Paraíba, n.3468, Bairro Itauna I, Parintins/AM, CEP 69152-010.

Possui código 2147 junto ao MEC, Credenciada pela Portaria 1337, de 02/05/2002 Publicação no D.O.U. 03/05/2002, Recredenciada pela Portaria nº 712 de 08/08/2013 Publicação no D.O.U. 08/08/2013 e que tem na pessoa de Maria do Carmo Seffair Lins de Albuquerque, sua representante legal.

Histórico, Perfil e Missão da IES:O CEUNI-FAMETRO tem 16 anos de existência, possui 59 cursos, sendo 46 em funcionamento, nas modalidades de licenciatura, bacharelado e graduação tecnológica, nas áreas de exatas, sociais e humanas e da saúde, possui mais de 80 cursos de pós-graduação lato sensu distribuídos nas respectivas áreas. Em 2018 um corpo docente 309 professores (horistas, parciais e integrais) todos pós-graduados nos níveis de especialização, mestrado e doutorado. Conta com corpo técnico administrativo de 324 profissionais das mais diversas áreas e com formação desde o ensino médio até o doutorado. Todo esse capital humano tem contribuído para que o CEUNI-FAMETRO possa atuar nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão, nas diversas áreas do conhecimento, apresentando IGC 4, e IGC continuo de 2,98 pontos, figurando como 1ª do ranking das IES públicas e privadas no Estado.

Sua **missão institucional** é a de **"Formar profissionais no Ensino Superior, com valores éticos, humanísticos e ambientais, capazes de contribuir para o desenvolvimento da Região Norte"**. O CEUNI-FAMETRO participa dos programas: PROUNI, Bolsa Universidade do Estado do Amazonas, Quero Bolsa, Educações, Educa Mais e FIES. No que compete à estrutura física, possui um espaço de 426 salas de aula, 04 auditórios somando 1100 lugares, 07 áreas de convivência, biblioteca e mais de 30 laboratórios, estacionamento com vagas para 2000 carros, Wi Fii, 87 gabinetes para professores integrais nos 3 turnos, espaço de trabalho para a coordenação de curso, serviços acadêmicos com gabinete individual do coordenador e os espaço da funcionária, sala de professores equipadas, sala de reunião de NDE, laboratórios de informática com terminais, softwares e acesso a internet para uso de professores e alunos mediante sistema agendado e suporte de um técnico de informática, e 02 carrinhos móveis com laptops para cada unidade.

Dados socioeconômicos da Região: segundo o último censo do IBGE (2010), o Amazonas tem uma área de 1.559.161.814 km² com população de 3.480.937 habitantes. Sua capital, Manaus, concentra em torno de 60% dessa população o que representa um total de 1.802.525 habitantes, distribuídos em uma área de 11.458 km². Com baixa densidade demográfica no interior do Estado, a cidade de Manaus tem sido o lugar para onde fluem os fluxos migratórios do interior do Estado e de outros estados da federação. Este contexto faz da cidade de Manaus a 8ª cidade do Brasil no ranking de população, e a projeção que temos é que até 2020 seremos no Estado do Amazonas 4.477.266 habitantes.

Dados da SUFRAMA atestam que já em 2012 a ZFM, contava com um Setor Industrial consolidado e tecnologicamente avançado, formado por cerca de 690 empresas com projetos incentivados pelos órgãos de desenvolvimento do Estado do Amazonas e do Governo Federal, gerando mais de 200 mil empregos diretos que somados aos indiretos, representam 500 mil postos de trabalho, esse crescimento aponta para novos desafios econômicos e sociais que implicam em novas e volumosas demandas por serviços educacionais.

Dados socioambientais: Manaus está inserida no meio da Floresta Amazônica, a maior e mais biodiversa floresta tropical do país, a Amazônia brasileira enfrenta uma série de ameaças. Dentre as ameaças, figura o desmatamento, que elimina a floresta e sua biodiversidade e neste contexto o CEUNI-FAMETRO entende que as questões ambientais e o desenvolvimento sustentável na Amazônia são cruciais e que devem ser debatidos pelas Instituições de Educação. E diante deste cenário que se insere a Política Ambiental da Instituição, inclusive definindo as políticas acadêmicas e sociais como forma de se fazer atuante, no processo de educação e formação profissional, e sensível aos problemas da comunidade, assumindo a co-responsabilidade pelo desenvolvimento sustentável local e regional do Amazonas.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

a) **Nome do Curso**: Curso Superior de Bacharelado em Farmácia

b) **Nome da Mantida**: Centro Universitário CEUNI-FAMETRO

c) Endereço de Funcionamento do Curso: Avenida Constantino Nery, 1937- Chapada, Município de Manaus, Estado do Amazonas. CEP: 69.050-001

d) d) Justificativa para a criação/existência do curso:

Determinada como capital do Estado, um município com pouco mais de 11 mil Km^2 e população de aproximadamente 2 milhões de habitantes, a cidade de Manaus é considerada a mais populosa do Amazonas e da Amazônia. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016) afirmam que ela ocupa a sétima posição das cidades mais populosas do Brasil e a 131ª posição no mundo.

Incluída como uma microrregião do estado do Amazonas e também chamada de Região Metropolitana de Manaus o município viveu em 1870 em função da economia proveniente do extrativismo da borracha, findado em 1913 a cidade voltou a crescer com o início da industrialização na região e a criação da Zona Franca de Manaus em 1967.

Essa inclusão fez com que a cidade tivesse um significativo aumento tanto no crescimento demográfico como populacional da capital como dos municípios derredores. O grande problema é que as condições básicas de cidadania previstas em constituição federal não acompanharam este crescimento. O Amazonas é o maior Estado da região brasileira, e de acordo com o ministério da saúde possui menos de 1% dos estabelecimentos de saúde do território brasileiro. Com 2078 estabelecimentos cadastrados no Estado, Manaus contempla mais da metade deste, sendo desta forma, em muitos casos, ponto de referência para os municípios vizinhos.

Um programa federal busca suprir as necessidades da União por meio da contratação de profissionais estrangeiros principalmente da área de assistência médica. A região amazônica participa com a atuação de mais de 500 médicos advindos desse programa, além de diversos profissionais da área da saúde.

Até bem pouco tempo existiam apenas duas instituições de graduação responsáveis pela formação de médicos. O cenário é bem semelhante no que diz respeito ao profissional de Farmácia, hoje apenas 07 (sete) Instituições disponibilizam cursos de graduação com a formação de profissionais farmacêuticos, Centro Universitário– FAMETRO, Universidade Nilton Lins – UNINILTON LINS, Centro Universitário do Norte – UNINORTE, Universidade Paulista – UNIP, Faculdade Literatus – UNICEL, Universidade

Federal do Amazonas – UFAM, Universidade Estadual do Amazonas – UEA (http://emec.mec.gov.br).

Dados do próprio Censo/MEC apontam um déficit enorme de IES de ensino superior no Norte do país, haja vista que na distribuição das Instituições de Ensino Superior Privadas no Brasil apenas 6,4% se concentram no Norte, enquanto o Sudeste possui 48,9% das IES, o Sul 16%, o Nordeste com 18% e o Centro-Oeste 9,9%.

A precariedade dos serviços de saúde, por si só, justifica a implementação de unidades de ensino envolvidas na capacitação de profissionais da área na região tendo o objetivo principal suprir as reais necessidades de transformações dos serviços ofertados com o intuito da melhoria na qualidade de vida, visada pela humanização e atestada na Constituição Brasileira de 1988.

O mundo globalizado em que vivemos exige cada vez mais não só o avanço da economia e tecnologia, mas também dos processos para que se possam suprir as necessidades sociais, econômicas e culturais da sociedade. As transformações pelas quais vêm passando a nossa sociedade, causadas pela globalização da economia, avanço tecnológico, novas relações de emprego, novas concepções culturais e sociais e a busca de novos mecanismos para melhoria da qualidade de vida, impõem novos desafios aos agentes econômicos e educacionais.

Entretanto com a globalização dos processos, das pessoas e até mesmo da ideia ocorre à contraposição com a realidade local que exige respostas rápidas. Nesse patamar, novas compreensões são alcançadas e observamos a obrigação da criação de novos mecanismos a fim de melhorar a qualidade de vida da população, impondo assim novos desafios a esta instituição no âmbito educacional.

Dentro dessas necessidades, o estado está em déficit do número de profissionais comprometidos com o ramo farmacêutico, ou seja, com profissionais graduados que possam contribuir na melhoria das condições de saúde e atuar no desenvolvimento econômico e social locorregional, bem como, para atuarem no desenvolvimento de produtos advindos da biodiversidade e biodisponibilidade da fauna e flora da região.

A sociedade possui a ilusão de que o profissional farmacêutico atua exclusivamente com fármacos em farmácias e drogarias, no entanto segundo o Conselho Federal de Farmácia, o profissional da área está apto a atuar em até 60 atividades diferentes regulamentadas. Essas atividades incluem manipulação de fórmulas para produção de remédios, atuação da farmácia hospitalar e veterinária, laboratórios de análises clínicas,

aplicação de acupuntura, além de instituições de saúde e no processo de controle de qualidade de indústrias farmacêuticas, cosméticas e de alimentos.

Além da vasta área de atuação, é importante ressaltar as consequências referentes à ausência do profissional farmacêutico, desta forma pode-se elencar a facilidade da comercialização ilegal de medicamentos pela falta de fiscalização, o uso indiscriminado pela ausência de informação que é passada pelo profissional. Outro ponto importante é a chamada automedicação que favorece ao agrave de riscos à saúde. Estima-se que grande parte da população possui o hábito de administrar algum tipo de medicamento sem a indicação médica. Isso também se dá pelo número excessivo de medicamentos disponíveis no mercado dificultando assim o processo de fiscalização.

Manaus possui em sua história a criação do pólo industrial de Manaus, mais conhecida como Zona Franca de Manaus, a qual contém cerca de 600 empresas principalmente nos segmentos eletroeletrônico, de informática e de produção de veículos, e algumas na área de cosméticos e produtos naturais.

Com a possibilidade de sua prorrogação para 2073, novas empresas devem ser instaladas na região aumentando ainda mais as necessidades de profissionais especializados e atuantes na produção e no controle da qualidade de produtos farmacêuticos e cosméticos.

Considerando todas estas demandas o Curso de Farmácia do CEUNI-FAMETRO visa contribuir para a formação de novos Farmacêuticos por meio de um projeto pedagógico com os conteúdos necessários à atuação profissional em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia, disposto nas Resoluções N°6, de 19 de outubro de 2017 distribuídos pelos núcleos de formação básica, profissionalizante geral e profissionalizante específicos.

Com a abrangência de disciplinas e um grupo de professores altamente qualificados do CEUNI-FAMETRO formará profissionais competentes em sua área de atuação e politicamente interessados em discussões de relevância social e aptos a atender uma das principais necessidades dos paradigmas da saúde de forma crítica e reflexiva formando profissionais capacitados para exercer atividades em todos os níveis de atenção à saúde e motivados a valorizar a flora medicinal brasileira e a cultura associada.

Sintetiza-se este, pela apresentação de preocupações e definições desta Instituição de Ensino em relação à oferta de curso de graduação, em uma capital que ainda carece de boas Instituições de Ensino e Pesquisa, vide os dados do Ministério da Educação, na área do Ensino Superior. O CEUNI-FAMETRO pretende se constituir nesse espaço privilegiado

de formação, em que a preocupação social se encontra aliançada aos nossos propósitos educacionais.

e) Relato de como se desenvolve o processo de construção/implantação/consolidação do PPC:

O PPC de Farmácia foi construído pelo NDE do curso observando-se as diretrizes curriculares nacionais do curso de Graduação em Farmácia, a Resolução CNE/CES N° 6, de 19 de outubro de 2017 do Conselho Nacional de Educação, as demais diretrizes pertinentes ao ensino superior, o PDI do CEUNI-FAMETRO bem como as necessidades locais e regionais para formação do Farmacêutico. A implantação ocorre a partir da primeira turma do curso com o acompanhamento do NDE e do colegiado e a consolidação ocorre na medida em que se buscam melhorias para o curso com base na análise das avaliações internas e externas, e reuniões periódicas do NDE e colegiado, bem como, por meio da elaboração conjunta do Plano acadêmico-administrativo do curso nas Semanas Pedagógicas.

f) Relato sobre a coerência entre o PPC apresentado e os seguintes aspectos: contexto educacional e necessidade locorregionais, missão da Instituição, DCNs e PDI e perfil do egresso:

O PPC do curso de Farmácia busca coerência como o contexto educacional, necessidades locorregionais, missão da IES, DCNs e PDI.

A profissão de Farmacêutico abrange amplo campo de atuação nas áreas do exercício de atividades referentes aos fármacos, aos medicamentos, a assistência farmacêutica, as análises clínicas e toxicológicas e ao controle, produção e análise de alimentos.

Na região Amazônica e na capital há um déficit do número de profissionais comprometidos com o ramo farmacêutico que possam contribuir na melhoria das condições de saúde e atuar no desenvolvimento cultural, social e econômico da região. Dessa forma, o PPC de Farmácia do CEUNI-FAMETRO tem essa vocação, sem perder de vista a formação preconizada nas DCNs do curso.

Quanto à missão da IES e as DCNs o curso visa formar o Farmacêutico como um profissional da área da saúde com formação, humanista, crítica, reflexiva e generalista, capacitado para o trabalho nos diferentes níveis de complexidade do sistema de saúde,

com base no rigor científico e intelectual. Atuando com base nos princípios éticos e na compreensão da realidade social, cultural e econômica do seu meio, dirigindo sua atuação para a transformação da realidade em benefício da sociedade.

Em relação ao contexto educacional e as necessidades locorregionais o curso busca atendê-las por meio de uma matriz que contemple a formação das competências e habilidades propostas, além das diversas atividades oferecidas que trazem subsídios ao futuro profissional para lidar com as relações humanas e as particularidades da região. O curso propicia o aprendizado técnico e científico embasado na teoria e na prática e em consonância com as diretrizes desenvolvendo as habilidades de atenção saúde, tomada de decisões, comunicação, administração e gerenciamento, trabalho individual e em equipe e liderança. Assim, o Farmacêutico formado é preparado para ser dinâmico, adaptável e flexível às mudanças.

g) Descrição das particularidades do PPC que ressaltam a identidade do curso:

O Curso de Farmácia do CEUNI-FAMETRO investe em uma sólida formação priorizando a qualidade de ensino com um grupo de docentes qualificados. As atividades previstas no projeto pedagógico trazem embasamento técnico e científico, desenvolvendo no graduando a capacidade de atuar, com princípios éticos e na compreensão da realidade social, cultural e econômica do seu meio, dirigindo sua atuação para a transformação da realidade que podem trazer benefícios para a sociedade em todos os níveis de atenção à saúde.

Vale ressaltar que na capital, e com mais intensidade nos interiores da região Amazônica há uma prevalência na busca por Farmacêuticos para atuarem nos setores públicos e privados tendo em vista o déficit no número de profissionais comprometidos com o ramo farmacêutico que possam contribuir na melhoria das condições de saúde nessas localidades. Dessa forma, o PPC de Farmácia do CEUNI-FAMETRO tem essa vocação regional, sem perder de vista a formação preconizada nas DCNs do curso.

h) Atos legais do curso: Portaria Nº 266 de 27/03/2015

i) Número de Vagas: 350

j) Conceito preliminar de Curso-CPC e Conceito de Curso-CC: Não se aplica.

k) Resultado do Enade no último triênio: Não havia finalistas no último Enade.

l) **Protocolos de Compromisso, Termos de Saneamento de Deficiência, Medidas Cautelares e Termo de Supervisão, quando houver:** Não se aplica.

m)Turnos de Funcionamento do Curso: Matutino:175/ Noturno:175

n)Carga Horária Total do Curso: 4000h

o)Tempo mínimo e máximo para integralização: Tempo Mínimo = 10 semestres; Tempo Máximo = 20 semestres.

p)Identificação dos coordenadores do curso: Jaqueline de Oliveira Souza

Perfil do Coordenador do Curso:

A coordenadora do Curso é graduada em Farmácia, possui experiência na área de Análises Clínicas, com ênfase em Hematologia Laboratorial e na área de Farmacologia com ênfase em Farmacologia Geral.

Titulação acadêmica:

- Doutoranda em Imunologia Básica e Aplicada pela Universidade Federal do Amazonas;
- Mestre em Biotecnologia e Recursos Naturais da Amazônia, pela Universidade do Estado do Amazonas (2013);
- Especialista em Hematologia Laboratorial pela Universidade do Estado do Amazonas (2011);
- Graduação em Farmácia e Bioquímica pela Universidade Paulista (2010).

Experiência Profissional no Magistério Superior:

- Professora do CEUNI-FAMETRO (2014-atual);

q) Composição, titulação, regime de trabalho e permanência sem interrupção dos integrantes do Núcleo Docente Estruturante – NDE

Qde.	Componentes do NDE	Titulação	Regime Trabalho	Tempo de permanência no NDE (em meses)	Tempo de permanência na IES (em meses)
1	Profª MSc. Jaqueline de Oliveira Souza	**Mestre**	**Integral**	42 meses	47 meses
2	Prof° MSc. Denys Paixão Costa de Oliveira	**Mestre**	**Integral**	29 meses	30 meses
3	Prof° Msc. Diego dos Santos Freitas	**Mestre**	**Parcial**	42 meses	72 meses
4	Profª Dra.Francimeire Gomes Pinheiro	**Mestre**	**Parcial**	3 meses	132 meses
5	Profª Dra. Tanise Vendruscolo Dalmolin	**Doutora**	**Integral**	12 meses	13 meses
			Média permanência	**Meses**	**meses**

r) Disciplinas ofertadas no curso em língua estrangeira, quando houver:

A matriz do curso possui a disciplina Inglês como optativa e a IES, mantêm convênio com Centro de idiomas para descontos aos nossos alunos de todos os cursos de graduação e pós-graduação.

1. DIMENSÃO 1 - Organização Didático-Pedagógica

1.1 Política de ensino e ações acadêmico administrativas para os cursos de graduação

A Política de ensino do CEUNI - FAMETRO está fundamentada na construção de relações de ensino/aprendizagem com vistas aos melhores indicadores de qualidade da educação superior, no desenvolvimento de competências do perfil do egresso das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação e no Catalogo Nacional de Cursos Tecnológicos, bem como em uma formação ética e humanística prezando pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão realizada por meio dos programas na graduação e na pós-graduação.

A exemplo disso, a Política Educacional do CEUNI - FAMETRO se apresenta como um marco político – no sentido de prever uma prática e conceitual – no sentido de ofertar os princípios em torno do que os programas, no caso de ensino, se articulam. Em acordo

com os indicadores de avaliação do INEP/MEC, neste eixo, analisam-se os elementos constitutivos das práticas de ensino, pesquisa e extensão, considerando como meta o aprendizado. Neste eixo devemos enfatizar as relações existentes entre as políticas acadêmicas, a comunicação com a sociedade e o atendimento discente.

A Política de Ensino do CEUNI - FAMETRO considera as **diretrizes** abaixo:

- Atender aos requisitos legais educacionais e as orientações das diretrizes curriculares nacionais para a formação do perfil do egresso, considerando, as demandas da região norte, a missão e visão da IES;
- Promover a articulação permanente entre ensino, pesquisa e extensão, por meio do Programa de Articulação Pesquisa, Ensino e Extensão - PAPEERI;
- Desenvolver o Ensino para a formação de competências e habilidades previstas nas DCN's, considerando os aspectos de atualização curricular; utilização e desenvolvimento de material didático; oferta de componentes curriculares semipresenciais e promovendo a formação de profissionais capazes de atender as demandas econômicas, sociais, culturais, políticas e ambientais da região norte;
- Promover a disseminação de valores éticos, humanísticos, ambientais e socialmente responsáveis, por intermédio do Programa de Educação Ambiental e o Programa de Educação para os Direitos Humanos obedecendo ao que determina a legislação pertinente;
- Promover a qualidade do ensino e a inovação pedagógica estabelecidos no Programa de Qualidade de Ensino e no Programa de Inovação Pedagógica utilizando-se de metodologias ativas por meio da interação teórico prática, da pedagogia de projetos e acessibilidade pedagógica e atitudinal, ensino interdisciplinar, transversal e flexível com processos de avaliação que tenham como foco a aprendizagem e que se dão de maneira somativa - com base na teoria de resposta ao item e, formativa - visando o desenvolvimento de competências;
- Atender os estudantes, ofertando apoio acadêmico, pedagógico e psicopedagógico necessários ao suporte de sua vida acadêmica e estudantil, tendo como meta o acolhimento ao ingressante, o nivelamento, a monitoria, atividades extracurriculares, a acessibilidade e a permanência do mesmo em condições excelentes de aprendizagem, bem como o acompanhamento de egresso, por meio do Programa de Apoio ao Discente; Programa de Acessibilidade e Programa de Acompanhamento do Egresso;
- Promover a gestão participativa por meio dos NDE's e colegiados docentes e

discentes, garantindo inclusive a representatividade discente em órgãos colegiados;

- Desenvolver o Programa de Monitoria, como estímulo a formação de novos quadros docentes.

Assim reafirmando suas intenções e compromissos com a efetivação de um projeto educacional pautado na conquista de uma formação científica de qualidade e na formação humana, o CEUNI - FAMETRO apresenta suas políticas de ensino que, em uma ambiência de participação e responsabilidade, buscam a excelência do trabalho desenvolvido. Focada nessas premissas norteadoras, a IES define os seguintes princípios como base de sua política de ensino:

- Princípio da proximidade: recomenda que o ensino e aprendizagem, sejam quais forem seus métodos e técnicas, inicie pelo conhecimento que seja o mais próximo possível da vida do aluno, partindo dos fatos mais imediatos para os mais remotos, do conhecido para o desconhecido.
- Princípio da direção: recomenda ao professor o planejamento, a previsão, a sequência lógica, estruturada, do conhecimento, a clareza de objetivos e o enfoque de questões essenciais do conteúdo, sem deter-se em questões periféricas.
- Princípio da adequação: recomenda que os métodos e técnicas sejam apropriados ao aluno, à natureza e tipo de conteúdo, ao contexto, às fases evolutivas do desenvolvimento e da aprendizagem.
- Princípio da participação: recomenda que se observem, nos alunos em formação, em todas as áreas, a atividade, o envolvimento, o estudo, a atenção, o trabalho com o conhecimento, a organização, a disposição, a conscientização do valor do estudo, da aprendizagem e seus métodos.
- Princípio da diversidade: recomenda preservar, em qualquer método de ensino-aprendizagem, o valor de condutas que propiciem a livre manifestação de ideias, a qualificação e acolhimento das pessoas, a confiança, a iniciativa, a criatividade e criação, o respeito às diferenças e à pluralidade.
- Princípio da vivência: aplica-se à consideração ao conhecimento formado no cotidiano e nas práticas anteriores dos alunos, assim como suas experiências atuais, associando-os aos significados do conhecimento teórico e suas relações com fatos da realidade, da vida.
- Princípio da descoberta: aplica-se ao conhecimento tanto ao teórico e suas fontes, como ao conhecimento pessoal, de si e do outro, incluindo ainda o conhecimento dos fatos da realidade e a vivência do prazer de aprender.

- Princípio da construção do conhecimento: refere-se à sua integração, articulação, irradiação à vida, ao cotidiano, onde se encontram os seus significados concretos.
- Princípio da reflexão: recomenda incorporar aos métodos de ensino-aprendizagem os processos de análise, conclusões e avaliação do conhecimento.
- Princípio da Interdisciplinaridade e da Transversalidade: pretende-se abordar os conteúdos da formação de maneira a garantir o trânsito interdisciplinar e transversal, ou seja, os conteúdos devem ser abordados de maneira a evidenciar as relações interdisciplinares e transversais do conhecimento, superando a abordagem fragmentada e isolada o saber.

Esta Política de Ensino se realiza por intermédio dos seguintes programa e projetos e institucionais:

NÚCLEOS DE APOIO AO ENSINO:

NIT-Núcleo de Inovação Tecnológica- responsável por assessorar os projetos de inovação tecnológica dos cursos de graduação, com atribuições de:

- Analisar e emitir parecer sobre a viabilidade técnica e econômica do licenciamento e da transferência de produtos, processos e serviços oriundos da propriedade intelectual;
- Deliberar sobre propostas e indicações, representações ou consultas de interesse da Faculdade em matéria de inovação tecnológica e proteção da propriedade intelectual;
- Estabelecer regras e procedimentos para avaliação e classificação de resultados decorrentes de atividades e projetos acadêmicos da IES em atendimento às disposições da Lei nº 10.973/2004, da Lei nº 13.243/2016 e do Decreto nº 9.283/2018;
- Estabelecer regras e procedimentos para avaliação de solicitação de inventor independente para adoção de invenção na forma dos artigos 22 e 22-A da Lei nº 10.973/2004;
- Estabelecer regras e procedimentos para a execução, acompanhamento de pedidos de proteção e manutenção dos títulos de propriedade intelectual da IES;
- Estabelecer regras e procedimentos para a transferência, licenciamento e comercialização de tecnologias da IES.

NAPA- Núcleo de Apoio Psicopedagógico e acessibilidade: O apoio psicopedagógico na IES dar-se-á por meio de uma estrutura pedagógica/administrativa denominada Núcleo e Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade. Neste espaço a partir da intersecção da pedagogia com outras áreas de conhecimento, a IES realiza ações de prevenção e de apoio aos alunos com problemas, distúrbios, dificuldades de aprendizagem e ainda aqueles com necessidades educativas especiais específicas de natureza permanente. O NAPA tem como objetivo geral de promover, por meio do atendimento psicopedagógico e social, a saúde dos relacionamentos interpessoais e institucionais, contribuindo para o processo de aprendizagem e inclusão do aluno para seu pleno desenvolvimento. O Regulamento do Núcleo de Apoio Pedagógico e Acessibilidade se encontra anexo a este.

NADI- Núcleo de Apoio ao discente: O apoio ao discente do NADI responsável por captação de vagas de emprego e estágio não obrigatório, bem como pela promoção de palestras de formação para o mercado de trabalho, e ainda, por ações de reversão, no caso de alunos que eventualmente tenham intenção de desistir dos estudos. O Regulamento do Núcleo de Apoio Pedagógico e Acessibilidade se encontra anexo a este.

PROGRAMAS DE ENSINO:

Esta Política de Ensino se realiza por intermédio dos seguintes programas institucionais, em anexos:

- PAPEERI – Programa de Articulação de Pesquisa, Ensino e Extensão e Responsabilidade Social Institucional;
- PEA – Programa de Educação Ambiental;
- PEDH – Programa de Educação para os Direitos Humanos;
- PQE- Programa de Qualidade de Ensino;
- PAD – Programa de Apoio ao Discente

PROJETOS INSTITUCIONAIS

Estes Programas Institucionais por sua vez se desdobram no âmbito dos cursos de graduaçãonos seguintesProjetos institucionais:

- Projeto de Atividade Interdisciplinar
- Projeto de Atividade Transversal

- Projeto de Iniciação Científica
- Projeto Artístico Cultural
- Projeto de Extensão
- Projeto de Responsabilidade Social
- Projeto de Inovação Tecnológica
- Projeto de Recepção de Calouros
- Projeto de Nivelamento
- Projeto de Monitoria
- Projeto de Atividades Complementares
- Projeto de Acompanhamento do Desempenho Acadêmico
- Projeto de Monitoramento da Evasão
- Projeto de Acompanhamento de Egressos

Por fim, a Política de Ensino do CEUNI - FAMETRO pretende realizar os seguintes objetivos:

Objetivo Geral:

Promover a construção de relações de ensino/aprendizagem em sala de aula e demais espaços educativos com qualidade socialmente referenciada em índices de avaliação externas e internas, focadas no desenvolvimento de competências expressas no perfil do egresso estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação e no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, na modalidade presencial e a distância, a partir da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Objetivos Específicos:

- Melhorar continuamente os resultados institucionais e promover o crescimento da IES, a fim de que a mesma se torne Centro Universitário;
- Ampliar a oferta nos cursos da IES, democratizando o acesso ao ensino superior, por meio da ampliação de vagas e oferta de cursos nos bairros da cidade de Manaus, dentro do perímetro urbano;
- Elaborar e desenvolver Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos de Graduação, consonantes com as necessidades formativas e do mundo do trabalho para o alcance dos objetivos e da missão institucional, articulados com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação e no Catálogo Nacional de Cursos Tecnológicos.

Ações acadêmico Administrativas

Desta maneira, a Política de Ensino da IES deve promover ações acadêmico-administrativas no âmbito do ensino que incentivem a produção do conhecimento com qualidade relacionada com o seu contexto regional e sem perder de vista a formação humana, ética e tecnológica integrada a partir das inovações metodológicas, tecnológicas da avaliação continuada, das relações teoria-prática e ensino-serviço, da interdisciplinaridade, transversalidade, da educação para os direitos humanos e do incentivo aos percursos curriculares mais abertos, contemplando as atividades complementares.

a. Sistemática de Atualização Curricular

O CEUNI - FAMETRO mantém como um dos elementos essenciais de sua política de ensino a elaboração, implantação e desenvolvimento de Projetos Pedagógicos de Curso pautados nos critérios e padrões de qualidade, nas diretrizes curriculares nacionais e demais documentos legais pertinentes, tais como Diretrizes Curriculares Nacionais, Catálogo Nacional de Cursos Tecnológicos, Normativas dos Conselhos e Entidades de Classe. Também busca o direcionamento de sua política institucional para o ensino e nas aspirações, convicções e necessidades da comunidade interna e externa.

O CEUNI - FAMETRO mantém como princípio que os projetos pedagógicos facilitam os processos de articulação e orientação para as ações institucionais; possibilitam definições, quanto às prioridades para a gestão acadêmica; e contribuem para o alcance de maior nível de coesão interinstitucional.

Na construção dos projetos pedagógicos adota-se uma concepção que prioriza não só os conteúdos universais, mas também o desenvolvimento de competências e habilidades, na busca do aperfeiçoamento da formação cultural, técnica e científica do alunado. Os projetos pedagógicos dos cursos estão sintonizados com os novos paradigmas da educação e da sociedade, com isso garante-se uma formação global e crítica aos envolvidos no processo, como forma de capacitá-los para o exercício da cidadania, bem como para se tornarem sujeitos de transformação da realidade, apresentando respostas aos grandes problemas da atualidade.

Os Currículos serão ajustados trienalmente considerando o resultado da avaliação interna e externa dos cursos, o resultado do ciclo avaliativo ENADE ou sempre que a legislação concernente tiver alteração.

As ações acadêmico administrativas propostas para a sistemática de atualização curricular são:

- **Manter em pleno funcionamento com reuniões periódicas os Núcleos Docentes Estruturantes dos Cursos** para acompanhamento e avaliação continua dos projetos pedagógicos dos cursos, assumindo lugar de protagonista nesse processo conforme determina a Resolução CONAES Nº 01, de 17 de junho de 2010, onde:

> contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
> zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
> indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
> zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação, são as suas principais funções.

- **Participação dos Colegiados na aprovação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos** que são por excelência o espaço de discussão próprio das questões pedagógicas e acadêmicas afetas aos currículos. Os Currículos serão atualizados em **periodicidade trienal**, ou quando, alguma alteração de fundo e relevante se fizer necessária, advinda de uma determinação legal, normativa ou ainda por algum novo conteúdo surgido. Estas discussões, orientações e deliberações serão registradas em atas de reunião as quais servirão de documento e registro das alterações pretendidas, estas, por sua vez, doravante propostas pelos Núcleos Docentes Estruturantes dos cursos, e aprovadas em colegiado de curso devem primar por assegurar a qualidade dos currículos e consequentemente do ensino na Instituição e garantir o atendimento às diretrizes pedagógicas estabelecidas, as seguintes atividades são desenvolvidas, serão ações prioritárias dos NDE´s e Colegiados:

a) a revisão contínua dos currículos;
b) a atualização de programas ementas, bibliografias e planos de ensino, trienalmente;
c) a criação de novos cursos;
d) a revisão dos projetos pedagógicos dos cursos trienalmente;
e) a auto avaliação visando ao aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido.

- **Promover a participação dos docentes na elaboração dos projetos pedagógicos** é condição primordial para o CEUNI - FAMETRO, uma vez que estará

proporcionando a integração das equipes; efetivando a responsabilidade e o envolvimento de todos na consecução dos objetivos propostos; e caracterizando tanto o próprio projeto como as ações e metas neles contidas como parâmetro para o direcionamento de todas as atividades, como também para as necessárias avaliações dos respectivos cursos.

- **Elaborar os projetos pedagógicos dos cursos prevendo a articulação das atividades acadêmicas da Instituição,** direcionando objetivos e metas destinadas a promover o desenvolvimento integral do aluno, de maneira a conter núcleos inter e transdisciplinares e de Educação para os Direitos Humanos predispostos à flexibilização e integração, tendo o Núcleo Docente Estruturante, um papel fundamental nesse processo.
- **Projetar ações de ensino e extensão em estreita correlação com o ensino, para fortalecimento dos currículos de graduação,** articulando programas, integrando professores e alunos e proporcionando dessa forma, o ambiente condutor e desafiador para o desenvolvimento dos conhecimentos e das habilidades, direcionando a qualidade das formações.
- **Realizar de ações de formação para melhoria dos processos pedagógicos**, por meio do Núcleo de Apoio Pedagógico e Experiência Docente, composto por professores com 5 anos de experiência docente.
- **Currículo voltado para o desenvolvimento de competências**, no sentido da orientação do ensino para a formação de competências, cabe destacar que os conteúdos são considerados em seu aspecto tridimensional, ou seja, na sua face conceitual, atitudinal e procedimental. É claro que nos passa despercebido que tal divisão só é possível do ponto de vista didático, mas nos cabe ressaltar que compreendemos que ao tempo que um conteúdo é um todo unificado, a complexidade atribuída aos mesmos faz crê que devemos observar em que momento uma dimensão de um conteúdo ressalta e exige do professor uma abordagem metodológica distinta. Assim um conteúdo de natureza procedimental, que enseja um saber fazer, deve conter uma articulação entre uma atitude e um conceito, sem o que, um procedimento adquire uma faceta mecânica de simples reprodução do que já é feito, retirando assim a possibilidade de invenção ou de reinvenção de um saber fazer. Do mesmo modo um conceito sem um contexto que permita ao aluno localizar a aplicação do mesmo, torna-se um conteúdo desprovido de sentido e de significado. E por fim, a aprendizagem de um conceito e suas

possíveis aplicações, a realização de uma prática, sua reelaboração e reinvenção deve pressupor que o aluno adquira um conjunto de atitudes compatíveis com a sua inserção social, compromisso cidadão, aliado ao desenvolvimento pessoal e profissional. Além do princípio da competência, conforme apontam as diretrizes curriculares nacionais, entende-se que o processo educacional deve estar centrado nos conteúdos relevantes para a formação do cidadão, respeitadas as especificidades das diferentes disciplinas. O estudante deve ser avaliado quanto ao desenvolvimento de competências e habilidades, por meio da aprendizagem significativa daqueles conteúdos. Além disso, o desenvolvimento metodológico dos conteúdos requer estratégias que mobilizem e desenvolvam várias competências cognitivas básicas, como a observação, compreensão, argumentação, organização, análise, síntese, comunicação de ideias, planejamento, memorização etc.

Ao selecionar os conteúdos, os professores trabalham conforme suas visões de mundo, suas ideias, suas práticas, suas representações sociais. Toda prática educativa apresenta determinado conteúdo, a questão maior é saber quem escolhe os conteúdos, a favor de quem e de como estará o seu ensino e, para tanto, nas suas disciplinas os docentes irão:

- Tomar como referência a prática profissional, analisar criticamente as formas de seleção e organização dos objetivos e conteúdos, assim como o seu significado no processo de ensino, identificando qual a concepção de homem, mundo e educação que estão orientando essa prática;

- Discutir a importância da determinação dos objetivos como elementos que orientam o processo, envolvendo a seleção de conteúdos, procedimentos, avaliação, e definindo o tipo de relação pedagógica a ser estabelecida;

- Considerar que o conteúdo só adquire significado quando se constitui em um instrumental teórico-prático para a compreensão da realidade do aluno, tendo em vista a sua transformação;

- Interligar a formação baseada em competências com os princípios do ensino da IES e as necessidades do mercado;

No que compete os parâmetros para seleção de conteúdos e elaboração de currículos nos Projetos Pedagógicos de Curso, o CEUNI - FAMETRO considera que:

- A seleção de conteúdos é o resultado de um universo maior de conhecimentos e saberes conforme o objetivo que se tenha de educação. Para formar um ser humano crítico e participativo na sociedade é necessário selecionar conhecimentos diferentes daqueles que são tradicionalmente escolhidos e que não priorizam a criticidade. Os conteúdos são ainda considerados em seus aspectos cognitivos e técnicos, considerando a sua característica conceitual, procedimental, e atitudinal, estabelecidas nas diretrizes curriculares pertinentes.

A definição dos conteúdos para elaboração dos currículos a serem desenvolvidos nos diferentes cursos do CEUNI - FAMETRO deve ter em perspectiva:

I. A análise da realidade e o foco nos aspectos da inserção regional da Instituição;

II. As dimensões:

a) **Sócio antropológica**, que considera os diferentes aspectos da realidade social em que o currículo será aplicado. Visam despertar no aluno a consciência para os problemas brasileiros e mundiais, de modo que possa capacitá-los a exercer uma profissão na sociedade com respostas conscientes e livres para a construção de um mundo onde todos tenham oportunidades iguais, onde todos participem na produção consciente do espaço, exercendo a cidadania e, consequentemente, a democracia plena;
b) **Psicológica**, que se volta para o desenvolvimento cognitivo do aluno;
c) **Epistemológica,** que se fixa nas características próprias das diversas áreas do saber tratadas pelo currículo;
d) **Orientada para o desenvolvimento de competências;** os conteúdos a ser ensinados devem estar orientados para a construção das competências e habilidades que estruturam o perfil do egresso de cada curso.

A Política de Atualização Curricular do CEUNI - FAMETRO prediz que os currículos se orientem por intermédio das seguintes premissas:

1. Coerência do currículo com os objetivos do curso;

2. Coerência do currículo com o perfil do egresso;

3. Coerência do currículo face às Diretrizes Curriculares Nacionais e o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia;

4. Adequação da metodologia de ensino à fundamentação teórico-metodológica do curso;

5. Inter-relação e integração entre as disciplinas;

6. Dimensionamento correta e de acordo com a natureza dos conteúdos da carga horária teórico-prático dos componentes curriculares;

7. Adequação e atualização das ementas e programas das disciplinas;

8. Adequação, atualização e relevância da bibliografia;

9. Currículos baseado na prática interdisciplinar e transversal;

10. As necessidades do mundo do trabalho e as emergências do mercado de trabalho;

11. A realidade local/nacional e global.

Projetos Interdisciplinares do Curso

Semestre	Projeto	Ações Desenvolvidas	Turmas envolvidas
2015/2	1° período: Biossegurança na visão do ingresso Todas as disciplinas do semestre trabalham o mesmo eixo-central.	Cada período trabalhou uma obra definida pelo colegiado de Curso. As turmas foram divididas em grupos e cada equipe trabalhou com o tema de acordo com a proposta do professor de cada disciplina sob a forma de seminário, debates, estudos dirigidos e entre outras atividades.	Todas

2016/1	1° período: Biossegurança na visão do ingresso 2° período: Mutações Genéticas Todas as disciplinas do semestre trabalham o mesmo eixo-central.	Cada período trabalhou uma obra definida pelo colegiado de Curso. As turmas foram divididas em grupos e cada equipe trabalhou com o tema de acordo com a proposta do professor de cada disciplina sob a forma de seminário, debates, estudos dirigidos e entre outras atividades.	Todas
2016/2	1° período: Biossegurança na visão do ingresso 2° período: Mutações Genéticas 3° período: Imunodeficiências Adquiridas Todas as disciplinas do semestre trabalham o mesmo eixo-central.	Cada período trabalhou uma obra definida pelo colegiado de Curso. As turmas foram divididas em grupos e cada equipe trabalhou com o tema de acordo com a proposta do professor de cada disciplina sob a forma de seminário, debates, estudos dirigidos e entre outras atividades.	Todas

2017/1	Todos os períodos: Aedes aegypti: Dengue, zika, Chikungunya, Mayaro e Oropouche. Todas as disciplinas do semestre trabalham o mesmo eixo-central.	Cada período trabalhou uma obra definida pelo colegiado de Curso. As turmas foram divididas em grupos e cada equipe trabalhou com o tema de acordo com a proposta do professor de cada disciplina sob a forma de seminário, debates, estudos dirigidos e entre outras atividades.	Todas
2017/2	Todos os períodos: SAÚDE x MEIO AMBIENTE: Saneamento Básico na Prevenção de Doenças e na Promoção da Saúde Todas as disciplinas do semestre trabalham o mesmo eixo-central.	Cada período vai trabalhar uma obra definida pelo colegiado de Curso. As turmas foram divididas em grupos e cada equipe trabalhou com o tema de acordo com a proposta do professor de cada disciplina sob a forma de seminário, debates, estudos dirigidos e entre outras atividades.	Todas
2018/1	Todos os períodos: SAÚDE x MEIO AMBIENTE: Febre Amarela Todas as disciplinas do semestre trabalham o mesmo eixo-central.	Cada período trabalhou uma obra definida pelo colegiado de Curso. As turmas foram divididas em grupos e cada equipe trabalhou com o tema de acordo com a proposta do professor de cada disciplina sob a forma de seminário, debates, estudos dirigidos e entre outras atividades.	Todas

2018/2	Todos os períodos: SAÚDE x MEIO AMBIENTE: Saúde do Idoso Todas as disciplinas do semestre trabalham o mesmo eixo-central.	Cada período trabalhou uma obra definida pelo colegiado de Curso. As turmas foram divididas em grupos e cada equipe trabalhou com o tema de acordo com a proposta do professor de cada disciplina sob a forma de seminário, debates, estudos dirigidos e entre outras atividades.	Todas

Projetos Transversais do Curso de Farmácia: Educação Ambiental e Educação Étnico-Racial.

Semestre	Projeto	Ações desenvolvidas	Turmas envolvidas
2015/2	Projeto de Ações Transformadoras e Educação das Relações Étnico-Raciais	Ação desenvolvida em escolas da cidade voltadas para conscientização do meio ambiente e para a conscientização a favor dos Direitos Humanos.	Todas
2016/1	Projeto de Conscientização sobre o Meio Ambiente e Educação das Relações Étnico-Raciais	Ação desenvolvida em escolas da cidade voltadas para conscientização do meio ambiente e para a conscientização a favor dos Direitos Humanos.	Todas

2016/2	Projeto de Conscientização sobre o Meio Ambiente e e Educação das Relações Étnico-Raciais	Ação desenvolvida em escolas da cidade voltadas para conscientização do meio ambiente e para a conscientização a favor dos Direitos Humanos.	Todas
2017/1	Projeto Saúde x Meio Ambiente e Educação das Relações Étnico-Raciais	Ação desenvolvida em escolas da cidade voltadas para conscientização do meio ambiente e para a conscientização a favor dos Direitos Humanos.	Todas
2017/2	Projeto de Saneamento básico na prevenção de doenças e na promoção da saúde	Ação desenvolvida em escolas da cidade voltadas para conscientização do meio ambiente e para a conscientização a favor dos Direitos Humanos.	Todas
2018/1	SAÚDE x MEIO AMBIENTE: Febre Amarela Projeto de Saneamento básico na prevenção de doenças e na promoção da saúde	Ação desenvolvida em escolas da cidade voltadas para conscientização do meio ambiente e para a conscientização a favor dos Direitos Humanos.	Todas

2018/2	SAÚDE x MEIO AMBIENTE: Saúde do Idoso Projeto de Saneamento básico na prevenção de doenças e na promoção da saúde	Ação desenvolvida em escolas da cidade voltadas para conscientização do meio ambiente e para a conscientização a favor dos Direitos Humanos.	Todas

b. Desenvolvimento/utilização de material didático-pedagógico

O material didático pode ser definido como instrumento e produto pedagógico utilizado em sala de aula, especificamente como material instrucional que se elabora com finalidade didática. Ou seja, o material didático tem a estrita finalidade de ensinar, fortalecendo o ensino. De natureza diversa os materiais didáticos podem ser físicos ou virtuais e podem se constituir em um número significativo de tipos e modelos. Considerando a complexidade e amplitude deste conceito, serão considerados materiais didáticos no CEUNI - FAMETRO em forma impressa e virtual, estão em processo de elaboração:

- Cadernos de Textos (em fase de planejamento);
- Cadernos de Exercícios (em fase de planejamento);
- Cadernos de Estudos de Casos (em fase de planejamento);
- Blogs e sites interativos (já em andamento);
- Livros (em fase de planejamento);
- Manuais (em fase planejamento);
- Revistas Científicas (já em andamento).

O desenvolvimento de material didático-pedagógico é muito importante para a análise e seleção dos conteúdos a serem desenvolvidos dentro dos componentes curriculares, e essa é uma atividade que envolve dedicação do corpo docente e da equipe de apoio técnico da Instituição.

OCEUNI - FAMETRO compreende que o desenvolvimento do material didático deve ter critérios estruturados para que os projetos pedagógicos atendam aos requisitos de formação exigidos pelas respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais e no Catálogo Nacional de Cursos Tecnológicos, e que também possam expressar o pensamento da Instituição quanto, à cultura, à ciência e à formação profissional cidadã.

A elaboração de materiais didático-pedagógicos exige uma concepção interdisciplinar, capaz de garantir ao mesmo tempo abrangência, atualização e fundamentação, reunindo conhecimento científico (clássico e contemporâneo) e também valorizar a experiência docente (magistério e profissional).

Como perspectiva de atendimento à dinâmica do processo de ensino-aprendizagem, o desenvolvimento de materiais didáticos do CEUNI - FAMETRO tem o foco na interdisciplinaridade, na aquisição de competências, habilidades e atitudes profissionais condizentes com as expectativas da sociedade e do mercado de trabalho, balizadas pela proposta curricular do curso.

São diretrizes para o desenvolvimento de material didático-pedagógico do CEUNI - FAMETRO:

- Elaboração de referenciais de conhecimentos fundamentais para a compreensão crítica dos problemas e para a intervenção no contexto social, político e cultural a que se referem;
- Desenvolvimento de materiais didáticos pelos autores, a interdisciplinaridade que deve ser alcançada na apresentação de problemas reais enfrentados pelos alunos em seu cotidiano e no desenvolvimento do seu processo de trabalho;
- Fornecer conteúdos mínimos que possibilitem a organização do conhecimento prévio trazido pelo aluno, indicar referências e, principalmente, estimular o próprio aluno a buscar novos conteúdos;
- Fornecer ferramentas e informações necessárias à pesquisa qualificada de novos conteúdos, a partir das necessidades reais do aluno;
- Facilitar a aquisição das competências técnicas específicas, como, também, estimular o desenvolvimento de competências necessárias ao trabalho em equipe, à atitude de liderança e à ética profissional;

- Construir um material que amplie a visão do aluno, que permita o aprofundamento dos assuntos principais, fornecendo sempre uma vasta bibliografia de apoio, sugestões de sites para navegação, textos para complementação dos assuntos abordados etc;
- Estruturar o material de forma clara, que propicie fácil manuseio e identificação de cada uma de suas partes/elementos;
- Prever a inclusão, no material didático, de seções especiais, como, por exemplo, de questões para reflexão, de dicas, de glossário etc., que se constituem recursos para maior interação do aluno com o material; para dialogar com o texto; e, ainda, para facilitar a navegação (em caso de material virtual) e articulação dos conteúdos. Estas seções, definidas principalmente em função dos objetivos e conteúdos do curso e do público a que ele se destina, devem ser apresentadas de modo a serem claramente identificadas/percebidas pelo aluno quanto ao que elas propõem, devendo estar em perfeita harmonia com o conteúdo e a estrutura do material;
- Observação quanto à linguagem utilizada, privilegiando sempre a linguagem clara, objetiva e coloquial, adequada às características dos alunos, principalmente quanto a sua escolaridade, idade e interesses.

Em relação à estrutura de um material didático indicamos que o mesmo deve conter:

- **Sumário**: o geral, abrangendo os grandes itens contemplados no material;
- **Apresentação e/ou Introdução**: traz considerações gerais dos autores; objetivos do material/curso, importância dos temas tratados, contexto em que a publicação se situa; agradecimentos (se for o caso);
- **Unidades de Aprendizagem**: cada unidade pode ter uma página especial de abertura (opcional), que traria, no mínimo, os seguintes elementos: título da unidade, seu respectivo número e os títulos dos subitens que ela compreende;
- **Mapa Referencial da Unidade** – vem logo após a página de abertura da unidade (caso exista), trazendo informações sobre os grandes blocos temáticos da unidade e os principais assuntos tratados em cada um deles. o desenvolvimento da Unidade propriamente dito, com as atividades ao

longo e outras ao final, que necessariamente serão enviadas ao tutor para correção e aferição de nota/conceito.

- **Referências bibliográficas:** podem ser apresentadas para o material como um todo e, nesse caso, devem vir ao final de todos os textos e antes dos anexos; também podem ser específicas para cada Unidade de Aprendizagem do curso, sendo apresentadas ao final delas.
- **Anexos**: ainda em relação à estrutura do material didático, é necessário lembrar que existem critérios editoriais pré-definidos para os elementos que deverão compor as capas e as páginas iniciais do material, que antecedem o sumário.

Em relação ao formato, indicamos que em se tratando de um material didático impresso, o seu formato está diretamente relacionado ao seu feitio, às suas dimensões (largura e altura) expressas em centímetros. O formato é geralmente definido pelos autores em conjunto com o designer, não só em função da estética, mas, principalmente, do objetivo do material, do conteúdo que será veiculado, do público-alvo do curso e da economia de papel, tendo em vista o tipo de corte que será efetuado.

São exemplos de formato de material didático impresso:

- formato A4 – bastante usual, com dimensões de 21 x 29,7cm;
- formato oblongo – aquele em que a largura da página é maior que a altura;
- formato almaço – com dimensões de 33 x 44cm, peculiar ao papel almaço, e que, dobrado ao meio, produz o formato ofício;
- formato tablóide – correspondente à metade do formato corrente de um jornal.

Em relação as fonte, parágrafo e entrelinhas: embora o projeto gráfico de um material didático impresso defina a fonte, o parágrafo e o entrelinhamento que serão adotados nos textos, nos títulos, nas legendas das figuras, nas notas de rodapé etc., é recomendável que o original entregue à empresa encarregada da produção gráfica seja digitalizado segundo alguns critérios, visando normalizar e, assim, facilitar a transposição do texto para o programa de edição apropriado.

Dentre os critérios para a digitalização dos originais do material didático, em sua forma final, ressaltamos alguns mais relevantes:

- editor de texto – Word
- fonte – Times New Roman, corpo 11
- parágrafo – justificado
- entrelinhas – 1,5
- caixa alta e baixa (Cab) – usar em todo o material, ou seja, nos textos, títulos,
- legendas de figuras etc.

Com o objetivo de estimular os autores a fazerem uma autoavaliação do material didático produzido, nas suas diferentes etapas de elaboração, sugerimos algumas questões para problematização.

I. Os conteúdos estão dando suporte ao desenvolvimento das competências identificadas?
II. A linguagem está clara, compreensível, propiciando entendimentos e reflexões?
III. As estratégias pedagógicas propostas (atividades, questões para reflexão, uso de imagens, casos etc.) possibilitam que o aluno realize uma atividade consciente, reflexiva e crítica?
IV. O material permite partir do contexto do aluno, de suas experiências e vivências para que, a partir delas, ele possa construir o seu próprio conhecimento?
V. As atividades de avaliação estão contemplando todo o percurso do processo educativo?

c. Sistemática de Implantação e oferta de componentes curriculares na modalidade semipresencial

Em acordo com a Portaria MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, a modalidade semipresencial caracteriza-se “como quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem centrados na autoaprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilizem tecnologias de comunicação remota”

Neste sentido, a IES, obedecendo o calendário de entradas no sistema E-MEC em 2016, solicitamos o credenciamento para atuar na modalidade a distância e operar também na oferta de componentes curriculares semipresenciais, respeitando o limite de 20% conforme preconiza a legislação.

d. Programa de Monitoria

No CEUNI - FAMETRO, o Programa de Monitoria visa favorecer a participação dos alunos na execução de projetos de ensino e na vida acadêmica universitária, além de incentivar a melhoria no processo de ensino e aprendizagem tanto do aluno monitor quanto dos alunos da disciplina. Vários são os compromissos de um Programa de Monitoria Acadêmica, dentre eles o desenvolvimento de autonomia do aluno monitor, o aumento do senso de responsabilidade e a ampliação do vínculo do professor, monitor, alunado.

Como parte da política de Ensino, o **Programa de Monitoria** na IES, tem os seguintes objetivos:

a) Fomentar no aluno o interesse pela carreira docente e pelas rotinas do trabalho de pesquisa.

b) Intensificar a cooperação do corpo discente e a interação entre estudantes de diferentes períodos letivos.

c) Aprofundar conhecimentos teóricos e práticos dentro da disciplina a que estiver ligado o Monitor(a), por meio do treinamento para transmissão do conhecimento acumulado.

d) Servir de campo de estágio, apenas aos alunos que estiverem sobre a tutela dos professores da sua área de ensino, tendo acompanhamento dos supervisores de estágio.

São competências atribuídas aos docentes participantes do Programa de Monitoria:

a) Dar oportunidade ao aluno para que ele acompanhe as atividades didático-científicas da disciplina e/ou grupo de disciplinas, inclusive a preparação eseleção de material para aulas teórico-práticas e trabalhos escolares;

b) Propiciar ao aluno oportunidade de auxiliar no preparo de trabalhos práticos e experimentais, compatíveis com seu nível de conhecimento e experiência na disciplina e/ou grupo de disciplinas;

c) Planejar estratégias juntamente com o aluno-monitor para que o mesmo faça um efetivo acompanhamento das turmas;

d) Elaborar juntamente com o aluno-monitor, o plano de trabalho. Neste plano deve-se pensar em todas as atividades a serem realizadas pelo aluno-monitor e a carga horária a ser dispensada para cada uma delas;

e) Supervisionar as atividades realizadas pelo aluno-monitor;

f) Fazer o acompanhamento efetivo do aluno-monitor e auxiliá-lo sempre que lhe for solicitado; reunir-se minimamente uma hora por semana com o monitor para planejar e avaliar os atendimentos aos discentes;

g) Apresentar à Coordenação de Curso, ao final do semestre letivo, relatório das atividades exercidas, e assinar o formulário de acompanhamento referente às atividades em cada mês do aluno-monitor (ver modelo nos anexos).

São atribuições do Aluno Monitor:

a) Interagir com professores e alunos visando um melhor desempenho da aprendizagem, e um bom relacionamento entre docentes e discentes;

b) Participar de atividades que propiciem o aprofundamento de seus conhecimentos na disciplina objeto da monitoria, através de pesquisas, seminários, monografias, revisão de textos e resenhas bibliográficas;

c) Exercer suas atividades em consonância com o plano de trabalho elaborado em conjunto com o professor orientador;

d) Regularmente ou quando for solicitado, apresentar ao professor orientador relatório de suas atividades, envolvendo avaliação do seu desempenho, da orientação recebida e das condições em que se desenvolveram suas ações;

e) Entregar mensalmente frequência e relatório assinados pelo professor-orientador à coordenação responsável pela monitoria;

f) Preencher o cadastro e assinar termo de compromisso por 06 (seis) meses, podendo ser renovado por mais 06 (seis) meses.

Para a seleção de monitores é lançado, na periodicidade semestral, o Edital de Monitoria, dispondo das regras e critérios para seleção de pretensos monitores. No edital constam também as disciplinas disponíveis e ou as atividades educativas e projetos especiais que necessitam de monitores. Ao ser selecionado o monitor estará submetido às normas e protocolos dispostos no Manual de Monitoria que se encontra em anexo a este documento.

e. Metodologia de Ensino no âmbito da IES:

Para o CEUNI - FAMETRO a aprendizagem está relacionada com a atividade de pesquisa tanto do aluno quanto do professor, e a aprendizagem universitária está associada ao aprender a pensar e ao aprender a aprender. Acreditamos que o ensino universitário precisa hoje ajudar o aluno a desenvolver habilidades de pensamento e identificar procedimentos necessários para aprender.

Mais do que isto, pensamos que o ensino superior deve adotar outra lógica epistemológica que favoreça a ruptura com modelos disciplinares e fechados em si mesmos. Assim as metodologias de ensino, entendidas, como o caminho da mediação entre o sujeito cognoscente e o objeto do conhecimento, deve favorecer a aproximação desses dois pólos a partir de mediações qualitativas que permitam ao aluno a construção do conhecimento tendo em vista a formação das competências que se deseja no perfil de cada curso de graduação.

Considerando que os métodos de ensino constituem um ponto fundamental do planejamento da disciplina e do planejamento das aulas, propomos que os mesmos devem conter uma visão dialógica do processo de construção do conhecimento.

Para garantir esse tipo de dinâmica, a linha horizontal possibilitará a consolidação da relação entre teoria e prática. Nessa linha, os alunos são motivados a problematizar e contextualizar os saberes adquiridos com a linha vertical.

A metodologia de ensino aprendizagem assim delineada deve buscar:

- Superar as aulas meramente expositivas por aulas dialógicas, seminários, debates e mesas-redondas, onde se procurará estimular o aluno a atividades individuais e coletivas de construção do conhecimento, e não a assimilar um conjunto de saberes, como usualmente acontece;
- Conferir maior ênfase aos trabalhos de pesquisa extraclasse para as diversas disciplinas do curso, sendo sugerido que os docentes possam exigir, sempre que possível, a realização de trabalhos e artigos de conclusão das disciplinas;
- Recorrer à utilização de recursos multimídias postos à disposição dos professores na Instituição, através de mecanismos que, preferencialmente, o aproximem da atividade profissional a ser futuramente desempenhada;
- Promover continuamente a acessibilidade pedagógica e atitudinal.

O Centro Universitário CEUNI - FAMETRO está organizado segundo uma abordagem construtivista da educação de adultos e busca a estimular a capacidade de aprender a aprender o trabalho em equipe, a postura ética, colaborativa e compromissada com as necessidades da sociedade.

Visa a profundar, de modo crítico e reflexivo, o conhecimento cientificamente produzido nas áreas exatas, sociais, de gestão, saúde e educação e o diálogo entre esses saberes e as necessidades advindas da realidade.

O trabalho do profissional é orientado pelo modo como se entende a educação e as teorias que fundamentam o processo de ensino-aprendizagem. A seleção de conteúdos, as estratégias que são utilizadas, as expectativas sobre o impacto da ação educacional e, especialmente, o modo como se posiciona quando troca saberes, e lida com os educandos, são reflexos de uma determinada concepção educacional.

Nesse sentido, podem-se identificar diferentes concepções sobre o processo de aprendizagem. Essas concepções fundamentam três tendências pedagógicas que caracterizam a relação entre:

a) o sujeito que aprende;

b) o objeto a ser conhecido (conteúdos de aprendizagem) considerando-se os produtos sociais e culturais; e

c) a mediação entre o sujeito e o objeto;

Todos nós, no cotidiano das relações que desenvolvemos, atuamos, predominantemente, considerando as três principais teorias sobre o processo de aprendizagem: (i) inatista, (ii) ambientalista e (iii) interacionista, e, destacamos as características essenciais de cada uma, de modo a explicitar por que escolhemos a teoria interacionista, que defende uma abordagem construtivista do conhecimento.

Para a teoria inatista do conhecimento, o foco da aprendizagem é o próprio sujeito. Essa concepção fundamenta-se na ideia de que os fatores hereditários e maturacionais definem a constituição do ser humano e que a aprendizagem ocorre de dentro para fora. O papel da escola e dos professores é o de favorecer a expressão das características inatas. O sucesso educacional depende, então, das características trazidas pelas pessoas e as diferenças observadas entre elas são consideradas insuperáveis, uma vez que são biologicamente estabelecidas (MATUI, 1995; REGO, 1995; MEIRIEU, 1998).

De modo oposto, a teoria ambientalista atribui ao ambiente a constituição das características humanas, e privilegia a experiência como fonte de conhecimento e de formação de hábitos de comportamento. Essa concepção, embora considere que as pessoas nasçam com a capacidade de aprender, coloca foco no objeto a ser conhecido e a aprendizagem é concebida como algo que ocorre de fora para dentro. Na escola, as atividades são realizadas de modo a favorecer a acumulação de informações, por meio da repetição e de reforços positivos, visando à criação de hábitos. Os erros são punidos, também no sentido de reforçar a criação de hábitos, fundamentados por um modo correto de pensar e agir. Os professores estão no centro desse processo, devendo ser grandes

conhecedores dos assuntos a serem tratados, e responsáveis pela transmissão de informações aos estudantes, segundo uma determinada ordem e sequência lógica preestabelecida (FREITAG, 1990; BECKER, 1993; MEIRIEU, 1998; CUNHA, 2003).

Para a teoria interacionista ou construtivista, o foco está nos processos de conhecimento, isto é, na interação entre o sujeito que aprende e o objeto. As pessoas são consideradas sujeitos que procuram informações de forma ativa. O professor orienta o processo de aprendizagem, atuando como facilitador e mediador entre sujeito e objeto. As motivações internas e os conhecimentos prévios dos estudantes, a atuação dos mais experientes - pares e professores -, assim como a vivência na escola, são levadas em consideração e valorizadas. Dessa forma, o ensino volta-se às necessidades de aprendizagem desses sujeitos, que a partir de uma postura ativa diante dos conteúdos constroem suas aprendizagens.

No processo de aprendizagem, o erro passa a ser um insumo para a construção de melhores associações e fundamentações, perdendo a conotação de algo a ser escondido porque será punido. Para a teoria interacionista, "o homem constitui-se como tal ou por meio de suas interações e, portanto, é visto como alguém que transforma e é transformado nas relações produzidas em uma determinada cultura" (REGO, 1995, p. 93).

O conjunto de ideias que fundamenta a abordagem construtivista vem sendo progressivamente conhecida por professores e escolas que passaram a tencionar o modelo educacional hegemônico fundamentado na concepção ambientalista da aprendizagem. Esse movimento deu início à construção de propostas curriculares e programas educacionais que colocam o foco na interação entre sujeitos ativos no processo de aprendizagem "capazes de fixar objetivos educacionais, planejar e fazer correções" e professores e escolas responsáveis por favorecer *e* ampliar a compreensão desses sujeitos sobre a realidade (BRANSFORD, 2007, p.115).

Investigações da ciência cognitiva e da neurociência, nas últimas três décadas, têm possibilitado a construção de explicações mais aprofundadas sobre a teoria interacionista da aprendizagem, com importantes repercussões para a elaboração de currículos e para a prática de ensino, considerando-se: a seleção e organização de conteúdos; o uso de estratégias e metodologias de ensino aprendizagem e de avaliação; assim como, o papel da escola, dos docentes e dos discentes na educação (RUGOFF, 1990). A síntese organizada por John D. Bransford, Ann I. Brown e Rodney Cocking, em 2000, destaca a base científica dos processos que regem a aprendizagem e aponta as principais descobertas em relação à aprendizagem (BRANSFORD, 2007, p. 37):

1 - o desenvolvimento da metacognição, como uma estratégica de aprendizagem voltada à identificação dos próprios pontos fortes e frágeis no processo de aprender e busca, pela autorregulação, do "controle da aprendizagem, por meio da definição de objetivos e do monitoramento de seu próprio progresso em alcançá-los";

2- o reconhecimento de que desenvolvemos, desde muito cedo, uma compreensão sobre os fenômenos a nossa volta e, quando esse entendimento inicial não é considerado, há uma expressiva chance de que os novos conceitos não sejam bem compreendidos;

3- o conceito de competência como a aplicação de conjuntos de conhecimentos articulados, organizados e contextualizados, reconhecido a partir da compreensão do processo de aprendizagem de especialistas (HAGER, 1986).

Reforçando esses achados, estudos sobre diferenças e semelhanças no processo de aprendizagem de especialistas e principiantes, coloca foco na utilização de estratégias de aprendizagem como um relevante diferencial, sendo que a metacognição foi identificada como sendo uma das principais estratégias de aprendizagem utilizadas pelos especialistas para a construção de conhecimento (HATANO, 1986).

Diferentemente de principiantes, os especialistas:

- percebem características e padrões de informações, a partir de uma observação;
- utilizam um repertório vasto de conteúdo, organizados segundo uma compreensão profunda desses assuntos;
- articulam o conhecimento com as condições de aplicabilidade - conhecimento contextualizado -, ao invés de conjuntos isolados de fatos, fenômenos ou teorias;
- recuperam aspectos relevantes do seu conhecimento, de modo fluente e com pouco esforço de atenção (BRANSFORD, 2007, p. 51).

A partir dessas diferenças, construímos atividades educacionais que favorecem a metacognição e as trocas entre especialistas e principiantes. Nessa estratégia, destacamos que, como somos seres em permanente aprendizagem, sempre teremos áreas nas quais nosso domínio está mais próximo do modo como os especialistas atuam e em outras áreas onde ainda somos principiantes. Mesmo sendo principiantes, temos alguma compreensão sobre os fenômenos envolvidos numa determinada situação que deve ser considerada.

Desse modo, estimulamos que os saberes prévios, os repertórios de cada participante sejam explicitados para utilização na construção de novos saberes. Todas as experiências que as pessoas vivenciam em seus papéis sociais são consideradas saberes prévios. O conhecimento prévio é um elemento crítico no processo de aprendizagem (MEIRIEU,1998). Ao formular o conceito de aprendizagem significativa, David Paul Ausubel (1918-2008), pesquisador norte-americano, explicita que o fator isolado mais influente na aprendizagem é aquilo que o aprendiz já conhece.

Paralelamente ao conhecimento prévio, o conhecimento contextualizado é um saber aprendido a partir de uma situação que requeira a utilização e articulação de conceitos para melhor explicá-la ou nela intervir. Diferentemente de uma lista de fatos, fórmulas ou teorias isoladas e desarticuladas, os contextos traduzem a aplicabilidade dos saberes e condicionam o conhecimento a um determinado conjunto de circunstâncias. É exatamente o reconhecimento dessas circunstâncias que favorece uma recuperação fluente de aspectos importantes do conhecimento apreendido, com pouco esforço de atenção e com flexibilidade para sua transferência para uma nova situação (BROWN, 1989; SIMON, 1971).

O conhecimento não contextualizado pode ser considerado inerte, uma vez que não é mobilizado para a resolução de problemas (WHITEHEAD, 1994). O conhecimento apenas memorizado, sem compreensão, não é categorizado ou articulado em unidades ou elementos afins, requerendo uma recuperação trabalhosa e demandando um expressivo esforço de atenção para a busca de informações que foram sequencialmente memorizadas. Esse processamento dificulta o desenvolvimento de fluência na utilização do conhecimento.

Assim, nas propostas educacionais aqui apresentadas, privilegia-se a contextualização dos conteúdos a serem trabalhados. Essa estratégia traduzida na utilização de situações-problema contextualizadas, diante da qual os participantes são estimulados a aplicar saberes prévios e novos. Dessa forma, utilizamos o contexto real no qual o participante está inserido, especialmente para promover processos reflexivos, por meio de narrativas sobre a prática, e para o desenvolvimento de projetos de intervenção, visando à transformação. Considerando o contexto apresentado, podemos destacar que as propostas educacionais do CEUNI - FAMETRO para os seus Cursos contemplam:

- a identificação dos conhecimentos prévios dos estudantes;
- o reconhecimento de seus interesses, facilidades, dificuldades e bloqueios;

• o apoio ao desenvolvimento da compreensão de conceitos essenciais, dando preferência pelo entendimento em profundidade;

• o estimulo ao desenvolvimento de sínteses que favoreçam a organização do conhecimento em redes semânticas articuladas e contextualizadas;

• a promoção do respeito ao outro, considerando a diversidade de ideias e valores; e

• o desenvolvimento de responsabilidade e postura ética, particularmente como profissional e cidadão do mundo.

a) Metodologias ativas de ensino-aprendizagem

Estas metodologias têm algumas características principais:

• O aluno é responsável por seu aprendizado, o que inclui a organização de seu tempo e a busca de oportunidades para aprender;

• O currículo é integrado e integrador e fornece uma linha condutora geral, no intuito de facilitar e estimular o aprendizado. Essa linha se traduz nas unidades educacionais temáticas do currículo e nos problemas, que deverão ser discutidos e resolvidos nos grupos tutoriais;

• A IES oferece uma grande variedade de oportunidades de aprendizado através de laboratórios, experiências e estágios hospitalares e comunitários, bibliotecas e acesso a meios eletrônicos (Internet);

• O aluno é precocemente inserido em atividades práticas relevantes para sua futura vida profissional;

• O aluno é constantemente avaliado em relação à sua capacidade cognitiva e ao desenvolvimento de habilidades necessárias à profissão;

• O currículo é maleável e pode ser modificado pela experiência;

• O trabalho em grupo e a cooperação interdisciplinar e multiprofissional são estimulados;

• A assistência ao aluno é individualizada, de modo a possibilitar que ele discuta suas dificuldades com profissionais envolvidos com o gerenciamento do currículo e outros, quando necessário.

O processo de ensino-aprendizagem proposto pelo Centro Universitário CEUNI - FAMETRO está ancorado:

- nas teorias interacionistas;
- na metodologia científica;
- na aprendizagem significativa;
- na reflexão a partir da prática;
- na dialogia;
- em estratégias educacionais apropriadas a cada conteúdo;

Dessa forma, serão utilizadas de forma sistemática e contínua, durante todo o desenvolvimento do curso, seis estratégias educacionais consideradas como Metodologias Ativas de Ensino-Aprendizagem:

- Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL- Problem Based Learning);
- Aprendizagem Baseada em Equipes (TBL- Team Based Learning);
- Problematização;
- Simulação Realística;
- Jogos Dramáticos.

b) Metodologia de ensino-aprendizagem de grupos e equipes interprofissionais

APRENDIZAGEM BASEADA EM PROBLEMAS (PBL)

As raízes da utilização de problemas e da vivência como recursos para o processo ensino-aprendizagem podem ser encontradas em Dewey (1929); o estímulo à auto-aprendizagem em Jerome Bruner (1959); e a primeira organização curricular baseada em problemas no final da década de 1960, no curso médico da McMaster University, Canadá (BARROWS, 1980; SCHMIDT, 1993). Ainda na década de 1960, vale ressaltar Paulo Freire discutiu a aprendizagem de adultos a partir da educação como prática de liberdade e de autonomia.

A pedagogia de Paulo Freire reconhece o homem em permanente produção e a produção de conhecimento a partir de suas relações com o mundo, ou seja, de sua experiência (FREIRE, 2008).

A combinação entre os elementos experiência, ambiente e capacidades individuais permite a constituição das diferentes maneiras de aprender. Ao realizar aprendizagens significativas, os participantes reconstroem a realidade, atribuindo-lhe novos sentidos e

significados. Para o adulto, esse significado é construído em função de sua motivação para aprender e do valor potencial que os novos saberes têm em relação a sua utilização na vida pessoal e profissional. O processo que favorece a aprendizagem significativa requer uma postura ativa e crítica por parte daqueles envolvidos na aprendizagem (COLL, 2000). Dessa forma, o conhecimento prévio trazido pelos participantes é essencial na construção dos novos saberes. A necessidade de buscar novas informações atende ao desenvolvimento de capacidades para a aprendizagem ao longo da vida e para a imprescindível análise crítica de fontes e informações (VENTURELLI, 1997).

A representação do processo ensino-aprendizagem na forma de uma espiral traduz a relevância das diferentes etapas educacionais desse processo como movimentos articulados e que se retroalimentam. Os movimentos são desencadeados conforme as necessidades de aprendizagem, diante de um disparador ou estímulo para o desenvolvimento de capacidades. A articulação entre a abordagem construtivista, a metodologia científica e a aprendizagem baseada em problemas é apresentada de modo esquemático na Figura 1.

Figura 1 - O Processo da Aprendizagem Baseada em Problemas

Movimento 1: identificando o problema e formulando explicações

A identificação do problema, a partir de um estímulo educacional, permite que cada estudante explicite suas ideias, percepções, sentimentos e valores prévios, evidenciando os fenômenos e as evidências que já conhece e que podem ser utilizados para melhor explicar uma determinada situação. As explicações iniciais e a formulação de hipóteses permitem explorar as fronteiras de aprendizagem em relação a um dado problema, permitindo identificar as capacidades presentes e as necessidades de aprendizagem. O exercício de suposições, conjecturas e proposições favorece a expansão das fronteiras de aprendizagem e auxilia a

elaboração das questões de aprendizagem que irão enfrentar as fronteiras identificadas.

Movimento 2: elaborando questões de aprendizagem

As questões de aprendizagem representam as necessidades e orientam a busca de novas informações. A seleção e a pactuação das questões consideradas mais potentes e significativas, para o enfrentamento das necessidades e ampliação das capacidades de enfrentamento do problema identificado, trazem objetividade e foco para o estudo individual dos participantes.

Movimento 3: buscando novas informações

A busca de novas informações deve ser realizada pelos participantes da forma que eles considerem mais adequada. Os cursos disponibilizam um conjunto de referências bibliográficas na forma de acervo e favorece o acesso a banco de dados de base remota. A ampliação das pesquisas é estimulada e, embora haja total liberdade para a seleção das fontes de informação, e estas serão analisadas em relação ao grau de confiabilidade.

Movimento 4 : construindo novos significados

A construção de novos significados é um produto do confronto entre os saberes prévios e os novos conteúdos e, por isso, é um movimento sempre presente no processo ensino-aprendizagem. Não somente ao serem compartilhadas as novas informações, como em todo momento, no qual uma interação produza uma descoberta ou um novo sentido. Todos os conteúdos compartilhados deverão receber um tratamento de análise e crítica, tanto em relação às fontes como à própria informação em questão, devendo-se considerar as evidências apresentadas.

Movimento 5: avaliando o processo

Outro movimento permanente desse processo é a avaliação. A avaliação formativa é realizada verbalmente ao final de cada atividade e assume um papel fundamental na melhoria do processo. Todos devem fazer a autoavaliação focalizando seu processo individual de aprendizagem e também avaliar a construção coletiva do conhecimento e a atuação dos professores nesse processo.

APRENDIZAGEM BASEADA EM EQUIPES (Team Based Learning - TBL)

A Aprendizagem Baseada em Equipes (TBL) consiste em uma estratégia dirigida para o desenvolvimento do domínio cognitivo, focalizada na resolução de

problemas e na aprendizagem colaborativa entre participantes com distintos saberes e experiências.

A estratégia de ensino-aprendizagem em equipe – *Team Based Learning* – TBL foi desenvolvida na Universidade de Oklahoma, por Larry Michaelsen (1970) e tem como base os seguintes componentes fundamentais: (1) formação e gerenciamento do grupo; (2) responsabilidade dos estudantes pelo seu trabalho individual e em grupo; (3) promoção da aprendizagem e desenvolvimento da equipe pelo seu trabalho em grupo e (4) apresentação de devolutivas e informações a respeito do desempenho do aluno efetivando a oportuna correção das distorções observadas, bem como suas conquistas realizadas.

A organização de uma atividade de ensino-aprendizagem, no formato de TBL, prevê a constituição de equipes de cinco a sete participantes. O melhor formato da sala deve distribuir as mesas de tal modo que todos consigam ver a projeção de seus respectivos lugares. Se o espaço não permitir essa disposição, outros arranjos podem ser feitos, desde que no momento da projeção os participantes direcionem suas cadeiras para o painel de multimídia. Além dessas mesas e cadeiras, há uma mesa central para o facilitador com o material didático de apoio, preferencialmente ao lado o painel de multimídia.

O TBL é dividido, didaticamente, em três momentos:

(1) **momento I** ou de preparação de material (contexto/cenário) e estudo/análise desse material pelos participantes;
(2) **momento II** de verificação do conhecimento prévio (teste individual e em equipe), levantamento de dúvidas e *feed-back,* e
(3) momento III de aplicação dos conceitos.

No **Momento I**, são enviados/entregues aos participantes os materiais preparados pelos autores do curso ou da atividade estimulando assim a busca de informações/conteúdos, de forma autônoma, a partir de uma situação. Esta busca pode acontecer de forma presencial ou à distância.

O **Momento II** chamado de compromisso compartilhado, acontece sempre presencialmente e envolve quatro etapas. A primeira é a execução do teste individual. Os participantes verificam seu conhecimento prévio por meio de um teste de múltipla escolha com 10 a 15 questões, os quais devem necessariamente requerer mais do que a memorização de fatos/teorias e apresentar um grau de dificuldade para a tomada de decisão e resolução de problemas que sejam motivadores. Após o término do teste

individual, a segunda etapa consiste na consolidação e discussão dos resultados individuais para cada questão, buscando um consenso na equipe que deve responder o mesmo teste. Neste momento os participantes são estimulados a desenvolverem habilidades de comunicação e negociação.

As trocas entre os participantes favorecem o reconhecimento das potencialidades e fragilidades individuais, de modo que cada participante encontre nessa análise um sentido para ampliar sua participação e contribuição com a equipe. Para a realização das duas primeiras etapas, espera-se do participante o compromisso e a responsabilidade em relação à análise do material preparado, que permitirá sua contribuição contextualizada e efetiva na equipe. O confronto entre os resultados do teste individual e os da equipe visa a destacar o valor do conhecimento do outro, a possibilidade de construção coletiva de conhecimento e a adição de resultados pelo compartilhamento dos saberes que cada indivíduo da equipe traz. A terceira etapa consiste no levantamento, em grupo, das explicações que cada equipe construiu para escolher suas respostas no teste, as dúvidas e os questionamentos em relação ao que foi apresentado como sendo a melhor alternativa de resposta. A quarta etapa representa o feedback e os esclarecimentos de um especialista no assunto, presencial ou a distância.

O **Momento III** tem como objetivo a aplicação dos conteúdos trabalhados nos dois momentos anteriores, por meio da proposição de tarefas desafiadoras às equipes, que reflitam a aplicação desses conteúdos em uma situação real ou simulada. Frente à tarefa de aplicação, as equipes devem formular questões para buscar informações que permitam aprofundar, ainda mais, a aplicação, análise, síntese e avaliação na tomada de decisão. As buscas realizadas são analisadas pelas equipes no próximo encontro presencial ou à distância, construindo uma intervenção fundamentada.

Assim, para que esta estratégia de ensino aprendizagem funcione plenamente alguns fatores críticos de sucesso devem ser levados em consideração, entre eles:

(a) o planejamento coerente e eficaz dos momentos I, II e III;

(b) a construção consistente do material preparatório que deve estar orientado à contextualização da temática e das questões a serem exploradas, individualmente e pelas equipes focando na apresentação de um cenário ou uma situação a ser investigada e explicada, segundo os conhecimentos prévios dos participantes;

(c) a construção dos testes de múltipla escolha que devem focalizar as taxonomias de compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação, conforme classificação formulada por Bloom, uma vez que os testes direcionados à

memorização/conhecimento praticamente anulam as discussões pelas equipes, além de limitarem a verificação da construção de saberes desse processo;

(d) orientações quanto ao funcionamento do TBL, buscando uma distribuição dos participantes nas equipes, com a maior diversidade possível, no sentido de ampliar a integração e produção da equipe;

(e) consenso na construção do contato didático das equipes (pontualidade, respeito para falar e ouvir, responsabilidade em relação às tarefas e prazos, não utilização de celular nas sessões, entre outros);

(f) feedback imediato dos resultados dos testes, com possibilidade de contra argumentação fundamentada;

(g) avaliação interpares do trabalho presencial e a distância, bem como da participação do facilitador, e

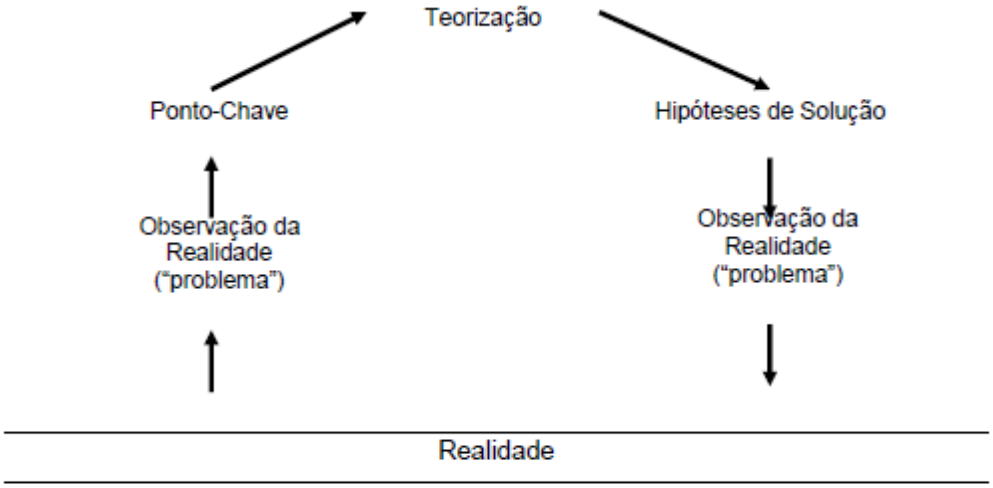
(h) variação da organização e da oferta de atividades desafiadoras para a aplicação do saber construído ou em construção.

Os desafios que a estratégia de TBL impõe são: a promoção do engajamento das equipes e a manutenção de sua motivação, uma vez que, sua maior fortaleza reside na construção coletiva de conhecimento (inteligência coletiva), na força do trabalho em equipe e na sua potencialidade de construção de projetos, resolução de problemas e formulação de questões. A força da aprendizagem em equipe é resultado da qualidade da participação de todos.

b) Metodologia das Aulas Práticas

PROBLEMATIZAÇÃO

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do IESC (unidade transversal, que ocorre durante todo o curso, de Interação em Saúde na Comunidade) é a denominada Pedagogia da Problematização. Essa metodologia foi expressa graficamente por Charles Maguerez como “Método do Arco” (1970) e supõe uma concepção do ato do conhecimento através da investigação direta da realidade, num esforço de construção de uma efetiva compreensão dessa mesma realidade.



Bordenave, 1985.

Os passos são os seguintes:

1º passo: Interação grupal e trabalho em grupo

Após a formação dos grupos de alunos, a designação de instrutores, a escolha do local de atuação, os instrutores trabalham com os alunos no sentido de iniciar atividades que permitam o desenvolvimento de habilidades para trabalhar em grupo.

2º passo: Ao mesmo tempo em que o instrutor desenvolve a Interação do grupo e as habilidades para trabalhar em grupo, são feitas discussões sobre o que é ser um profissional de saúde e a importância da interdisciplinaridade para melhor compreensão da dinâmica das ESF.

3º passo: Conhecimento da realidade

O grupo de alunos tem o primeiro contato com a realidade fazendo um "passeio ambiental" na área de abrangência definida, acompanhando por professores. As suas percepções da realidade, mais os dados resultantes do processo de territorialização, propiciam o conhecimento dos problemas e como estão organizadas para resolvê-los.

4º Passo: Escolha do problema a ser estudado

Após o conhecimento da realidade, o grupo de alunos realizam uma discussão sobre os problemas levantados, seus determinantes, suas consequências e possibilidades de solução e as correções de programas já em desenvolvimento.

Após essa discussão, a comunidade e o grupo de alunos escolhem um problema, o mais relevante, para ser estudado e trabalhado. Planejamento de atividades é feito em conjunto. Para isso, o grupo deve refletir sobre:

- Razão da escolha do problema (objetivo);
- Facilidades e dificuldades para trabalhar com o problema;
- Recursos necessários para a solução do problema;
- Identificação de quem pode ajudar na solução do problema;
- Explicitação dos resultados esperados.

5º Passo: Teorização

Caracteriza-se pela busca de informações sobre o assunto ou problema escolhido. Tais informações são obtidas por meio de levantamento bibliográfico e a consulta a profissionais especializados.

Nessa etapa, o grupo segue os seguintes passos:

- analisa e discute o seu nível de conhecimento sobre o assunto;
- elabora uma lista do que é importante investigar sobre o problema, visando à transformação da realidade;
- checa, individualmente, o que já sabe e o que precisa saber para alcançar o objetivo do item anterior;
- busca as informações, onde quer que elas estejam, individualmente;
- volta ao grupo para trocar informações e organizar o conhecimento adquirido.

6º Passo: Hipóteses de solução e aplicação à realidade

De posse do conhecimento adquirido, o grupo levanta hipóteses para solucionar o problema dentro do nível de complexidade atual e toma decisões quanto ao plano de ação para intervir na realidade. Aqui o grupo novamente retoma as reflexões do passo 5 e trabalha em conjunto com a ESF para planejar as ações, o cronograma de atividades e distribuir tarefas de acordo com o papel de cada elemento do grupo.

Ao completar o Arco de Maguerez, o estudante pode exercitar a dialética de ação-reflexão-ação, tendo sempre como ponto de partida a realidade social (BERBEL, 1998). Após o estudo de um problema, podem surgir novos desdobramentos, exigindo a interdisciplinaridade para sua solução, o desenvolvimento do pensamento crítico e a responsabilidade do estudante pela própria aprendizagem (CYRINO e TORALLESPEREIRA, 2004).

SIMULAÇÃO REALÍSTIA

O avanço da tecnologia promoveu de forma contínua uma série de inovações em espaços e equipamentos, entretanto é na metodologia e na sistematização do uso da simulação que reside o diferencial para se garantir uma efetiva aprendizagem dos estudantes. Neste contexto, cabe aqui citar os tipos e descrever as principais particularidades metodológicas destas estratégias educacionais que serão utilizadas no âmbito da Simulação para o desenvolvimento de competênciana área de saúde no Centro Universitário CEUNI - FAMETRO.

As habilidades profissionais na área de saúde constituem-se de um programa estruturado longitudinalmente que compreende capacitar os estudantes para a realização diversas habilidades manuais, e com a inserção da simulação fornecemos a oportunidades de testar essas habilidades em contextos realísticos da profissão.

Desta forma, haverá integração com os demais conteúdos do programa, promovendo continuamente o feedback entre professor-estudante. Dentre as suas particularidades estão: a criação de “estações” focadas em específicas tarefas; a necessidade de repetição, uma vez que o estudante para alcançar a competência esperada precisa praticar várias vezes o mesmo procedimento/habilidade; e a possibilidade muito bem descrita na literatura de avaliar os estudantes em provas do tipo Osce (neste caso com a criação de um instrumento específico - check list).

A simulação realística trata-se de uma estratégia educacional onde há a criação de uma contextualização denominada “cenário”, onde os estudantes vivenciam uma situação que exija todas as habilidades aprendidas nas habilidades simultaneamente. Esta situação deverá ser realizada sem o auxílio e *feedback* imediato do professor.

Os tipos de simulação realística são: simulação clínica, simulação cirúrgica, simulação *in situ* e simulação hiper-realista; onde todos podem variar na questão tecnológica (determinada pelo termo fidelidade) e em sua complexidade técnica.

Suas particularidades metodológicas estão na criação dos “cenários” onde não há foco em procedimentos específicos, mas sim no raciocínio clínico que englobará condutas técnicas e comportamentais; a criação de *check list* específico; utilização de recursos áudio visuais; além da realização obrigatória do "*debriefing"* para reflexão do atendimento simulado.

Esta estratégia pode ser inclusa durante ao longo dos cursos, desde que respeitada à complexidade abordada de forma crescente e compatível com o nível de desempenho esperado para o estudante e cenário contextualizado.

JOGOS DRAMÁTICOS

Jogos dramáticos são definidos como sendo toda atividade que propicie ao indivíduo expressar livremente as criações de seu mundo interno, realizando-se na forma de representação de um papel, pela produção mental de uma fantasia ou por uma determinada atividade corporal. Nessa perspectiva, o elemento lúdico é essencial a todo processo de aprendizado e o jogo dramático propicia o aquecimento para o aparecimento do processo de espontaneidade, criatividade e aprendizagem.

O jogo dramático é muito útil e de grande importância no campo das técnicas dramáticas aplicadas ao ensino, que utiliza a dramatização como recurso didático, que a inclui como recurso no trabalho docente e a valoriza como instrumento de ensino em relação à aprendizagem de um modo geral. No Centro Universitário CEUNI – FAMETROos jogos dramáticos serão utilizados para a aprendizagem das **Habilidades de Comunicação**.

Justifica-se a utilização dos jogos dramáticos, enquanto recurso didáticopedagógico, sempre que uma explicação ao aluno, no plano puramente teórico, seja considerada insatisfatória. A vivência prática, através da dramatização, porém, torna o resultado mais eficaz, pois não se restringe à transmissão pura e simples do conhecimento ou de um conceito ao aluno. Uma das preocupações constantes do educador deve ser o crescimento da pessoa em meio à integração social.

Nessa perspectiva, o ensino que se atém a transmissão de conhecimentos unicamente por meio da linguagem falada não tem o mesmo alcance em seus objetivos, se aliado às técnicas de ação, as quais estimulam o educando ao desenvolvimento do comportamento social, seu juízo crítico e sua criatividade. Esse é o foco do educador que se utiliza de métodos de ação (dramáticos) em seu trabalho cotidiano com estudantes.

Para Moreno (1994), toda escola deve contar com um laboratório de psicodrama, permitindo o desenvolvimento da atuação livre e espontânea da personalidade do estudante.

O psicodrama tem em seu ideário uma associação estreita com o campo da terapia, e o educador que se utiliza das técnicas do psicodrama pedagógico têm em Moreno o seu

referencial teórico. Moreno compartilha a visão de que a partir da espontaneidade inerente das pessoas, há um processo de criação inesgotável.

No contexto da educação, vários autores contribuíram para uma fundamentação teórica do método de Jogos Dramáticos (e também descrito por alguns autores de "jogos teatrais") tendo demonstrado a importância de sua aplicação com crianças e adolescentes. Significativa neste debate é a importância atribuída ao teatro no processo educacional, como um meio para a educação estética. Os Jogos Dramáticos ou Teatrais são muitas vezes relacionados com uma forma de aprendizagem cognitiva, afetiva e psicomotora embasada no modelo piagetiano para o desenvolvimento intelectual.

Charles Combs (1981), autor que defendeu uma tese sobre a epistemologia piagetiana, aplicada a uma análise da criatividade dramática, conclui que "... a criatividade dramática proporciona um meio de atividade adaptativa para a criança que influencia sua descentralização cognitiva, social e moral. Mais ainda, é uma atividade realizada no contexto das artes, mais especificamente do teatro. Como tal, ela proporciona prazer estético tanto quanto um desafio intelectual através do qual a pessoa humana, como criadora, autora, platéia e crítica, utiliza seus esquemas cognitivos e afetivos para estruturar a realidade objetiva".

Koudela (1984) defende a tese de que o processo dos Jogos Dramáticos ou Teatrais na educação visa a efetivar a passagem do teatro concebido como ilusão para o teatro pensado como realidade cênica, representando assim a passagem ou transformação do egocentrismo para jogo socializado. O desenvolvimento progressivo do sentido de cooperação leva à autonomia da consciência, realizando a "revolução copernicana" que se processa no indivíduo, ao passar da relação de dependência para a de independência.

A mesma revolução que ocorre com a criança em desenvolvimento pode ser acompanhada de crescimento do indivíduo no palco. Traduz-se a transformação da subjetividade em objetividade no trabalho do ator quando ele compreende a diferença entre história e ação dramática. Ao revelar o objeto (emoção ou personagem), ele abandona quadros de referência estáticos e se relaciona com os acontecimentos, em função da percepção objetiva do ambiente e das relações no jogo. O ajustamento da realidade a suposições pessoais é superado a partir do momento em que o jogador abandona a história de vida (psicodrama) e interioriza a função do foco, deixando de fazer imposições artificiais a si mesmo e permitindo que as ações surjam, da relação com o parceiro.

Romaña (1968), pioneira no trabalho de aplicação de técnicas dramáticas em educação, defende que os jogos dramáticos podem auxiliar o educador, tanto diretamente na sala de aula, para a aprendizagem de um conceito, como para a criação de um clima emocional e afetivo que abra o caminho para se chegar à melhor compreensão dele. Tal como o psicodrama terapêutico, o psicodrama pedagógico utiliza cinco instrumentos e três etapas de dramatização. Seus instrumentos são:

1. O protagonista: que é o próprio estudante;
2. O auditório: que é formado por todos alunos que no momento não estão envolvidos diretamente na dramatização; têm o papel de assistir o jogo, observar e anotar sobre a atuação dos jogadores em seus papéis, e no final enriquecer as discussões com os comentários embasados a partir dos seus registros;
3. O diretor: que é o professor, como tal , sua função é a mesma que a do diretor do psicodrama; é o responsável pelo grupo, deve ter formação em psicoterapia; tem as funções de motivar o grupo à participação, adaptar o jogo às características do grupo, através do conhecimento da sua história e deslocamentos no desenvolver dos cursos, manter o desenvolvimento do jogo em suas fases evitando a dispersão e o desvirtuamento;
4. O ego-auxiliar: que poderá ser um professor auxiliar e que terá também a mesma função que o ego-auxiliar no psicodrama; pode desempenhar um papel específico requerido pelo jogo ou atuar como parte integrante do auditório, observando e registrando dados sobre a atuação dos participantes, que posteriormente serão resgatados e utilizados pelo grupo para a reflexão.
5. O cenário: que é o espaço na sala de aula ou no laboratório de habilidades onde se dará a dramatização.

As etapas são:

1. (a) O aquecimento específico: que começa desde o primeiro contato do professor com os alunos. As primeiras conversas que mantém sobre o que irão fazer naquela aula, respondendo perguntas ou formulando-as aos alunos. O professor, aqui, sempre assume o papel de facilitador da aprendizagem, orientando as discussões por meio de boas perguntas que remetam a metacognição e o autoconhecimento. Nesse momento o professor propõe a escolha do jogo e o estabelecimento das regras, isto é, a delimitação do campo no qual o jogo irá se desenvolver, a duração e o papel que cada participante do grupo irá jogar.

1.(b) O aquecimento específico: já deve ocorrer no contexto dramático. Seria, mais especificamente, a construção do papel, para que ocorra maior facilidade no seu desempenho.

2. A dramatização: é o jogo propriamente dito. É o espaço onde se pode observar a atuação e evolução dos participantes, o grau de espontaneidade e criatividade dado ao papel, bem como o grau de participação e envolvimento de cada um. Romaña (1968) classifica três níveis de dramatização: (a) o nível real; (b) o nível simbólico; e (c) o nível da fantasia. O nível real é aquele onde os estudantes dramatizam colocando o que sabem sobre o tema ou o assunto em tela. O nível simbólico se dá quando um ou mais participantes assumem de forma estática e simbólica aquilo que se quer representar. O nível da fantasia ocorre quando todo o grupo de jogadores assume, de forma articulada, uma situação totalmente irreal, originária da imaginação, mas que possa traduzir de alguma forma o tema proposto pelo diretor de cena.

3. Comentários: é a etapa final. Aí os participantes, fora do contexto dramático e, portanto, já não mais no papel de jogadores, comentam, no contexto grupal, junto com o diretor e o ego-auxiliar, tudo o que observaram e sentiram. É a "leitura afetiva", por parte de todos, do que foi expresso dramaticamente, podendo-se complementar com considerações mais amplas no campo terapêutico como: significado do papel escolhido e como o desempenhou; grau de participação e criatividade, de espontaneidade, bem como características de sua tipologia que também tenham aparecido no jogo. Os professores "diretores de cena e terapêutas" poderão comentar também os aspectos catárticos de integração, se estes ocorrem durante o jogo. Essa leitura ou compreensão é muito importante, pois, dá o sentido terapêutico à aplicação do jogo, uma vez que as cenas dramáticas representadas no seu decorrer poderão ou deverão ser um modelo de outras situações, ou de uma situação originária e, portanto, portadoras dos mesmos conflitos que esta possa possuir, permitindo enfrentamentos posteriores das tarefas comuns da vida, do mundo do trabalho nas equipes de saúde, possibilitando resolvê-las de forma eficaz, mais segura, sadia e construtiva.

O objetivo das atividades desenvolvidas nas Habilidades em Comunicação envolve a sensibilização dos estudantes acerca de situações e afetividades comuns do dia-a-dia do profissional de saúde, tais como: as de empatia, honestidade e autonomia de seus pacientes, assim como: aspectos da comunicação verbal e não verbal, linguagem

adequada, contato visual, gerenciamento de conflitos e resiliência; assim, como as relações de confiança necessárias para a elaboração da entrevista (anamnese), ou para a realização o exame físico, a formulação de hipóteses diagnósticas e a elaboração do plano terapêutico, considerados momentos essenciais da consulta, haja vista que as dimensões afetivas estão presentes e devem também ser analisadas e refletidas de modo a identificar as demandas latentes e a percepção do processo saúde/doença como socialmente determinado.

Os tópicos disparadores dos jogos dramáticos são diversos e envolvem situações como: evento adverso grave, maus tratos, comunicação de más notícias, pacientes depressivos, pacientes de alto risco, adesão ao tratamento, relacionamento Inter profissional nas equipes de saúde, ética e terminalidade. As habilidades em comunicação contribuem para capacitar os estudantes para uma atuação eficaz sob uma visão holística, humana e ética.

A avaliação das atividades em geral é realizada através de portfólios e Osce com foco no fornecimento sistemático de “feedback”.

a) Metodologia da Educação para os Direitos Humanos

Esta ocorre como tema transversal cujos subtemas tratam dos princípios de: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; e sustentabilidade socioambiental.

Direitos Humanos são, modernamente, entendidos como aqueles direitos fundamentais que o homem possui pelo fato de ser homem, por sua própria natureza humana, pela dignidade que a ela é inerente. São direitos que não resultam de uma concessão da sociedade política. Pelo contrário, são direitos que a sociedade política tem o dever de consagrar e garantir. O conceito de “Direitos Humanos” resultou de uma evolução do pensamento filosófico, jurídico e político da Humanidade. O retrospecto dessa evolução permite visualizar a posição que o homem desfrutou, aqui e ali, dentro da sociedade, através dos tempos.

Mas a ressalva maior está no que condiz ao sistema de ensino. Este deve ter uma responsabilidade de enquadrar-se na formação do Estado Democrático, pois o sistema de ensino deve contemplar a formação do cidadão, desenvolvendo uma visão moderna e bem fundamentada dos direitos civis, políticos e sociais, e também uma consciência mais abrangente dos direitos humanos.

Frente a pergunta de como abarcar o ensino e aprendizagem dos Direitos Humanos no sistema educativo, alinham-se diversas respostas, pois por um lado estão todas aquelas que podem denominar-se de incorporação dos conteúdos. Estas consideram que é suficiente a inclusão desta temática em alguma das disciplinas existentes, ou, no máximo, o estudo de uma disciplina específica, para que os acadêmicos logrem os objetivos que, sobre este aspecto, orientam a ação do sistema educativo.

Duas objeções podem ser formuladas a esta postura. Uma delas consiste em que atrás desta posição, existe uma concepção meramente declaratória, nominalista, dos Direitos Humanos, que os reduz a um conjunto de informações cuja formulação é suficiente para assegurar sua existência real. Por outro lado, se fundamenta na difundida crítica que se faz dos sistemas educativos em relação ao enciclopedismo curricular. O conjunto de temas ou disciplinas reforça este enciclopedismo e torna mais questionável a ação das instituições de ensino.

O tema direitos humanos e cidadania assume papel importante em nossa sociedade, principalmente através das transformações ocorridas nos últimos séculos. A noção de cidadania foi fortalecida, e ganhou novo significado a partir da Constituição Federativa de 1988 que reforçou a ideia de cidadãos como sujeitos sociais ativos, que contribuem para o desenvolvimento de um “Estado Democrático Social de Direito”.

A educação está intimamente ligada à cidadania, desde o ensino primário até o superior, pois é neste cenário imbuído de significação que são apresentados aos estudantes o real valor em ser cidadão. Desta maneira trabalha-se para despertar no aluno este anseio em se tornar um ser partícipe das transformações sociais. A educação torna-se o pilar para o desenvolvimento e crescimento do sujeito como cidadão, assim:

A educação para a cidadania e os programas educacionais voltados para esse fim pressupõem a crença na tolerância, a marca do bom senso, da razão e da civilidade que faz com que os homens possam se relacionar entre si. Pressupõem também a crença na possibilidade de formar este homem, ensinando a tolerância e a civilidade dentro do espaço e do tempo da escola (SANTOS, 2001, p. 151)

Os Direitos Humanos e Fundamentais constituem o pilar para a organização de um sistema constitucional e do próprio Estado. As normas constitucionais elaboradas pelo Estado para a organização da sociedade têm como alguns de seus fundamentos a cidadania e a dignidade da pessoa humana. A consolidação de tais direitos eleva a condição do cidadão que vive em uma sociedade e zela pelo respeito mútuo. É de grande

importância o reconhecimento, pelos cidadãos de seus direitos visto que desta maneira os mesmos podem lutar por melhorias na qualidade de vida.

Ao exercer o papel de cidadão na sociedade, o sujeito visa participar da efetivação dos direitos que o tutelam e da afirmação dos Direitos Humanos e Fundamentais. Desta forma a educação passa a ter um papel essencial no conhecimento e construção de tais Direitos.

Assim, se o conhecimento dos Direitos Humanos deve ser divulgado na sociedade, tanto mais se deve exigi-lo quando se trata de estudantes do ensino superior, pois este, em face de sua posição privilegia da na sociedade brasileira, devem conhecer a fundo seus direitos e buscar seu reconhecimento na sociedade.

Tratar da questão dos Direitos Humanos significa não apenas defender os direitos próprios é também buscar a defesa dos direitos que envolvem a sociedade como um todo.

Ademais, o CEUNI - FAMETRO já vem desde 2013, trabalhando com a Temática das Relações étnico-raciais e indígenas no formato dos projetos transversais, fato que reafirma o compromisso institucional da IES com o desenvolvimento de competências atitudinais em nossos alunos como nosso contributo para a formação de uma sociedade mais justa, igualitária e tolerante para com as diferenças.

b) Metodologia de Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem

O que se pretende avaliar não é só o conhecimento adquirido, mas a capacidade de acioná-lo e de buscar outros para realizar o que é proposto. Avaliar as competências e habilidades é verificar não apenas se o aluno adquiriu os conhecimentos necessários, mas também se, quanto e como fazem uso deles para resolver situações-problema (reais ou simuladas) relacionadas, de alguma forma, com o exercício da profissão.

Para tanto, a avaliação é realizada mediante critérios explícitos, compartilhados com os alunos, uma vez que o que é objeto de avaliação representa uma referência importante para quem é avaliado, tanto para a orientação dos estudos como para a identificação dos aspectos considerados mais relevantes para a formação, em cada momento do curso.

A avaliação do aproveitamento acadêmico deve ser entendida como instrumento de acompanhamento contínuo e de caráter construtivo, visando a melhoria da qualidade da aprendizagem através de um processo formativo, permanente e de progressão continuada.

Tradicionalmente a responsabilidade de avaliar tem ficado a cargo do professor/preceptor/orientador. No entanto, atualmente cresce a compreensão de que “quem aprende” precisa desenvolver a capacidade de fazer julgamento sobre o seu próprio trabalho e o trabalho dos membros da sua equipe. Essa capacidade de auto avaliação e a avaliação dos pares são fundamentais para que o aprendiz se torne um profissional capaz de aprender continuamente em seu próprio ambiente de trabalho.

Assim, os procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem propostos pelo CEUNI - FAMETRO estão embasados em um modelo tridimensional que contempla as competências esperadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais.

Na primeira dimensão estão as competências que precisam ser desenvolvidas e avaliadas; na segunda, o nível de avaliação que é requerido para aquela competência, contendo os quatro níveis do aprendizado: “saber”; “saber como”; “demonstrar” e “fazer"; e a terceira o estágio de desenvolvimento em que se encontra o indivíduo que será avaliado**.**

c) Integração das TICs

Os atos e processos de “informar” e “comunicar” são intrínsecos a qualquer modalidade de educação e foram, durante séculos de educação formal, realizados por docentes sem outras mediações que livros, quadro-negro (ou equivalente) e giz (ou equivalente). Esta situação de estabilidade técnica do processo educacional foi alterada no último século com inovações tecnológicas no registro, organização, armazenagem e transferência da informação.

O retroprojetor, as transparências, o mimeógrafo, os flanelógrafos, foram alguns dos recursos audiovisuais vistos como auxiliares de processos educacionais nas primeiras décadas do século XX em muitos países da América Latina, já então envolvidos com programas de cooperação técnica internacional. Enquanto os grandes computadores começavam a revolucionar as funções de registro, organização e armazenagem da informação em larga escala, pouco se poderia esperar de seu auxílio nos processos educacionais.

A pesquisa científica, sim, seria quase imediatamente transformada pela utilização desses equipamentos originalmente criados para atividades censitárias nos países industrializados. Em poucas décadas os retroprojetores se converteram em instrumentos arcaicos e praticamente despareceu da literatura e práticas educacionais a referência a “meios audiovisuais”.

A revolução dos microcomputadores nos anos 1980 e as inovações tecnológicas nas comunicações que avançavam rapidamente nos países da Região, finalmente permitiram que essa nova “onda de inovação” alcançasse primeiro, as universidades e, algum tempo depois, as escolas do ensino primário e secundário. A expressão “TIC na educação” assume conteúdo bastante diversificado. O primeiro conteúdo se refere à capacitação para o uso de computadores e internet, usualmente denominada de “computação” em grande parte das instituições que a oferecem. Há ainda a referência a campos de natureza mais técnica e científica como “informática” – inclusive “informática educativa” – desenvolvimento de sistemas, engenharia da computação, ciência da computação.

OCEUNI - FAMETRO entende por TICs como sendo o conjunto de ferramentas e processos eletrônicos para acessar, recuperar, guardar, organizar, manipular, produzir, compartilhar e apresentar informações. As “novas” TICs incluem equipamentos e software de computação e de telecomunicações dos quais os centrais são os computadores, modems, roteadores, programas operacionais e aplicativos específicos como os multimídia, e sistemas de bases de dados.

Neste sentido, admitimos que as TICs podem ser excelentes ferramentas de apoio no processo formativo e a universidade deve abrir as suas portas para estas tecnologias, pois é através da interação e mediação nos diferentes campos do conhecimento que o acadêmico poderá ampliar sua gama de informações. Estas por sua vez serão incorporadas ao cotidiano da sala de aula, a partir do acesso dos alunos e do uso mediados das mesmas, como recurso pedagógico.

d) Programa de Articulação de Ensino, Pesquisa e Extensão e Responsabilidade Institucional – PAPEERI

De acordo com a legislação, o tripé formado pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão constitui o eixo fundamental da Universidade brasileira e não pode ser compartimentado. O artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988 dispõe que “as universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Equiparadas, essas funções básicas merecem igualdade em tratamento por parte das instituições de ensino superior, que, do contrário, violarão o preceito legal.

Este programa dedica-se a promover a indissociabilidade em que se assenta a universidade e as instituições de ensino superior em geral, o que exige, no nível mais abrangente de análise, sempre uma perspectiva ternária que inclua as atividades de ensino, pesquisa e extensão, igual importância e íntima unidade.

A indissociabilidade é um princípio orientador da qualidade da produção universitária, porque afirma como necessária a tridimensionalidade do fazer universitário autônomo, competente e ético. Ora, a universidade tem sido palco de análises e debates que têm dado destaque seja ao ensino, seja à pesquisa, seja ainda à extensão.

Assim, se considerados apenas em relações duais, a articulação entre o ensino e a extensão aponta para uma formação que se preocupa com os problemas da sociedade contemporânea, mas carece da pesquisa, responsável pela produção do conhecimento científico. Por sua vez, se associados o ensino e a pesquisa, se ganha terreno em frentes como a tecnologia, por exemplo, mas se incorre no risco de perder a compreensão ético-político-social conferida quando se pensa no destinatário final desse saber científico (a sociedade).

Enfim, quando a - com frequência esquecida - articulação entre extensão e pesquisa exclui o ensino, perde-se a dimensão formativa que dá sentido à universidade. Embora se reconheça a importância dessas articulações duais, o que aqui se defende é um princípio que, se posto em ação, impede os reducionismos que se verificam na prática universitária: ou se enfatiza a produção do novo saber, ou a intervenção nos processos sociais, ou ainda a transmissão de conhecimentos na formação profissional.

Envolvidos nessa experiência, pudemos refletir um pouco acerca das práticas universitárias, muitas delas isoladas ou, no máximo, duais. Defendemos assim, duas ideias centrais: a primeira delas é de que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ainda não é levada em conta na prática de muitos docentes, seja porque na graduação a ênfase recai sobre o ensino, ou porque na pós-graduação acentuasse a pesquisa. A segunda ideia, decorrente de nossa experiência, é de que o estágio de docência na pós-graduação é uma excelente.

A perspectiva de um conhecimento plural não beneficia apenas as comunidades que têm seus saberes levados em conta. Como bem mostram os autores citados, particularmente Santos (2004), a própria universidade se renova nesse processo. O ensino é, provavelmente, o melhor exemplo dessa renovação, à medida que, integrado ao conhecimento produzido através da pesquisa e aos anseios da sociedade considerados nas atividades de extensão, ganha em relevância e significado para a comunidade universitária.

Desse modo, ensinar termina por ser uma atividade que, ao mediar a pesquisa e a extensão, enriquece-se e amadurece nesse processo: o professor universitário, ao integrar seu ensino à pesquisa e à extensão, mantém-se atualizado e conectado com as transformações mais recentes que o conhecimento científico provoca ou mesmo sofre na sua relação com a sociedade, além de formar novos pesquisadores, críticos e comprometidos com a intervenção social. Logo, não há pesquisa nem extensão universitária que não desemboquem no ensino.

Neste sentido, entendemos que as Clínicas que prestam serviço a Comunidade em Geral são espaços privilegiados para o desenvolvimento de projetos que trabalhem intensamente na perspectiva da interatividade expressa aqui. OCEUNI - FAMETRO tem hoje os seguintes serviços disponíveis a Comunidade:

- Clínica Escola Multidisciplinar de Psicologia;
- Clínica Escola de Nutrição;
- Clínica Escola de Fisioterapia;
- Clínica de Fonoaudiologia;
- Clínica Escola de Odontologia;
- Laboratório Escola de Biomedicina;
- Escritório Social do Curso de Serviço Social;
- Núcleo de Computação Aplicada;
- Núcleo de Práticas Jurídicas.

Objetivos do PAPEERI:

Objetivo geral:

Promover a articulação entre o Ensino; Pesquisa e Extensão, na perspectiva de promover práticas de ensino, pesquisa e extensão na perspectiva da interatividade, por meio do desenvolvimento de projetos que tenham atividades nas três dimensões (Ensino, Pesquisa e Extensão)

Metodologia do PAPEERI

Os projetos desenvolvidos pelo PAPEERI atendem a um edital anual específico, a cargo do NOPI (Núcleo de Orientação a Pesquisa e Inovação) e deve ter como princípio:

- Indissociabilidade entre as Atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Social: O princípio da indissociabilidade perpassa duas relações:
    a) relação ensino/extensão, pela qual se torna viável a democratização do saber acadêmico, propiciando que esse saber retorne à IES reelaborado e enriquecido;
    b) relação pesquisa/extensão, através da qual ocorre uma produção do conhecimento capaz de contribuir positivamente para a alterações significativas das relações sociais.

Ou seja, tais relações integram-se organicamente à formação acadêmica, permitindo que alunos e professores interajam como sujeitos do ato de aprender, de forma que a extensão se transforme dialeticamente num instrumento capaz de articular teoria e prática, dando suporte às mudanças necessárias ao processo

Atualmente na IES, além das Clínicas e dos Serviços já mencionados, se encontra vigente o Projeto Igarapés, o qual se encontra juntamente com o Programa de Articulação Ensino, Pesquisa e Extensão e Responsabilidade Institucional – PAPEERI no anexo desde documento.

PROGRAMA DE ARTICULAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO E RESPONSABILIDADE INSTITUCIONAL – PAPEERI POR ÁREAS, GRUPOS, LINHAS, PROJETOS E CURSOS:

Tabela 23

ÁREAS	GRUPO DE PESQUISA - GPEDI	LINHA DE PESQUISA	PROJETO	CURSOS	ATIVIDADE DE EXTENSÃO
Ciências Socais e Saúde	Inovação, Desenvolvimento Profissional e Saúde Pública.	Saúde, Prevenção, Cidadania e Qualidade de Vida na Amazônia	MAPA - Monitoramento Ambiental e Práticas Assistidas	1-Educação Física 2-Enfermagem 3-Fisioterapia	Avaliação física de orientação e prescrição de atividades
			Prevenção de Doenças Prevalentes em Comunidades Amazônicas: Estudo de doenças relacionadas à síndrome metabólica na Comunidade Vila Amazônica	1- Fisioterapia 2-Psicologia	Aferição de pressão e orientação Psicomotricidade ludo - terapia Cartilha e palestras sobre doenças sexualmente transmissíveis e comportamento humano

			Ações Educativas Em Saúde E Cidadania Nas Escolas Públicas Municipais De Manaus	1-Fisoterapia 2-Estetica 3-Biomedicina 4-Nutrição 5-Fono 6-Enfermagem 7-Farmacia 8-Direito 9-Gastronomia 10-Educação Física 11-Engenharia Ambiental	Compostura Imagem pessoal - Ações transformadoras Cartilha de educação nutricional e segurança alimentar Triagem fonoaudiológica no processo de aprendizagem e orientação vocal aos docentes Palestra de gravidez na adolescência Palestra sobre intoxicação Eca – deveres das crianças Gastronomia Jogos e brincadeiras e atividades motoras Palestra sobre qualidade da água
ÁREAS	**GRUPO DE PESQUISA - GPEDI**	**LINHA DE PESQUISA**	**PROJETO**	**CURSOS**	**ATIVIDADE DE EXTENSÃO**
Engenharias e Tecnológico de Segurança no Trabalho	Construção Segura e Sustentável	Construção Civil, Qualidade de Vida e Sustentabilidade na Amazônia	Moradia Popular e Sustentabilidade na Amazônia	1-Engenharia Ambiental 2-Engenharia Civil 3-Engenharia Elétrica	Curso de Compostagem Reforma de casas Curso de concretagem Cursos de Instalações elétricas
ÁREAS	**GRUPO DE PESQUISA - GPEDI**	**LINHA DE PESQUISA**	**PROJETO**	**CURSOS**	**ATIVIDADE DE EXTENSÃO**
Ciências Sociais e Humanas	Direitos Sociais, Políticas Públicas e Saúde Mental	Direitos Humanos, Políticas Públicas no Amazonas e Saúde Mental	Estudo do Envelhecimento	1-Serviço Social 2-Psicologia	Palestras Sobre os Direitos Sociais Assistenciais dos Idosos Sensibilização do Envelhecer com Saúde Mental
ÁREAS	**GRUPO DE PESQUISA - GPEDI**	**LINHA DE PESQUISA**	**PROJETO**	**CURSOS**	**ATIVIDADE DE EXTENSÃO**

Licenciaturas	Educação, Diversidade e Inclusão Social	Educação para a Diversidade e Inclusão Social, Desafio Amazônico	PERA – Projeto de Ensino rumo à Alfabetização no Contexto Amazônico	1-Educação Física 2-Pedagogia 3-Química	Alfabetização de Jovens e Adultos
ÁREAS	**GRUPO DE PESQUISA - GPEDI**	**LINHA DE PESQUISA**	**PROJETO**	**CURSOS**	**ATIVIDADE DE EXTENSÃO**
Engenharia e Tecnológicos de Controle e Produção e Processos Industriais	Gestão Industrial e Desenvolvimento de Produtos Regionais	Gestão Industrial e Desenvolvimento de Produtos Regionais Amazônicos	Controle do Processo Produtivo no Polo de 3 Rodas Inventário de Resíduos Sólidos na Comunidade Vila Amazônia	1-Engenharia de Produção 2-Gestão da Produção Industrial 3-Logística 4-Qualidade 1-Engenharia de Produção 2-Gestão da Produção Industrial 3-Logística 4-Gestão da Qualidade 5- Petróleo e Gás 6-Seguranaça no Trabalho	Melhoria de Processos Produtivos Diagnóstico Socioeconômico
ÁREAS	**GRUPO DE PESQUISA - GPEDI**	**LINHA DE PESQUISA**	**PROJETO**	**CURSOS**	**ATIVIDADE DE EXTENSÃO**
Ciências Sociais e Tecnológicos de Hospitalidade e Lazer, e de Produção Cultural e Design	Comunicação, Arte, Cultura e Design	Comunicação, Arte, Cultura e Design na Amazônia	Saber pelo Turismo Educação Patrimonial e Valorização da Memória Cultural Amazônica	1-Jornalismo 2-Turismo 3-Arquitetura 4-Design Gráfico	Cartilhas de Educação Patrimonial e Ambiental
ÁREAS	**GRUPO DE PESQUISA - GPEDI**	**LINHA DE PESQUISA**	**PROJETO**	**CURSOS**	**ATIVIDADE DE EXTENSÃO**
Ciências Sociais, Sistemas e Tecnológicos de Gestão	Gestão, Inovação E Empreendedorismo Na Amazônia.	Estudos Socioeconômicos, Empreendedorismo e Desenvolvimento Regional	Empreendedorismo Acadêmico noCEUNI - FAMETRO Realidade dos Microempresários	1-Administração 2-Marketing 3-Recursos Humanos 4-Ciências Contábeis 5-Sistema de Informação	Feira do Empreendedor Oficinas de Fluxo de Caixa Implantação do 5 S Orçamento Familiar Estratégias De Marketing. Empregabilidade a partir da Formação Profissional Formalização do

					Microempreendedor por Meio da Informatização das Empresas

1n. Referenciais de acessibilidade atitudinal e pedagógica para o ensino na IES

Outro aspecto relevante no campo metodológico está a acessibilidade pedagógica e atitudinal, acerca desta questão vale a pena destacar é o da **ACESSIBILIDADE**.O aumento crescente de estudantes com necessidades educativas especiais e de atendimento pedagógico diferenciado, tem demandando das instituições de ensino superior a implantação e a consolidação de políticas de inclusão e de acessibilidade, que estão para além de garantir o acesso as instalações físicas das IES, mas que sejam ofertadas todo um conjunto de ações que garantam que estes alunos estejam inclusos em condições excelentes de aprendizagem e desenvolvimento.

Tendo como base um vasto conjunto de leis, orientações e recomendações expressas em documentos publicados pelo Governo Federal e mais especificamente pelo Ministério da Educação, o conceito de acessibilidade vem sendo ampliado fazendo com que as ações desenvolvidas pelas IES, se tornem cada vez mais variadas e por certo, também mais complexas.

Neste sentido, o conceito de acessibilidade exige a formulação de políticas institucionais, das quais emergem ações articuladas no âmbito pedagógico e da gestão. Sendo assim a acessibilidade e a inclusão passam a ser integrante de outro conceito fundamental que é o da Responsabilidade Social, conforme preconiza o documento *REFERENCIAIS DE ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A AVALIAÇÃO IN LOCO DO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES),* publicado em 2013. Como indicado neste documento especificamente a responsabilidade social ultrapassa a perspectiva do compromisso para se tornar um dever constituindo a essência de ser das instituições de ensino superior.

Citando a Lei do SINAES, a finalidade de uma instituição de educação superior deve ser a de promover:

> (…) a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da

> afirmação da autonomia e da identidade institucional. (Lei nº 10.861/04 – SINAES).

É neste sentido que oCEUNI - FAMETRO, concebeu o seu Projeto Institucional de Acessibilidade e Inclusão, observando Decreto nº 5.296/2004, onde as Barreiras de Acessibilidade no campo das edificações, na dimensão urbanística, de transportes, de comunicação e de informações devem ser retiradas e ainda no campo da **acessibilidadeatitudinal/pedagógica** para onde devem convergir todos os esforços para garantir acesso ao currículo onde haja:

- Adequação nos materiais didáticos e pedagógicos,
- Adequação nos mobiliários e equipamentos,
- Adequação de objetivos,
- Adequação de conteúdos,
- Adequação de métodos e didática,
- Adequação nas avaliações,
- Adequação de tempo.

Estas adequações, por sua vez encontram respaldo legal principalmente no Decreto n° 3.298/1999, o qual afirma que as instituições de ensino superior deverão oferecer adaptações de provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno portador de deficiência, inclusive tempo adicional para realização das provas, conforme as características da deficiência. E também no conceito de a**cessibilidade como** a condição para utilização, com segurança e autonomia, **total ou assistida**, dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por **pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida** presente no Decreto nº 5.296/2004.

Para oCEUNI - FAMETRO, a acessibilidade pedagógica entende que a comunidade acadêmica deve desenvolver medidas pedagógicas diferenciadas, compreendendo que as necessidades educacionais são específicas, podendo ser permanentes ou temporárias, a ser consideradas as seguintes características dos/as alunos/as com:

- Altas habilidades e superdotação;
- Deficientes Físicos, Intelectuais, Sensoriais e Múltiplos;

- Transtornos Mentais, Distúrbios de Humor e outras situações classificadas pelo CID ou DSMV-TR;
- Transtornos globais;
- Alterações orgânicas como insuficiências.

Neste sentido, nosso programa defende acessibilidade integral enquanto prática institucional entendendo como um dos fundamentos das práticas pedagógicas e de gestão no ensino superior, considerando:

- Ações de acessibilidade pedagógica, concernentes a este PDI:

1) Mapeamento das necessidades dos estudantes: preenchimento de ficha cadastral; registro de observação em sala de aula; registro de impressões dos professores; registro das impressões dos próprios acadêmicos; mapeamento de estudos e rotina realizados;

2) Orientação pedagógica aos coordenadores de cursos e professores por meio do assessoramento do NAPA (Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade);

3) Encaminhamento/solicitação de adequações didático-pedagógicas dos cursos para a Coordenação de Ensino;

5) Encaminhamento de adequações de materiais didáticos dos Cursos;

6) Promoção de cursos, palestras e eventos de capacitação de funcionários e docentes, por meio do NAPA (Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade);

7) Trabalho colaborativo com outros profissionais por meio de convênio com entidades e/ou associações que possam contribuir com o desenvolvimento de práticas de acessibilidade;

8) Os estudantes e funcionários surdos são acompanhados por profissional intérprete de LIBRAS;

9) Formação em Libras para técnicos-administrativos, alunos e professores.

Políticas de ensino e ações acadêmicos administrativos para os cursos de pós-graduação stricto sensu

No que compete à modalidade *stricto sensu* o CEUNI - FAMETRO, pretende passar a ofertar primeiro por meio de convênio interinstitucional e depois por processos próprios, cursos de Mestrado e Doutorado nas áreas de:

- Saúde;
- Educação;
- Gestão;
- Tecnologia;
- Humanas;
- Biológicas;
- Exatas.

Em acordo com o que determina a CAPES os Programas de Mestrado e Doutorado tem a sua importância apresentam como finalidades dos Programas de Pós-Graduação “stricto sensu”:

I. proporcionar o aprimoramento em diferentes áreas do saber, visando a oferecer ao aluno elevado padrão técnico, científico e profissional;
II. desenvolver um ambiente de incentivo à produção de conhecimento, através do ensino e da pesquisa no CEUNI - FAMETRO;
III. formar recursos humanos que atendam às exigências de qualificação e expansão do ensino superior e da pesquisa.

Estes Programas devem ainda se apresentar articulados a graduação, tendo em vista a verticalização e o aprofundamento das áreas de conhecimento onde a IES atua. Os cursos de mestrado e doutorado do CEUNI - FAMETRO buscarão ser uma alternativa de aperfeiçoamento e de acadêmico do recém-graduado e dos próprios profissionais do CEUNI - FAMETRO, haja vista a histórica escassez desse tipo de formação no norte do país.

Esta busca de ampliação de oportunidades de pós-graduação está, no nosso do Amazonas, ligada a criação de novos cursos stricto sensu para profissionais que demandam requalificação de alto nível, porque dela depende a manutenção do

profissional no mercado, o desenvolvimento de todo um setor empresarial ou a prestação de melhores serviços ao segmento social correspondente à área do conhecimento.

O desafio de ter que atender ou buscar atender a uma demanda muito grande, que procura qualificação em Instituição de alto nível, envolve não apenas o profissional recém-formado, mas também o profissional que está atuando num mercado cada vez mais exigente. Esses profissionais sabem que precisam se qualificar para poder acompanhar as vertiginosas transformações da ciência e da tecnologia, o que nos faz acreditar que estaríamos dando uma grande contribuição para a nossa região ao nos lançarmos ao desafio de propor e ofertar este nível de formação.

Assim aPós-Graduação *Stricto Sensu* da IES, tem como política, o fortalecimento da formação continuada por meio da pesquisa e aperfeiçoamento profissional, conforme as linhas de pesquisas institucionais, devendo ser operacionalizada mediante os seguintes programas:

Projetos:

1. **PEFC/CEUNI - FAMETRO:** Projeto de Estimulo a Formação Continuada, por meio de bolsas e descontos: Funcionários, egresso, consanguíneo, Grupo IME.

É objetivos da Política de Ensino para Pós-Graduação Stricto Sensu:

- Promover a formação continuada em nível de mestrado e doutorado acadêmico e profissional, para atuar na pesquisa e no ensino superior com finalidade didática, científica ou tecnológica, tendo em vista a produção, ampliação e difusão de conhecimentos por meio de parcerias acadêmicas e científicas com programas congêneres oferecidos por instituições de ensino superior brasileira e estrangeiras.

Políticas de ensino e ações acadêmicos administrativas para os cursos de pós-graduação lato sensu

Sendo a pós-graduação que subsidia mais proximamente o desenvolvimento das pesquisas, que devem ser ampliadas, qualificadas e internacionalizadas, assim, é fundamental a ampliação do financiamento de suas atividades. Outro desafio é aumentar a inserção docente nos programas ofertados.

Os projetos pedagógicos dos cursos de pós-graduação Lato Sensu devem ser aprovados pelo Colegiado de Curso, e homologado pelo Conselho Maior da Instituição, garantindo aos Coordenadores de Curso e corpo docente a participação no planejamento da oferta de cursos de pós-graduação. No CEUNI FAMETRO os cursos de pós-graduação apresentam-se articulados ao ensino de graduação, tendo em vista estabelecer a possibilidade de aprofundamento de estudos dos nossos alunos em diferentes níveis (especialização, mestrado e doutorado).

Depois de implantados os Cursos de pós-graduação são acompanhados e avaliados sistematicamente pela Coordenação de pós-graduação, a qual promoverá a avaliação dos currículos e a atualização da proposta pedagógica dos mesmos, para o alcance de padrões excelentes de qualidade.

A relação de Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu, bem como a programação de oferta na vigência deste PDI, encontra-senos quadros apresentados a seguir, e seguirá a nota técnica 509/2015 e a resolução n. 1/2007.

OBJETIVOS	**Criar de cursos de pós-graduação Lato Sensu**					
METAS	**AÇÕES**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Implantar Cursos de pós-graduação lato sensu	• Captar alunos para a pós-graduação	x	X	X	**X**	**x**
	• Aprovar os cursos nos colegiados da IES	x	X	X	**X**	**x**
	• Criação do Curso de Pós-graduação em Administração Pública e Privada	x	X	X	**X**	**x**
	• Criação do Curso de Pós-graduação em Metodologia do Ensino Superior	x	X			
	• Criação do Curso de Pós-graduação em Administração Aplicada na Gestão Empresarial	x	X			
	• Criação do Curso de Pós-graduação em Gestão em Logística	x	X	X	**X**	**x**
	• Novos projetos de cursos de Pós-graduação, conforme a criação de novos cursos de graduação previsto neste PDI.	x	X	X	**X**	**x**
	• Criar instrumento de avaliação do desempenho acadêmico	x	X	X	**X**	**x**

A Política de Pós-Graduação latu Sensu, deve ser executado por meio dos seguintes Programas:

1. **PEFC/CEUNI - FAMETRO:** Programa de estimulo à formação contínua, por meio de bolsas e descontos: Funcionários, egresso (10%), enade (50% a 100%), mérito acadêmico (50%, 75% e 100% por curso e semestre), consanguíneo (10%), grupo IME (10%).
2. **Programa de Qualidade de Ensino e Inovação Pedagógica:** (planejamento, atualização curricular, elaboração de material didático, avaliação formativa e somativa, acompanhamento e avaliação dos cursos, oferta de componentes curriculares à distância, oferta de pós-EaD).
3. **Programa de Acompanhamento ao Egresso da Pós-graduação:** Onde serão acompanhados os egressos da pós-graduação nas suas conquistas no mercado a partir de reuniões anuais, bem como incentivar na formação continuada em busca do mestrado e doutorado.
4. **Programa de Apoio ao Discente da Pós-graduação:** psicopedagógico, atividade extraclasse, representatividade discentes, apoio financeiro por meios de programas e descontos, internacionalização e mobilidade acadêmica, ouvidoria, portal acadêmico.

É objetivo da Pós-graduação Lato Sensu:

- Aprofundar o conhecimento em áreas determinada ou em áreas afins do saber, proporcionando o desenvolvimento de competências e habilidades que venham a contribuir para a adequação profissional às necessidades do mercado de trabalho, consolidando assim os estudos realizados em nível de graduação.

Políticas institucionais e ações acadêmico administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artística e cultural

As diretrizes para o Ensino Superior delineiam Ensino, Pesquisa e Extensão como processos fundamentais e interligados na formação do graduando. O CEUNI - FAMETRO, como instituição de ensino superior, percebe como primordial o papel que a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico desenvolvem na busca de explicações, resultados e soluções para problemas enfrentados pela sociedade amazonense.

Outro aspecto a ser destacado compete também ao desenvolvimento de processos artísticos e culturais que contribuem para uma formação mais ampla, que potencializa o perfil do nosso egresso. Ciência, tecnologia, arte e cultura constituem um amplo espectro de conhecimentos que serão objeto de preocupação da nossa instituição.

Sendo assim, a Política de Desenvolvimento da Pesquisa Científica do CEUNI - FAMETRO, no nível da graduação e da pós-graduação, com vistas a Iniciação Científica, Tecnológica, Artística e Cultural, ocorre por meio dos programas e projetos PROMICT, PIBIC, PIBIT E PAPEERI e tem como principais diretrizes:

- A **indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão**, visando a responsabilidade social;
- A **interação dialógica** por meio do desenvolvimento de relações entre a faculdade e setores sociais em uma troca de saberes para superação de desigualdades sociais e exclusão;
- A busca pela **transformação social**, estando voltada aos interesses e necessidades da comunidade para a implementação do desenvolvimento regional e de políticas públicas;
- **Pesquisa como processo educativo** na formação de pessoas e de geração de conhecimento baseado na flexibilização da formação discente para uma formação cidadã em que o discente se reconhece agente da garantia de direitos e deveres e ao mesmo tempo técnica onde o aluno obtém competências necessárias à atuação profissional;
- A pesquisa como fator indutor de **ascensão na carreira docente**, previsto no plano de cargos e salários.

Os objetivos da Política de Pesquisa Iniciação Científica, Tecnológica, Artística e Cultural, são:

- Contribuir com a formação de recursos humanos para a pesquisa e o desenvolvimento regional por meio da articulação entre ensino e extensão.
- Despertar no aluno a capacidade de ler a realidade da vida criticamente e ser capaz de intervir nessa realidade construindo e reconstruindo conhecimentos e trocando saberes, a partir da relação teórico-prática da interação dialógica academia-comunidade.

- Promover por meio da pesquisa mudança na qualidade de vida da comunidade por meio da solução para a redução de desigualdades e exclusão, promovendo transformação social.
- Flexibilizar a formação discente permitindo ao aluno adquirir competências e habilidades por meio de ações de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural dentro de um perfil ético, humanístico, social e ambientalmente responsável, tendo a pesquisa como processo educativo.

ÁREAS DE CONHECIMENTO – GRUPOS DE PESQUISA – LINHAS DE PESQUISA INSTITUCIONAIS- PROJETOS, CURSOS:

ÁREA: Ciências da Saúde

Grupo de Pesquisa - GPEDI

Inovação, Desenvolvimento Profissional e Saúde Pública.

Linha de Extensão

Saúde, Prevenção e Qualidade de Vida na Amazônia

Projeto

1-Mapa- Prevenção de Doenças Prevalentes em Comunidades Amazônicas

Cursos

1-Enfermagem

2-Fisioterapia

3-Nutrição

ÁREA: Ciências da Saúde e Tecnológico de Ambiente e Saúde

Grupo de Pesquisa - GPEDI

Inovação, Desenvolvimento Profissional e Saúde Pública.

Linha de Extensão

Diagnóstico, Patologias Afecções e Controle de Doenças na Amazônia.

Projeto

02-Mapeamento e Tratamento de Doenças Prevalentes Na Comunidade Amazônica

Cursos

1-Biomedicina.

2-Estética e Cosmética

3-Farmácia

4-Radiologia

5-Fonoaudiologia

ÁREA: Engenharias e Tecnológico de Segurança

Grupo de Pesquisa - GPEDI

Construção Segura e Sustentável

Linha de Extensão

Construção Civil, Qualidade de Vida e Sustentabilidade na Amazônia

Projeto

03-Moradia Popular, Segurança e Sustentabilidade na Amazônia.

Cursos

1-Engenharia Ambiental

2-Engenharia Civil

3-Engenharia Elétrica

4-Segurança no Trabalho

ÁREA: Engenharia e Tecnológicos de Controle e Produção e Processos Industriais

Grupo de Pesquisa - GPEDI

Gestão Industrial e Desenvolvimento de Produtos Regionais

Linha de Extensão

Gestão Industrial e Desenvolvimento de Produtos Regionais Amazônicos

Projeto

04-Apoio à Gestão Industrial e Desenvolvimento de Produtos Regionais Amazônicos

Cursos

1-Engenharia de Produção

2-Gestão da Produção Industrial

3-Logística

4-Petróleo e Gás

5-Sistemas de Informação

ÁREA: Ciências Sociais, Sistemas e Tecnológicos De Gestão

Grupo de Pesquisa - GPEDI

Gestão, Inovação e Empreendedorismo na Amazônia

Linha de Extensão

Estudos Socioeconômicos, Empreendedorismo e Desenvolvimento Regional

Projeto

05-Apoio ao Microempreendedor de Comunidades Amazônicas

Cursos

1-Administração

2-Ciências Contábeis

3-Gestão da Qualidade

4-Gestão em Marketing

5-Gestão em Recursos Humanos

6-Sistemas de Informação

ÁREA: Ciências Sociais e Humanas

Grupo de Pesquisa - GPEDI

Direitos Sociais e Políticas Públicas

Linha de Extensão

06-Direitos Sociais do Menor e Política Públicas no Amazonas

Projeto

Escritório Social, Jurídico e Psicológico - Pai Presente

Cursos

1-Direito

2-Psicologia

3-Serviço Social

AREA: Ciências Sociais e Humanas

Grupo de Pesquisa - GPEDI

Direitos Sociais e Saúde Mental

Linha de Extensão

Direitos Sociais da Mulher e Saúde Mental no Amazonas

Projeto

07- Escritório Social, Jurídico e Psicológico Combate. À Violência Contra a Mulher.

Cursos

1-Direito

2-Psicologia

3-Serviço Social

PROJETOS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CURSO DE FARMÁCIA

Ano	Projeto	Ações desenvolvidas	Turmas envolvidas ou Aluno envolvido
2015.2	Desenvolvimento de Biofilme a Base de Amido de Mandioca e Gengibre no Aumento de Vida Útil de Frutos Climatéricos.	Desenvolver tecnologia para promover o aumento da vida útil de frutas climatéricas que ficam expostas as condições ambientais da Amazônia.	Sergio Duarte Pinheiro
2016	Desenvolvimento de Biofilme a Base de Amido de Mandioca e Gengibre no Aumento de Vida Útil de Frutos Climatéricos.	Desenvolver tecnologia para promover o aumento da vida útil de frutas climatéricas que ficam expostas as condições ambientais da Amazônia.	Alexandra Souza Lopes de Santana
2017	Pesquisa de Coliformes Totais e Termotolerantes em Poupas de Frutas Comercializadas na Feira da Manaus Moderna.	Verificar a presença de coliformes em poupas de frutas congeladas e não pasteurizadas comercializadas na feira da Manaus Moderna	Bruna dos Santos Teixeira
2018	Efeito do regime de luz no crescimento do micélio e biomassa miceliana de basidiomicetos Amazônicos e de sua interação	Analisar o crescimento radial do micélio e produção de biomassa miceliana dos fungos *Hexagonia glabra*, *Pycnoporus sanguineus*, *Trametes lactinea* e sua interação.	Brenda Jácome Martins

Políticas institucionais e ações acadêmico administrativas para a extensão

A extensão da IES é definida, como “prática acadêmica que interliga a Universidade nas suas atividades de ensino e pesquisa com as demandas da população”. Isso sugere que a formação profissional só será completa com a aplicação do produto da aprendizagem na sociedade e permite supor que a extensão da IES é fundamental para diminuir as desigualdades sociais existentes, por ser uma associação de processo educativo com as ações culturais e científicas aplicadas à realidade encontrada.

Sendo assim a Extensão é tradicionalmente entendida como parte de um tripé, o qual deve fornecer as bases de sustentação da educação superior – a saber: ensino, pesquisa e extensão. O CEUNI - FAMETRO entende a Extensão Universitária como uma ação educativa que possui enorme potencial para interpretar, na IES, as demandas que a

sociedade impõe, devendo a mesma ser mecanismo de socialização do conhecimento, a partir da promoção do “diálogo” entre o saber científico e o saber popular na busca de uma sociedade que traga mais dignidade e solidariedade à vida das pessoas.

A Política de Extensão do CEUNI - FAMETRO visa o processo de formação de pessoas e serviços na geração de conhecimentos entre a faculdade e a comunidade externa articulando ensino, pesquisa e responsabilidade social institucional por meio dos programas, projetos, cursos, eventos, visitas técnicas e prestação de serviços extensionistas baseada nas seguintes diretrizes**:**

- A indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, visando a responsabilidade social;
- A interação dialógica por meio do desenvolvimento de relações entre a faculdade e setores sociais em uma troca de saberes para superação de desigualdades e exclusão;
- A busca pela transformação social, estando voltada aos interesses e necessidades da comunidade e para a implementação do desenvolvimento regional e de políticas públicas;
- Extensão como processo educativo na formação de pessoas e de geração de conhecimento baseado na flexibilização da formação discente para uma formação cidadã em que o discente se reconhece agente da garantia de direitos e deveres e ao mesmo tempo técnica onde o aluno obtém competências necessárias e atuação profissional;
- Extensão como processo interdisciplinar;
- Extensão como processo solidário.

A Política de Extensão do CEUNI - FAMETRO se operacionaliza por meio do seguinte programa e projeto:

- **PAPEERI** – Programa de Articulação Ensino Pesquisa, Extensão e responsabilidade Social Institucional;
- **PEFC** – Programa de Educação e Formação Continuada.

São objetivos da Política de Extensão do CEUNI - FAMETRO:

- Contribuir com a formação de recursos humanos para a extensão e desenvolvimento regional por meio da articulação entre ensino, pesquisa, extensão e responsabilidade social institucional.
- Despertar no aluno a capacidade de ler a realidade da vida criticamente e ser capaz de intervir nessa realidade construindo e reconstruindo conhecimentos e trocando saberes, a partir da relação teórico-prática da interação dialógica acadêmica-comunidade.
- Promover por meio da extensão e da responsabilidade social institucional mudança na qualidade de vida da comunidade por meio da solução para a redução de desigualdades e exclusão, promovendo transformação social.
- Flexibilizar a formação discente permitindo ao aluno adquirir competências e habilidades por meio de ações de extensionistas dentro de um perfil ético, humanístico, social e ambientalmente responsável, tendo a extensão como processo educativo.
- Promover a interdisciplinaridade na extensão.
- Promover o espírito solidário entre os docentes e discentes do CEUNI - FAMETRO por meio do Natal Solidário.

LINHAS DE AÇÃO PARA A EXTENSÃO

Linha de Extensão
Comunicação, Arte, Cultura e Design na Amazônia
Projeto
Educação Patrimonial e Valorização da Memória Cultural Amazônica
Cursos
1-Arquitetura e Urbanismo
2-Design Gráfico
3-Jornalismo
4-Gastronomia
5-Turismo

Área: Licenciaturas
Grupo de Pesquisa - GPEDI
Educação para Diversidade e Inclusão Social

Linha de Extensão

Educação para a Diversidade e Inclusão Social, Desafio Amazônico

Projeto: PERA

Cursos

1-Educação Física

2-Pedagogia

3-Química

Projetos de Extensão e Responsabilidade Social do Curso

Por meio de atividades de extensão e responsabilidades social serão incentivados os trabalhos articulando, ensino, pesquisa, investigação científica, capacitação e aperfeiçoamento e a interação entre a Instituição e a comunidade, com a participação do corpo discente e docente. As atividades propostas pelocurso e pela instituição: Oferta de serviço à comunidade através da Semana de Responsabilidade Social, Palestras Educativas com temas específicos em cada área entre outros.Esse interesse busca desenvolver meios e métodos para que o curso de farmácia possa contribuir com a formação de uma sociedade mais crítica e consciente sobre os discursos e processos midiáticos em suas várias configurações, oferecendo subsídios para a compreensão e entendimento do ecossistema midiático contemporâneo.

PROJETOS DE EXTENSÃO DO CURSO DE FARMÁCIA

Semestre	Projeto	Ações desenvolvidas	Turmas envolvidas
2015.2	Projeto Igarapés	Intervenções educativas sobre parasitoses intestinais na Comunidade Vila Amazonas	Todas
2016	Projeto Igarapés	Determinação da tipagem sanguínea e hematócrito na Comunidade Vila Amazonas	Todas
2017	Projeto Igarapés	Orientação pelo Uso Racional de Medicamentos na Comunidade Vila Amazonas	Todas
2018	Projeto Igarapés	Orientação pelo Uso Racional de Medicamentos na Comunidade Vila Amazonas	Todas

PROJETOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL DO CURSO DE FARMÁCIA

Semestre	Projeto	Ações desenvolvidas	Turmas envolvidas
2015.2	Projeto Igarapés	Intervenções educativas sobre parasitoses intestinais na Comunidade Vila Amazonas	Todas
2016	Projeto Igarapés	Determinação da tipagem sanguínea e hematócrito na Comunidade Vila Amazonas	Todas
2017	Projeto Igarapés	Orientação pelo Uso Racional de Medicamentos na Comunidade Vila Amazonas	Todas
2018	Projeto Igarapés	Avaliação de Saúde e Ação educativa	Todas

Políticas institucionais e ações de estímulo relacionadas à difusão das produções acadêmicas: científica, didático-pedagógico, tecnológica, artística e cultural.

A Política institucional de estímulo à difusão das produções acadêmicas tais como: produções científicas, didático pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais envolve ações que serão executadas por meio de ações, o qual prevê auxílio financeiro em forma de ajuda de custo e bolsas a docentes dos grupos de pesquisa institucionalizados, alunos e professores ligados ao PAPEERI - Programa de Articulação Ensino, Pesquisa e Extensão e Responsabilidade Institucional mediante submissão e aprovação em editais anuais da coordenação de pesquisa e extensão.

O principal objetivos desta é:Ofertar ações de estímulo à difusão das produções acadêmicas tais como: as produções científicas, didático pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais que são executadas pelo CEUNI - FAMETRO por meio Programa de apoio a participação e realização de eventos internos e externos e à produção discente e docente, no qual prevê ações de auxílio financeiro, apoio institucional, patrocínio e subvenções a grupo de pesquisa, a publicação de alunos e professores, a participação de

sujeitos da comunidade acadêmica em eventos relevantes em âmbito local, nacional e internacional.

Política Institucional de acompanhamento de egressos

A IES tem o compromisso com a constante valorização do ser humano por meio da educação superior na Região Amazônica, qualificando mão de obra para organizações públicas, privadas, ONGs e empreendimentos próprios. Entretanto, entendemos que nosso compromisso vai além da formação durante a graduação, mas abrange inclusive conhecer informações sobre a inserção do nosso egresso no mercado de trabalho como forma de avaliar a contribuição de nossos cursos para este processo.

POLÍTICA:

A Política de acompanhamento de egressos consiste numa pesquisa de acompanhamento de egressos dividido em duas etapas: a primeira levantará dados sobre a condição dos alunos no mercado de trabalho ao ingressar na faculdade, e na segunda etapa, levantará dados sobre a condição dos alunos no mercado de trabalho na situação de egresso. Ao comparar os dados levantados poderemos avaliar de que forma os cursos de graduação da IES estão contribuindo para a empregabilidade, ascensão de carreira e remuneração de nossos egressos.

PROGRAMA:

O **PROAE – Programa de Acompanhamento do Egresso** tem como objetivo geral o acompanhamento da condição do egresso dos cursos de bacharelado, licenciaturas e tecnológicos da IES como forma de demonstrar a importância da IES para a sociedade amazonense na qualificação da mão de obra para o desenvolvimento da região.

Tendo ainda como objetivos institucionais e educacionais: proporcionar sólida fundamentação humanística, técnica e científica, orientada à compreensão dos conceitos inerentes a cada profissão, o programa de acompanhamento dos egressos dos respectivos cursos de graduação, licenciaturas e tecnológicos da IES será relevante uma vez que atenderá aos interesses do Ministério da Educação que recomenda este tipo de acompanhamento como forma de qualificar cada vez mais as IES privadas; para a própria IES que terá dados para avaliar seus cursos; para o mercado de trabalho local que poderá contar com uma IES preparando mão de obra alinhada com os requisitos atuais do mercado de trabalho e ainda; para os próprios acadêmicos que poderão ser beneficiados

por meio de informações dos egressos que subsidiarão a melhoria contínua dos cursos oferecidos.

Afinal a IES entende que sua responsabilidade social é a contribuição com o desenvolvimento da região amazônica por meio não somente com a qualificação de mão de obra, mas com sua empregabilidade.

ATUAÇÃO DOS EGRESSOS DA IES NO AMBIENTE SOCIECONOMICO

A partir do acompanhamento do trabalho realizado com o acompanhamento do egresso, esperamos que os alunos formados por nossa instituição possam se inserir no mundo do trabalho de maneira critica e consciente com dentro de princípios éticos e humanístico, com responsabilidade social, reconhecendo o valor das entidades de classe que lhe representarão. Espera-se igualmente que a formação ofertada possa formar egressos com competências éticas, pessoais, profissionais, sócio afetivas, cognitivas e de comunicação que possibilitem a compreensão de si mesmo e do mundo em que vive, através da formação adquirida, agir de forma crítica contribuindo para a vida em sociedade.

Portanto, é requerida ao egresso a capacidade de:

a) dominar conhecimentos que lhe favoreçam maior flexibilidade na sua atuação profissional; possuir capacidade de trabalhar em equipe;

b) desenvolver e praticar atitudes que possibilite aprender a aprender aprendendo;

c) exercer com ética e proficiência as atribuições que lhes são prescritas através de legislação específica de acordo com sua área de atuação;

d) ter atitudes inovadoras e criativas;

e) utilizar diferentes fontes de informações e recursos tecnológicos para construir/reconstruir conhecimento, em seu setor e, na medida do possível, em seu meio;

f) saber intervir na realidade com consciência, espírito crítico positivo e autonomia, como indivíduo e como integrante de uma coletividade;

g) integrar conhecimentos amplos e especializados, para aplicá-los em situações concretas;

h) atuar para além dos preconceitos culturalmente herdados e/ou impostos pelas formas de organização estabelecidas;

i) compreender a diversidade cultural para inserir-se no mundo internacionalizado, inclusive nas relações de trabalho;

j) compreender a importância de ampliar e atualizar o conhecimento e a prática da vida, do mundo e da profissão, de forma permanente e desenvolver meios ou integrar-se nos que lhe são oferecidos para aprender ao longo de toda vida;

k) desenvolver técnicas apropriadas à área de formação, visando ao acompanhamento e à avaliação constante, buscando interagir com o mercado de trabalho na perspectiva de continuidade de sua formação;

l) atuar como empreendedor de ações inovadoras que promovam o desenvolvimento econômico, político, social e cultural, no contexto local, regional e nacional.

Política Institucional para internacionalização

A Política de Internacionalização da IES consiste na inserção da IES no contexto internacional por meio da realização de convênios com instituições de ensino estrangeiras a fim de promover o intercâmbio e a troca de experiências entre diferentes culturas. A IES conta com convênio com o Santander Universidades, com a Universidade de Évora e com a Universidade Nihonn Gakko para intercâmbio docente e discente.

O intercâmbio para a internacionalização será coordenado por uma comissão nomeada e regulamentada, responsável por sistematizar acordos e convênios internacionais e de atividades realizadas durante a mobilidade docente e discente.

A política de internacionalização da IES também consiste na oferta de disciplinas ministradas em língua estrangeira, a saber: disciplina de Inglês e disciplina de Direitos Humanos a serem ministradas em inglês e ofertadas em todas as matrizes curriculares da IES.

As ações para a internacionalização consistem na divulgação dos convênios com as universidades estrangeiras para docentes e discentes por meio de edital, e controle por meio dos formulários anexos a este PDI no regulamento de Internacionalização.

E compete à coordenação de ensino junto a Secretaria Acadêmica tem responsabilidade de certificar que todas as matrizes constem a oferta das disciplinas em língua estrangeira.

PROGRAMA:

A Política de Internacionalização da IES ocorre por meio do PROGRAMA DE MOBILIDADE E O INTERCÂMBIO ACADÊMICO INTERNACIONAIS DA IES tem como objetivo oferecer oportunidade de estudo a discentes em universidades do exterior, permitir a atualização de conhecimento, interagindo com outras culturas e povos além de estimular iniciativas de internacionalização na IES.

A participação do aluno em atividades de mobilidade e intercâmbio acadêmico internacionais terá a duração de um semestre letivo, podendo ser prorrogado por mais um semestre consecutivo.

O IME – INSTITUTO METROPOLITANO DE ENSINO LTDA, com sede na AVENIDA CONSTANTINO NERY, 3.204 inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.817.341/0001-42, doravante denominada Instituição de Ensino Superior (IES), firmou convênio com o BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, instituição financeira com sede na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2235, Bloco A, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04543-011, inscrita no CNPJ/MJ sob o nº 90.400.888/0001-42.

O referido Convênio tem como objetivo a viabilização da participação das IES mantidas pelo IME, no Programa de Bolsas Ibero-Americanas para Estudantes de Graduação Santander Universidades, doravante PROGRAMA, de acordo com a fundamentação contida nos “Princípios Gerais do Programa de Bolsas Ibero-Americanas para Estudantes de Graduação Santander Universidades”, devidamente registrados sob nº 5.314.648, junto ao 4º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de São Paulo/SP, que se regerá, ainda, pelas seguintes cláusulas e condições.

Liberar a realização no(s) campus (i) da IES de ao menos 04 (quatro) vezes ao ano, de ações de divulgação e apresentação de produtos e serviços bancários, inclusive distribuição de material proporcional, em local de grande fluxo de alunos, professores e funcionários, de acordo com o seguinte procedimento: (i) o SANTANDER enviará comunicado à IES informando a data em que a ação de divulgação será realizada, (ii) a IES terá o prazo de 02 (dois) dias, contados do envio do comunicado pelo SANTANDER, para manifestar sua ciência e liberação quanto a realização da ação de divulgação no(s) campus(i).

Ao aderir a este PROGRAMA a IES se compromete a divulgar a logomarca do SANTANDER UNIVERSIDADES em espaço de destaque de sua *homepage,* durante a vigência deste contrato, com direcionamento automático *(link) ao site*www.santanderuniversidades.com.br.

Cumprir rigorosamente com o cronograma das atividades relativas ao PROGRAMA, em especial aos prazos estabelecidos no Edital deste convênio, sob pena de rescisão do presente instrumento e consequente cancelamento das bolsas ora concedidas.

Para acessar a plataforma disponibilizada pelo SANTANDER, mediante o uso de login e senha, e cumprir o disposto nos Princípios Gerais do Programa e no presente Convênio, a IES deverá indicar em até 5 (cinco) dias úteis após a data de assinatura do convênio, a pessoa que será responsável pelo PROGRAMA, encaminhando os dados (nome completo, CPF e e-mail) para a caixa universidades@santander.com.br. Após envio dos dados a pessoa indicada receberá via e-mail a notificação para acessar a plataforma e criar a senha.

A IES assegura o bom uso da senha e login de acesso e compromete-se a não divulgar ou emprestar a senha a terceiros, se responsabilizando por todos os dados inseridos no sistema e a devida adequação aos Princípios Gerais do Programa.

O valor total do presente instrumento é de até R$ 20.065,80 (vinte mil, sessenta e cinco reais e oitenta centavos), que corresponde ao fornecimento de 02 (duas) bolsas-auxílio no valor em Reais equivalente a €3.000 (três mil euros), no valor unitário de R$ 10.032,90 (dez mil, trinta e dois reais e noventa centavos), cada bolsa.

Comunicação da IES com a comunidade externa

A discussão sobre a importância da comunicação nas instituições públicas de educação superior vem, sistematicamente, ganhando força no ambiente acadêmico, considerando-se a responsabilidade institucional frente aos desafios expressos na sociedade contemporânea e a exigência da prestação de contas à sociedade acerca do trabalho que as instituições universitárias realizam.

Por ser a atuação universitária uma tarefa de responsabilidade coletiva, a comunicação institucional objetiva fomentar, interna e externamente, o conhecimento público sobre a Instituição, seus projetos, políticas e realizações, bem como, contribuir para o desenvolvimento de uma imagem institucional consistente e garantir o acesso do público às informações sobre as atribuições que exerce, de forma a possibilitar a crítica e o controle social sobre as ações realizadas.

Para o alcance de tais finalidades, cabe à instituição desenvolver ações comunicativas que visem à produção de visibilidade a respeito do trabalho por ela realizado. Assim, torna-se imprescindível que ela lance mão, com maior frequência,

diversidade e competência, de instrumentos de comunicação de massa, que, em larga escala, possam oferecer à sociedade, informações relevantes e adequadas a respeito das atividades acadêmicas, pois é por meio da ação comunicativa de amplo espectro que a relevância social se implanta na consciência da sociedade.

A partir do entrelaçamento entre as duas dimensões da comunicação institucional – a interna e a externa ao CEUNI - FAMETRO – estruturou as políticas adequadas, a fim de permitir a visibilidade desejada às atividades acadêmicas. Por esta via é possível a obtenção de legitimidade política para suas pretensões e a garantia do direito à informação acerca da vida universitária a todos os segmentos que nela atuam ou dela se servem.

Nestes termos são Diretrizes da Política de Comunicação Externa do CEUNI - FAMETRO:

A Política Institucional de Comunicação do CEUNI - FAMETRO com a comunidade Externa é ser o vetor de acesso à comunidade externa às informações acerca dos resultados das avaliações recentes da IES e dos cursos, da divulgação de atividades e eventos dos cursos de graduação, pesquisa e extensão, bem como dos mecanismos de transparência institucional, da ouvidoria, entre outros, por meio diversos canais de comunicação (site institucional, redes sociais, jornais, TV, rádio, outdoors e eventos externos) e tem como Diretrizes:

- A disseminação da missão, visão, objetivos e metas da instituição;
- A transparência como ferramenta de propagação da credibilidade da IES;
- A ética e legitimidade das informações;
- O respeito à diversidade como fator relevante;
- Proporcionar a comunidade externa informações relevantes para o crescimento educacional.

Comunicação da IES com a comunidade externa

Seguindo os princípios que norteiam a Política de Comunicação Externa, o CEUNI - FAMETRO possui uma comunicação com a comunidade interna de forma clara, transparente e democrática com objetivo da comunidade ter acesso às informações

acerca dos resultados das avaliações recentes, da divulgação dos cursos, da extensão e pesquisa e todas as atividades, ações, programas e projetos que fazem parte do cotidiano da comunidade acadêmica.

A Política Institucional de Comunicação do CEUNI - FAMETRO com a comunidade interna é ser o vetor de acesso à comunidade interna às informações acerca dos resultados das avaliações recentes da IES e dos cursos, da divulgação de atividades e eventos dos cursos de graduação, pesquisa e extensão, bem como dos mecanismos de transparência institucional, da ouvidoria, entre outros, por meio diversos canais de comunicação (site institucional, redes sociais, jornais, TV, rádio, outdoors e eventos externos).

São Diretrizes da Política de Comunicação Interna:

- A disseminação da missão, visão, objetivos e metas da instituição;
- A transparência como ferramenta de propagação da credibilidade da IES;
- A ética e legitimidade das informações;
- O respeito à diversidade como fator relevante.

Proporcionar a comunidade externa informações relevantes para o crescimento educacional.

Política de atendimento aos discentes

POLÍTICA:

A Política de atendimento aos estudantes consiste no suporte acadêmico que a IES oferece por meio de uma gama de serviços como: acolhimento ao ingressante; atendimento extraclasse; nivelamento; monitoria; estímulo à representatividade discente; diretório acadêmico; ouvidoria; portal acadêmico; formação de escola de líderes; formação de empreendedores; apoio psicopedagógico e de acessibilidade; acompanhamento de egressos; internacionalização; e apoio financeiro.

E por meio do atendimento proporcionado aos discentes pelos núcleos: NAPA-Núcleo de apoio psicopedagógico e de acessibilidade responsável pelo atendimento de demandas espontâneas e dirigidas de alunos com dificuldade de aprendizagem,

relacionamento ou psicológica na qual o NAPA atende, orienta e acompanha, e ainda promove palestras sobre temáticas ligadas a questões como: suicídio, drogadição, respeito à diversidade, gênero entre outros, e do NADI- Núcleo de atendimento ao discente responsável por captação de vagas de emprego e estágio não obrigatório, bem como pela promoção de palestras de formação para o mercado de trabalho, e ainda, por ações de reversão, no caso de alunos que eventualmente tenham intenção de desistir dos estudos.

PROGRAMA:

A política de atendimento aos estudantes se dá por meio dos programas (regulamento em anexo):

- **PAD** – Programa de Apoio ao Discente,
- **PROACESSO** – Programa de Acessibilidade e Inclusão Social

AÇÕES:

Tais programas ofertam melhores condições de continuidade acadêmica aos alunos de nossa instituição, a saber:

Atividades de Nivelamento

Com o objetivo de recuperar as deficiências de formação dos ingressantes no Curso de enfermagem da IES oferece aos seus alunos cursos de nivelamento. Considerando a importância do uso correto da língua portuguesa e dos fundamentos de matemática são ministrados cursos de gramática e redação e também matemática básica. Estes cursos visam suprir as deficiências básicas dos alunos que não consigam acompanhar adequadamente o aprendizado. Dessa maneira, acredita-se estar atendendo os alunos que estavam temporariamente afastados da vida escolar e aqueles que necessitam de reforço das bases de ensino médio. As aulas são realizadas aos sábados, sem nenhum custo adicional aos alunos.

Acolhimento ao Ingressante

Para a chegada dos novos alunos, propomos ações de acolhida aos calouros, que vão desde a visitas guiadas às instalações da IES, palestras de esclarecimento sobre a vida acadêmica e serviços da IES, minicursos para orientação aos estudos, distribuição do manual do aluno e programa de nivelamento e atendimento psicopedagógico.

Atendimento Extraclasse

O atendimento extraclasse aos alunos será realizado pelo Coordenador do Curso, pelos professores em regime de trabalho de Tempo Integral e Tempo Parcial, com jornada semanal específica para atendimento ao aluno, assim como pelo Apoio Psicopedagógico ao Discente. A IES, também tem como política de apoio ao desenvolvimento acadêmico de seus alunos, o acompanhamento sistemático dos índices alcançados pelos mesmos nas Provas e Exames Nacionais de Desempenho. Esse acompanhamento se dá a partir da análise crítica dos resultados alcançados apresentados nos relatórios disponibilizados pela iniciativa oficial e outros relatórios internos. Esses documentos possibilitam ao corpo docente visualizar, acompanhar e intervir quando necessário no processo de aprendizagem e desenvolvimento dos nossos acadêmicos.

Representatividade Discente

A IES compreende que a representatividade discente é um dos pilares do funcionamento de uma gestão democrática, neste sentido estimulamos a organização dos alunos valorizando a participação dos mesmos a partir do Colegiado Discente, formado pelo conjunto de representantes discentes escolhidos de maneira livre por seus pares. Este Colegiado possui um calendário de reuniões semestrais, além disso, os representantes discentes possuem assento no Colegiado de Curso com direito a voz e voto.

Diretório Acadêmico

A IES ofertará infraestrutura para o funcionamento de seu diretório acadêmico e incentiva a organização estudantil, conforme prevê o seu Regimento Interno.

Programas de Apoio Financeiro

Serão concedidas bolsas de estudos aos alunos que desenvolverem projetos de iniciação científica/pesquisa/extensão, sob a orientação docente. Atualmente, a Faculdade disponibiliza bolsas na forma de desconto nas mensalidades.

a. Bolsa Desconto de Iniciação Científica: A IES, por meio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica –oferece bolsas de iniciação científica, como forma de estimular e apoiar a participação dos estudantes nos projetos de pesquisa desenvolvidos pela Instituição. É um instrumento que proporciona a melhor forma de trabalho com o aluno, incentivando-o a novas iniciativas e valorizando o seu espírito de empreendimento, de curiosidade, de interesse e gosto pela investigação.

b. Política de desconto: A IES mantém uma política de desconto de 10% para o vencimento e 10% para convênios. E para os colaboradores há um desconto de 50%. Convênios Empresa por Contratos.

d. Programas de Financiamento Estudantil: FIES E PROUNI.

e. Participação no Programa Quero Bolsa e Educa mais Brasil.

Ouvidoria

Sistema aberto de acolhimento de dúvidas, reclamações e elogios, disponível no site institucional, com atendimento presencial de alunos e funcionários da IES, em horário comercial.

Acessibilidade

Outro aspecto relevante no campo metodológico está a acessibilidade pedagógica e atitudinal, acerca desta questão vale a pena destacar é o da **Acessibilidade.** O aumento crescente de estudantes com necessidades educativas especiais e de atendimento pedagógico diferenciado, tem demandando das instituições de ensino superior a implantação e a consolidação de políticas de inclusão e de acessibilidade, que estão para além de garantir o acesso as instalações físicas das IES, mas que sejam ofertadas todo um conjunto de ações que garantam que estes alunos estejam inclusos em condições excelentes de aprendizagem e desenvolvimento.

Neste sentido, o conceito de acessibilidade exige a formulação de políticas institucionais, das quais emergem ações articuladas no âmbito pedagógico e da gestão. Sendo assim a acessibilidade e a inclusão passam a ser integrante de outro conceito fundamental que é o da Responsabilidade Social, conforme preconiza o documento *REFERENCIAIS DE ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A AVALIAÇÃO IN LOCO DO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES),* publicado em 2013. Como indicado neste documento especificamente a responsabilidade

social ultrapassa a perspectiva do compromisso para se tornar um dever constituindo a essência de ser das instituições de ensino superior.

Citando a Lei do SINAES, a finalidade de uma instituição de educação superior deve ser a de promover:

> […] a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (Lei nº 10.861/04 – SINAES).

É neste sentido que o CEUNI - FAMETRO, concebeu o seu Programa Institucional de Acessibilidade e Inclusão, observando Decreto nº 5.296/2004, onde as Barreiras de Acessibilidade no campo das edificações, na dimensão urbanística, de transportes, de comunicação e de informações devem ser retiradas e ainda no campo da **acessibilidade atitudinal/pedagógica** para onde devem convergir todos os esforços para garantir acesso ao currículo onde haja:

- Adequação nos materiais didáticos e pedagógicos,
- Adequação nos mobiliários e equipamentos,
- Adequação de objetivos,
- Adequação de conteúdos,
- Adequação de métodos e didática,
- Adequação nas avaliações,
- Adequação de tempo.

Estas adequações, por sua vez encontram respaldo legal principalmente no Decreto n° 3.298/1999, o qual afirma que as instituições de ensino superior deverão oferecer adaptações de provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno portador de deficiência, inclusive tempo adicional para realização das provas, conforme as características da deficiência. E também no conceito de a**cessibilidade como** a condição para utilização, com segurança e autonomia, **total ou assistida**, dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos,

sistemas e meios de comunicação e informação, por **pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida** presente no Decreto nº 5.296/2004.

Para a IES, a acessibilidade pedagógica entende que a comunidade acadêmica deve desenvolver medidas pedagógicas diferenciadas, compreendendo que as necessidades educacionais são específicas, podendo ser permanentes ou temporárias, a ser consideradas as seguintes características dos/as alunos/as com:

- Altas Habilidades e superdotação;
- Deficientes Físicos, Intelectuais, Sensoriais e Múltiplos;
- Transtornos Mentais, Distúrbios de Humor e outras situações classificadas pelo CID ou DSMV-TR;
- Transtornos Globais;
- Alterações orgânicas como insuficiências.

Neste sentido, nosso programa defende acessibilidade integral enquanto prática institucional entendendo como um dos fundamentos das práticas pedagógicas e de gestão no ensino superior, considerando,

Ações de acessibilidade pedagógica, previstas para este PDI:

1) Mapeamento das necessidades dos estudantes: preenchimento de ficha cadastral; registro de observação em sala de aula; registro de impressões dos professores; registro das impressões dos próprios acadêmicos; mapeamento de estudos e rotina realizados.
2) Orientação pedagógica aos coordenadores de cursos e professores.
3) Encaminhamento/solicitação de adequações didático-pedagógicas.
5) Encaminhamento de adequações de materiais didáticos.
6) Promoção de cursos, palestras e eventos de capacitação de funcionários e docentes
7) Trabalho colaborativo com outros profissionais por meio de convênio com entidades e/ou associações que possam contribuir com o desenvolvimento de práticas de acessibilidade.
8) Os estudantes e funcionários surdos são acompanhados por profissional intérprete de LIBRAS.

9) Empréstimos de materiais para estudantes e servidores: notebooks, gravadores, lupas e ampliadores eletrônicos, bengala.

10) Formação em Libras para funcionários, alunos e professores.

NAPA- Núcleo de Apoio Psicopedagógico e acessibilidade:

O apoio psicopedagógico na IES dar-se-á por meio de uma estrutura pedagógica/administrativa denominada Núcleo e Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade. Neste espaço a partir da intersecção da pedagogia com outras áreas de conhecimento, a IES realiza ações de prevenção e de apoio aos alunos com problemas, distúrbios, dificuldades de aprendizagem e ainda aqueles com necessidades educativas especiais específicas de natureza permanente.

O NAPA tem como objetivo geral de promover, por meio do atendimento psicopedagógico e social, a saúde dos relacionamentos interpessoais e institucionais, contribuindo para o processo de aprendizagem e inclusão do aluno para seu pleno desenvolvimento. O Regulamento do Núcleo de Apoio Pedagógico e Acessibilidade se encontra anexo a este.

NADI- Núcleo de Apoio ao discente:

O apoio ao discente do NADI responsável por captação de vagas de emprego e estágio não obrigatório, bem como pela promoção de palestras de formação para o mercado de trabalho, e ainda, por ações de reversão, no caso de alunos que eventualmente tenham intenção de desistir dos estudos. O Regulamento do Núcleo de Apoio Pedagógico e Acessibilidade se encontra anexo a este.

NIT- Núcleo de Inovação Tecnológica

Assessoria aos projetos de inovação tecnológica e processo de registro de patentes e direitos autorais.

Monitoria:

Para o estímulo da atividade acadêmica e docente a IES, oferece o programa de Monitoria, como parte integrante de sua política de Ensino. O Manual de Monitoria encontra-se em apêndice a este documento.

Escola de Líderes:

Oficinas de formação ofertadas de modo gratuito vinculadas a extensão para a formação de lideranças em especial para a qualificação da representatividade discente.

Formação de Empreendedores:

Oficinas de formação ofertadas de modo gratuito vinculadas a extensão para a formação de empreendedores em especial para a qualificação da representatividade discente.

Internacionalização e mobilidade acadêmica:

A IES manterá convênio com instituições de ensino estrangeiras a fim de promover o intercâmbio e a troca de experiências entre diferentes culturas, bem como a oferta de disciplinas em língua estrangeira.

Portal Acadêmico:

A IES disponibiliza aos alunos um portal acadêmico, no qual os alunos tem acesso as notas, ao acompanhamento das frequências, informações sobre calendário de provas, calendário acadêmico, emissão de boletos, informações sobre o acervo da biblioteca; e demais informações pertinentes a vida acadêmica e financeira do aluno

Políticas Institucionais e ações de estímulo à Produção Discente e à Participação em Eventos

A IES, prevê na vigência desde PDI, a implantação do Programa de apoio a realização de eventos, com o objetivo de apoiar a realização de eventos científicos no Estado do Amazonas, sob a responsabilidade de professores e pesquisadores da nossa IES. O Programa será coordenado pela Pró-Reitoria em conjunto com a Diretoria de Ensino e Coordenação de Pesquisa e Extensão mediante a publicação de um Edital anual interno para a seleção de propostas.

O apoio previsto é destinado a pesquisadores e professores dos Cursos da IES, responsáveis pela organização de eventos científicos, de abrangência local, regional, nacional, ou internacional, a serem realizados no período especificado em edital. O apoio prevê a cobertura de despesas com aquisição de passagens aéreas nacionais, hospedagem, inscrição do evento, material de consumo e pagamento de pró-labore a professores convidados e aos discentes como forma de incentivo à produção científica.

Serão destinados às propostas selecionadas no âmbito da IES, valores a serem definidos posteriormente, mas que sejam adequados e suficientes para a realização de eventos de médio porte. E a apresentação de proposta deverá seguir rigorosamente as condições descritas por ocasião da publicação dos editais.

Poderão candidatar-se ao auxílio previsto no edital, pesquisadores e professores e coordenadores de curso em nível de graduação e pós-graduação, não sendo apoiados eventos que se configurem como reuniões, eventos profissionais, ou eventos de outra natureza, que não possuam as características de eventos científicos.

- A avaliação das propostas será realizada por comissão designada pela Direção Geral, em fases que compreendem.
- A análise técnica da proposta, observando-se a compatibilidade com as exigências do Edital, bem como a suficiência da documentação apresentada.
- A abrangência do evento, duração e público estimado.
- A relevância da Temática do Evento para o Desenvolvimento Científico e Cultural da Região.

Política Ambiental

A Política Ambiental do CEUNI-FAMETRO, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Meio Ambiente (BRASIL, 1981), está orientada no disposto no Artigo 225 da Constituição Federal de 1988, segundo o qual todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Nessa perspectiva, a Política Ambiental do CEUNI-FAMETRO e seus diferentes setores e segmentos acadêmicos, quais sejam discentes, docentes e técnicos administrativos, tem por objetivo a conservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, necessária à sadia qualidade de vida, visando assegurar condições para o

crescimento e desenvolvimento socioeconômico e cultural na região Amazônica, numa perspectiva ética, humanista e preocupada com as questões ambientais, atendidos os seguintes princípios:

I. Ação institucional visando assegurar o equilíbrio do meio ambiente, necessário à sadia qualidade de vida, tendo em vista o uso coletivo;
II. Planejamento e fiscalização do uso de recursos ambientais;
III. Controle de atividades com potencial ou efetivamente causadoras de significativa alteração ambiental;
IV. Incentivo à pesquisa, ensino e extensão orientados para o uso racional dos recursos naturais, bem como compreensão da dinâmica socioambiental relacionada;
V. Educação ambiental crítica em todos os segmentos acadêmicos, inclusive numa perspectiva extensionista, tendo a comunidade manauara como alvo.

Dos objetivos da política ambiental

Para alcançar os princípios norteadores da presente Política Ambiental, o CEUNI-FAMETRO e seus diferentes setores e segmentos acadêmicos, quais sejam discentes, docentes e técnicos administrativos visarão, cotidiana e rotineiramente:

I. Compatibilizar as atividades institucionais com a manutenção do equilíbrio e da boa qualidade ambiental;
II. Estabelecer critérios e padrões, normativos e procedimentais, para utilização de recursos ambientais;
III. Estabelecer padrões e critérios, normativos e procedimentais, para o gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes líquidos, observado o disposto no texto da Lei nº 12.305/10 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
IV. Desenvolver pesquisa, ensino e extensão orientados para uso racional dos recursos naturais e resolução ou mitigação de questões e conflitos socioambientais;
V. Desenvolver programas e projetos de educação ambiental, numa perspectiva crítica e participativa, transversal e interdisciplinar, contínua e permanente, observado o disposto no texto da Lei no 9.795/99 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

Dos instrumentos da política ambiental

São Instrumentos da Política Ambiental do CEUNI-FAMETRO:

I. O Dia Mundial do Meio Ambiente;

II. A Semana da Responsabilidade Social;

III. Cadastro institucional de programas e projetos de educação ambiental;

IV. Cursos e oficinas de educação ambiental para os atores dos diferentes setores e segmentos institucionais;

V. Cursos e oficinas de educação ambiental para a comunidade manauara;

VI. Pesquisas sobre uso racional de recursos, energias renováveis e dinâmicas socioambiental;

VII. A publicação e a divulgação científica de pesquisas sobre uso racional de recursos, energias renováveis e dinâmicas socioambiental;

VIII. Incentivo ao uso racional de água nos diferentes setores da instituição;

IX. Incentivo ao uso racional de energia nos diferentes setores da instituição;

X. Uso racional da impressão em papel;

XI. Reutilização de papel para rascunho de documentos extraoficiais;

XII. A coleta seletiva dos resíduos;

XIII. A utilização de lixeiras para coleta seletiva;

XIV. A criação de postos de coleta de pilhas e baterias;

XV. A destinação e disposição final adequadas de resíduos sólidos e efluentes líquidos;

XVI. O estabelecimento de critérios e padrões, normativos e procedimentais, de atividades institucionais causadoras de dano ambiental;

XVII. O tratamento e, quando compatível, o reuso da água.

1.2 Objetivos do Curso

Objetivo Geral:

De acordo com as Diretrizes do Curso de Bacharel em Farmácia formar um egresso/profissional, o Farmacêutico, profissional da área de Saúde, com formação centrada nos fármacos, nos medicamentos e na assistência farmacêutica, e, de forma integrada, com formação em análises clínicas e toxicológicas, em cosméticos e em alimentos, em prol do cuidado à saúde do indivíduo, da família e da comunidade. A formação deve ser pautada em princípios éticos e científicos, capacitando-o para o trabalho nos diferentes níveis de complexidade do sistema de saúde, por meio de ações de prevenção de doenças, de promoção, proteção e recuperação da saúde, bem como em trabalho de pesquisa e desenvolvimento de serviços e de produtos para a saúde.

Objetivos Específicos:

I - componentes curriculares, que integrem conhecimentos teóricos e práticos de forma interdisciplinar e transdisciplinar;

II - planejamento curricular, que contemple as prioridades de saúde, considerando os contextos nacional, regional e local em que se insere o curso;

III - cenários de práticas diversificados, inseridos na comunidade e nas redes de atenção à saúde, pública e/ou privada, caracterizados pelo trabalho interprofissional e colaborativo;

IV - estratégias para a formação, centradas na aprendizagem do estudante, tendo o professor como mediador e facilitador desse processo;

V - ações intersetoriais e sociais, norteadas pelos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS);

VI - atuação profissional, articulada com as políticas públicas e com o desenvolvimento científico e tecnológico, para atender às necessidades sociais;

VII - cuidado em saúde, com atenção especial à gestão, à tecnologia e à inovação como elementos estruturais da formação;

VIII - tomada de decisão com base na análise crítica e contextualizada das evidências científicas, da escuta ativa do indivíduo, da família e da comunidade;

IX - liderança, ética, empreendedorismo, respeito, compromisso, comprometimento, responsabilidade, empatia, gerenciamento e execução de ações, pautadas pela interação, participação e diálogo;

X - compromisso com o cuidado e a defesa da saúde integral do ser humano, levando em conta aspectos socioeconômicos, políticos, culturais, ambientais, étnico-raciais, de gênero, orientação sexual, necessidades da sociedade, bem como características regionais;

XI - formação profissional, que o capacite para intervir na resolubilidade dos problemas de saúde do indivíduo, da família e da comunidade;

XII - assistência farmacêutica, utilizando medicamento e outras tecnologias como instrumentos para a prevenção de doenças, promoção, proteção e recuperação da saúde;

XIII - incorporação de tecnologias de informação e comunicação em suas diferentes formas, com aplicabilidade nas relações interpessoais, pautada pela interação, participação e diálogo, tendo em vista o bem-estar do indivíduo, da família e da comunidade;

XIV - educação permanente e continuada, responsável e comprometida com a sua própria formação, estímulo ao desenvolvimento, à mobilidade acadêmico-profissional, à cooperação e à capacitação de profissionais, por meio de redes nacionais e internacionais.

1.3 Perfil profissional do Egresso:

Em acordo com o perfil profissional do egresso das Diretrizes Curriculares do Curso de Graduação em Farmácia tem-se como perfil do formando egresso/profissional, com formação humanista, crítica, reflexiva e generalista, bem como pautar-se por uma concepção de referência nacional e internacional. O Farmacêutico, profissional da área de Saúde, com formação centrada nos fármacos, nos medicamentos e na assistência farmacêutica, e, de forma integrada, com formação em análises clínicas e toxicológicas, em cosméticos e em alimentos, em prol do cuidado à saúde do indivíduo, da família e da comunidade. A formação deve ser pautada em princípios éticos e científicos, capacitando-o para o trabalho nos diferentes níveis de complexidade do sistema de saúde, por meio de ações de prevenção de doenças, de promoção, proteção e recuperação da saúde, bem como em trabalho de pesquisa e desenvolvimento de serviços e de produtos para a saúde.

Competências e Habilidades:

De acordo com a Diretriz Curricular Nacional do Curso de Graduação em Farmácia, Resolução N° 6, de 19 de outubro de 2017.

Art. 5º Dada à necessária articulação entre conhecimentos, competências, habilidades e atitudes, para contemplar o perfil do egresso, a formação deve estar estruturada nos seguintes eixos:

I - Cuidado em Saúde;

II - Tecnologia e Inovação em Saúde;

III - Gestão em Saúde.

1°) COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DO EIXO CUIDADO EM SAÚDE

I - acolhimento do indivíduo, verificação das necessidades, realização da anamnese farmacêutica e registro das informações referentes ao cuidado em saúde, considerando o contexto de vida e a integralidade do indivíduo;

II - avaliação e o manejo da farmacoterapia, com base em raciocínio clínico, considerando necessidade, prescrição, efetividade, segurança, comodidade, acesso, adesão e custo;

III - solicitação, realização e interpretação de exames clínico-laboratoriais e toxicológicos, verificação e avaliação de parâmetros fisiológicos, bioquímicos e farmacocinéticos, para fins de acompanhamento farmacoterapêutico e de provisão de outros serviços farmacêuticos;

IV - investigação de riscos relacionados à segurança do paciente, visando ao desenvolvimento de ações preventivas e corretivas;

V - identificação de situações de alerta para o encaminhamento a outro profissional ou serviço de saúde, atuando de modo que se preserve a saúde e a integridade do paciente;

VI - planejamento, coordenação e realização de diagnóstico situacional de saúde, com base em estudos epidemiológicos, demográficos, farmacoepidemiológicos, farmacoeconômicos, clínico-laboratoriais e socioeconômicos, além de outras investigações de caráter técnico, científico e social, reconhecendo as características nacionais, regionais e locais;

VII - elaboração e aplicação de plano de cuidado farmacêutico, pactuado com o paciente e/ou cuidador, e articulado com a equipe interprofissional de saúde, com acompanhamento da sua evolução;

VIII - prescrição de terapias farmacológicas e não farmacológicas e de outras intervenções, relativas ao cuidado em saúde, conforme legislação específica, no âmbito de sua competência profissional;

IX - dispensação de medicamentos, considerando o acesso e o seu uso seguro e racional;

X - rastreamento em saúde, educação em saúde, manejo de problemas de saúde autolimitados, monitorização terapêutica de medicamentos, conciliação de medicamentos, revisão da farmacoterapia, acompanhamento farmacoterapêutico, gestão da clínica, entre outros serviços farmacêuticos;

XI - esclarecimento ao indivíduo, e, quando necessário, ao seu cuidador, sobre a condição de saúde, tratamento, exames clínico-laboratoriais e outros aspectos relativos ao processo de cuidado;

XII - busca, seleção, organização, interpretação e divulgação de informações, que orientem a tomada de decisões baseadas em evidências científicas, em consonância com as políticas de saúde;

XIII - promoção e educação em saúde, envolvendo o indivíduo, a família e a comunidade, identificando as necessidades de aprendizagem e promovendo ações educativas;

XIV - realização e interpretação de exames clínico-laboratoriais e toxicológicos, para fins de complementação de diagnóstico e prognóstico;

XV - prescrição, orientação, aplicação e acompanhamento, visando ao uso adequado de cosméticos e outros produtos para a saúde, conforme legislação específica, no âmbito de sua competência profissional;

XVI - orientação sobre o uso seguro e racional de alimentos, relacionados à saúde, incluindo os parenterais e enterais, bem como os suplementos alimentares e de plantas medicinais fitoterápicas de eficácia comprovada;

XVII - prescrição, aplicação e acompanhamento das práticas integrativas e complementares, de acordo com as políticas públicas de saúde e a legislação vigente.

2°) COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DO EIXO TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE

I - pesquisar, desenvolver, inovar, produzir, controlar e garantir a qualidade de:

a) fármacos, medicamentos e insumos;

b) biofármacos, biomedicamentos, imunobiológicos, hemocomponentes, hemoderivados e outros produtos biotecnológicos e biológicos;

c) reagentes químicos, bioquímicos e outros produtos para diagnóstico;

d) alimentos, preparações parenterais e enterais, suplementos alimentares e dietéticos;

e) cosméticos, saneantes e domissanitários;

f) outros produtos relacionados à saúde.

II - pesquisar, desenvolver, inovar, fiscalizar, gerenciar e garantir a qualidade de tecnologias de processos e serviços aplicados à área da saúde, envolvendo:

a) tecnologias relacionadas a processos, práticas e serviços de saúde;

b) sustentabilidade do meio ambiente e a minimização de riscos;

c) avaliação da infraestrutura necessária à adequação de instalações e equipamentos;

d) avaliação e implantação de procedimentos adequados de embalagem e de rotulagem;

e) administração da logística de armazenamento e de transporte;

f) incorporação de tecnologia de informação, orientação e compartilhamento de conhecimentos com a equipe de trabalho.

3°) COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DO EIXO GESTÃO EM SAÚDE

I - identificar e registrar os problemas e as necessidades de saúde, o que envolve: a) conhecer e compreender as políticas públicas de saúde, aplicando-as de forma articulada nas diferentes instâncias;

b) conhecer e compreender a organização dos serviços e sistema de saúde;

c) conhecer e compreender a gestão da informação;

d) participar das instâncias consultivas e deliberativas de políticas de saúde.

II - elaborar, implementar, acompanhar e avaliar o plano de intervenção, processos e projetos, o que envolve:

a) conhecer e avaliar os diferentes modelos de gestão em saúde;

b) conhecer e aplicar ferramentas, programas e indicadores que visem à qualidade e à segurança dos serviços prestados;

c) propor ações baseadas em evidências científicas, fundamentadas em realidades socioculturais, econômicas e políticas;

d) estabelecer e avaliar planos de intervenção e processos de trabalho;

e) conhecer e compreender as bases da administração e da gestão das empresas farmacêuticas.

III - promover o desenvolvimento de pessoas e equipes, o que envolve:

a) conhecer a legislação que rege as relações com os trabalhadores e atuar na definição de suas funções e sua integração com os objetivos da organização do serviço;

b) desenvolver a avaliação participativa das ações e serviços em saúde;

c) selecionar, capacitar e gerenciar pessoas, visando à implantação e à otimização de projetos, processos e planos de ação.

1.4 Estrutura Curricular:

Fundamentado em uma perspectiva mais abrangente e dinâmica de currículo, o Curso Superior pretende uma estrutura curricular onde em uma análise sistêmica e global estejam presentes os aspectos flexibilidade, interdisciplinaridade, acessibilidade pedagógica e atitudinal, compatibilidade da carga horária total (em horas), articulação da teoria com a prática e, nos casos de cursos a distância, mecanismos de familiarização com essa modalidade.

A organização curricular dos cursos superiores contemplará o desenvolvimento de competências profissionais e será formulada em consonância com o perfil profissional de conclusão do curso, o qual define a identidade do mesmo e caracteriza o compromisso ético.

Flexibilidade

Todas as matrizes dos cursos superiores do CEUNI-FAMETRO possuem disciplinas optativas ofertadas periodicamente, tendo em vista flexibilizar o perfil de formação proporcionando ao aluno a construção de um processo formativo diferenciado. O estudante também pode cursar disciplinas optativas de outros cursos oferecidos pela Instituição.

Interdisciplinaridade

Todos os cursos do CEUNI-FAMETRO desenvolvem projetos interdisciplinares promovendo a integração das disciplinas de um mesmo período por meio da pedagogia de projetos. Esta metodologia de projeto se encontra no Regulamento Institucional de Interdisciplinaridade anexo a este documento.

Transversalidade

Todos os cursos do CEUNI-FAMETRO desenvolvem projetos transversais promovendo a integração das disciplinas discutindo as temáticas de Educação Étnico Racial e Educação Ambiental em um mesmo período em todo o curso por meio da pedagogia de projetos. Esta metodologia de projeto se encontra no Regulamento Institucional de Transversalidade anexo a este documento.

Acessibilidade Pedagógica e Atitudinal

O CEUNI-FAMETRO promove a acessibilidade pedagógica e atitudinal por meio da utilização de metodologias e técnicas de estudo que favorecem o aprendizado e o desenvolvimento de competências, objetivando que todos possam aprender e se desenvolver, para tanto são planejadas e utilizadas metodologias de ensino com o uso de recursos tecnológicos que pretendem a remoção de qualquer barreira ao ato de aprender. Estes processos metodológicos encontram-se normatizados em regulamentação própria e no manual de metodologia de ensino e avaliação do CEUNI-FAMETRO.

Compatibilidade da Carga Horária Total

A carga horária dos cursos obedece ao descrito nas diretrizes curriculares nacionais no caso dos bacharelados e licenciaturas, e no caso dos tecnológicos o Catalogo Nacional de Cursos e a Resolução dos cursos tecnológicos. E a carga horária dos cursos está calculada em hora-relógio.

Articulação da Teoria com a Prática

Os cursos de graduação do CEUNI-FAMETRO prevêem em suas disciplinas carga-horária teórica e prática. A incidência maior da prática ou da teoria pode variar entre as disciplinas pois dependem da natureza do curso e da especificidade do componente curricular. Consideramos ainda que a Estrutura da Organização Curricular deverá compreender as competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, incluindo os fundamentos científicos e humanísticos necessários ao desempenho profissional do graduado.

Matriz do Curso

As unidades curriculares da matriz apresentam, em sua maioria, conteúdos que implicam em abordagens metodológicas teóricas e práticas. Visando alcançar osobjetivos propostos no Plano de Aprendizagem de cada disciplina, serão utilizados instrumentos pedagógicos diversificados, com o intuito de estreitar a relação entre a teoria e a prática, estimulando o aprendizado. A aquisição de conhecimentos e habilidades necessárias ao profissional acontecerá de maneira gradativa e com grau de complexidade progressiva, permitindo o desenvolvimento do perfil profissional desejado.

MATRIZ CURRICULAR BACHARELADO EM FARMÁCIA

Nº	NÚCLEO DE DISCIPLINAS		CH	CR
1º SEMESTRE				
01	**NÚCLEO COMUM**	Anatomia Humana	66	3
02		Citologia e Histologia	66	3
03		Genética e Embriologia	66	3
04		Leitura, Interpretação e Produção Textual	66	3
05	**NÚCLEO ESPECÍFICO**	Introdução as Ciências Farmacêuticas	66	3
		Subtotal	**330**	**15**
2º SEMESTRE				
06	**NÚCLEO COMUM**	Bioquímica	66	3
07		Fisiologia Humana	66	3
08	**NÚCLEO ESPECÍFICO**	Bioética e Aspectos Legais do Exercício Profissional	66	3
09		Práticas Farmacêuticas	66	3
10		Química Geral	66	3
		Subtotal	**330**	**15**
3º SEMESTRE				
11	**NÚCLEO COMUM**	Epidemiologia e Saúde Pública	66	3
12		Mecanismo de Agressão e Defesa	66	3
13		Patologia Geral	66	3
14	**NÚCLEO ESPECÍFICO**	Atenção e Assistência Farmacêutica	66	3
15		Química Orgânica	66	3
16		Estágio Supervisionado Obrigatório I – (ESO -I)	88	4
		Subtotal	**418**	**19**

4º SEMESTRE			
17	Biologia Molecular e Biotecnologia	66	3
18	Farmacologia I	66	3
19	Físico-Química	66	3
20	Microbiologia de Alimentos e Análise Microbiológica	66	3
21	Química Analítica	66	3
22	Estágio Supervisionado Obrigatório II - (ESO -II)	132	6
	Subtotal	**462**	**21**

5º SEMESTRE			
23	Farmacologia II	66	3
24	Farmacoterapia	66	3
25	Farmacotécnica	66	3
26	Química Farmacêutica e Medicinal	66	3
27	Saúde Coletiva e Integração Comunitária	66	3
28	Estágio Supervisionado Obrigatório III- (ESO -III)	110	5
	Subtotal	**440**	**20**

6º SEMESTRE			
29	Bromatologia e Análise de Alimentos	66	3
30	Cosmetologia	66	3
31	Farmácia Clínica e Hospitalar	66	3
32	Farmacobotânica e Farmacognosia	66	3
33	Tecnologia Química Farmacêutica	66	3
34	Estágio Supervisionado Obrigatório IV - (ESO -IV)	132	6
	Subtotal	**462**	**21**

7º SEMESTRE			
35	Bioquímica Clínica	66	3
36	Hematologia Clínica	66	3
37	Imunologia Clínica	66	3
38	Parasitologia e Urinálise Clínica	88	4
39	Tecnologia de Alimentos	66	3
40	Estágio Supervisionado Obrigatório V - (ESO -V)	110	5
	Subtotal	**462**	**21**

8º SEMESTRE			
41	Toxicologia Aplicada a Farmácia	66	3
42	Controle de Qualidade de Produtos Farmacêuticos e Cosméticos	66	3
43	Microbiologia Clínica	66	3
44	Estágio Supervisionado Obrigatório VI - (ESO -VI)	88	4
	Subtotal	**286**	**13**

9º SEMESTRE			
45	Gestão em Saúde	66	3
46	Citopatologia Clínica	66	3
47	Optativa I	66	3
48	Trabalho de Conclusão de Curso I	66	3
49	Estágio Supervisionado Obrigatório VII - (ESO-VII)	162	7
	Subtotal	**426**	**19**

10º SEMESTRE			
50	Deontologia e Legislação em Farmácia	66	3
51	Micologia Clínica	66	3
52	Optativa II	66	3
53	Trabalho de Conclusão de Curso II	66	3
	Subtotal	**264**	**12**

OPTATIVAS			
01	Empreendedorismo e Inovação	66	3
02	Educação Ambiental	66	3
03	Educação em Direitos Humanos	66	3
04	Farmácia Homeopática	66	3
05	Fundamentos de Nutrição	66	3
06	Inglês Instrumental	66	3
07	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	66	3
09	Terapias Integrativas e Complementares	66	3
10	Tecnologia da Informação e Comunicação	66	3
11	Tópicos Especiais em Farmácia I	66	3
12	Tópicos Especiais em Farmácia II	66	3

QUADRO RESUMO	
Disciplinas formativas	2.926h
TCC – Trabalho de conclusão de curso	132h
Atividades complementares	120h
Estagio Supervisionado	822h
TOTAL	4.000h

1.5 Conteúdos curriculares

Adotando o regime de semestralidade, a estrutura curricular compreendida como uma matriz de conhecimentos, aponta para três eixos articulados entre si: I) Cuidado em Saúde; II) Tecnologia e Inovação em Saúde; III) Gestão em Saúde. Vale ressaltar que

esses três eixos e os conteúdos curriculares que os mesmos ensejam estão organizados na perspectiva da formação de uma unidade que se consolida ao final no perfil do egresso.

1º período	2º período	3º período	4º período	5º período	6º período	7º período	8º período	9º período	10º período
Anatomia Humana	Bioquímica	Epidemiologia e Saúde Pública	Biologia Molecular e Biotecnologia	Farmacologia II	Bromatologia	Bioquímica Clínica	Toxicologia Aplicada a Farmácia	Gestão em Saúde	Deontologia e Legislação em Farmácia
Citologia e Histologia	Fisiologia Humana	Mecanismo de Agressão e Defesa	Farmacologia I	Farmacoterapia	Cosmetologia	Hematologia Clínica	Controle de Qualidade de Produtos Farmacêuticos e Cosméticos	Citopatologia Clínica	Micologia Clínica
Genética e Embriologia	Bioética e Aspectos Legais do Exercício Profissional	Patologia Geral	Físico-Química	Farmacotécnica	Farmácia Clínica e Hospitalar	Imunologia Clínica	Microbiologia Clínica	Eletiva I	Eletiva II
Leitura, Interpretação e Produção Textual	Práticas Farmacêuticas	Atenção e Assistência Farmacêutica	Microbiologia de Alimentos e Análise Microbiológica	Química Farmacêutica e Medicinal	Farmacobotânica e Farmacognosia	Parasitologia e Urinálise Clínica	Estágio Supervisionado Obrigatório VI - (ESO -VI)	Trabalho de Conclusão de Curso I	Trabalho de Conclusão de Curso II
Introdução as Ciências Farmacêuticas	Química Geral	Química Orgânica	Química Analítica	Saúde Coletiva e Integração Comunitária	Tecnologia Química Farmacêutica	Tecnologia de Alimentos		Estágio Supervisionado Obrigatório VII - (ESO-VII)	
		Estágio Supervisionado Obrigatório I – (ESO -I)	Estágio Supervisionado Obrigatório II - (ESO -II)	Estágio Supervisionado Obrigatório III- (ESO -III)	Estágio Supervisionado Obrigatório IV - (ESO -IV)	Estágio Supervisionado Obrigatório V - (ESO -V)			

Todos os elementos presentes foram organizados observando a correta proposição em carga horária teórica e prática e ainda com bibliografia atualizada privilegiando títulos com edições dos últimos três anos, sempre que possível.

A bibliografia básica e complementar presente no ementário do curso foi indicada pelos professores das respectivas disciplinas, observando a pertinência da mesma e a adequada relação com o que indicam as ementas das unidades curriculares, e posteriormente aprovadas pelo Núcleo Docente Estruturante do curso.

Ressaltamos que os conteúdos curriculares de educação ambiental, educação étnico-racial e de direitos humanos serão abordados de maneira transversal e interdisciplinar a partir de projetos de trabalhos organizados e desenvolvidos a partir da integração das disciplinas.

Além dos componentes curriculares obrigatórios (disciplinas específicas, atividades complementares e estágio supervisionado), são ofertadas disciplinas optativas, atendendo à parte flexível do currículo, com o objetivo de possibilitar ao estudante selecionar disciplinas que atendam a seus interesses e ampliem os conhecimentos, contribuindo para o desenvolvimento de sua autonomia.

Ementário

1º PERÍODO

ANATOMIA HUMANA

EMENTA

Anatomia sistêmica e descritiva dos seguintes sistemas: esquelético, articular, muscular, respiratório, circulatório, digestório supradiafragmático e infradiafragmático, urinário, genital masculino, genital feminino, nervoso (generalidades) e sistema nervoso autônomo. Nomear e descrever as estruturas e órgãos das diversas regiões do corpo humano.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. DÂNGELO, José Geraldo; FATTINI, Carlos Américo. Anatomia humana básica. 2.ed. São Paulo: Atheneu, 2011
2. TORTORA, Gerard J.; DERRICKSON, Bryan. Corpo humano: fundamentos de anatomia e fisiologia. 8.ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.
3. PAULSEN, F.; WASCHKE, J. Sobotta: atlas de anatomia humana (anatomia geral e sistema muscular). v.1. 23.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. DANGELO, José Geraldo; FATTINI, Carlos Américo. Anatomia básica dos sistemas orgânicos. 2.ed. São Paulo: Atheneu, 2009

2. KÖPF-MAIER, Petra. Wolf Heidegger: atlas de anatomia humana (anatomia geral, paredes do tronco, membros superior e inferior). v.1 6.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
3. KÖPF-MAIER, Petra. Wolf Heidegger: atlas de anatomia humana (cabeça e pescoço, Tórax, abdome, pelve, PSCN, olho, orelha. v.2 6.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
4. NETTER, Frank H. Atlas de anatomia humana. 6 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
5. PAULSEN, Friedrich; WASCHKE, Jens. Sobotta: atlas de anatomia humana. (órgãos internos). v.2. 23.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012

CITOLOGIA E HISTOLOGIA

EMENTA

Introdução ao estudo do microscópio e aos métodos e técnicas em biologia celular. Células procariotas e eucariotas. Características da membrana plasmática e suas especializações. Tipos de transporte através da membrana. Citoesqueleto. Estrutura e função das organelas e suas interações. Núcleo, carioteca e cromatina. Ciclo celular: mitose e meiose. Introdução ao estudo da Histologia. Tecido Epitelial de revestimento e glandular. Tecidos conjuntivos. Tecido nervoso. Tecido muscular.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ALBERTS, Bruce; BRAY, Dennis; HOPKIN, Karen; JOHNSON, Alexander; LEWIS, Julian. Fundamentos de biologia celular. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.
2. DE ROBERTIS, Eduardo; HIB, José. Bases da biologia celular e molecular. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.
3. JUNQUEIRA, Luiz C.; CARNEIRO, José. Histologia Básica: texto e atlas. 12.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ALBERTS, Bruce; JOHNSON, Alexander; LEWIS, Julian; RAFF, Martins. Biologia molecular da célula. 6.ed. Porto Alegre:: Artmed, 2017
2. KIERZENBAUM, A. L.; TRES, Laura. L. Histologia e Biologia celular. 4.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.
3. AARESTRUP, Beatriz Julião. Histologia essencial. Rio de Janeiro: Guanabara koogan, 2015.
4. ROSS, Michel H.; PAWLINA, W. Histologia: texto e atlas em correlação com a biologia celular e molecular. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

5. WELSH, Ulrich. SOBOTTA: atlas de histologia, citologia, histologia e anatomia microscópica. 7.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007

GENÉTICA E EMBRIOLOGIA

EMENTA

Bases citológicas da hereditariedade. Princípios da Expressão gênica. Tipos de Herança Genética. Alterações e doenças genéticas. Tecnologias em genética. Aspectos fundamentais do desenvolvimento do embrião e de seus anexos embrionários: da formação dos gametas à morfologia básica do embrião.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. SADLER, T. W .Langman - embriologia médica. 13.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.
2. STRACHAN, Tom; READ, Andrew. Genética molecular humana. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2013
3. CARLSON, Bruce M. Embriologia humana e biologia do desenvolvimento. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ALBERTS, Bruce; BRAY, Dennis; HOPKIN, Karen; JOHNSON, Alexander; LEWIS, Julian. Fundamentos da biologia celular. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.
2. GRIFFITHS, Anthony J. F.; WESSLER, Susan R.; CARROLL Sean B. et al. Introdução à genética. 11.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.
3. DE ROBERTIS, Eduardo; HIB, José. Bases da biologia celular e molecular. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.
4. MALUF, Sharbel Weidner; RIEGEL, Mariluce. et al. Citogenética humana. Porto Alegre: Artmed, 2011.
5. MOORE, Keith L.; PERSAUD, T. V. A.; TORCHIA, Mark G. Embriologia básica. 8.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

INTRODUÇÃO ÀS CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS

EMENTA

Apresentar ao aluno a estrutura física e funcional da instituição de ensino. Histórico e origem da profissão farmacêutica. Perfil do profissional em formação, áreas de atuação,

matriz curricular do curso e critérios de avaliação. Diferentes áreas de atuação do Farmacêutico. Farmácias: tipos, características, diferenças. Indústrias: de alimentos, de medicamentos e de cosméticos. Laboratório de análises clínicas e toxicológicas. Farmácia clínica e hospitalar. Práticas integrativas e complementares. Relação prática farmacêutica/sociedade. Biossegurança: conceitos, normas e procedimentos aplicados pelos profissionais de saúde. Conceitos e tipos de riscos inerentes às atividades de pesquisa, produção, ensino, desenvolvimento tecnológico e prestação de serviços. Legislação brasileira de biossegurança. Educação Ambiental, gerenciamento de resíduos e sustentabilidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. GOLAN, David E. Princípios de farmacologia: a base fisiopatológica da farmacologia. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014
2. MASTROENI, M.F. Biossegurança: aplicada a laboratórios e serviços de saúde. 2.ed. São Paulo: Ed. Atheneu, 2006
3. MASSUD FILHO, João. Medicina farmacêutica. Porto Alegre: Artmed, 2016

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CARDOSO, Telma .Abdalla de Oliveira; VITAL, Nery Cunha.; NAVARRO, Marly B. M. de Albuquerque. Biossegurança: estratégias de gestão de riscos, doenças emergentes e reemergentes - impactos na Saúde Pública. São Paulo: Santos, 2012.
2. CARDOSO, Telma Abdalla de Oliveira. Biossegurança e qualidade dos serviços de saúde. Curitiba: Intersaberes, 2016 (Série Princípios da Gestão Hospitalar) ***(Biblioteca Virtual. E-Book.)***
3. HIRATA, Mario H.; HIRATA, Rosário Dominguez Crespo; MANCINI FILHO, Jorge. Manual de biossegurança. 2.ed. São Paulo: Manole, 2012.
4. SZABÓ, Jr. Adalberto Mohai. Manual de segurança, higiene e medicina do trabalho. 7.ed. São Paulo: Rideel, 2014.
5. VIEIRA, Jair Lot. Lei de Biossegurança(Lei n.11.105 24/03/2005). São Paulo: Edipro, 2005

LEITURA, INTERPRETAÇÃO E PRODUÇÃO DE TEXTO

EMENTA

Estudo e revisão gramatical. Estrutura sintática e estruturação de frase. Produção de textos. Técnicas de redação, teoria e prática. Os meios de comunicação nas organizações. Comunicação interna. Comunicação Institucional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. AZEVEDO, Roberta. Português básico. Porto Alegre: Penso, 2016.
2. FIORIN, José Luiz. Para entender o texto. São Paulo: Ática, 2012.
3. SANTOS, Leonor Werneck; RICHE, Rosa Cuba; TEIXEIRA, Claudia Souza. Análise e produção de texto. São Paulo: Contexto, 2012

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa – atualizada pelo novo acordo ortográfico. São Paulo: Lucerna, 2009.
2. GARCIA, Otton Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27 ed. Rio de Janeiro: FVG, 2010.
3. CÂMARA, JR., J. Mattoso. Manual de expressão oral e escrita. Petrópoles: Vozes, 2010.
4. FAULSTICH, Enilde L. de. Como ler, entender e redigir um texto. 23.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.
5. MOYSÉS, Carlos Alberto. Língua Portuguesa: atividade de leitura e produção de textos. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

2º PERÍODO

BIOÉTICA E ASPECTOS LEGAIS DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

EMENTA

Introdução geral à Bioética. Bioética: origens, desenvolvimento e perspectivas. Introdução ao estudo de casos. O Principialismo. Consentimento informado, privacidade e confidencialidade. Ética e genética molecular. Os comitês de ética em pesquisa em seres humanos. Os comitês de ética hospitalar. Ética em pesquisa envolvendo seres humanos. Reprodução assistida e medicina reprodutiva. Medicina estética e futilidade. Problemas éticos da morte e do morrer. Pesquisa em animais e ética. A relação do profissional de saúde com o paciente: modelos. Normas de pesquisa em saúde (Brasil). Código de Ética do Profissional Farmacêutico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. SÁ, Antonio Lopes de. Ética profissional. 9.ed. São Paulo: Ática, 2015
2. VIEIRA, Jair Lot. Código de ética e processo ético do farmacêutico. São Paulo: Edipro, 2014
3. NALINI, José Renato. Ética geral e profissional. 13.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BELLINO, Francesco. Fundamentos da bioética: aspectos antropológicos, ontológicos e morais. São Paulo: EDUSC, 1997.
2. BONAMIGO, Elcio Luiz. Manual de bioética : teoria e prática. São Paulo: All Print, 2010.
3. MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. Curso de bioética e biodireito. São Paulo: Atlas, 2010.
4. MORI SARTI, Flávia. Ética, pesquisa e política sociais. Rio de Janeiro: Rubio, 2010.
5. RAMOS, Dalton Luiz de Paula. Bioética: pessoa e vida. São Paulo: Difusão, 2009

BIOQUÍMICA

EMENTA

Estrutura e Função das Proteínas. Metabolismo dos Carboidratos. Metabolismos dos Lipídios. Metabolismo do Nitrogênio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BETTELHEIM, Frederick A.; BROWN, William H.; CAMPBELL, Mary K.; FARRELL, Shawn O. Introdução à bioquímica. 9 ed. São Paulo: Cengage Learning. 2012
2. LEHNINGER, Albert Lester; COX, Michael M. Princípios de Bioquímica. 5 ed. São Paulo: Elsevier, 2011.
3. HARVEY, Richard A.; FERRIER, Denise R. Bioquímica ilustrada. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. VOET, Donald; VOET, Judith G.; PRATT, Charlotte W. Fundamentos de bioquímica: a vida em nível molecular. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
2. BERG, Jeremy Mark; TYMOCZKO, John L.; STRYER, Lubert. Bioquímica. 6 ed. Rio de Janeiro: Guanabara koogan, 2012.
3. CONN, Eric E.; STUMPF, Paul Karl. Introdução a Bioquímica. 4 ed. São Paulo: Blucher, 2011.

4. DEVLIN, Thomas M. Manual de bioquímica com correlações clínicas. 7 ed. São Paulo: Blucher, 2011.
5. MARZZOCO, Anita; TORRES, Bayardo Baptista. Bioquímica básica. 3 ed.Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013

FISIOLOGIA HUMANA

EMENTA

Estudo integrado do funcionamento dos principais sistemas do corpo humano através da abordagem fisiológica, biofísica, bioquímica e molecular. Estudo funcional dos órgãos e sistemas do corpo humano. Sistemas neuromuscular, circulatório, respiratório, digestório, renal, endócrino, metabólico e reprodução. Estudo dos eventos biológicos, biofísicos e fisiológicos mantenedores da homeostase nos diferentes sistemas do organismo humano.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. COSTANZO, Linda. S. Fisiologia. 5.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014
2. CURY, Ruy: PROCÓPIO, Joaquim. Fisiologia básica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009
3. GUYTON A. C.; HALL, J. E. Guyton & Hall: tratado de fisiologia médica. 12.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. AIRES, Margaria de Mello. Fisiologia. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.
2. DOUGLAS, C. R. Tratado de fisiologia: aplicada às ciências médicas. 6.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.
3. GANONG, William F. Fisiologia médica. 22.ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2010.
4. KOOEPPEN, Bruce M.; STANTON, Bruce A. Berne & Levy: fisiologia. 6.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
5. FOX, Stuart Ira. Fisiologia humana. 7. ed. São Paulo: Manole, 2007.

PRÁTICAS FARMACÊUTICAS

EMENTA

Evolução da Profissão Farmacêutica. Conceitos em Farmacologia. Formas farmacêuticas e suas respectivas formas de administração. Cálculos em Farmácia. Diluições simples e seriadas. Unidades de Massa. Unidades de Volume. Técnicasde Primeiros Socorros. Boas Práticas de Laboratório. Técnicas de higiene e assepsia pessoal e de materiais. Técnicas aferição de pressão arterial.Visita Técnica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. JULIANI, Cecília S. Riscado. Medicamentos: noções básicas, tipos e formas farmacêuticas. São Paulo: Érica, 2014
2. ALMEIDA, Maria de Fátima da Costa (Org.). Boas Práticas de laboratório. 2.ed. São Paulo: SENAC Rio, 2013.
3. SOUSA, Lucila Medeiros Minichello de. Primeiros socorros: condutas técnicas. São Paulo: Iátria, 2014

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ALLEN JR., Loyd V; POPOVICH, Nicholas G; ANSEL, Howard C. Formas farmacêuticas e sistemas de liberação de fármacos. 9.ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.
2. CARVALHO, Cristiane H. Mendes de; GARÓFALO, Denise de Abreu. Operações básicas de laboratório de manipulação: boas práticas. São Paulo: Érica, 2015
3. THOMPSON, Judith E. A Prática Farmacêutica na Manipulação de Medicamentos. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.
4. GENNARO, Alfonso R. Remington: a ciência e a prática da farmácia. 20.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014. 3vs.
5. PIVELLO, Vera Lúcia. Farmacologia: como agem os medicamentos. São Paulo: Atheneu, 2017.

QUÍMICA GERAL

EMENTA

Fundamentos Básicos Da Química. Estrutura do Átomo e Tabela Periódica. Ligação Química. Interações Químicas. Funções Inorgânicas. Introdução à Química Orgânica

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BETTELHEIM, Frederick A.; BROWN, William H.; CAMPBELL, Mary K.; FARREL, Shawn O. Introdução a Química geral, orgânica e bioquímica. 9.ed. (Combo). São Paulo: Cengage Learning, 2012.
2. RUSSELL, John B. Química geral. v.1. 2.ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2011.
3. MCMURRY, John. Química orgânica (Combo). 7.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011 .

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BROWN, Theodore L.; LEMAY JR., Eugene H.; BURSTEN, Bruce E [et.al.] Química: a ciência central. 9.ed. São Paulo: Pearson, 2005
2. KOTZ, J. C, TREICHEL JÚNIOR, Paul M. Química Geral e reações químicas. 6.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.
3. SACKHEIM, G.I. Química e Bioquímica para ciências Biomédicas. 8.ed. Manole, 2001.
4. SOLOMONS, T.W. GRAHAM, FRYHLE, C.B. Química Orgânica. v.1 8.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2005.
5. SOLOMONS, T.W. Graham, FRYHLE, C.B. Química Orgânica. v.2. 9.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009

3º PERÍODO

ATENÇÃO E ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

EMENTA

Conceitos básicos de assistência e Atenção Farmacêutica. Atenção Farmacêutica na atenção básica de saúde. Farmacovigilância. Importância da atividade profissional farmacêutica no processo de incremento da adesão do paciente à terapia medicamentosa. Solução e prevenção dos problemas relacionados ao uso de medicamentos (PRM). Automedicação responsável: uso de medicamentos não prescritos. Habilidades de Comunicação em Atenção Farmacêutica. Planejamento da Atenção Farmacêutica. Metodologias de seguimento/acompanhamento Farmacoterapêutico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. AIZENSTEIN, M. L. Fundamentos para o uso racional de medicamentos. 2.ed. São Paulo: Artes Médicas, 2016.

2. SANTOS, Paulo Caleb Junior de Lima. Farmácia clínica e atenção farmacêutica: contexto atual, exames laboratoriais e acompanhamento farmacoterapêutico. Rio de Janeiro: Atheneu, 2017
3. OLIVEIRA, Djenane Ramalho de. Atenção Farmacêutica: da filosofia ao gerenciamento da terapia medicamentosa. São Paulo:,RCN, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CAPUCHO, Helaine Carneiro; CARVALHO, Felipe Dias; CASSIANI, Silvia Helena de B. A farmacovigilância e sua relação com a segurança do paciente. São Paulo: Yendis, 2011
2. JULIANI, Cecília S. Riscado. Medicamentos: noções básicas, tipos e formas farmacêuticas. São Paulo: Érica, 2014
3. MOTA, Ana Letícia Carnevalli.; SANTOS, Nívea Cristina Moreira. Manuseio e administração de medicamentos: técnicas e cálculos. 3.ed. São Paulo: Iátria, 2009
4. BISSON, Marcelo Polacow. Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica. 2.ed. São Paulo: Manole; 2016
5. MASTROIANNI, Patrícia; VARALLO, Fabiana Rossi. Farmacovigilância na promoção do uso correto de medicamentos. São Paulo: Artmed, 2013

EPIDEMIOLOGIA E SAÚDE PÚBLICA

EMENTA

Histórico, conceitos, usos e perspectivas da epidemiologia e a saúde pública. Causalidade e determinação do processo saúde-doença. Indicadores de saúde: principais indicadores epidemiológicos e sua importância no planejamento de ações de saúde. Estudos epidemiológicos. Epidemiologia descritiva. Estatísticas de saúde e sistemas de informação em saúde. Conhecimento e organização das atividades de vigilância em saúde (ambiental, epidemiológica, sanitária e do trabalhador). Prevenção e controle dos agravos. Estudo das influências do ecossistema no processo saúde/doença do homem. Estudo de noções básicas de saneamento da água, detritos e resíduos. Bases conceituais e operacionais da farmacoepidemiologia. Políticas públicas de saúde.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BONITA, R.; BEAGLEHOLE, R.; KJELLSTRÖM, T. Epidemiologia Básica. 2.ed. São Paulo: Santos, 2011
2. CAMPOS, Gastão Wgner de Sousa; BONFIM, José Ruben de Alcântara; . MINAYO, Maria Cecília de Sousa. Tratado de Saúde Coletiva. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

3. MEDRONHO, Roberto Andrade. Epidemiologia. 2.ed. São Paulo: Atheneu, 2011

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. AGUIAR, Z.N. SUS: Sistema Único de Saúde: antecedentes, percurso, perspectivas e desafios. 2.ed. São Paulo: Editora Martinari, 2015
2. ALMEIDA FILHO, Naomar de; BARRETO, Maurício Lima. Epidemiologia e saúde: fundamentos, métodos e aplicações. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.
3. FLETCHER, Robert H.; FLETCHER, Suzane W. Epidemiologia Clínica: Elementos Essenciais. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
4. MALETTA, Carlos Henrique Mudado. Epidemiologia e saúde pública. 3.ed. Belo Horizonte: Coopmed, 2013
5. ROUQUAYROL, Maria Zélia; ALMEIDA FILHO, Naomar de. Epidemiologia e Saúde. 7.ed. Rio Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

MECANISMO DE AGRESSÃO E DEFESA

EMENTA

Conhecimentos básicos sobre a estrutura, a forma, a função dos agentes infecciosos, bem como suas bases imunológicas. Abordar os mecanismos de agressão dos organismos patogênicos (bactérias, fungos e vírus) e sua interação com o sistema imune na manutenção da saúde e no processo de doença. Enfocar os aspectos básicos aplicados a imunologia e microbiologia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ABBAS, Abul K.; LICHTMAN, Andrew H.; PILLAI, Shiv. Imunologia Celular e Molecular. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.
2. DELVES, Peter J.; MARTIN, Seamus J.; BURTON, Dennis R.; ROITT, Ivan M. Fundamentos de imunologia. 12.ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2013.
3. TORTORA, Gerard J.; FUNKE, Berdel R.; CASE, Chrisine L. Microbiologia.10.ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ABBAS, Abul K.; LICHTMAN, Andrew H. Imunologia Básica: funções e distúrbios do sistema imunológico. 3.ed. São Paulo: Elsevier, 2009.
2. ENGELKIRK, Paulo G. Burton: microbiologia para ciências da saúde. 9.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.
3. JORGE, Antonio Olavo Cardoso. Princípios de microbiologia e imunologia. São Paulo: Santos, 2010.

4. MURPHY, Kenneth; TRAVERS, Paul; WALPORT, Mark. Imunobiologia de Janeway. 7.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
5. MURRAY, Robert K.;P.; ROSENTHAL, Ken S.; PFLLER, Michael A. Microbiologia Médica. 8.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

PATOLOGIA GERAL

EMENTA

Introdução à patologia; Adaptação, lesão e morte celular; Acúmulos intracelulares, calcificação patológica e envelhecimento celular; Inflamação aguda e crônica; Renovação, regeneração e reparo dos tecidos; Distúrbios Hemodinâmicos, tromboembolismo e choque; Neoplasia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BRASILEIRO FILHO, Geraldo. Bogliolo: patologia. 9.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.
2. KUMAR, Vinay; ABBAS, K; FAUSTO, Nelson; ASTER, Jon c. Robbins &Cotran - Patologia: bases patológicas das doenças. 9.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.
3. FRANCO, Marcelo; MONTENEGRO, Mário R.; BRITO, Thales de [et.al.] Patologia processos gerais. 5.ed. São Paulo: Atheneu, 2010

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. REISNER, H. M. Patologia: uma abordagem por estudos de casos. Porto Alegre: Bookman, 2016.
2. BUJA, L. Maximilian.; KRUEGER, Gerhard R. F. Atlas de Patologia Humana de Netter. Porto Alegre: Artmed, 2007.
3. KUMAR, Vinay.; ABBAS, K.; FAUSTO, Nelson; MITCHELL, R. Robbins: patologia básica. 8.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
4. BRASILEIRO FILHO, Geraldo. Patologia Geral - Bogliolo. 5.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.
5. PEREZ, Erika. Fundamentos de patologia. São Paulo: Érica, 2014

QUÍMICA ORGÂNICA

EMENTA

Introdução à Química Orgânica. Estereoquímica: moléculas quirais. Introdução as reações e seus mecanismos: ácidos e bases. Reações de Alcenos: reação de adição. Reações iônicas: reações de substituição nucleofílica e de eliminação nos haletos de alquila.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ENGEL, Randall G.; KRIZ, George S.; LAMPMAN, Gary M. PAVIA, Donald L. Química Orgânica Experimental: técnicas de escala pequena. São Paulo: Bookman, 2012.
2. TRINDADE, Diamantino Fernandes. Química básica experimental. 6.ed. São Paulo: Ícone, 2016. ESGOTADO. SUBSTITUIR POR MCMURRY, John. Química orgânica. 7.ed. v.1. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
3. SOLOMONS, T. W.; FRYHLE, Craig. B.; SNYDER, Scott A. Química Orgânica. v.1. 12.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BARBOSA, Luiz Cláudio de Almeida. Introdução à química orgânica de acordo com as regras atualizadas da IUPAC. 2.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2011
2. BETTELHEIM, Frederick A.; CAMPBELL, Mary K'; BROWN, William H [et.al.] Química orgânica. v.1. 7.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011
3. BROWN, Theodore L.; LEMAY JR., Eugene H.; BURSTEN, Bruce E [et.al.] Química: a ciência central. 9.ed. São Paulo: Pearson, 2005
4. BRUICE, Paula Y. Química orgânica. 4.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.
5. VOLHARDT, K. Peter C.; SCHORE, Neil E. Química orgânica: estrutura e função. 6.ed. São Paulo: Bookman, 2013

ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO I
EMENTA

Estágio Curricular em Saúde Pública nas redes de atenção básica no Sistema Único de Saúde – SUS. Desenvolvimento das atividades de práticas farmacêuticas em serviços de saúde através de acompanhamento de pacientes com hipertensão auxiliando no controle da pressão arterial, realização de seminários e desenvolvimento de palestras relacionados a utilização racional de medicamentos, interações medicamentosas e drogas de abuso em instituições filantrópicas da cidade. Visitas técnicas em instituições de pesquisa, hospitais, unidades públicas de saúde, entidades de classe e conselho.

BIBLIOGRAFIA BASICA

1.CARVALHO, PR. R. A. CARVALHO, C. G.; TORRIANE, M. S.; SANTOS, L.; BARROS, E. C. Medicamentos de A a Z. Porto Alegre: Artmed, 2013.
2. GAHART, B. L.; NAZARENO, A. R. Medicamentos Intravenosos. 26 Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
3. ZUBIOLI, A. Ética farmacêutica: deontologia, ética e direito. 1ª Ed., São Paulo: Sobravime, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1.ALMEIDA-MURADIAN, L. B.; PENTEADO, M. V. C. Vigilância sanitária. Tópicos sobre legislação e análise de alimentos. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.
2.FORTES, P. A. C. Ética e saúde: questões éticas, deontológicas e legais. São Paulo: EPU, 2007.
3.REGO, S.; PALACIOS, M.; SIQUEIRA-BATISTA, R. Bioética para profissionais de saúde. Rio deJaneiro: Ed. Fiocruz, 2009.
4.SEGRE, M. A questão ética e a saúde humana. São Paulo: Atheneu, 2006.
5. FINKEL, R.; P., W. S. Guia de dispensação de produtos terapêuticos que não exigem prescrição. Porto Alegre: Artmed, 2007.

4º PERÍODO

BIOLOGIA MOLECULAR E BIOTECNOLOGIA

EMENTA

Organização do material genético de eucariotos e procariotos. Estrutura, características e propriedades dos ácidos nucleicos. A relação entre DNA e fenótipo. Replicação, transcrição e processamento da informação genética. Base molecular das mutações gênicas e mecanismos de reparo do DNA. Síntese de proteínas, código genético e expressão gênica. Regulação da transcrição gênica. Mecanismos hereditários e padrão de transmissão de caracteres. Noções básicas de bioinformáticana análise de genes e genomas. Fundamentos e aplicações das principais técnicas moleculares utilizadas no diagnóstico de doenças e desenvolvimento de fármacos. Engenharia genética e biotecnologia. Terapia celular.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. WATSON, James D.; BAKER, Tania A.; BELL, Stephen P. Biologia molecular do gene. 7.ed. São Paulo: Artmed, 201**5**
2. JUNQUEIRA, Luiz C.; CARNEIRO, José. Biologia celular e molecular. 9.ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2012.
3. ZAHA, Arnaldo; FERREIRA, Henrique B.PASSAGLIA, Luciane M. P. Biologia molecular básica. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CHANDAR, Nalini; VISELLI, Susan. Biologia celular e molecular ilustrada. Porto Alegre: Artmed, 2011.
2. COX, Michael M.; DOUDINA, Jennifer A.; O'DONNEL, Michael. Biologia molecular: princípios e técnicas. Porto Alegre: Artmed, 2012

3. BROWN, T.A. Clonagem gênica e análise de DNA: uma introdução. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.
4. EÇA, Lilian.Piñero. Biologia molecular: guia prático e didático. Rio de Janeiro: Revinter, 2004.
5. SALZANO, Francisco M. Genômica e evolução: moléculas, organismos e sociedades. São Paulo: Oficina de Textos, 2012.

FARMACOLOGIA I

EMENTA

Introdução à farmacologia: histórico, referências importantes, definições. Conceitos da divisão da farmacologia. Formas farmacêuticas, vias de administração de fármacos, absorção, distribuição conceito; vantagens e desvantagens. Definir índice terapêutico, reações adversas, tolerância, alergia e idiossincrasia. Biotransformação de fármacos. Metabolismo e Excreção de fármacos. Transportes membranares. Distribuição de fármacos. Mecanismo de Ação dos fármacos (agonismo e antagonismo). Alvos para ação dos fármacos (enzimas, canais, receptores e moléculas transportadoras). Biodisponibilidade. Meia-vida das drogas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BRUNTON, Laurence L.; LAZO, John S.; PARKER, Keith L. As bases farmacológicas da terapêutica de Goodman & Gilman. 12.ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.
2. CRAIG, Charles R.; STITZEL, Robert e. Farmacologia moderna com aplicações clínicas. 6.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
3. RANG, H. P.; DALE, M. M.; RITTER, J. M.; FLOWER, R. J. Rang & Dale farmacologia. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. DESTRUTI, A. B.; ARONE, E. M.; PHILIPPI, M. L. S. Introdução à farmacologia. 7. ed. São Paulo: SENAC, 2004.
2. FINKEL, Richard; CUBEDDU, Luigi X.; CLARK, Michelle. Farmacologia ilustrada. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010
3. FRANCO, André Silva. Manual de farmacologia. São Paulo: Manole, 2016.
4. SOARES, Vinícius H. P. Farmacologia humana básica. São Paulo: Difusão, 2017.
5. TOZER, T. N.; ROWLAND, M. Introdução à Farmacocinética e a Farmacodinâmica: bases quantitativa da terapia farmacológica. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FÍSICO-QUÍMICA

EMENTA

Estudo do estado gasoso. Primeira lei da termodinâmica. Segunda lei da termodinâmica. Terceira Lei da Termodinâmica. Potencial Químico e Regra das Fases para um componente e variação de pressão de vapor com temperatura e pressão externa. Medidas de composição, quantidades parciais molares. Lei de Raoult e Lei de Henry. Diagramas de fase para dois componentes e propriedades coligativas. Estudo Espectroscópio e Cristalográfico de Fármacos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BALL, David W. Físico-Química. v.1. 10.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013
2. ATKINS, Peter; DE PAULA, Júlio. Físico-Química. v.1. Rio de Janeiro: LTC, 2017.
3. FLORENCE, Alexander T.; ATTWOOD, David. Princípios Físico-químicos em farmácia 2.ed. São Paulo: Pharmabooks, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ATKINS, Peter; DE PAULA, Júlio. Físico-Química: fundamentos. 6.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017
2. CASTELLAN, G. W. Fundamentos de físico-química. Rio de Janeiro: LTC, 2007.
3. FIOROTTO, Nilton Roberto. Físico-química: propriedades de matéria, composição e transformação. São Paulo: Iátria, 2014.
4. LIMA, Andrea Alves de. Físico-química. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014 (Série Biblioteca Universitária da Pearson) ***(Biblioteca Virtual. E-book)***
5. NETZ, P. A.; ORTEGA, G. G. Fundamentos de Físico-Química: uma abordagem conceitual para as ciências farmacêuticas. Porto Alegre: Artmed, 2008.

MICROBIOLOGIA DE ALIMENTOS E ANÁLISE MICROBIOLÓGICA

EMENTA

Fatores intrínsecos e extrínsecos no desenvolvimento de microorganismos em alimentos. Principais infecções e intoxicações veiculadas por produtos alimentícios. Métodos de amostragem, semeadura e relevância das análises microbiológicas em diferentes matérias primas e produtos finais. Principais microorganismos e análises tradicionais e rotineiras de alimentos de origem animal e vegetal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. RIBEIRO, Bernardo Dias. Microbiologia industrial: alimentos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018
2. FORSYTHE, Stephen J. Microbiologia da Segurança Alimentar. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.
3. CECCHI, H. M. Fundamentos teóricos e práticos em análise de alimentos. 2.ed. Campinas: UNICAMP, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. FRANCO, Guilherme. Tabela de composição química dos alimentos. 9.ed. São Paulo: Atheneu, 2012.
2. DAMODARAN, S. Química de alimentos de Fennema. Porto Alegre: Artmed, 2010.
3. JAY, James M. Microbiologia de alimentos. 6. ed. Porto Alegre: Artmed., 2009.
4. SALINAS, R. D. Alimentos e nutrição: introdução à bromatologia**.** 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
5. SILVA JUNIOR, Eneo Alves da. Manual de Controle Higiênico em serviços de alimentação. 6.ed. São Paulo: Varela, 2008.

QUÍMICA ANALÍTICA

EMENTA

Introdução à análise química qualitativa e quantitativa;Equilíbrio ácido-base. Solução tampão. Equilíbrio de solubilidade, Equilíbrio de complexação e de Equilíbrio oxirredução. Volumetrias de neutralização, precipitação, complexação e oxiredução. Cálculos e aplicações desses conceitos na análise química. Erros e tratamentos de dados analíticos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. HARRIS, Daniel C. Explorando a química analítica. 4.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011
2. VOGEL, Arthur Israel; MENDHAM, J.; DENNEY, R. C. Análise química quantitativa. 6.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002.
3. HARRIS, Daniel C. Análise Química Quantitativa. 9.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. HAGE, David S. Química analítica e análise quantitativa. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012 ***(Biblioteca Virtual. E-Book)***
2. LEITE, F. Práticas de Química Analítica. 3.ed. São Paulo: Átomo, 2008.
3. LIMA, Michel Cássio Gomes de; NEVES, Luiz Seixas das. Princípios de química analítica quantitativa. Rio de Janeiro: Interciência, 2015 (Biblioteca Virtual. E-book)

4. SKOOG, Douglas A.; WEST, Donald M.; HOLLER, F. James [et.al] Fundamentos de Química Analítica. 8.ed São Paulo: Thomson, 2006
5. VOGEL, Arthur Israel. Química analítica qualitativa. 5.ed. São Paulo: Mestre Jou, 1981

ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO II

EMENTA

Estágio em Drogarias (aplicação dos princípios básicos de gestão de serviços farmacêuticos, atenção farmacêutica, farmacologia clínica e terapêutica); (aplicação dos princípios básicos de farmacologia geral, farmacodinâmica e farmacoepidemiologia). Familiarização com a documentação necessária para o funcionamento legal de uma drogaria bem como o conhecimento da legislação relativa ao exercício profissional. Participação dos processos de seleção de fornecedores, compra, controle de qualidade na recepção de produtos, processos de estocagem segundo critérios específicos de armazenamento. Conhecimento das normas de comercialização dos produtos controlados pela Portaria 344 MS/SVS. Exercício de práticas da assistência farmacêutica como: avaliação de prescrições; pesquisa de prescrições médicas mais frequentes por patologia; identificação de situações mais frequentes de procura direta do consumidor às drogarias e também de consulta ao farmacêutico; orientação no ato da dispensação; acompanhamento de pacientes; análise da automedicação; coleta e registro de ocorrência de reações adversas e efeitos colaterais relativos ao uso de medicamentos, informando a autoridade sanitária local. Conhecer os cuidados especiais com as substâncias termolábeis e fotossensíveis. Conhecer normas para armazenamento das matérias primas. Participação dos processos de controle de estoques. Planejamento, elaboração, execução e avaliação das estratégias de intervenção da farmácia na área específica de Drogarias; Princípios de administração e legislação aplicados em drogarias; Suprimento de materiais e medicamentos; Padronização, Aquisição, Armazenamento, Controle de Qualidade, Controle de estoque e dispensação de medicamentos; Assistência voltada para o uso correto dos medicamentos e seus correlatos; Prevenção, Recuperação e Promoção da Saúde.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1.CARVALHO, PR. R. A. CARVALHO, C. G.; TORRIANE, M. S.; SANTOS, L.; BARROS, E. C. Medicamentos de A a Z. Porto Alegre: Artmed, 2013.
2. GAHART, B. L.; NAZARENO, A. R. Medicamentos Intravenosos. 26 Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
3.CHAVES, L C. Medicamentos – Cálculos de dosagem e vias de Administração. São Paulo: Monole, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1.COSTA, Edina Alves. Vigilância sanitária: proteção e defesa da saúde. São Paulo: Sobravime, 2004.
2.CRAIG, C.R.; STITZEL, R. E. Farmacologia Moderna. 6ªed. Rio de Janeiro Guanabara Koogan, 2005.

3.DEF – Dicionário de especialidades farmacêuticas. São Paulo: Editora de Publicações Científicas, última edição.
4.FARMACOPÉIAS (Brasileira, Americana, Britânica, Européia). Última edição.
5.PORTH, C. M. Fisiopatologia. 6 ed. Guanabara Koogan. 2004.

5º PERÍODO

FARMACOLOGIA II

EMENTA

Fármacos que atuam no sistema nervoso autônomo (SNA). Fármacos de ação no sistema nervoso central (SNC). Hipnóticos e Ansiolíticos. Analgésicos opióides. Antiinflamatórios esteróides (corticóides). Diuréticos. Fármacos usados no tratamento da hipertensão e hipotensão. Fármacos usados no tratamento da Insuficiência cardíaca. Fármacos usados no tratamento da Angina. Fármacos usados no tratamento de arritmias cardíacas. Fármacos usados no tratamento de dislipidemias. Fármacos utilizados no tratamento oncológico. Fármacos anticoagulantes, trombolíticos e antiplaquetários.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. DIEHL, Alessandra; CORDEIRO, Daniel Cruz; LARANJEIRA, Ronaldo. Tratamentos farmacológicos para dependência química: da evidência científica à prática clínica. Porto Alegre: Artmed, 2010.
2. BRUNTON, Laurence L.; LAZO, John S.; PARKER, Keith L. As bases farmacológicas da terapêutica de Goodman & Gilman. 12.ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.
3. WHALEN, Karen; FINKEL, Richard; PANAVELLI, Thomas A. Farmacologia ilustrada. 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 2016

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. GOMEZ, Rosane. Farmacologia clínica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017
2. ASPERHEIM, Mary K. Farmacologia para enfermagem. 11.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
3. TOY, Eugene C.; LOOSE, David S. [et.al.] Casos clínicos em farmacologia. 3.ed. Rio de Janeiro: McGraw, 2015
4. FRANCO, André Silva. Manual de farmacologia. São Paulo: Manole, 2016**.**
5. ZANINI, Antonio Carlos; OGA, Seizi; BATISTUZZO, José Antonio de Oliveira. Farmacologia aplicada. 5.ed. São Paulo: Atheneu, 2018

FARMACOTÉCNICA

EMENTA

Introdução à farmacotécnica. Considerações gerais para o desenvolvimento farmacotécnico. Boas práticas de manipulação e produção. Organização do laboratório de farmacotécnica. Legislações de interesse em farmácia magistral. Controle de qualidade na manipulação e produção. Formas farmacêuticas sólidas: pós, granulados, cápsulas e comprimidos. Formas farmacêuticas sólidas de liberação modificada. Formas farmacêuticas líquidas: soluções, emulsões e suspensões. Formas farmacêuticas semissólidas: pomadas, cremes, pastas, géis. Formas farmacêuticas de uso retal, vaginal e uretral. Formas farmacêuticas extrativas: extratos, tinturas, alcoolaturas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ALLEN JR., L. V.; POPOVICH, N. G.; ANSEL, H. C. Formas farmacêuticas e sistemas de liberação de fármacos. 9. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.
2. CORRER, Cassyano J.; OTUKI, Michel F. A prática farmacêutica na farmácia comunitária. Porto Alegre: Artmed, 2013
3. FERREIRA, A. O. Guia prático da farmácia magistral. 4. ed. São Paulo: Pharmabooks Editora, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BRESOLIN, Ani Mari Belle; CACHINEL FILHO, Valdir. Fármacos e medicamentos: uma abordagem multidiscplinar. São Paulo: Santos, 2009
2. BERMA, Kelly Cristina de Oliveira. Farmacotécnica: técnicas de manipulação de medicamentos. São Paulo: Érica, 2014
3. LACERDA, Paulo de. Manual prático de farmacotécnica contemporânea: homeopatia. São Paulo: Andrei, s.d.
4. DESTRUTI, Ana Beatriz C. Noções básicas em farmacotécnica. 4.ed. São Paulo: SENAC, 2010.
5. MAGALHAES, Jorge Lima. Tendências tecnológicas no setor farmacêutico.. São Paulo: Synergia, 2012.

FARMACOTERAPIA

EMENTA

Princípios da Farmacoterapia. Farmacoterapia e Interações Medicamentosas. Interpretação de Prescrições Médicas. Farmacocinética clínica. Farmacoterapia de

patologias cardiovasculares. Farmacoterapia de infecções do trato respiratório. Farmacoterapia de patologias endócrinas e metabólicas. Farmacoterapia Distúrbios do aparelho reprodutor feminino. Farmacoterapia de patologias psiquiátricas. Farmacoterapia nos processos inflamatórios. Farmacoterapia de patologias do aparelho digestivo. Farmacoterapia em suplementos. Farmacoterapia dermatológica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. OBRELI, P. R.; BALDONI, A. O.; GUIDONI, C. N. *Farmacoterapia* – Guia Terapêutico de Doenças Mais Prevalentes. 2.ed. São Paulo: Pharmabooks, 2018.
2. KATZUNG, B. G. Farmacologia Básica e Clínica. 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
3. FUCHS, F. D.; WANNMACHER, L. Farmacologia Clínica e terapêutica. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. WELLS, Barbara G.; DIPIRO, Joseph T.[et.al.] Manual de farmacoterapia. 9.ed. Porto Alegre: Artmed, 2016
2. FONSECA, Almir L. Interações medicamentosas. 4.ed. São Paulo: EPUB, 2008
3. BRESOLIN, Ani Mari Belle; CACHINEL FILHO, Valdir. Fármacos e medicamentos: uma abordagem multidiscplinar. São Paulo: Santos, 2009
4. STORPIRTIS, Silvia; GAI, Maria Nella; CAMPOS, Daniel Rossi de. Farmacocinética: básica e aplicada. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
5. SUCAR, Douglas Dogol. Fundamentos de interações medicamentosas: dos piscofármacos com outros mediciamentos da clínica médica. 3.ed. São Paulo: Leitura, 2011

QUÍMICA FARMACÊUTICA E MEDICINAL

EMENTA

Introdução à Química Farmacêutica. Aspectos Físico-Químicos e Orgânicos no Estudo dos Fármacos. Metabolismo de Fármacos. Aspectos químico-farmacêuticos no transporte de fármacos através das barreiras hematoencefálica e barreira hematoplacentária. Planejamento e Obtenção de Novos Fármacos. Estudo sistemático do mecanismo de ação dos fármacos de acordo com a Química Farmacêutica

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BARREIRO, E. J.; FRAGA, C. A. M. Química medicinal: as bases moleculares da ação dos fármacos. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.

2. MONTANARI, Carlos A. Química medicinal: métodos e fundamentos em planejamento fármacos. São Paulo: EDUSP, 2012
3. KOROLKOVAS, A. Química Farmacêutica. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ANDREI, César Cornélio. FERREIRA, D. T.; FACCIONE, M.; FARIA, T. J. Da química medicinal à química combinatória e modelagem molecular. 2.ed. São Paulo: Manole, 2012.
2. GAUTO, M.; ROSA, G. Química industrial. Porto Alegre: Bookman, 2013.
3. GENNARO, Alfonso R. Remington: a ciência e a prática da farmácia. 20.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014
4. SARKER, Satyajit D.; NAHAR, Lutfun. Química para estudantes de farmácia: química geral, orgânica e produtos naturais. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009
5. LEITE, João Paulo Viana. Fitoterapia: bases científicas e tecnológicas. São Paulo: Atheneu, 2009

SAÚDE COLETIVA E INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA

EMENTA

Conceito Saúde doença; Fatores socioeconômicos e as desigualdades em saúde; Fatores universais intervenientes no processo saúde/doença; Risco e vulnerabilidade; Cultura e saúde; Saúde e ambiente; Educação permanente em saúde; Bases teóricas e práticas dar promoção em saúde; Vigilância em saúde pública; Bases fundamentais do Sistema Único de Saúde.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CAMPOS,Maria Cecilia de Souza.. Tratado de Saúde Coletiva. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 2013gerencial. Rio de Janeiro; LTC, 2013
2. MIRANDA, Sonia Maria Rezende Camargo de; MALAGUTTI, Willian. Educação em saúde. São Paulo: Phorte, 2010.
3. HELMAN, Cecil G. Cultura, saúde e doença. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. PAIM, Naomar de. Saúde coletiva: teoria e prática. Rio de Janeiro: Medbook, 2013.
2. BELL, Judith. Projeto de pesquisa: guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciência sociais. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
3. COURA, Rodrigues. Dinâmica das doenças infecciosas e parasitárias. 2vs. 2ed. Rio de Janeiro: Guanabara koogan, 2013.

4. ROCHA, Juan Stuardo Yazle. Manual de saúde pública e saúde coletiva no Brasil. Rio de Janeiro: Atheneu, 2012
5. FIGUEIREDO,bia Maria Almeida de. Ensinando a cuidar em saúde pública. 3.ed. São Paulo: Yendis, 2009/2013.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO III

EMENTA

Estágio supervisionado em Cosmetologia. Aplicação do desenvolvimento e tecnologia de preparo de formas cosméticas, dermatológicas e estéticas. Veículos de produtos usados para limpeza e tratamento da pele. Novas matérias primas e tendência de mercado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CORRÊA, M. A. Cosmetologia: Ciência e Técnica. São Paulo: MedFarma, 2012.
2. GOMES, R. K.; DAMAZIO, M. G. Cosmetologia: Descomplicando os Princípios Ativos. 4. ed. São Paulo: Livraria Médica Paulista Editora, 2013.
3. MATOS, S. P. Cosmetologia Aplicada. São Paulo: Erica, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

6. CONRADO, M. F. L.; CORDEIRO, P. P. M. CORDEIRO, P. C. C. Gestão farmacotécnica magistral. 2ª Ed. Santa Catarina: Basse, 2008.
7. FARMACOPÉIA BRASILEIRA. 5. ed. Brasília, 2010.
8. DESTRUTI, A. B. C. B. Noções básicas em farmacotécnica. 4ª Ed. São Paulo: SENAC, 2010.
9. MAGALHAES, J. L. Tendências Tecnológicas no Setor Farmacêutico. 1ª Ed. São Paulo: Synergia, 2012.
10. ROWE, R. C.; SHESKEY, P. J.; COOK, W. G. Handbookofpharmaceuticalexcipients. 7 ed. London: The Pharmaceutical Press, 2012.

6º PERÍODO

BROMATOLOGIA E ANÁLISE DE ALIMENTO

EMENTA

Noções gerais sobre os componentes de alimentos. Coleta e preparação de alimentos para análise. Metodologias usuais empregadas na determinação de carboidratos, proteínas, lipídios, minerais, fibras e vitaminas. Determinação prática do teor de umidade

e cinzas. Boas práticas de fabricação (BPF's) e higiene alimentar. Microbiologia de alimentos: micro-organismos importantes em microbiologia alimentar ("starters" na produção de alimentos fermentados e micro-organismos causadores de toxi-infecções alimentares) e análise microbiológica dos alimentos. Avaliação sensorial de alimentos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. SILVA, Neusely da [et.al.] Manual de métodos de análise microbiológica de alimentos e água. 5.ed. São Paulo: Blucher, 2017
2. DAMODARAN, S. Química de alimentos de Fennema. Porto Alegre: Artmed, 2010.
3. SILVA, Cassiano Oliveira da; TASSI, Érika Maria Marcondes; PASCOAL, Grazieli Bernadette. Ciência dos alimentos: princípios de bromatologia. Rio de Janeiro: Rubio, 2017

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. TONDO, Eduardo César; BARTZ, Sabrina. Microbiologia e sistema de gestão da segurança de alimentos.Porto Alegre: Sulinas, 2011
2. FRANCO, G. Tabela de composição química dos alimentos. 9.ed. São Paulo: Atheneu, 2012.
3. FRANCO, Bernadete. Microbiologia dos alimentos. São Paulo: Atheneu, 2008
4. FORSYTHE, S. J. Microbiologia da segurança alimentar. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.
5. SILVA JUNIOR, Eneo Alves da. Manual de Controle Higiênico em serviços de alimentação. 6.ed. São Paulo: Varela, 2008.

COSMETOLOGIA

EMENTA

Introdução a cosmetologia. Estudo da cosmetologia através dos insumos e produtos utilizados para o cuidado, proteção e conservação da beleza. Características morfológicas, micro-estrutura e biologia molecular da pele, anexos e suas alterações. Desenvolvimento e tecnologia de preparo de formas cosméticas, dermatológicas e estéticas. Veículos de produtos usados para limpeza e tratamento da pele. Novas matérias primas e tendência de mercado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MAIO, Márcio. Tratado de medicina estética. São Paulo: Roca, 2017
2. DRAELOS, Diana Zoe. Dermatologia cosmética: produtos e procedimentos. São Paulo: Santos, 2012
3. SOUZA, Valéria Maria de; ANTUNES JÚNIOR, Daniel. Ativos dermatológicos. São Paulo: Pharmabooks 2010

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. GOMES, Rosaline Kelly; DAMAZIO, Marlene Gabriel. Cosmetologia: descomplicando os pincípios ativos. 4. ed. São Paulo: Livraria Médica Paulista, 2013.
2. MARTINI, Marú-Claude. Tratado de cosmetologia: estética e cosmética. São Paulo: Andrei, 2009
3. MATOS, Simone Pires de. Cosmetologia Aplicada. São Paulo: Erica, 2014.
4. KEDE, Maria Paulina Villarejo; SABATTONICH, Oleg. Dermatologia estética. 3.ed. Rio de Janeiro:Atheneu, 2015
5. SANTI, E. Dicionário de princípios ativos em cosmetologia. São Paulo: Andrei, 2003.

FARMÁCIA CLÍNICA E HOSPITALAR

EMENTA

Introdução à Farmácia Hospitalar e Farmácia Clínica. Conhecimentos em semiologia, fisiopatologia e prescrição farmacêutica. Responsabilidade e Funções dos Serviços Farmacêuticos Hospitalares. Estrutura e organização da Farmácia Hospitalar. Padronização e Seleção de Materiais Médico-hospitalares e de Medicamentos. Aquisição, Armazenamento e Controle de estoque. Dispensação Farmacêutica e Farmacotécnica Hospitalar. Controle de Qualidade na Farmácia Hospitalar. Farmacovigilância. Controle da Infecção Hospitalar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. GOMES, Maria José Vasconcelos de Magalhães; REIS, Adriano Max Moreira. Ciências farmacêuticas: uma abordagem em farmácia hospitalar. São Paulo: Atheneu, 2011.
2. FERRACINI, Fábio Teixeira; BORGES FILHO, Wladmir Mendes. Farmácia clínica: segurança na prática hospitalar. São Paulo: Atheneu, 2012.
3. STORPIRTIS, Silvia. Farmácia clínica e atenção farmacêutica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CAVALLINI, Mirian Elias; BISSON, Marcelo Polacow. Farmácia Hospitalar: um enfoque em sistemas de saúde. 2.ed. São Paulo: Manole, 2010.
2. CAPUCHO, Helaine Carneiro; CARVALHO, Felipe Dias; CASSIANI, Silvia Helena de B. A farmacovigilância e sua relação com a segurança do paciente. São Paulo: Yendis, 2011

3. GENNARO, Alfonso R. Remington: a ciência e a prática da farmácia. 20.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014. 3vs..
4. BISSON, Marcelo Polacow. Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica. 2.ed. São Paulo: Manole; 2016
5. CARVALHO, Felipe Dias; CAPUCHO, Helaine Carneiro; BISSON, Marcelo P. Farmacêutico hospitalar: conhecimentos, habilidades e atitudes. São Paulo: Manole, 2014 ***(Biblioteca Virtual. E-book.)***

FARMACOBOTÂNICA E FARMACOGNOSIA

EMENTA

Conceitos de taxonomia vegetal e sistemas de classificação. Célula Vegetal. Histologia Vegetal. Anatomia dos órgãos vegetativos. Drogas de uso corrente na indústria farmacêutica e pela população. Conceitos gerais em farmacognosia, introdução, histórico, sua importância, objetivos e divisão. Importância dos Produtos Naturais de Origem Natural para a produção de medicamentos de origem natural e para a Indústria Farmacêutica. Estudo de drogas de origem vegetal, com enfoque na extração, caracterização, propriedades farmacológicas, toxicológicas de drogas vegetais contendo glicosídeos flavonoídicos, antraquinônicos, saponínicos, cardiotônicos, alcalóides, metilxantinas e óleos essenciais e fixos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CUTLER, David F.; BOTHA, Ted; STEVENSON, Dennis W. M. Anatomia vegetal: uma abordagem aplicada. Porto Alegre: Artmed, 2011**.**
2. MONTEIRO, Brandeli. Farmacobotânica: aspectos teóricos e aplicações. Porto Alegre: Artmed, 2017
3. SALISBURY, Frank B.; ROSS, Cleon W. Fisiologia das plantas. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BRESINSKY, Andreas; KÖRNER, Christian; KADEREITH, Joachim W. [et.al.] Tratado de Botânica de Strasburger. 36.ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.
2. LEITE, João Paulo Viana. São Paulo: Atheneu, 2009
3. RAVEN, P. H.; EVERT, R. F.; EICHORN, S. E. Biologia Vegetal. e7.d. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.
4. COSTA, Eronita de Aquino. Nutrição e fitoterapia: tratamento alternativo através da

plantas. Rio de Janeiro: Vozes, 2014 (Coleção Medicina Alternativa) *(Biblioteca Virtual. E-book)*

5. EMERY, Flavio. Farmacognosia. Rio de Janeiro: Atheneu, 2017

TECNOLOGIA QUÍMICA FARMACÊUTICA

EMENTA

Conceitos tecnológicos, tais como: balanço material em síntese orgânica de alguns fármacos, operações unitárias (oxidação, redução, halogenação, nitração, sulfonação, esterificação, alquilação, acetilação e catalisadores seletivos e não seletivos e métodos instrumentais, segurança industrial, métodos de extrações, águas na indústria farmacêutica e plantas químicas. Conhecimentos essenciais para o desempenho da função de Farmacêutico nos diferentes campos de atuação do profissional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ALLEN JR., Loyd V; POPOVICH, Nicholas G; ANSEL, Howard C. Formas farmacêuticas e sistemas de liberação de fármacos. 9.ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

2. FIOROTTO, Nilton Roberto. Técnicas experimentais em química: normas e procedimentos. São Paulo: Érica, 2014 (Série Eixos. Controle e processos industriais)
3. THOMPSON, Judith E. A Prática Farmacêutica na Manipulação de Medicamentos. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. KOROLKOVAS, A. Química Farmacêutica. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008
2. AUTERHOFF, K. A. kovar. Identificação de fármacos. 6.ed. São Paulo: Pharmabooks, 2010
3. SACKHEIM, George I. Química e Bioquímica para ciências Biomédicas. 8.ed. São Paulo: Manole, 2001
4. VITOLO, Michele. Biotecnologia farmacêutica: aspectos sobre aplicação industrial. São Paulo: Blucher, 2015
5. McMRRY, John. Química orgânica. 6.ed. São Paulo: Pioneira Thomson, 2009

.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO IV

EMENTA

Estágio supervisionado em Farmácia Hospitalar (aplicação dos princípios básicos de gestão de serviços farmacêuticos, atenção farmacêutica, farmacologia clínica e terapêutica); (aplicação dos princípios básicos de farmacologia geral, farmacodinâmica e

farmacoepidemiologia). Familiarização com a documentação necessária para o funcionamento legal de uma farmácia hospitalar bem como o conhecimento da legislação relativa ao exercício profissional. Participação dos processos de seleção de fornecedores, compra, controle de qualidade na recepção de produtos, processos de estocagem segundo critérios específicos de armazenamento. Conhecimento das normas de comercialização dos produtos controlados pela Portaria 344 MS/SVS. Exercício de práticas da assistência farmacêutica como: avaliação de prescrições; pesquisa de prescrições médicas mais frequentes por patologia; identificação de situações mais frequentes de procura direta do consumidor às farmácias e drogarias e também de consulta ao farmacêutico; orientação no ato da dispensação; acompanhamento de pacientes; análise da automedicação; coleta e registro de ocorrência de reações adversas e efeitos colaterais relativos ao uso de medicamentos, informando a autoridade sanitária local. Conhecer os cuidados especiais com as substâncias termolábeis e fotossensíveis. Conhecer normas para armazenamento das matérias primas. Participação dos processos de controle de estoques. Planejamento, elaboração, execução e avaliação das estratégias de intervenção da farmácia na área específica de Farmácia Hospitalar; Princípios de administração e legislação aplicados a farmácia hospitalar; Suprimento de materiais e medicamentos; Padronização, Aquisição, Armazenamento, Controle de Qualidade, Controle de estoque e dispensação de medicamentos e material médicohospitalar; Participação do farmacêutico nas comissões de controle infecção hospitalar; Farmacovigilância, Farmacoterapêutica e nutrição parenteral; Integração do farmacêutico à equipe multiprofissional da área de saúde; Assistência voltada para o uso correto dos medicamentos e seus correlatos; Prevenção, Recuperação e Promoção da Saúde.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1.CARVALHO, PR. R. A. CARVALHO, C. G.; TORRIANE, M. S.; SANTOS, L.; BARROS, E. C. Medicamentos de A a Z. Porto Alegre: Artmed, 2013.

2. GAHART, B. L.; NAZARENO, A. R. Medicamentos Intravenosos. 26 Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

3.CHAVES, L C. Medicamentos – Cálculos de dosagem e vias de Administração. São Paulo: Monole, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1.COSTA, Edina Alves. Vigilância sanitária: proteção e defesa da saúde. São Paulo: Sobravime, 2004.

2.CRAIG, C.R.; STITZEL, R. E. Farmacologia Moderna. 6ªed. Rio de Janeiro Guanabara Koogan, 2005.

3.DEF – Dicionário de especialidades farmacêuticas. São Paulo: Editora de Publicações Científicas, última edição.

4.FARMACOPÉIAS (Brasileira, Americana, Britânica, Européia). Última edição.

5.PORTH, C. M. Fisiopatologia. 6 ed. Guanabara Koogan. 2004.

7º PERÍODO

BIOQUÍMICA CLÍNICA

EMENTA

Colheita de material. Importância clínica e avaliação laboratorial das proteínas séricas totais e albumina sérica, alterações nos perfis eletroforéticos de proteínas séricas, bilirrubinas e diagnóstico de icterícias, enzimologia clínica, marcadores do metabolismo ósseo, marcadores cardíacos séricos no infarto agudo do miocárdio, diabetes mellitus, dislipidemias, alterações no metabolismo dos eletrólitos e equilíbrio ácido-base e gasometria. Automação em Bioquímica Clínica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. LEHNINGER, Albert Lester; COX, Michael M. Princípios de Bioquímica. 5 ed. São Paulo: Elsevier, 2011.
2. MARSHALL, William J. [et.al.] Bioquímica clínica: aspectos clínicos e metabólicos. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016
3. MCPHERSON, Richard A.; PINCUS, Mathew R. Diagnósticos clínicos e tratamento por métodos laboratoriais de Henry. 21.Ed. São Paulo: Manole, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. LODI, Wilson Roberto N.; RODRIGUES, Vanderlei. Bioquímica: do conceito básico á clínica. São Paulo: Sarvier, 2012
2. BRACHT, Adelar; ISHII-IWAMOTO, Métodos de laboratório em bioquímica. São Paulo: Manole, 2003 *(Biblioteca virtual. E-book)*
3. MOTTA, Valter Teixeira. Bioquímica clínica para o laboratório: princípios e interpretações. 5.ed. Rio de Janeiro: 2009
4. MURRAY, Robert K.; GRANNER, Daril K.; RODWELL, Victor W. Harper: Bioquímica Ilustrada. 27.ed. São Paulo: MacGraw-Hill, 2007
5. XAVIER, Ricardo DORA, José Miguel; BARROS, Elvino. Laboratório na pratica clínica: consulta rápida. Porto Alegre: Artmed, 2010.

HEMATOLOGIA CLÍNICA

EMENTA

Conceitos e objetivos da hematologia. Metodologia hematológica clássica e atual. Hematopoese. Morfologia normal das células sanguíneas. Hemoglobinas normais e anormais; Imuno-hematologia: grupos sanguíneos; Hemostasia e coagulação. Eritropoese e aspectos gerais da anemia.Técnicas de obtenção de sangue. Anticoagulantes. Contagem de eritrócitos, leucócitos e plaquetas: métodos automatizados e métodos manuais (câmaras e pipetas). Coloração panótica e supra-vital; corantes. Extensão e

coloração. Série eritrocitária. Dosagem de hemoglobina; determinação do hematócrito; cálculo dos índices hematimétricos; alterações morfológicas dos eritrócitos; contagem de reticulócitos; prova de falcização de hemácias; determinação da resistência globular osmótica; velocidade de hemossedimentação. Eletroforese de hemoglobina. Série leucocitária: fórmula leucocitária relativa e absoluta; alterações morfológicas de leucócitos; desvio a esquerda, pesquisa de células L.E, diagnóstico hematológico das leucemias. Coagulação. Tempo de sangramento (T.S.); tempo de coagulação (T.C.); tempo de protrombina (T.P.); tempo de tromboplastina parcial ativada (T.T.P.A.); tempo de trombina (T.T.); retração do coágulo (R.C.); prova do laço (P.L.).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. HOFFBRAND, Victor A.; MOSS, Paul A. H. Fundamentos em hematologia. 7.ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.
2. FAILACE, Renato. Hemograma: manual de interpretação. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.
3. HAMERSCHLAK, Nelson. Manual de hematologia: programa integrado de hematologia e transplante de medula óssea. São Paulo: Manole, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ROSENFELD, Ricardo. Fundamentos do hemograma: do laboratório à clínica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.
2. MCPHERSON,. Diagnósticos clínicos e tratamento por métodos laboratoriais de Henry. 21. ed. São Paulo: Manole, 2012.
3. DEL GIGLIO, Auro; KALIKS, Rafael. Princípios de hematologia clínica. São Paulo: Manole, 2007.
4. FIGUEIREDO, Dayse Maria. Guia de hematologia. São Paulo: Manole, 2011.
5. GROTTO, Helena Zerlotti Wolf. Interpretação clínica do hemograma. Sao Paulo: Atheneu, 2009.

IMUNOLOGIA CLÍNICA

EMENTA

Métodos para detecção de antígenos e anticorpos e aplicações no diagnóstico imunológico: Reações de precipitação, Reações de aglutinação, Reações de fixação de complemento, Reações de imunofluorescência Anticorpos policlonais e monoclonais, Radioimunoensaios. Técnicas imunoenzimáticas, Imunoensaios que utilizam marcadores fluorescentes e quimioluminescentes. Métodos para detecção da função imune celular. Aspectos clínicos e diagnósticos imunológicos de doenças virais. Aspectos clínicos e

diagnósticos imunológicos de doenças parasitárias. Testes de histocompatibilidade. Imunodiagnóstico das doenças auto-imunes. Diagnóstico imunológico das alergias. Distúrbios de Hipersensibilidades.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MARTIN, Seamus J.; BURTON, Dennis R.; ROITT, Ivan M.; DELVES, Peter J. Fundamentos de imunologia. 12ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.
2. MALE, David; BROSTOFF, Jonathan; ROIT, Ivan. Imunologia. 8.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014
3. FORTE, Wilma Carvalho Neves. Imunologia: do básico ao aplicado. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2011

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. PARHAM, Peter. O sistema imune. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.
2. GOLDSBY, R. A.; KINDT, T. J.; OSBORNE, B. Imunologia de Kuby. 6.ed. Porto Alegre: Artmed. 2008.
3. SOLE, Dirce; BERND, Luiz Antônio Guerra; ROSÁRIO FILHO, Nelson Augusto. Tratado de alergia e imunologia clínica: segurança na prática hospitalar. São Paulo: Atheneu, 2011.
4. MARTINS, Milton de Arruda; CARVALHO, Fair José; ALVES, Venâncio Avancini Ferreira [et al.] Clinica médica: alergia e imunologia clínica, doenças pele e doenças infecciosas. v.7. São Paulo: Manole, 2009.
5. VAZ, Adelaide J.; CASAGRANDE, Kioko T. E. Imunoensaios: fundamentos e aplicações. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

PARASITOLOGIA CLÍNICA E URINÁLISE

EMENTA

Aspectos clínicos das principais parasitoses humanas. Orientação aos pacientes quanto à coleta de amostras para Exame Parasitológico de Fezes (EPF). Dados clínicos relevantes na realização do EPF. Protozooses humanas. Principais métodos e parâmetros para diagnóstico clínico e laboratorial de cada parasitose. Principais interferentes físicos, químicos e biológicos na avaliação parasitária. Coleta e preservação da urina. Exame físico. Densidade, odor, consistência e volume. Reação. Exame químico. Glicose, cetona, proteína. Pigmentos biliares. Sangue. Urobilinogênio. Exame microscópio do sedimento urinário. Testes laboratoriais da função renal. Achados laboratoriais das alterações do trato urinário. Coleta e preservação e exames específicos: esperma. Formação dos

líquidos orgânicos, função, renovação e excreção. Análise particular de cada um isoladamente respeitando os aspectos técnicos e clínicos, buscando a compreensão do desenvolvimento, diagnóstico e evolução clínica das doenças.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. COURA, Rodrigues. Dinâmica das doenças infecciosas e parasitárias. v.1. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara koogan, 2013.
2. NEVES, Pedro Marcos. Parasitologia humana. 13.ed. São Paulo: Atheneu, 2013.
3. STRASINGER, Marjorie Schuab. Urinálise e fluidos corporais. 5.ed. São Paulo: LMP, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. DEVLIN, Thomas M. Manual de bioquímica com correlações clínicas. 7.ed. São Paulo: Blucher, 2011.
2. MUNDT, Kristy. Exame de urina e de fluidos corporais de Graff. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.
3. NEVES, O. Batista. Atlas didático de parasitologia. 2.ed. São Paulo: Atheneu, 2009.
4. ANDRIOLO, Adagmar. Função renal e exame de urina: bioquímica e fisiologia celulares. São Paulo: Savier, 2012.
5. DE, CARLI, Geraldo Attilio. Parasitologia clínica: seleção de métodos e técnicas de laboratório para o diagnóstico das parasitoses. São Paulo: Atheneu, 2001.

TECNOLOGIA DE ALIMENTOS

EMENTA

Matérias-primas alimentícias de origem vegetal e animal. Conservação de alimentos. Operações de transformação de alimentos. Embalagem de alimentos. Controle de qualidade. Aditivos alimentares. Desenvolvimento de novos métodos e produtos alimentícios.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. FELLOWS, P. J. Tecnologia do processamento de alimentos: princípios e prática. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
2. LIMA, Urgel de Almeida. Matérias-primas do alimentos: parte I – origem vegetal; Parte 2: origem animal. São Paulo: Edgard Blucher, 2010
3. PAREDA, Juan A. Ordóñez. Tecnologia de alimentos: componentes de alimentos e processos. v.1. Porto Alegre: Artmed, 2007

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. COZZOLINO, Silvia M. Franciscato. Biodisponibilidade de Nutrientes. 5.ed. São Paulo: Manole, 2016.

2. DAMODARAN, Srinivasan. Química de alimentos de Fennema. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010
3. GAVA, Altanir J. Tecnologia de Alimentos: Princípios e Aplicações. São Paulo: Nobel, 2009.
4. GERMANO, Pedro Manuel Leal. Higiene e vigilância sanitária de alimentos. 3.ed. São Paulo: Manole, 2011.
5. OETTERER, Marília; REGITANO-D'ARCEL, Marisa Aparecida B.; SPOTO, Marta Helena F. Fundamentos de ciência e tecnologia de alimentos. São Paulo: Manole, 2010

ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO V

EMENTA

Estágio supervisionado em Farmácia de Manipulação (atenção farmacêutica, aplicação dos princípios básicos de tecnologia farmacêutica e de cosméticos, farmacotécnica I e II, farmacologia, farmacodinâmica, farmacologia clínica e terapêutica, controle de qualidade físico-químico); Laboratório de Fitoterapia (aplicação dos princípios básicos de produção fitoterápica). Farmácia homeopática (aplicação dos princípios básicos de homeopatia).

REFERÊNCIAS BÁSICAS

4. ALLEN JR., L. V.; POPOVICH, N. G.; ANSEL, H. C. Formas farmacêuticas e sistemas de liberação de fármacos. 9. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2013.
5. AULTON, M. E. Delineamento de formas farmacêuticas. 2ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.
6. GIL, E. S. Farmacotécnica compacta. 1ª Ed. São Paulo: Pharmabooks, 2006.
7. FERREIRA, A. O. Guia prático da farmácia magistral. 4. ed. São Paulo: Pharmabooks Editora, 2011.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

11. CONRADO, M. F. L.; CORDEIRO, P. P. M. CORDEIRO, P. C. C. Gestão farmacotécnica magistral. 2ª Ed. Santa Catarina: Basse, 2008.
12. FARMACOPÉIA BRASILEIRA. 5. ed. Brasília, 2010.
13. DESTRUTI, A. B. C. B. Noções básicas em farmacotécnica. 4ª Ed. São Paulo: SENAC, 2010.
14. MAGALHAES, J. L. Tendências Tecnológicas no Setor Farmacêutico. 1ª Ed. São Paulo: Synergia, 2012.
15. ROWE, R. C.; SHESKEY, P. J.; COOK, W. G. Handbookofpharmaceuticalexcipients. 7 ed. London: The Pharmaceutical Press, 2012.

8º PERÍODO

TOXICOLOGIA APLICADA A FARMÁCIA

EMENTA

Introdução à toxicologia; Estudos de toxicocinética e toxicodinâmica; Toxicologia Ambiental; Toxicologia Ocupacional; Toxicologia de Medicamentos; Toxicologia Social;

Toxicologia de Alimentos; Toxicologia da Reprodução; Toxicologia forense; Toxicovigilância; Dopagem no Esporte; Métodos de análise empregados em toxicologia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. KLAASSEN, Curtis D.; WATKINS III, John B. Fundamentos de Toxicologia de Casarett e Doull. 2.ed. Porto Alegre: Amgh, 2012.
2. MOREAU, Regina Lúcia de Moraes; SIQUEIRA, Maria Elisa Pereira Bastos de. Toxicologia analítica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.
3. OGA, Seizi; CAMARGO, Márcia Maria de A.; BATISTUZZO, José Antonio de O. Fundamentos de Toxicologia. 4.ed. São Paulo: Atheneu, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. DORTA, Daniel Junqueira; YONAMINE, Maurício; COSTA, José Luiz da; MARTINIS, Bruno Spinosa de. Toxicologia forense. São Paulo: Blucher, 2018 .*(Biblioteca Virtual. E-Book)*
2. MICHEL, Osvaldo da Rocha. Toxicologia ocupacional. Rio de Janeiro, RJ: Editora Revinter 2000.
3. PASSAGILI, Marcos F. Toxicologia forense: teoria e prática. 4.ed. São Paulo: Millenium, 2013.
4. SHIBAO, Juliana; SANTOS, Gabriela Ferreira Alba dos; GONÇALVES, Natália Fonseca; GOLLUCKE, Andrea Pittelli Boiago [et.al.] Edulcorantes em alimentos: aspectos químicos, tecnológicos e toxicológicos. São Paulo: Phorte, 2009
5. SISINNO, Cristina Lucia Silveira; OLIVEIRA-FILHO, Eduardo Cyrino. Princípios de Toxicologia Ambiental. Rio de Janeiro: Interciência, 2013. *(Biblioteca Virtual. E-Book)*

CONTROLE DE QUALIDADE DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E COSMÉTICOS

EMENTA

Conceitos tecnológicos, tais como: balanço material em síntese orgânica de alguns fármacos, operações unitárias (oxidação, redução, halogenação, nitração, sulfonação, esterificação, alquilação, acetilação e catalisadores seletivos e não seletivos e métodos instrumentais, segurança industrial, métodos de extrações, águas na indústria farmacêutica e plantas químicas. Conhecimentos essenciais para o desempenho da função de Farmacêutico nos diferentes campos de atuação do profissional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ANDRADE FILHO, Adebal de; CAMPOLINA, Délio; DIAS, Mariana Borges. Toxicologia na Prática Clínica. 2.ed. Belo horizonte: Folium, 2013.

2. GOELDNER, Francine Oliveira; CLARA, Renan Orsati. Produtos para a saúde em geral: noções básicas, acessórios, indicações de uso em farmácias e grupo de nutrientes. São Paulo: Érica, 2014
3. PINTO, Terezinha de Jesus Andreoli; KANEKO, Telma Mary; PINTO, Antonio F. Controle biológico de qualidade de produtos farmacêuticos, correlatos e cosméticos. 4.ed. São Paulo: Manole, 2015

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BERTOLINO, Marco Túlio. Gerenciamento da qualidade na indústria alimentícia: ênfase na segurança de alimentos. Porto Alegre: Artmed, 2010.
2. CARDOSO, Carol Mendonça Zanella. Manual de controle de qualidade de matérias-primas vegetais. São Paulo: Pharmabooks, 2009.
3. MORETTO, Lauro D. Gerenciamento da produção para farmacêuticos. São Paulo: RCN, 2004
4. PASSAGLINI, Marcos F. Toxicologia forense: teoria e prática. 4.ed. São Paulo: Millenium, 2013.
5. DRAELOS, Diana Zoe. Dermatologia cosmética: produtos e procedimentos. São Paulo: Santos, 2012

MICROBIOLOGIA CLÍNICA

EMENTA

Coleta, transporte, armazenamento e processamento de amostras clínicas. Bactérias de importância clínica (estafilococos, estreptococos, cocos Gram-negativos, bacilos Gram-negativos e Gram positivos, anaeróbios, micobactérias) com enfoque na identificação laboratorial; Diagnóstico de infecções bacterianas do trato urinário, trato genital, trato respiratório, trato intestinal, sangue, sistema nervoso central e outros materiais; Teste de avaliação da suscetibilidade bacteriana aos antimicrobianos, incluindo análise dos principais mecanismos de resistência bacteriana; Elaboração de diagnósticos laboratoriais a partir da coleta, cultivo, isolamento, identificação e suscetibilidade de bactérias patogênicas de amostras de material clínico, a partir da correlação clínico-laboratorial; Vírus de importância médica; Diagnóstico laboratorial de infecções virais; Automação em microbiologia; Controle de qualidade no laboratório de microbiologia clínica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BARBOSA, Heloiza Ramos; TORRES, Bayardo Baptista. Microbiologia básica. São Paulo: Atheneu, 2010
2. TORTORA, Gerard J.; FUNKE, Berdel R.; CASE. Christine L. Microbiologia. 10.ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

3. INGRAHAM, JOHN L.; INGRAHAM, Catharine. Introdução à microbiologia: uma abordagem baseada em estudos e casos. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. HOFLING, José Ferancisco; GONÇALVES, Reginaldo Bruno. Microscopia de luz em microbiologia: morfologia bacteriana e fúngica. Porto Alegre: Artmed, 2008.
2. MURRAY, Robert K.; P.; ROSENTHAL, Ken S.; PFLLER, Michael A. Microbiologia Médica. 8.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.
3. SANTOS, Norma Suely de Oliveira; ROMANOS, Maria Teresa Villela. Introdução à virologia humana. 2.edd. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.
4. VERMELHO, Alane Beatriz; PEREIRA, Antonio Ferreira; COELHO, Rosaly Reed Rodrigues [et.al.] Práticas de microbiologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.
5. WINN Jr., W., ALLEN, Stephen; JANDA, Willian; KONEMAN, Elmer. Diagnóstico Microbiológico: texto e atlas colorido. 6.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO VI

EMENTA

Estágio supervisionado em Análises genéticas, Toxicológicas e em indústria do setor de alimentos. Coleta e preparação de alimentos para análise. Metodologias usuais empregadas na determinação de carboidratos, proteínas, lipídios, minerais, fibras e vitaminas. Determinação prática do teor de umidade e cinzas. Boas práticas de fabricação (BPF's) e higiene alimentar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

4. KLAASSEN, C. D.; WATKINS III, J. B. Fundamentos de Toxicologia de Cassarett e Doull. 2ª Ed. Porto Alegre: Amgh, 2012.
5. CECCHI, H. M. Fundamentos teóricos e práticos em análise de alimentos. 2º Ed. Campinas: UNICAMP, 2011.
6. GRIFFITHS, Anthony J. F.; WESSLER, Susan R.; CARROLL Sean B. et al. Introdução à genética. 11.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. 1534p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

4. OGA, S. Fundamentos de Toxicologia. 4ª Ed. São Paulo: Atheneu, 2014.
5. STRACHAN, T.; READ, A. Genética molecular humana. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. 808p.
6. FRANCO, G. Tabela de composição química dos alimentos. 9ª Ed. São Paulo: Atheneu, 2012.
7. MIDIO, A. F.; MARTINS, D. I. Toxicologia de Alimentos. São Paulo: Varela, 2000.
8. ANVISA. Métodos Físico-Químicos para Análise de Alimentos. IV Edição; Instituto Adolfo Lutz, Brasília; Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Ministério da Saúde, 2008.

9º PERÍODO

GESTÃO EM SAÚDE

No contexto da Reforma do Estado e propostas de reformas gerenciais, a disciplina propiciará ao aluno entender o novo papel do Estado na prestação de serviços de saúde. Mix-público/privado, seja do ponto de vista da eficiência, como da compreensão ampliada do SUS. Para tanto será propiciado ao aluno um conhecimento básico sobre os distintos modelos de gestão de serviços e sistemas de saúde nos três diferentes níveis federativos tendo como pano de fundo a constituição de redes de atenção à saúde.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ESHERICK, Joseph S.; CLARK, Daniel S.; SLATER, Evan P. Current: diretrizes clínicas em atenção primária à saúde. 10.ed. Porto Alegre: Artmed, 2013
2. SILVA, Silvio Fernandes da (Org.) Redes de atenção à saúde no SUS. 2.ed. São Paulo: Saberes, 2011
3. SOLHA, Raphaela Karla de Toledo. Sistema Único de Saúde: componentes, diretrizes e políticas públicas. São Paulo: Érica, 2014

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA. SUS: o que você precisa saber sobre o Sistema Único de Saúde. São Paulo: Atheneu, 2011.
2. BUSATO, Ivana Maria Saes. Planejamento estratégico em saúde. Curitiba: Intersaberes, 2017 ***(Biblioteca Virtual. E-book)***
3. SPILLER, Eduardo Santiago: SENNA, Ana Maria; SANTOS, José Ferreira dos [et.al.] Gestão dos serviços em saúde. Rio de Janeiro: FGV, 2009 (Série Gestão em Saúde)
4. MOYSÉS FILHO, Jamil; KESTELMAN, Hélio N.; BECKER JUNIOR, Luiz Carlos. [et.al.] Planejamento e gestão estratégica em organizações de saúde. Rio de Janeiro: FGV, 2011
5. AGUIAR, Zenaide Neto. Sistema Único de Saúde: antecedentes, percurso, perspectivas e desafios. 2.ed. São Paulo: Martinari, 2015

CITOPATOLOGIA CLÍNICA

EMENTA

Compreende o estudo dos aspectos fisiopatológicos, diagnósticos e clínicos da citologia cérvico-vaginal, líquido seminal, líquido céfalo-raquidiano, líquidos cavitários e sinovial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. GAMBONI, Mercedes; MIZIARA, Elias Fernando. Manual de citopatologia diagnóstica. São Pauo: Manole, 2012.
2. SOUZA, Ana Maria de; CASTRO, Fabíola A. de. Fisiopatologia das doenças humanas. Rio de Janeiro: Atheneu, 2016
3. JUNQUEIRA, Luiz C.; CARNEIRO, José. Biologia celular e molecular. 9.ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2012

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CONSOLARO, Márcia Edilaine Lopes; MARIA-ENGLER, Silvya Stuchi. Citologia clínica cérvico-vaginal: texto e atlas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.
2. KOSS, Leopold G.; GOMPEL, Claud. Introdução à citopatologia ginecológica com correlações histológicas e clínicas. São Paulo: Roca, 2006.
3. LENT, Roberto. Cem bilhões de neurônios? Conceitos fundamentais de neurociências. 2.ed. São Paulo: Atheneu, 2010.
4. NEVES, Paulo Augusto. Manual Roca técnicas de laboratório: líquido cefalorraquiano. São Paulo: Roca, 2011.
5. PEREZ, Erika, Fundamentos de patologia. São Paulo: Erica, 2014.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I

EMENTA

Fundamentos sobre planejamento e execução de projetos de pesquisa. Critérios sobre a elaboração e apresentação de monografia de Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC-I), de acordo com as normas da ABNT. Apresentação e definição dos temas a serem desenvolvidos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2017
2. SANTOS, Clóvis Roberto dos. Trabalho de conclusão de curso TCC: guia de elaboração passo a passo. São Paulo: Cengage Learning, 2012
3. SANTOS, Izequias Estevam dos. Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica. 12.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2016

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2010

2. BARROS, Aidil Jesus da Silveira. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Pearsn Prentice hall, 2008
3. AQUINO, Italo de Souza. Como escrever: artigos científicos. São Paulo: Saraiva, 2015
4. CRESWELL, John W. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens. Porto Alegre: Penso, 2014.
5. KOLLER, Sílvia H.; COUTO, Maria Clara P. de Paula; HOHENDORFF, Jean von. Manual de produção científica. Porto Alegre: Penso, 2014.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO VII

EMENTA

Estágio supervisionado em Análises Clínicas, relacionando a prática com os conteúdos teóricos desenvolvidos ao longo do curso, viabilizando o relacionamento ético-profissional e interdisciplinar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1.ANDRÉ, Adriana Maria. Gestão estratégica de clínicas e hospitais. São Paulo: Atheneu, 2010.
2.CAQUET, René. 250 exames de laboratório: prescrição e interpretação. 10ª Ed. Rio de Janeiro: 2.Revinter, 2010.
3.WILLIAMSON, Nery A. Interpretação de exames laboratoriais. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1.ALMEIDA, T. DE.;. Técnicas de Laboratório. 3ª Ed. Atheneu, São Paulo/SP, 2002.
2.HARMENING. DENISE M. Administração de Laboratórios – Princípios e Processos. 2ª Ed. São Paulo: LMP, 2009.
3.MOURA, R. DE A.; WADA, CARLOS SUEHITA; PURCHIO, ADHEMAR; VERRASTRO, ALVES, V.L.S. Gestão da qualidade: ferramentas utilizadas no contexto contemporâneo da saúde. Editora Martinari, 2009
4.NICOLL, Diana.; LU, Chuanyi Mark.; PIGNONE, Michael [et al.] Manual de exames diagnósticos. 6ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
5.ROSENBERG; FÉLIX JULIO; ANA BEATRIZ MORAES DA SILVA. Sistemas da Qualidade em Laboratórios de Ensaios. 1ª Ed. Qualitymark , 2000.

10º PERÍODO

DEONTOLOGIA E LEGISLAÇÃO EM FARMÁCIA

EMENTA

O exercício, âmbito e estrutura organizadora da profissão farmacêutica: Conselhos, Sindicatos e Associações. Responsabilidade civil, penal, administrativa e ética do profissional farmacêutico. Normas gerais que regem a profissão farmacêutica. Código de ética, legislação sanitária.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. OLIVEIRA, S. T. Tópicos em Deontologia e Legislação para Farmacêuticos. Belo Horizonte: Coopmed, 2009.

2. PAIVA FILHO, Osório. ABC da ética farmacêutica. São Paulo: Osório Paiva Filho, 2011
3. NOVAES, Rita Maria G. Ética e farmácia: uma abordagem latino-americana em saúde. Brasília: Thesaurus, 2009

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BRINQUES, Graziella B. (Org.) Higiene e vigilância sanitária. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015
2. CONSELHO Federal de Farmácia. Código de Ética da profissão farmacêutica. Resolução n.º 596, de 21 de fevereiro de 2014. http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/596.pdf
3. NALINI, José Renato. Ética geral e profissional. 13.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016
4. FORTES, Paulo Antonio de Carvalho. Ética e saúde: questões éticas, deontológicas e legais. São Paulo: EPU, 2007.
5. SEGRE, Marco. A questão ética e a saúde humana. São Paulo: Atheneu, 2006.

MICOLOGIA CLÍNICA

EMENTA

Importância geral dos fungos. Biologia dos fungos patogênicos para o homem. Transmissão e patogenicidade. Micoses superficiais, cutâneas, subcutâneas e profundas. Fungos oportunistas. Colheita e conservação de material biológico para pesquisa micológica. Técnicas de pesquisa para o diagnóstico laboratorial das micoses. Estudo de macro e micromorfologia dos fungos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ESPOSITO, Elisa; AZEVEDO, João Lúcio de. Fungos: uma introdução à biologia, bioquímica e biotecnologia. 2.ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2010.
2. MEZZARI, Adelina; FUENTEFRIA, Alexandre Meneghello. Micologia no laboratório clínico. São Paulo: Manole, 2012.
3. ZAITZ, Clarisse; CAMPBELL, Iphis; MARQUES, Sílvio Alencar [et. al.]. Compêndio de micologia médica. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

1. MARTINS, José Eduardo Costa; MELO, Natalina Takahashi; HEINS-VACCARI, Elisabeth Maria. Atlas de Micologia Médica. Manole, 2005.
2. MENEZES E SILVA, Carlos Henrique Pessoa de; NEUFELD, Paulo Murillo. Bacteriologia e micologia para laboratório clínico. Rio de Janeiro: Revinter, 2006
3. MINAME, Paulo S. Micologia: métodos laboratoriais de diagnóstico das micoses. São Paulo: Manole, 2003.
4. MORAES, Ruy Gomes de; LEITE, Ignácio da Costa; GOULART, Enio Garcia. Parasitologia e micologia humana. 5.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008
5. SAMPAIO, Sebastião A. P.; RIVITTI, Evandro A. Dermatologia. 3.ed. São Paulo: Artes Médicas, 2011.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

EMENTA

Elaboração de trabalho de conclusão de curso: coleta de dados, análise dos dados, elaboração do relatório final. Apresentação do trabalho de conclusão de curso. Elaboração de Artigo Científico, elaboração da apresentação individual.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CRESWELL, John W. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens. Porto Alegre: Penso, 2014.
2. KOLLER, Sílvia H.; COUTO, Maria Clara P. de Paula; HOHENDORFF, Jean von. Manual de produção científica. Porto Alegre: Penso, 2014
3. SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 24.ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2016

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. GIL, Como elaborar projetos de pesquisa. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2017
2. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2017
3. NASCIMENTO, Luiz Paulo do. Elaboração de projetos de pesquisa: monografia, tese e estudo de caso com base na metodologia científica. São Paulo: Cengage Learning, 2012
4. SANTOS, Clóvis Roberto dos. Trabalho de conclusão de curso TCC: guia de elaboração passo a passo. São Paulo: Cengage Learning, 2012
5. SANTOS, Izequias Estevam dos. Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica. 12.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2016

OPTATIVAS

Empreendedorismo e Inovação

EMENTA

Empreendedorismo: características; oportunidades; desenvolvimento de atitudes empreendedoras. Novos paradigmas. Administração do crescimento da empresa. Prospecção Empresarial. Plano de Negócios. Inovação e Criatividade. Modelagem Organizacional. Pesquisa de Mercado. Técnicas de Vendas. Técnicas de Negociação. Qualidade. Formação de Preços. Ferramentas Gerenciais. Marco Legal de Empresas. Linhas de Financiamento. Empreendedorismo Sustentável.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. DORNELAS, José. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 5.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014
2. DRUCKER, Peter Ferdinand. Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship): práticas e princípios. São Paulo: Cengage Learning, 2011
3. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Empreendedorismo: vocação, capacitação e atuação direcionadas para o plano de negócios. São Paulo: Atlas, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BERNARDI, Luiz Antonio. Manual de empreendedorismo e gestão: fundamentos, estratégias e dinâmicas. São Paulo: Atlas, 2010
2. CHIAVENATO, Idalberto. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor. 4.ed. São Paulo: Manole, 2012.
3. HASHIMOTO, Marcos. Espírito empreendedor nas organizações: aumentando a competitividade através do intra-empreendedorismo. São Paulo: Saraiva, 2006
4. HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P.; SHEPHERD, Dean A. Empreendedorismo. 9.ed. Porto Alegre: AMGH, 2014
5. SEIFFERT, Peter Quadros. Empreendendo novos negócios em corporações: estratégias, processo e melhores práticas. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Educação Ambiental

EMENTA

Histórico da Educação Ambiental. Políticas de Educação Ambiental. Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania. Vertentes contemporâneas em Educação Ambiental. Educação Ambiental no ambiente urbano, rural e em unidades de conservação. Projetos de Educação Ambiental: planejamento, execução e avaliação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CARVALHO, Isabel Cristina de. Educação Ambiental: formação do sujeito ecológico. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2012
2. DIAS, Genebaldo Freire. Educação ambiental: princípios e práticas. 9.ed. São Paulo: Gaia, 2010
3. SEIFFEIRT, Mari Elizabete Bernardini. Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2014

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BARCELOS, Valdo. Educação ambiental: sobre princípios, metodologias e atitudes. 3.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008
2. DIAS, Genebaldo Freire. Atividades interdisciplinares e educação ambiental. 2.ed. São Paulo: Gaia, 2009
3. PHILIPPI JR., Arlindo; PELICONI, Maria Cecília Focesi. Educação ambiental e sustentabilidade. 2.ed. São Paulo: Manole, 2014

4. PEDRINI, Alexandre de Gusmão; SAITO, Carlos Hiroo. Paradigmas metodológicos em educação ambiental. Rio de Janeiro: Vozes, 2014
5. PINOTTI, Rafael. Educação ambiental para o século XXI no Brasil e no mundo. São Paulo: Blucher, 2010.

Educação para os Direitos Humanos

EMENTA

A Educação em Direitos Humanos, com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, fundamentada nos seguintes princípios: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; e sustentabilidade socioambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 19.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015
2. COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 11.ed. São Paulo: Saraiva, 2017
3. LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Manual de direitos humanos. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2014

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BUCCI, Daniela; sala, José Blanes; CAMPOS, José Ribeiro de (Coords.) Direitos humanos: proteção e promoção. São Paulo: Saraiva, 2012
2. MORAES, Alexande de; KIM, Richard Pae (Coords.) Cidadania. São Paulo: Atlas, 2013
3. MÜHL, Eldon Henrique; MAINARDI, Elisa; SIVIERO, Iltomar [et. al.] Textos referenciais para a educação em direitos humanos. Passo Fundo: IFIBE, 2013
4. OLIVEIRA, Bruna Pinotti Garcia; LAZARI, Rafael. Manual de direitos humanos (volume único) Salvador: Juspodvim, 2017
5. PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e justiça internacional. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2015

Farmácia Homeopática

EMENTA

Coleta, transporte e armazenamento de amostras clínicas. Controle de qualidade no Laboratório de Microbiologia clínica. Rotina para culturas de secreções, fezes, urina, escarro, sangue, líquido céfalorraquidiano, transudatos e exudatos. Antimicrobianos e testes de sensibilidade. Automação em Microbiologia. Elaboração de diagnósticos laboratoriais a partir da coleta, cultivo, isolamento, identificação e sensibilidade de bactérias patogênicas de amostras de material clínico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MADSEN, Ruy. Bases da homeopatia. Curitiba: Appris, 2017
2. FONTES, Olney Leite. Farmácia Homeopática Teoria e Prática. 4.ed. São Paulo: Editora Manole, 2012.
3. SCHOLTEN, Jan. Homeopatia e minerais. São Paulo: Organon, 2011

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ZHONGJING, Zhang. 140 prescrições em homeopatia. São Paulo: Andrei, 2010
2. RIBEIRO FILHO, Ariovaldo. Repertório de Homeopatia. 2.ed. São Paulo: Organon, 2014.
3. LACERDA, Paulo de. Manual prático de farmacotécnica contemporânea: homeopatia. São Paulo: Andrei, s.d**.**
4. ROSENBAUM, Paulo. Homeopatia. Fundamentos de homeopatia. São Paulo: Roca, 2002
5. PEREIRA, Waldomiro Caram. Guia prático prescritor de homeopatia. 2.edSão Paulo: Jurua, 2016.

Fundamentos de Nutrição

Conhecimentos e conceitos básicos da Ciência da Nutrição e Alimentação. Evolução histórica dos programas de Nutrição. Compostos orgânicos e inorgânicos; Fatores ambientais, sociais, econômicos, culturais e demográficos sobre o estado nutricional da população.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. TIRAPEGUI, JULIO. Nutrição: Fundamentos e aspectos atuais. São Paulo: Atheneu, 3.ed. 2013.
2. DUTRA DE OLIVEIRA, José Eduardo; MARCHINI, Júlio Sérgio. Ciências Nutricionais. 2.ed. São Paulo: Savier, 2011.
3. MAHAN, L. Kathleen; ESCOTT-STUMP, Silvia. KRAUSE: alimentos, nutrição e dietoterapia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. COSTA, Neuza Maria Brunoro; PELUZIO, Maria do Carmo Gouveia. Nutrição básica e metabolismo. Viçosa: UFV, 2008.
2. GALISA, Monica Santiago; ESPERANÇA, Leila Maria B.; SÁ, Neide Gaudêncio de. Nutrição: conceitos e aplicações. São Paulo: Makron Books, 2008.
3. GIBNEY, Michael J.; LANHAM-NEW, Susan A.; CASSIDY, Aedin. Introdução à nutrição humana. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010
4. PHILIPPI, Sonia Tucunduva. Nutrição e técnica dietética. 2.ed. São Paulo: Manole, 2010
5. VITOLO, Márcia Regina. Nutrição: da gestação ao envelhecimento. Rio de Janeiro: Rubio, 2010

Inglês Instrumental

EMENTA

Estruturas básicas da língua – revisão geral. Desenvolvimentos de estratégias de leitura para a compreensão, interpretação, tradução e versão de textos. Estudo de textos específicos da área de turismo e de textos variados.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MURPHY, Raymond. Essential grammar in use com respostas. (Gramática básica da língua inglesa). 2.ed. São Paulo: Martins, 2010.
2. SOUZA, Adriana Grade Fiori; ABSY, Conceição A.; COSTA, Gisele C. da. [et al.] Leitura em língua inglesa: uma abordagem instrumental. 2.ed. São Paulo: Disal, 2010.
3. SWICK, Ed. A prática leva à perfeição: gramática prática da língua inglesa para estudantes de inglês (nível básico). Rio de Janeiro: Alta Books, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. COLLINS, W & Son. Dicionário Português-Inglês / Inglês-Português. São Paulo: Siciliano, 2011.
2. DAVIES, Ben Parry. O ABC do inglês: nível intermediário. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
3. IGREJA, José Roberto A. Como se diz em inglês? Termos coloquiais, expressões comuns e curiosidades da língua inglesa. São Paulo: Disal, 2010.
4. SANTOS, Denise. Ensino de língua inglesa: focos em estratégias. São Paulo: Disal, 2012.

5. SILVA, Andrea Stahel M. da. Passaporte: guia de conversação (inglês). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS

Ementário: Introdução: aspectos clínicos, educacionais e sócio-antropológicos da surdez. A Língua de Sinais brasileira – Libras: características básicas da fonologia. Noções básicas de léxico, de morfologia e de sintaxe com apoio de recursos audiovisuais; Noções de variação. Praticas Libras: desenvolver a expressão visual-espacial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.
2. QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais: instrumentos de avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2011.
3. PEREIRA, Maria Cristina da Cunha; CHOI, Daniel; VIEIRA, Maria Inês; GASPAR, Priscila; [et al.]. Libras: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CARVALHO, Rosita Edler. A nova LDB e a educação especial. 4.ed. Rio de Janeiro: WVA, 2007.
2. CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte; MAURICIO, Alice Cristina L. Novo dicionário deit-Libras: sinais de A a Z. 2vols. 3.ed. São Paulo: EDUSP, 2013.
3. HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. Livro ilustrado de língua brasileira de sinais desvendando a comunicação usadas pelas pessoas com surdez. v.1. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.
4. _____. Livro ilustrado de língua brasileira de sinais desvendando a comunicação usadas pelas pessoas com surdez. v.2. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.
5. QUADROS, Ronice Müller de. Educação de surdos: aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 2008.

Tecnologia da Informação e Comunicação

EMENTA

A Tecnologia da Informação e a comunicação (evolução, histórico, conceitos); Aplicações, abrangência, fundamentos, produção cientifica, paradigmas e perspectivas das TIC; O papel estratégico da informação e dos sistemas de informação nas empresas. Internet e redes sociais: aplicações com softwares de produtividade, (processos, níveis de análise, percepções, barreiras, fluxos, redes e meios de comunicação tradicionais e inovadores); Fundamento de e-business.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. AKABANE, Getúlio K. Gestão estratégica da tecnologia da informação: conceitos, metodologias, planejamento e avaliações. São Paulo: Atlas, 2012
2. CRUZ, Tadeu. Sistemas de informações gerenciais: tecnologias da informação e a empresa do século XXI. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2009
3. REZENDE, Denis Alcides. Planejamento de sistemas de informação e informática: guia prático para planejar a tecnologia de informação ao planejamento estratégico das organizações. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2011

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. FOINA, Paulo Rogerio. Tecnologia da informação: planejamento e gestão. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2013
2. LAUDON, Kenneth C. Sistema de informações gerenciais. 9.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009
3. ROSINI, Alessandro Marcos. Administração de sistemas de informação e a gestão de conhecimento. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012
4. SILVA FILHO, Cândido Ferreiro da; SILVA, Lucas Frazão (Orgs.) Tecnologia da informação e gestão do conhecimento. 2.ed. São Paulo: Alínea, 2013
5. TURBAN, Efraim, RAINER, Kelly, POTTER, Richard. Introdução a sistemas de informação: uma abordagem gerencial. 6.ed. Porto Alegre: Bookman, 2010

Terapias Integrativas e Complementares

A disciplina apresenta o estudo dos fundamentos básicos das terapias integrativas e complementares, enfatizando as técnicas diagnósticas e terapêuticas que possuem maior aplicabilidade à prática fisioterapêutica.

Bibliografia Básica

1. ZHUFAN, Xie. Prática da medicina tradicional chinesa. São Paulo: Icone, 2008
2. CALERI, Donati. Medicina chinesa viva: a arte e a singularidade, São Paulo: Icone, 2013
3. VIEIRA, Mario Sergio Rossi Acupuntura e medicina integrativa: sabedoria milenar, ciência e bem estar. São Paulo: MG, 2017

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. SILVEIRA-LOPES, Sandra. Atlas de auricoloterapia de A a Z. 2.ed. São Paulo: OMNIPAX, 2017
2. MACIOCIA Giovanni. Os Fundamentos da Medicina Chinesa. 3.ed. São Paulo: Roca, 2017.
3. MEYER, Sophie. Técnicas de massagem: aprimorando a arte do toque. São Paulo: Manole, 2010
4. GERBER, Richard. Medicina vibracional: uma medicina para o futuro. São Paulo: Cultrix, 2012
5. BAHR, Frank R.; CENTMAYER-BUSCHE, K.; DORFER, L. [et.al.] Tratado de acupuntura clássica. São Paulo: Roca, 2012

Tópicos Especiais I

EMENTA

Áreas de atuação em destaque para a Farmácia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIACAS

Artigos científicos com Qualis CAPES e/ou com alto Fator de Impacto.

Tópicos Especiais II

EMENTA

Áreas de atuação em destaque para a Farmácia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIACAS

Artigos científicos com Qualis CAPES e/ou com alto Fator de Impacto.

1.6 Metodologia

Metodologia de Ensino

Quando pensamos nos aspectos metodológicos no Ensino Superior, destacamos três importantes pontos: o primeiro diz respeito a relação entre a qualidade de ensino e o trabalho docente que se realiza na sala de aula, uma vez que a essência do que acontece nas instituições superiores deriva do sucesso e da qualidade da aprendizagem dos alunos. O objetivo final da ação docente é sempre que os alunos aprendam mais e melhor. Este aspecto nos remete a um segundo, que diz respeito a essência da atividade docente. O foco nuclear da prática pedagógica é a aprendizagem do aluno, resultado de uma atividade intelectual e prática, realizada pelo aluno, a partir da mediação do professor, dos livros, do material didático dos colegas de classe. Enfim aprender não é nunca um ato solitário é sempre uma ação coletiva e multifacetada.

O terceiro aspecto se refere aos aspectos específicos da aprendizagem universitária. O ensino universitário, por seu caráter distinto, não pode reduzir seu propósito a apropriação de técnicas e de conceitos para um exercício profissional futuro, a própria dinâmica de um mundo em constante mudança não nos permite pensar assim. Para além disso o ensino universitário deve acima de tudo ensinar a pensar, ensinar o aprender a aprender. Mais do que isto, pensamos que o ensino superior deve adotar outra lógica epistemológica que favoreça a ruptura com modelos disciplinares fechados em si mesmos. Assim, as metodologias de ensino, entendidas como o caminho da mediação entre o sujeito cognoscente e o objeto do conhecimento, deve favorecer a aproximação desses dois pólos a partir de mediações qualitativas que permitam ao aluno a construção do conhecimento tendo em vista a formação das competências que se deseja no perfil de cada curso de graduação.Diante disto, a metodologia não é tão somente o conjunto de técnicas de ensino, mas sim, possíveis caminhos, possíveis maneiras de conceber e construir o conhecimento, possíveis visões do aluno, da aprendizagem, da educação e do mundo.

Nesta perspectiva tal qual preconiza o PDI (Projeto de Desenvolvimento Institucional) e o PPC (Projeto Pedagógico do Curso) a metodologia adotada peloCEUNI-FAMETRO, apoia-se nos seguintes princípios:

I. Alunos e professores formam uma comunidade educativa de aprendentes.

II. A sala de aula é um espaço privilegiado de vivências e experiências de aprendizagem entre sujeitos do processo de construção de conhecimento.

III. O conhecimento é sempre multideterminado, portanto o ato de ensinar deve apoiar-se na interdisciplinaridade, na transversalidade e na educação para os direitos humanos.

IV. A prática pedagógica docente deve ser sempre uma ação endereçada e interessada.

Considerando que os métodos de ensino constituem um ponto fundamental do planejamento da disciplina e do planejamento das aulas, propomos que os mesmos devem conter uma visão dialógica do processo de construção do conhecimento, a metodologia de ensino assim delineada deve buscar:

I. Superar as aulas meramente expositivas por aulas dialógicas, seminários, debates e mesas-redondas, onde se procurará estimular o aluno a atividades individuais e coletivas de construção do conhecimento, e não a assimilar um conjunto de saberes, como usualmente acontece;

II. Conferir maior ênfase aos trabalhos de pesquisa extraclasse para as diversas disciplinas do curso, sendo sugerido que os docentes possam exigir, sempre que possível, a realização de trabalhos e artigos de conclusão das disciplinas;

III. Recorrer à utilização de recursos multimídias postos à disposição dos professores na Instituição, através de mecanismos que, preferencialmente, o aproximem da atividade profissional a ser futuramente desempenhada;

IV. Valer-se das Tecnologias da Informação como ferramenta de multiplicação do saber.Neste sentido a orientação metodológica para o desenvolvimento das atividades de ensino/aprendizagem perpassa fundamentalmente pela superação dos modelos centrados essencialmente nas aulas expositivas, tendo em vista a necessidade de desenvolver o perfil do egresso do curso.

Neste sentido, outras técnicas de ensino devem ser incorporadas para que os objetivos, as competências e as habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico possam se consolidar.

Assim está indicado que o professor assuma o conhecimento dentro de uma perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar, que incorpore técnicas e atividades variadas no dia a dia da sala de aula, que realize o planejamento e a organização de situações didáticas que privilegiem o aluno como protagonista da construção do saber e que por fim demonstre a importância do papel social de todos na construção de uma sociedade mais justa a partir de uma inserção consciente e cidadã no mundo do trabalho.

O CEUNI-FAMETRO adota como referência a Norma Brasil 9050, Associação Brasileira de Normas Técnicas, que trata da acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências e Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos. Atende, ainda, à Portaria MEC nº 3.284 de 07 de novembro de 2003 e o Decreto 5296/2004. Neste sentido, no que se refere aos alunos com deficiência física, o CEUNI-FAMETRO apresenta as seguintes condições de acessibilidade:

i) Livre circulação dos estudantes nos espaços de uso coletivo (eliminação de barreiras arquitetônicas);

I. Vagas reservadas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviços;

II. Rampas com corrimãos, facilitando a circulação de cadeiras de rodas;

III. Portas e banheiros adaptados com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;

IV. Barras de apoio nas paredes dos banheiros;

V. Sinalização de atendimento prioritário.

Em relação aos alunos com deficiência auditiva, o CEUNI-FAMETRO está igualmente comprometido ao proporcionar intérpretes de Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS, especialmente quando da realização de provas ou sua revisão, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno; flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico; aprendizado de língua portuguesa, principalmente, na modalidade escrita (para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado); materiais de informações aos professores para que se esclareça a especificidade lingüística dos surdos.

Neste contexto, o CEUNI-FAMETRO tem atendido às condições de acesso para as pessoas com necessidades especiais, conforme preconiza o Decreto 5.296 de 2 de dezembro de 2004.

Outro aspecto relevante no campo metodológico referente à acessibilidade pedagógica e atitudinal, acerca desta questão que vale a pena destacar é o da ACESSIBILIDADE. O aumento crescente no número de Estudantes com necessidades educativas especiais e de atendimento pedagógico diferenciado tem demandando das instituições de ensino superior a implantação e a consolidação de políticas de inclusão e de acessibilidade, que estão para além de garantir o acesso as instalações físicas das IES, mas que sejam ofertados todo um conjunto de ações que garantam que estes alunos estejam inclusos em condições excelentes de aprendizagem e desenvolvimento.

Tendo como base um vasto conjunto de leis, orientações e recomendações expressas em documentos publicados pelo Governo Federal e mais especificamente pelo Ministério da Educação, o conceito de acessibilidade vem sendo ampliado, fazendo com que as ações desenvolvidas pelas IES se tornem cada vez mais variadas e, por certo, também mais complexas. Neste sentido, o conceito de acessibilidade exige a formulação de políticas institucionais, das quais emergem ações articuladas no âmbito pedagógico e da gestão.

Sendo assim a acessibilidade e a inclusão passam a ser integrantes de outro conceito fundamental que é o da Responsabilidade Social, conforme preconiza o documento REFERENCIAIS DE ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A AVALIAÇÃO IN LOCO DO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES), publicado em 2013. Como indicado neste documento especificamente a responsabilidade social ultrapassa a perspectiva do compromisso para se tornar um dever constituindo a essência de ser das instituições de ensino superior. Citando a Lei do SINAES, a finalidade de uma instituição de educação superior deve ser a de promover:

(…) a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (Lei nº 10.861/04 – SINAES).

É neste sentido que o CEUNI-FAMETRO, concebeu o seu Programa Institucional de Acessibilidade e Inclusão, observando Decreto nº 5.296/2004, onde as Barreiras de Acessibilidade no campo das edificações, na dimensão urbanística, de transportes, de comunicação e de informações devem ser retiradas e ainda no campo da acessibilidade atitudinal/pedagógica para onde devem convergir todos os esforços para garantir acesso ao currículo onde haja:

I. Adequação nos materiais didáticos e pedagógicos,

II. Adequação nos mobiliários e equipamentos,

III. Adequação de objetivos,

IV. Adequação de conteúdos,

V. Adequação de métodos e didática,

VI. Adequação nas avaliações,

VII. Adequação de tempo,

Estas adequações, por sua vez, encontram respaldo legal principalmente no Decreto n° 3.298/1999, o qual afirma que as instituições de ensino superior deverão oferecer adaptações de provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno portador de deficiência, inclusive tempo adicional para realização das provas, conforme as características da deficiência.E também no conceito de acessibilidade como a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida presente no Decreto nº 5.296/2004.

Para o CEUNI-FAMETRO, a acessibilidade pedagógica entende que a comunidade universitária deve desenvolver medidas pedagógicas diferenciadas, compreendendo que as necessidades educacionais são específicas, podendo ser permanentes ou temporárias, a ser consideradas as seguintes características dos/as alunos/as com:

I. Altas Habilidades e superdotação;

II. Deficientes Físicos, Intelectuais, Sensoriais e Múltiplos;

III. Transtornos Mentais, Distúrbios de Humor e outras situações classificadas pelo CID ou DSMV-TR;

IV. Transtornos Globais;

V. Alterações orgânicas como insuficiências;

Neste sentido, nosso programa defende acessibilidade integral enquanto prática institucional entendendo como um dos fundamentos das práticas pedagógicas e de gestão no ensino superior, considerando, especificamente no campo da acessibilidade pedagógica, as seguintes ações:

1)Mapeamento das necessidades dos estudantes: preenchimento de ficha cadastral; registro de observação em sala de aula; registro de impressões dos professores; registro das impressões dos próprios acadêmicos; mapeamento de estudos e rotina realizados.

2) Orientação aos coordenadores de cursos e professores.

3) Encaminhamento/solicitação de adequações didático-pedagógicas.

5) Encaminhamento de adequações de materiais didáticos.

6) Promoção de cursos, palestras e eventos de capacitação.

7) Trabalho colaborativo com outros profissionais.

8) Os estudantes e servidores surdos são acompanhados por profissional intérprete de LIBRAS.

9) Empréstimos de materiais para estudantes e servidores: notebooks, gravadores, lupas e ampliadores eletrônicos, bengala.

Atividades Pedagógicas

Para fazer valer os princípios metodológicos aqui explicitados, indicamos como técnicas de ensino, o uso de:

I. Aulas Expositivas Dialogadas: a aula expositiva dialogada deve permitir que a partir da exposição realizada o aluno possa interagir com o conteúdo sendo provocado, a partir das questões apresentadas pelo professor. Mais do que expor um assunto numa perspectiva definida e acabada, o professor deve a partir do que apresenta indagar o aluno, para que a partir do que este já sabe, avançar na construção de um novo conhecimento. Neste sentido o professor deve sempre iniciar sua exposição a partir de uma pergunta problematizadora que tenha o poder de mobilizar o já sabido em direção ao não-sabido

II. Aulas Expositivas dialogadas com uso de recursos audiovisuais: semelhante ao processo da aula expositiva, esta diferencia-se da primeira por incluir recursos audiovisuais na dinâmica da exposição. Esses recursos audiovisuais podem ser desde o uso do Datashow com projeções de imagens ou textos, até a apresentação de pequenos vídeos, ou trechos de filmes, músicas, manchetes de jornais, trechos de programas de

televisão, telejornais, ou seja, as possibilidades do trabalho pedagógico são ampliadas pela quantidade significativa de informações que os professores podem acessar e apresentar, encontrando neste recurso os elementos problematizadores para a partir de então inserir os elementos teóricos necessários a reflexão.

III. Atividades em grupo tais como seminário; painel integrado; grupos de observação e de verbalização: estas atividades além de favorecerem a construção do conhecimento e o aprendizado de conteúdos conceituais, são também excelentes fontes para o desenvolvimento de competências e conteúdos atitudinais, para que isso aconteça, estas devem ser muito bem preparadas, devendo ter seus objetivos e procedimentos claros e compartilhados com os alunos. Estas atividades conferem bastante dinamismo à sala de aula, além de serem excelente fonte de construção coletiva de conhecimento.

IV. Estudos Dirigidos: os estudos dirigidos privilegiam as habilidades destinadas fundamentalmente a capacidade de leitura e escrita, devendo também ser objeto de planejamento do professor, onde a partir de um texto ou conjunto de textos, localiza as informações pertinentes ao estudo, sinalizando onde deseja que os alunos realizem o devido aprofundamento.

V. Exercícios de Fixação de Conteúdos: realização de exercícios teóricos para a fixação de conteúdos, ou treino de habilidades específicas.

VI. Estudos de Caso: realização de estudos como um problema que reproduz os questionamentos, as incertezas e as possibilidades de um determinado contexto mobilizando conhecimentos para a tomada de decisão. O processo de chegar a uma decisão, por meio da análise e discussão individual e coletiva das informações expostas no estudo de caso, promove o raciocínio crítico e argumentativo dos alunos. Em função dessas características, o caso é considerado um valioso instrumento pedagógico, que desafia o aluno a raciocinar, argumentar, negociar e refletir – habilidades bastante demandantes do ponto de vista cognitivo e social.

VII. Elaboração de Projetos de Ação ou de Investigação: elaboração, desenvolvimento e aplicação de ações ou ainda realização de pesquisas acerca de temas relativos às disciplinas do currículo que por sua relevância mereçam aprofundamento.

VIII. Visitas Técnicas: visitas em espaços externos que promovam a integração entre conteúdos teóricos e práticos, possibilitando ao aluno a integração entre aquilo que se sabe sobre um determinado conhecimento e aquilo que se produz a partir desse conhecimento.

IX. Atividades de Extensão: atividades que proporcionem a execução de atividades na comunidade externa a partir de conteúdos aprendidos e produzidos no transcurso da graduação favorecem a integração de conhecimentos em caráter interdisciplinar e transversa, além de proporcionar excelente articulação entre teoria e prática.

X. Atividade de Pesquisa: atividades de pesquisa em torno de situações que mereçam aprofundamento de estudos e que possam contribuir para a o desenvolvimento do espírito científico, para a consolidação da aprendizagem e desenvolvimento das competências explicitadas no Projeto Pedagógico do curso.

XI. Atividades Práticas Supervisionadas em Laboratórios ou Espaços Externos: atividades de aplicação de conhecimentos ou de treinos de habilidades no sentido da integração entre teoria e prática que podem ser simuladas quando realizadas em laboratório, ou reais quando realizadas em espaços externos à instituição.

XII. Workshops ou Oficinas Pedagógicas: a partir de um conceito ou um problema, o professor proporciona a interação e a troca de experiências em sala de aula, tendo em vista a elaboração de um produto. Este produto pode ser desde um produto material, quanto um produto conceitual. O sentido do Workshop e das Oficinas pedagógicas e o aprender fazendo, ou seja, integrando teoria e prática mediadas pelo professor com vista a alcançar um objetivo comum.

XIII. Jogos; Gincanas; Feiras e Exposições Temáticas: realização das atividades em grupo que tenham como objetivo o exercício de algum conhecimento específico, o treino de uma habilidade ou a exposição do produto final de uma aprendizagem consolidada pelos alunos.

XIV. Minipalestras: integração dos alunos com profissionais da área no sentido de atualização do conhecimento a partir da abordagem de temas atuais pertinentes ao exercício da profissão. As minipalestras devem ser realizadas em sala de aula, e deve priorizar conhecimentos atuais e inovadores.

XV. Círculo de debates ou discussões: atividades de sala de aula, orientadas e mediadas pelo professor que deve organizá-la de modo a favorecer a participação de todos os envolvidos. Estas atividades podem ser realizadas como forma de socialização do conhecimento a partir da leitura de textos, ou de qualquer outra atividade que tenham os conceitos teóricos como fundamento. Nestas atividades os professores têm a excelente oportunidade de promover o desenvolvimento da autonomia do pensamento, da capacidade de argumentação e de negociação para a criação de consensos.

XVI. Elaboração de paper/artigos científicos; resumos, resenhas e textos escritos argumentativos ou dissertativos: atividades que devem considerara a capacidade de integração conceitual dos alunos, além de excelentes oportunidades para o exercício da capacidade de articulação de conceitos e de treino das capacidades de leitura e escrita dos alunos.

Metodologia das atividades interdisciplinares e transversais

Neste cenário há ainda que se considerar o trabalho transversal necessário com as temáticas voltadas para as questões étnico-raciais e aquelas relativas à educação ambiental. Neste sentido é previsto que a abordagem destes temas se realize de maneira transversal nos currículos da graduação promovendo discussões que ressaltem a importância da compreensão de tais temáticas no contexto geral da formação dos alunos. Isto significa afirmar que tais abordagens dar-se-ão na oportunidade do desenvolvimento das disciplinas do curso, sendo contemplada, como mecanismo de reflexão e de sensibilização para as discussões sociais que essas implicam.

Metodologia da Educação para os Direitos Humanos

Esta ocorre como conteúdo específico de disciplinas da grade e também como disciplina optativa, cujo ementário trata dos princípios de: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; e sustentabilidade socioambiental.

Direitos Humanos são, modernamente, entendidos como aqueles direitos fundamentais que o homem possui pelo fato de ser homem, por sua própria natureza humana, pela dignidade que a ela é inerente. São direitos que não resultam de uma concessão da sociedade política. Pelo contrário, são direitos que a sociedade política tem o dever de consagrar e garantir. O conceito de “Direitos Humanos” resultou de uma evolução do pensamento filosófico, jurídico e político da Humanidade. O retrospecto dessa evolução permite visualizar a posição que o homem desfrutou, aqui e ali, dentro da sociedade, através dos tempos.

Mas a ressalva maior está no que condiz ao sistema de ensino. Este deve ter uma responsabilidade de enquadrar-se na formação do Estado Democrático, pois o sistema de ensino deve contemplar a formação do cidadão, desenvolvendo uma visão moderna e bem fundamentada dos direitos civis, políticos e sociais, e também uma consciência mais abrangente dos direitos humanos.

Frente a pergunta de como abarcar o ensino e aprendizagem dos Direitos Humanos no sistema educativo, alinham-se diversas respostas, pois por um lado estão todas aquelas que podem denominar-se de incorporação dos conteúdos. Estas consideram que é suficiente a inclusão desta temática em alguma das disciplinas existentes, ou, no máximo, o estudo de uma disciplina específica, para que os acadêmicos logrem os objetivos que, sobre este aspecto, orientam a ação do sistema educativo.

Duas objeções podem ser formuladas a esta postura. Uma delas consiste em que atrás desta posição, existe uma concepção meramente declaratória, nominalista, dos Direitos Humanos, que os reduz a um conjunto de informações cuja formulação é suficiente para assegurar sua existência real. Por outro lado, se fundamenta na difundida crítica que se faz dos sistemas educativos em relação ao enciclopedismo curricular. O conjunto de temas ou disciplinas reforça este enciclopedismo e torna mais questionável a ação das instituições de ensino.

O temadireitos humanos e cidadania assume papel importante em nossa sociedade, principalmente através das transformações ocorridas nos últimos séculos. A noção de cidadania foi fortalecida, e ganhou novo significado a partir da Constituição Federativa de 1988 que reforçou a ideia de cidadãos como sujeitos sociais ativos que contribuem para o desenvolvimento de um Estado Democrático Social de Direito.

A educação está intimamente ligada à cidadania, desde o ensino primário até o superior, pois é neste cenário imbuído de significação que são apresentados aos estudantes o real valor em ser cidadão. Desta maneira trabalha-se para despertar no aluno este anseio em se tornar um ser partícipe das transformações sociais. A educação torna-se o pilar para o desenvolvimento e crescimento do sujeito como cidadão, assim:

A educação para a cidadania e os programas educacionais voltados para esse fim pressupõem a crença na tolerância, a marca do bom senso, da razão e da civilidade que faz com que os homens possam se relacionar entre si. Pressupõem também a crença na

possibilidade de formar este homem, ensinando a tolerância e a civilidade dentro do espaço e do tempo da escola.

Os Direitos Humanos e Fundamentais constituem o pilar para a organização de um sistema constitucional e do próprio Estado. As normas constitucionais elaboradas pelo Estado para a organização da sociedade têm como alguns de seus fundamentos a cidadania e a dignidade da pessoa humana. A consolidação de tais direitos eleva a condição do cidadão que vive em uma sociedade e zela pelo respeito mútuo. É de grande importância o reconhecimento, pelos cidadãos de seus direitos visto que desta maneira os mesmos podem lutar por melhorias na qualidade de vida.

Ao exercer o papel de cidadão na sociedade, o sujeito visa participar da efetivação dos direitos que o tutelam e da afirmação dos Direitos Humanos e Fundamentais. Desta forma a educação passa a ter um papel essencial no conhecimento e construção de tais Direitos.

Assim, se o conhecimento dos Direitos Humanos deve ser divulgado na sociedade, tanto mais se deve exigi-lo quando se trata de estudantes do ensino superior pois estes, em face de sua posição privilegia da na sociedade brasileira, devem conhecer a fundo seus direitos e buscar seu reconhecimento na sociedade. Tratar da questão dos Direitos Humanos significa não apenas defender os direitos próprios, é também buscar a defesa dos direitos que envolvem a sociedade como um todo.

Certos desse propósito o CEUNI-FAMETRO, atendendo o chamado de sua vocação institucional expressa na sua missão institucional, a Educação para os Direitos Humanos será ofertada como prevê os termos legais, conforme dispõe as Diretrizes Nacionais em Direitos Humanos CNE/CP No. 08 de 06/03/2012, em formato de uma disciplina “Educação e Direitos Humanos” com carga horária de 66hs, em regime optativo no curso de farmácia.

Ademais, o CEUNI-FAMETRO já vem desde 2013, trabalhando com a Temática das Relações étnico-raciais e indígenas no formato dos projetos transversais, fato que reafirma o compromisso institucional da IES com o desenvolvimento de competências atitudinais em nossos alunos como nosso contributo para a formação de uma sociedade mais justa, igualitária e tolerante para com as diferenças.

Aulas Práticas

Tendo em vista a necessidade de atender aos requisitos da formação acadêmica,os alunos participam de experiências de articulação entre teoria e prática referentes aos conhecimentos específicos da área em atividades laboratoriais desenvolvidas internamente e estendem-se para as atividades de visitas técnicas e oficinas pedagógicas, além de estágio curricular supervisionado em campo de atividade profissional.

As aulas práticas, as visitas técnicas, as oficinas pedagógicas, assim como os estágios, são atividades acadêmicas monitoradas em campo por professores e/ou supervisores que realizam o acompanhamento dos alunos na realização das atividades. Sendo, portanto, assim definidas:

I. As Aulas Práticas: realizam-se preferencialmente nos laboratórios, nas instalações do CEUNI-FAMETRO e atendem a diferentes componentes curriculares, sobretudo das disciplinas específicas do curso.

II. As Visitas Técnicas: consistem no propósito de levar o aluno ao local de uma atividade profissional relacionada à sua formação, para que o mesmo possa aprofundar sua percepção sobre as rotinas profissionais a partir do conhecimento teórico obtido em sala de aula, desenvolvendo estudos, análises e avaliações.

III. Oficinas Pedagógicas: são atividades de ensino e aprendizagem realizadas em ambientes destinados ao desenvolvimento das aptidões e habilidades, mediante atividades orientadas por professores capacitados ou profissionais convidados. Nestas oficinas deverão estar disponíveis diferentes tipos de equipamentos e materiais para o ensino ou aprendizagem, nas diversas modalidades do desempenho profissional, podendo ocorrer em espaços da instituição ou fora dela.

1.7 Estágio Curricular Supervisionado

Forma de Orientação do Estágio Curricular Supervisionado

Atendendo os preceitos legais, as práticas são consideradas como uma forma de complementar o ensino e a aprendizagem acadêmica subsidiando a formação profissional e devem ser: “planejadas, executadas, acompanhadas e avaliadas em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, a fim de se constituírem em

instrumentos de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano".

A prática profissional é estabelecida para permitirão estudante qualificar seu processo de formação ao longo do curso. Nesse sentido, a prática profissional no Centro Universitário FAMETRO pode ser realizada tanto no ambiente interno da Instituição, quanto na comunidade, mas de forma que estabeleça interação com essa comunidade.

No Centro Universitário FAMETRO, a formação do Bacharel em Farmácia incluirá como etapa integrante da graduação o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, deverá ser realizado em convênio com rede de saúde pública ou privada, e sob supervisão direta dos docentes da própria IES e/ou profissionais contratados como supervisores de Estágio. As atividades serão orientadas de forma planejada e programada conjuntamente com o(s) professor(es) da disciplina sendo submetidas a aprovação da Coordenação de Curso. A carga horária máxima do Estágio Curricular Supervisionado deverá atingir 800h.

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do Curso de Bacharel em Farmácia será realizado a partir do terceiro período até o nono período, de forma a fazer com que o aluno-estagiário compreenda a prática profissional do farmacêutico, e realize a devida articulação entre teoria e prática tendo na vivência do estágio local privilegiado para a compreensão da dinâmica das relações entre ensino e aprendizagem, em especial o ensino das Ciências Farmacêuticas.

O planejamento e supervisão e a avaliação das atividades de Estágio serão levadas a efeito por meio de professores do corpo docente, com a co-responsabilidade do Centro Universitário FAMETRO, observado o nível de formação e a etapa do curso em que se encontra o estagiário. No Centro Universitário FAMETRO, o Estágio Curricular Supervisionado para os Farmacêuticos objetiva:

- Integrar os alunos em espaços profissionais que se utilizem da aplicação do saber didático-científico na área de conhecimento, visando a elevar o nível do seu aprendizado dos nossos alunos;
- Conscientizar os futuros profissionais da importância da qualidade nos serviços que haverão de prestar;
- Melhorar o nível do ensino-aprendizagem dos processos, princípios, métodos e técnicas aplicados na área de conhecimento em questão;
- Aperfeiçoar o aprendizado mediante um maior aprofundamento técnico científico no campo de estágio;
- Oferecer ao aluno a oportunidades de conhecimento, in loco, das diferentes atividades próprias do exercício da profissão;

- Oportunizar, mediante a observação e a intervenção na prática, a articulação das informações obtidas em diversas disciplinas que integram o currículo do Curso;
- Promover o contato com pessoas, instituições e profissionais, a fim de que possa aquilatar, melhor, as necessidades e carências dos que buscam os serviços profissionais nas diversas áreas de conhecimento;
- Desenvolver atividades de prática pré-profissional, em situações reais de trabalho.

O planejamento, a supervisão e a avaliação das atividades do estágio serão levadas a efeito sob a responsabilidade do Centro Universitário FAMETRO, com a co-participação da Instituição que oferecer o campo de estágio. Os campos de estágio para os alunos do Curso serão as Instituições que firmarem convênio para este fim.

São escolhidas, preferencialmente, para campos de estágio, instituições que compõem a rede pública e privada no campo da Saúde, que possuam condições estruturais e organizacionais compatíveis com as subáreas em que deverão se desenvolver as tarefas do estagiário. A medida que os resultados do estágio forem sendo verificadas, interpretadas e avaliadas, o estagiário tomará ciência do seu perfil na ocasião. Com isso, ele próprio poderá reconhecer a necessidade:

- Da retificação da aprendizagem nos conteúdos em que revelar equívoco ou insegurança de domínio;
- Da própria reprogramação da prática.

Com vistas ao mais elevado padrão de qualidade do processo ensino-aprendizagem, o Centro Universitário FAMETRO assegura, ao aluno/estagiário, essa reorientação e reprogramação teórico prática. Os estágios são coordenados pela Coordenação de Curso em conjunto com a Coordenação de Estágio e os docentes supervisores por ela designados. Os estágios obedecem às normas Gerais dos Regimentos Interno e ao seu Regulamento próprio.

No Curso de Graduação em Farmácia o Estágio Curricular Supervisionado é cumprido pelo aluno a partir do terceiro período letivo do curso e corresponde à carga horária total de 822 horas. É observada, por parte do estagiário, a carga horária no Termo de Compromisso, documento obrigatório (Lei nº 11.788 de 25/09/2008), firmado entre a Coordenação de Estágio, Entidade Concessionária e o Estagiário, quando for o caso.

O estágio é realizado nas áreas definidas pela Diretriz Curricular do Curso de Farmácia, Resolução n° 6, de 19 de outubro de 2017: fármacos, cosméticos, medicamentos, assistência farmacêutica, análises clínicas, genéticas e toxicológicas, alimento e especificidades institucionais e regionais.

E de acordo com a diretriz curricular nacional o estágio curricular poderá ser realizado na Instituição de Ensino Superior e/ou fora dela, em instituição/empresa credenciada, com orientação docente e supervisão local, devendo apresentar programação previamente definida em razão do processo de formação.

Forma de Supervisão do Estágio Curricular Supervisionado

Nessas disciplinas, o aluno observa e atua como profissional, sob supervisão, permitindo que o aluno complete a sua formação generalista. Com vistas ao mais elevado padrão de qualidade do processo ensino-aprendizagem, o Centro Universitário FAMETRO assegura, ao aluno/estagiário, essa reorientação e reprogramação teórico prática.

Forma de Coordenação do Estágio Curricular Supervisionado

Os estágios são coordenados pela Coordenação de Curso. Os estágios obedecem às normas Gerais dos Regimentos Interno e ao seu Regulamento próprio.

REGULAMENTO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1. Tendo em vista a consolidação do perfil do egresso das Diretrizes Curriculares Nacionais, o Estágio Supervisionado é uma atividade de capacitação indispensável para a formação profissional, pois, objetiva a integração do conhecimento teórico com a realidade prática nas diversas áreas de atuação. Como importante instrumento da formação acadêmica deve possibilitar a articulação entre o pensar e o agir, da teoria e da prática, constituindo-se como um momento privilegiado do processo ensino e aprendizagem e de desenvolvimento profissional.

II - DA LEGISLAÇÃO

Art. 2. O presente instrumento tem como fundamento a legislação abaixo relacionada:

I) Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, publicada no DOU de 26.09.2008;
II) Lei 9.394 de 20 de 20 de dezembro de 1996 Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Artigo 82).
III) Resolução n° 6, de 19 de outubro de 2017 Diretriz Curricular do Curso de Farmácia.

III - DA DEFINIÇÃO

Art. 3. Considera Estágio Curricular como ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido em ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo dos estudantes que estejam frequentando o ensino regular, em instituições de educação superior, de educação profissional, conforme Projeto Pedagógico do Curso.

IV- DA CARGA HORÁRIA E DISTRIBUIÇÃO

Art. 4. O estágio supervisionado curricular é cumprido pelo aluno com carga horária total de 822 (oitocentas e vinte e duas) horas.

Estágio Supervisionado I – Estágio em Saúde Pública (especificidades institucionais e regionais) – 88 horas

Estágio Supervisionado II – Estágio em Drogarias (Fármacos e Assistência Farmacêutica) – 132 horas

Estágio Supervisionado III – Estágio em Cosmetologia (Cosméticos) – 110 horas

Estágio Supervisionado IV – Estágio em Farmácia Hospitalar (Medicamentos e Assistência Farmacêutica) – 132 horas

Estágio Supervisionado V – Estágio em Farmácia Manipulação (Fármacos e Assistência Farmacêutica) – 110 horas

Estágio Supervisionado VI – Estágio em Análises Genéticas, Toxicológicas e de Alimentos – 88 horas

Estágio Supervisionado VII – Estágio em Análises Clínicas – 162 horas

V - DOS OBJETIVOS

Art. 5. É definido como Objetivo Geral do estágio:

I) Proporcionar a experiência da atuação profissional com base nos conhecimentos teóricos fornecidos pelas disciplinas durante o ensino do curso de graduação.

Art. 6. Para o estágio são estabelecidos os seguintes Objetivos Específicos:

I) Promover a integração do aluno com o mercado de trabalho, propiciando o seu desenvolvimento profissional e acadêmico;
II) Proporcionar aos alunos condições de desenvolver suas habilidades, analisar criticamente situações e propor mudanças no ambiente organizacional;
III) Promover a transição da passagem da vida profissional abrindo aos estagiários oportunidades de conhecer a tecnologia, diretrizes, organização e funcionamento das instituições;
lV) Possibilitar a aplicação das competências adquiridas ao longo do curso em situações reais;
V) Incentivar o desenvolvimento das potencialidades individuais, propiciando surgimento de profissionais empreendedores, capazes de implantar novas técnicas, métodos e processos inovadores;
VI) Consolidar o processo ensino-aprendizagem e incentivar a busca do aprimoramento pessoal e profissional;
VII) Permitir ao aluno correlacionar conhecimentos teórico-práticos já construídos à realidade social;
VIII) Permitir ao aluno vivenciar o cotidiano das diversas instituições visando conhecer os problemas técnicos, científicos, econômicos, políticos e humanos existentes nestes ambientes;
IX) Favorecer a participação do aluno em atividades de pesquisa.

VI - DA ORGANIZAÇÃO

Art. 7. A disciplina Estágio Supervisionado Obrigatório é oferecida para os acadêmicos do 3º ao 9º, Semestres do Curso de Graduação em Farmácia, subdivididos de acordo com a Resolução n° 6, de 19 de outubro de 2017 Diretriz Curricular do Curso de Farmácia.

O acadêmico estagiário deve, obrigatoriamente, cursar todos os ciclos previstos na disciplina, e avaliado em todas as suas etapas, sendo, ao final de cada uma, atribuída uma nota. Ao término desse processo, é obtida uma média final de todas as etapas

cursadas, que deverá ser igual ou maior que 5,0 (cinco) para fim de aprovação na disciplina.

Os grupos são formados pela divisão aleatória do conjunto de alunos matriculados na disciplina, respeitando a relação de, no máximo 10 alunos por preceptor. A seguir, será designada uma área de concentração para cada grupo. No último dia de cada ciclo, haverá entrega de notas e rodízio entre os grupos, dando início a um novo ciclo. Ao final do Estágio, todos os grupos deverão passar por todas as áreas de concentração.

Art. 8. Os Estágios serão organizados sob a supervisão da Coordenação de Curso e orientação e supervisão do professor de estágio.

Art. 9. Fica a cargo da coordenação do curso a escolha da organização para realização do estágio.

Art. 10. Os estágios ocorrerão somente após convênios firmados entre as instituições privadas e/ou públicas e o Centro Universitário FAMETRO.

Art. 11. O Estágio Supervisionado Obrigatório do Curso de Bacharelado em Farmácia será integralizado após o aluno/estagiário cumprir a carga horária em todas as áreas de concentração.

I. Não haverá prorrogação nem antecipação do Estágio Supervisionado Obrigatório, devendo o aluno/estagiário concluir a programação dentro do prazo estabelecido;
II. O aluno/estagiário que, por qualquer motivo, deixar de frequentar a uma área de atuação, não poderá concluir o curso enquanto não cumprir a carga horária da mesma.
III. Não será permitido ao aluno/estagiário a interrupção ou abreviamento do Estágio Supervisionado Obrigatório do Curso.
IV. Serão considerados feriados (dias sem atividades) somente os que constam do calendário oficial da IES.
V. Cada aluno/estagiário deverá, diariamente, por ocasião de sua entrada e saída, assinar o livro ponto de frequência que ficará sob a responsabilidade do Professor Supervisor da área de atuação.
VI. Será dada uma tolerância de 10 (dez) minutos de atraso no registro da frequência diária. Após esse prazo, o aluno será considerado ausente para fins de registro de presença, acarretando em falta no 1◦ tempo de aula e perda de ponto no critério pontualidade.

VII. Todo horário não cumprido (atraso, saída antes do término das atividades, falta justificada) deverá ser comunicado com antecedência, por escrito, ao Professor Supervisor da área de atuação.

VIII. A justificativa à falta só será aceita pelo Professor Supervisor, mediante abono de faltas segundo os critérios previstos em Lei.

IX. A pontualidade, a assiduidade e a participação serão consideradas como fatores de avaliação do aluno/estagiário.

X. Para prevenção de diversas patologias, todos os alunos deverão atualizar suas carteiras de vacinação (tríplice do adulto, tétano, hepatite, febre amarela) e apresentá-las ao Professor Supervisor para conferência.

Art. 12. Para realização dos estágios o aluno deverá estar devidamente matriculado no curso.

Art. 13. O estágio curricular não estabelece vínculo de qualquer natureza devendo o estagiário estar segurado contra acidentes pessoais.

VII - DA REALIZAÇÃO

Art. 14. Os horários de estágio curricular obedecerão à dinâmica de funcionamento da Instituição onde estiverem ocorrendo, respeitando a carga horária diária.

Art. 15. Os estágios curriculares são considerados disciplinas componentes da grade curricular contendo frequência e avaliação devidamente regulamentada em cada curso.

VIII - DAS FUNÇÕES

Art. 16. Do Coordenador do curso:

a) Contatar as instituições potencialmente concedentes de estágio, escolhidas pela própria IES ou sugerida pelos alunos;
b) Solicitar os convênios com instituições públicas e/ou privadas para a realização dos estágios;
c) Realizar reuniões periódicas com os preceptores de estágio, com o objetivo de manter um processo contínuo de avaliação das atividades desenvolvidas;

d) Participar de decisões quanto a questões extra-normativas ocorridas no decorrer dos estágios curriculares do curso;
e) Receber ao final de cada semestre dos preceptores de estágio os processos individualizados de cada estagiário, que se constituem na documentação comprobatória da realização do estágio curricular;

Art. 17. Preceptor de Estágio:

a) Fornecer todos os formulários referentes ao estágio supervisionado aos alunos no início do semestre;
b) Supervisiona as atividades e frequências dos alunos do estágio supervisionado;
c) Realizar a escala de tarefas dos alunos regularmente;
d) Redimensionar a escala de atividades dos alunos quando julgar conveniente;
e) Zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de normas;
f) Estimular a participação dos alunos para a avaliação das práticas realizadas;
g) Avaliar o desempenho do aluno nas atividades propostas pelo plano de ensino de estágio;
h) Participar das reuniões e atividades programadas pelo Coordenador do Curso;
i) Comunicar por escrito, imediatamente à coordenação do curso qualquer ocorrência que possa prejudicar o bom relacionamento entre a instituição conveniada e o Centro Universitário FAMETRO;
j) Realizar o fechamento do diário com as notas e número de faltas dos estagiários ao final do semestre.
k) Exigir do estagiário a apresentação periódica, em prazo não superior a seis meses, de relatório final das atividades de estágio;

IX - DAS OBRIGAÇÕES

Art. 18. Da parte concedente:

I) Celebrar convênio e Termo de Compromisso de Estágiopara realização do Estágio Curricular;
II) Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao estagiário, atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
III) Indicar funcionário de seu quadro de pessoal, para a função de Supervisor, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no

transcurso do estágio, para orientar e acompanhar os estagiários, assim como assinar a documentação relativa à comprovação do estágio curricular;

IV) Conceder vagas de estágio curricular sobre a forma de treinamento, dentro de suas possibilidades e limites, aos estagiários que estiverem em condições de estagiar, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso e encaminhado pela IES;

V) Facilitar o acesso do coordenador e/ou professor orientador do CEUNI-FAMETRO aos locais destinados ao estágio;

VI) Informar aos estagiários sobre os regulamentos internos da concedente informando os das sanções cabíveis, em caso de descumprimento;

VII) Manter em seu arquivo toda a documentação comprobatória da concessão do campo de estágio para fins de fiscalização;

VIII) A jornada de atividades de estágio curricular deverá ser cumprida, conforme legislação vigente;

IX) Aplicar ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho.

Art. 19. Do estagiário:

I) Cumprir, com eficiência e eficácia, as tarefas que lhe forem pertinentes, exercitando o espírito de equipe junto a Concedente;

II) Respeitar as normas regimentais e disciplinares estabelecidas no local de estágio;

III) Informar ao Preceptor de Estágio as dificuldades encontradas e os problemas relativos ao Estágio Supervisionado;

IV) Comparecer, pontual e assiduamente, ao local de estágio;

V) Vestir-se adequadamente e usar os equipamentos de segurança e proteção necessários ao exercício das atividades de estágio;

VI) Elaborar e entregar, dentro dos prazos fixados, os relatórios de avaliação de estágio.

VII) Observar e cumprir com rigor o cronograma de atividades, as normas gerais e a carga horária pré-estabelecidas para a frequência

VIII) Zelar pelo patrimônio das instituições conveniadas;

IX) Observar os princípios da ética profissional durante o desenvolvimento das atividades diárias;

X) Atuar com iniciativa, conhecimento e habilidade na resolução das atividades teóricas e práticas que se apresentarem;

XI) Comunicar com antecedência, de no mínimo 24 horas, eventuais faltas decorrentes de situações previsíveis;

XII) Participar efetivamente das reuniões de orientação e das entrevistas individuais ou coletivas;
XIII) Comunicar imediatamente, por escrito ao professor orientador qualquer ocorrência durante o desenvolvimento das atividades do estágio;
XIV) Assinar e fazer cumprir o termo de compromisso de estágio, obedecendo as suas cláusulas.

X - DAS AVALIAÇÕES

Art. 20. A avaliação será realizada através do acompanhamento sistemático do aluno pelo professor orientador, no desenvolvimento das ações técnicas; da apreciação dos relatórios de estágio; da participação ativa e contínua do aluno nas reuniões individuais e em grupo.

Art. 21. A avaliação do desempenho do aluno será efetivada em todos os momentos do processo, considerando-se os critérios específicos de cada curso, conforme seus Projetos Pedagógicos.

Art. 22. Nenhum aluno pode ser dispensado do estágio, nem mesmo os beneficiados pelo Decreto Lei nº 1044/69 e a discente gestante, beneficiada pela Lei nº 6.202/65.

Art. 23. A falta do cumprimento do estágio ou reprovação da disciplina de estágio resultará na não obtenção do grau respectivo, devendo matricular-se e cursar novamente a disciplina no período seguinte.

XI - DA DOCUMENTAÇÃO

Art. 24. São documentos necessários para registro das atividades de estágio e mesmo para avaliação e controle de frequência, os abaixo relacionados:

I) Encaminhamento de estagiário para empresa concedente (Anexo I);
II) Autorização para elaboração de estágio (Anexo II);
III) Termo de compromisso de estágio (Anexo III);
IV) Controle de frequência de estágio (Anexo IV);
V) Relatório de atividades de estágio (Anexo V).

Art. 25. O Coordenador de Curso deverá receber ao final de cada semestre, do professor orientador de estágio, os processos individuais com toda documentação de estágio dos alunos.

Art. 26. O coordenador de curso deverá regular a forma e data para que tais documentos deem entrada nas suas coordenações, bem como efetuar seu controle e arquivamento.

XII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27. O aluno deverá cumprir e comprovar o número de horas previstas para o Estágio Curricular, conforme Projeto Pedagógico do Curso. Caso não as cumpra no prazo máximo previsto para o estágio, deverá realizar o estágio novamente no período seguinte;

I) Somente após a conclusão do estágio, o aluno terá direito ao certificado ou diploma respectivo, mesmo que tenha sido aprovado em todos os componentes curriculares do Projeto Pedagógico do Curso;

II) As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo educando, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no Projeto Pedagógico do Curso;

III) Em caso de acidente envolvendo o estagiário em campo de estágio, o responsável pelo acompanhamento do estagiário deverá encaminhá-lo a Unidade de Atendimento Público mais próxima e encaminhar a Gerência da Unidade relatório descritivo do fato, bem como encaminhar os documentos relacionados às providências tomadas.

XIII CUMPRIMENTO DAS NORMAS

Art. 28. Toda falta ao cumprimento das normas deverá ser notificada por escrito pelo Professor Supervisor que a encaminhará à Coordenação de Estágio;

Art. 29. O Professor Supervisor poderá fazer advertências por escrito ao aluno que cometer infrações às Normas do Estágio, sempre que julgar necessário;

Art. 30. Os casos omissos e extraordinários deste manual serão resolvidos pela Coordenação do Estagio, juntamente com a Coordenação do Curso de Farmácia, obedecendo às resoluções e regimentos internos do CEUNI-FAMETRO e das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Farmácia do MEC.

Parágrafo Único: O desrespeito às Normas de Estágio implicará em sanções previstas no Regimento Interno do CEUNI-FAMETRO.

Anexo 1

ENCAMINHAMENTO DE ESTAGIÁRIO PARA EMPRESA CONCEDENTE

Manaus, ___ de _____ de 20__

A

NOME DA EMPRESA

A/C.: Sr. NOME DO RESPONSÁVEL

Prezado Senhor,

Estamos encaminhando, para sua seleção, o(a) discente _____que deseja pleitear uma vaga para estágio neste estabelecimento, salientando que o discente ora encaminhado está devidamente matriculado(a) sob o n.º _____ e frequentando o __º Período do Curso de Farmácia.

Atenciosamente,

_____

NOME DO COORDENADOR

Coordenador do Curso Farmácia

Anexo 2

AUTORIZAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE CONVÊNIO DE ESTÁGIO

Conforme contato realizado anteriormente entre a Coordenação do Curso farmácia do CEUNI – FAMETRO, com esta Unidade concedente de estágio, autorizamos a preparação da documentação referente ao Estágio do aluno (a): NOME DO ALUNO

INÍCIO DO ESTÁGIO:			TÉRMINO:		
HORÁRIO DO ESTÁGIO:			CARGA TOTAL:		
SÁBADO E DOMINGO		SEGUNDA À SÁBADO		SEGUNDA À SEXTA	

RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DO ESTÁGIO	
ITEM	ATIVIDADES
01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	

Manaus, __ de _____ de 20__.

ASSINATURA E CARIMBO DA UNIDADE CONCEDENTE

Anexo 3

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO

Ao ___ dia do mês de_____ de _____, na cidade de Manaus, neste ato, as partes a seguir nomeadas:

INSTITUIÇÃO DE ENSINO

O Instituto Metropolitano de Ensino através do CEUNI – FAMETRO, inscrita no CGC-MF 05.207.359/0001-58, situada a Avenida Constantino Nery, 1937- Chapada, na cidade de Manaus, doravante denominada CEUNI –FAMETRO, representada neste ato pelo Coordenador do Curso de Farmácia, Sra. _____, portador da Carteira de Identidade n°. _____.

UNIDADE CONCEDENTE

A NOME DA EMPRESA, situada a Rua ENDERECO DA EMPRESA na cidade de Manaus, representada pelo Sr.(a) RESPONSAVEL NA EMPRESA, CARGO.

ESTAGIÁRIO

O acadêmico _____, residente na _____, regularmente matriculado no Curso de Graduação em Farmácia do CEUNI – FAMETRO, de nível superior, com o n.º _____.

As partes celebram entre si este Termo de Compromisso de Estágio, convencionando-se as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O Termo de Compromisso de Estágio tem por objetivo formalizar as condições básicas para a realização de estágio curricular obrigatório, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma, conforme projeto pedagógico do Curso de Farmácia doCEUNI – FAMETRO, junto à Unidade Concedente e ao Estagiário.

CLÁUSULA SEGUNDA – O estágio é entendido como ato educativo escolar, que visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização

curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

CLÁUSULA TERCEIRA - Em decorrência do presente acordo celebra-se um Termo de Compromisso de Estágio entre o estudante, a Unidade Concedente e oCEUNI – FAMETRO, nos termos do Art. 3º da Lei 11.788/08, particularizando a relação jurídica especial existente entre o Estagiário e a Unidade Concedente, caracterizando-se a não vinculação empregatícia.

CLÁUSULA QUARTA - Ficam compromissadas entre as partes as seguintes condições básicas para a realização do Estágio:

Este Termo de Compromisso de Estágio terá vigência de PERIODO DO ESTAGIO, podendo ser cancelado a qualquer momento, unilateralmente, mediante comunicação escrita ou ser prorrogado através da emissão de Termo Aditivo;

As atividades de estágio a serem cumpridas pelo Estagiário serão desenvolvidas de segunda à sexta, e aos sábados de .....h às ....h HORARIO DO ESTAGIO (OBSERVAR QUE A JORNADA DIÁRIA DEVE SER DE, NO MÁXIMO 6 HORAS E DE 30 SEMANAIS), podendo existir alterações.

CLÁUSULA QUINTA - As atividades desenvolvidas pelo Estagiário, em caráter subsidiário e complementar, compatíveis com o contexto básico da profissão ao qual o curso se refere são:

CLÁUSULA SEXTA - As atividades descritas poderão ser ampliadas, reduzidas, alteradas ou substituídas de acordo com o desenvolvimento do estágio e do currículo, sempre dentro do contexto básico da profissão.

Parágrafo Único – O conteúdo das atividades a serem desenvolvidas pelo estagiário deverá ser compatível com sua área de formação.

CLÁUSULA SÉTIMA - No desenvolvimento do estágio, ora compromissado, caberá a Unidade Concedente:

Celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;

Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

Indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;

Contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso;

Por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

Manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;

Enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.

CLÁUSULA OITAVA - No desenvolvimento do estágio ora compromissado, caberá a Instituição de Ensino:

Celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;

Avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;

Indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;

Exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;

Zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas.

CLÁUSULA NONA - No desenvolvimento do estágio ora compromissado, caberá ao estagiário:

Cumprir, com todo o empenho e interesse, toda a programação estabelecida para seu Estágio;

Observar e obedecer às normas internas da Unidade Concedente;

Comunicar à Unidade Concedente e Centro Universitário CEUNI-FAMETRO, qualquer fato relevante ocorrido no seu estágio, inclusive e sobretudo se implicar na extinção ou suspensão do seu vínculo acadêmico;

Elaborar e entregar, semestralmente, ao CEUNI-FAMETRO para análise e avaliação, os relatórios sobre seu estágio, na forma, prazo e padrões estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA - Constituem motivos para a interrupção da vigência do presente Termo de Compromisso de Estágio:

A conclusão ou abandono do curso e o trancamento de matrícula;

O não cumprimento do conveniado neste Termo de Compromisso de Estágio;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Os casos omissos neste Termo de Compromisso serão resolvidos pelas disposições da lei n° 11.788/08 e de seu regulamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – As partes elegem o foro da Comarca de Manaus/AM, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Termo de Compromisso, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Em acordo inteiro e comum com as condições do Termo de Compromisso de Estágio, as partes assinam o referido termo em três (03) vias de igual teor.

Manaus (AM), ___ de _____ de 20__.

_____

NOME DO RESPONSAVEL NA EMPRESA

CARGO

_____

NOME DO COORDENADOR DO CURSO

Coordenador do Curso de Farmácia

CENTRO UNIVERSITÁRIO CEUNI-FAMETRO

_____

NOME DO ESTAGIARIO

Anexo 4

CONTROLE DE FREQUÊNCIA DE ESTÁGIO

ALUNO:	MATRÍCULA:	MÊS:
EMPRESA:		
RESPONSÁVEL:	FONE:	
CARGO:		

DIA	HORÁRIO				ASSINATURA	HORAS
	MANHA		TARDE			
	ENTRDA	SAÍDA	ENTRADA	SAÍDA		
					TOTAL	

RESPONSÁVEL NA EMPRESA	ESTAGIÁRIO
COORDENADOR DO CURSO FARMÁCIA	Nome do PRECEPTOR DE ESTÁGIO

1.8 Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da educação básica

Não se aplica por não se tratar de um curso de licenciatura.

1.9 Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática

Consoante definição da Lei nº 11.788/2008, “O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho”. Nesse entendimento o Estágio Supervisionado do CEUNI- FAMETRO objetiva o crescimento profissional dos alunos por meio de atividades que propiciem o desenvolvimento das competências e habilidades fornecendo as condições necessárias ao aprimoramento das técnicas, fomentando o desenvolvimento mais consciente das responsabilidades profissionais, permitindo assim a interrelação entre a teoria e a prática.

1.10 Atividades Complementares

Carga horária das atividades complementares

As atividades complementares são componente curricular obrigatório e terão por objetivo propiciar ao aluno a oportunidade de realizar, em prolongamento ao Currículo Pleno, uma trajetória diversificada, autônoma e particular, com conteúdos extracurriculares que lhe permitam enriquecer o conhecimento propiciado pelo Curso. Elas serão sempre ajustadas entre o corpo discente e a Coordenação do Curso, a qual tornará público às modalidades admitidas, de sorte a permitir a sua livre escolha pelo aluno. O estudante deve apresentar 120 horas de atividades complementares como requisito para a conclusão do curso de graduação.

As atividades complementares devem se converter em oportunidades de atualização e de enriquecimento complementando o perfil do formando, possibilitando o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e

atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 1º. As atividades complementares constituem atividades extracurriculares dos Cursos e compreendem uma carga horária de acordo com cada matriz curricular aprovada pelo Ministério da Educação, sendo desenvolvida no decorrer do curso.

Art. 2º. Os alunos podem realizar atividades complementares desde o 1º semestre do curso até o último semestre. Em virtude do sistema do e-mec não disponibilizar um processo para as atividades complementares a parte, a carga do curso foi distribuídas nos semestres sem a obrigatoriedade do aluno cursar as horas estabelecidas naquele semestre, mas durante o curso.

Art. 3º. Os alunos deverão cursar no mínimo 4 atividades diversificadas;

Art. 4º. As atividades complementares só serão contabilizadas a partir da entrada do aluno na IES.

Art. 5º. As atividades complementares têm como objetivos específicos: adquirir conhecimentos extracurriculares; participar ativamente, na qualidade de auxiliar, monitor ou estagiário, de atividades de pesquisa, extensão e ensino; produz e/ou apresentar trabalhos acadêmicos próprios. Desenvolver atividades relacionadas com responsabilidade social, cultural, artística e esportiva.

Art. 6º. O aluno pode escolher quaisquer atividades complementares dentre as listadas no artigo abaixo.

Art. 7º. Ficam estabelecidas as seguintes exigências para o aproveitamento das atividades complementares: Atividade: Palestras relacionadas ao Curso/ Certificação requerida: Certificado de participação/ Cert Mínima:2h/ Cert Máxima:20h/ Total Geral:40h

Atividades: Seminários, Semana Acadêmica e Congressos/ Certificação requerida:Certificado de participação/ Cert. Mínima: 2h/ Cert. Máxima:20h/Total Geral: 40h

Atividades: Disciplinas optativas e Estudos Dirigidos que constam nos Planos de Ensino Aprendizagem do CEUNI-FAMETRO. Certificação Requerida:Aprovação na disciplina. Avaliação positiva nos Estudos Dirigidos.Cert. Mínima:40h/ Cert. Máxima:80h/ Total Geral:80h

Atividade: Congressos e Seminários/ Certificação Requerida:Certificado de participação/ Cert. Mínima: 8h/ Cert. Máxima: 20h/ Total Geral: 40h. Atividade: Cursos de Extensão/ Cerificação Requerida: Certificado de participação/ Cert. Mínima: 2h/ Cert. Máxima: 20h/ Total Geral: 40h.

Atividade: Monitoria em disciplina do Curso/Certificação Requerida: Relatório do professor orientador/Cert, Mínima: 20h/ Cert. Máxima: 60h/ Total Geral: 60h .

Atividade: Participação em Pesquisas Institucionais/Certificação Requerida: Relatório do professor orientador/ Cert. Mínima: 20h/ Cert. Máxima: 80h/ Total Geral: 80h.

Atividade: Atividades práticas relacionadas ao Curso/ Certificação Requerida: Atestado de participação no programa/ Cert. Mínima:2h/ Cert. Máxima: 20h/ Total Geral:40h.

Atividade: Participação em representações teatrais de peças que abordem temas do curso/ Certificação Requerida:Apresentação de comprovação, atestado e/ou declaração/ Cert. Mínima:2h/ Cert. Máxima: 20h/Total Geral:40h.

Atividade: Artigos relacionados ao curso publicados em revistas acadêmicas indexadas ou como capítulos de livros/ Certificação Requerida: Artigos ou Capítulos publicados/ Cert. Mínima: 10h/ Cert. Máxima: 40h/Total Geral:40h

Atividade: Apresentação em Eventos Científicos de Trabalhos relacionados ao Curso/ Certificação Requerida:Certificado de participação/ Cert. Mínima: 2h/ Cert. Máxima: 30h/ Total Geral: 30h.

Atividade: Concursos de Monografias com trabalhos sobre temas da área de cada curso orientados por professores do curso/ Certificação Requerida:Monografia elaborada e aprovada/ Cert. Mínima: 4h/Cert Máxima: 12h/ Total Geral: 12h.

Atividade: Membro de Diretoria de Associações Estudantis, Culturais e Esportivas (Associação atlética, Centro Acadêmico, Diretório Acadêmico, Comissão de formatura)/ Certificação Requerida:Declaração, contendo o tipo de atividade e a carga horária desenvolvida, expedida Instituição e ou Organização/ Cert. Mínima: 4h/ Cert. Máxima: 8h/

Total Geral:8h. Atividade: Participação em Atividades Socioculturais, Artísticas e Esportivas (coral, música, dança, bandas, vídeos, cinema, fotografia, cineclubes, teatro, campeonatos esportivos etc. (não curriculares). Certificação Requerida:Declaração, contendo o tipo de atividade e a carga horária desenvolvida, expedida Instituição e ou Organização/ Cert. Mínima 2h/ Cert Máxima:8h/Total Geral:8h. Atividade: Participação em Projetos Sociais, trabalho voluntário em entidades vinculadas a compromissos sócio-políticos (OSIPS, ONGS, Projetos comunitários, Creches, Asilos etc)/ Certificação Requerida: Declaração, contendo o tipo de atividade e a carga horária desenvolvida, expedida Instituição e ou Organização/ Cert. Mínima:2h/ Cert Máxima:12h/ Total Geral:12h. Atividade: Realização de Estágios não computados na carga horária relativa ao Estágio Curricular Supervisionado nem nas Atividades Práticas vinculadas às disciplinas da matriz curricular do PPC/ Certificação Requerida: Atestado de realização/ Cert. Mínima 20h/ Cert. Máxima:100h/ Total Geral:60h.

Atividade:Atividades realizadas como Agente Cívico/Certificação Requerida:Certificado de participação/ Cert. Mínima 30h/ Cert. Máxima:30h/ Total Geral:30h.

Outras atividades previamente autorizadas pelo Colegiado do Curso como AC. Comprovante determinado pelo Colegiado do Curso. Cursos on-line limitados a 40 hs.

Art. 8º. Os casos omissos e as interpretações deste regulamento devem ser resolvidos pelo Colegiado de Curso, com recurso, em instância final, do CEUNI-FAMETRO.

Art. 9º. Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação.

1.11 Trabalho de conclusão de curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é componente curricular obrigatório, a ser desenvolvido do Curso de Graduação em Farmácia do CEUNI-FAMETRO.

Os objetivos do TCC são os de propiciar aos acadêmicos do Curso de Graduação a oportunidade de compreender e apreender os elementos envolvidos no processo de pesquisa, estimulando a produção de conhecimento na área em questão.

A forma de apresentação do TCC será um artigo científico, produzido individualmente pelo(s) aluno(s) com orientação de um docente. O referido trabalho será realizado no transcurso do Trabalho de Conclusão de Curso, tendo a carga horária total de 132 horas, distribuídas no 9º e 10º período do Curso.

A estrutura da apresentação de Trabalhos de Conclusão de Curso deve possuir elementos pré-textuais, elementos textuais e elementos pós-textuais de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

A Distribuição dos itens que compõe o TCC em forma de artigo científico em relação aos elementos da estrutura básica são:

a. Pré-textuais ou parte preliminar: Título; Sub-título (quando for o caso); Autor; Resumo; Palavras-chave, Abstract, Jey-words;
b. Textuais ou corpo do artigo: Introdução; Material e Métodos; Resultados e Discussões; Conclusão;
c. Pós-textuais ou referencial: agradecimentos; Suporte Financeiro (quando for o caso), referências bibliográficas.

Assim, o Trabalho de Conclusão de Curso apresenta como sua maior finalidade promover a iniciação na investigação científica, como um elemento importante na formação acadêmica e profissional do futuro profissional, articulando o exercício da investigação, com o campo de atuação profissional.

O propósito dessa articulação é demonstrar ao aluno que a atividade docente e portanto a própria sala de aula pode e deve ser espaço de construção de conhecimento e a atuação do professor deve caminhar cada vez mais no sentido de compreender sua atividade profissional como fonte de estudo e de investigação. Neste sentido, espera-se contribuir para formar professores inovadores e críticos acerca do trabalho que realizam e dos resultados que obtém.

O trabalho de Conclusão de Curso possui os seguintes objetivos:

- Oportunizar aos alunos do Curso de Graduação do CEUNI-FAMETRO a sintetizarem o conhecimento, e desenvolverem como resultado o processo investigativo;
- Capacitar aos alunos do Curso de Graduação do CEUNI-FAMETRO a exercer a pesquisa de maneira crítica e criativa, levando em conta a formação com qualidade;
- Aprofundar os conhecimentos na área de interesse do futuro exercício profissional;
- Incentivar aos alunos a identificação de prática de pesquisa como elemento de desenvolvimento científico e profissional.

Para a sua operacionalização o professor-orientador estabelecerá uma carga horária semanal, com o orientando para as orientações necessárias tendo em vista o cumprimento do plano de trabalho estabelecido a execução do projeto e a elaboração do texto final do trabalho.

A avaliação do trabalho dar-se-á pela submissão do mesmo a uma comissão estabelecida pelo professor orientador do trabalho, tal comissão será constituída de professores e profissionais/docentes que analisarão o trabalho proposto, sua viabilidade e seu desenvolvimento. O Trabalho de Curso deverá ser encaminhado em três cópias, e entregue com quinze dias antes do processo avaliativo a ser marcado pelo professor orientador do trabalho. Para a organização e normatização do Trabalho de Conclusão de Curso, existe regulamento específico anexo ao Projeto Político Pedagógico do Curso.

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO

CAPÍTULO I – DO CONCEITO

Art. 1º - O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade de integração curricular obrigatória do Curso de Farmácia do CEUNI-FAMETRO. Conceitualmente, consistirá de um trabalho formal escrito, redigido com formatação normatizada nos moldes de artigo científico.

Art. 2º - Abordando temas correlatos às áreas de atuação do Farmacêutico definidas no Plano Pedagógico do Curso e a ser elaborado pelo aluno sob a orientação de um professor orientador, sendo ao término submetido à avaliação de Banca Examinadora, tudo segundo as normas deste regulamento e demais instrumentos normativos pertinentes.

Parágrafo Único – O TCC terá carga horária total de 132 horas, distribuídas no 9º e 10º período do Curso. Os alunos deverão proceder com a organização de ideias e a elaboração do artigo, sob responsabilidade do professor da disciplina e do professor/orientador.

Art. 3º - O TCC poderá ser um trabalho de revisão bibliográfica, uma pesquisa de campo, um trabalho experimental ou um relato de caso clínico, produzido pelo(s) aluno(s) com orientação docente e que atenda as normas constantes deste regulamento.

§ 1º - Não será permitida a orientação de TCC com o mesmo título ou objetivos, por um mesmo orientador, no mesmo período.

§ 2º - Caberá à Banca Examinadora do TCC o julgamento da coincidência de títulos ou objetivos de trabalhos e a reprovação na disciplina.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 4º O TCC é um trabalho científico que tem por finalidade propiciar ao aluno:

I - estímulo à produção científica;
II - aprofundamento teórico e/ou prático em uma área temática da profissão;
III-conscientização do dinamismo e interdisciplinaridade das atividades laborais e científicas;
IV - desenvolvimento de criatividade e capacidade de produção científica;
V - realização e documentação de experiências laborais, de pesquisa e de extensão;
VI - internalização do correlação entre teoria e prática e entre as áreas de atuação do Farmacêutico;
VII - interação entre o Corpo Docente e Discente.

CAPÍTULO III – DA COORDENAÇÃO

Art. 5º - Da coordenação compete:

I - divulgar as normas do TCC para todos os alunos a partir do 9º período do curso bem como avisar aos professores o início do planejamento do TCC;
II - divulgar os nomes dos professores orientadores do TCC, no 9º período do curso, com suas respectivas disponibilidades de vagas para orientação e áreas de conhecimento;
III - divulgar, caso seja pertinente, normas complementares que passarão a compor o TCC;
IV - formalizar a escolha dos orientadores e seus respectivos orientados a partir do 9º período do curso;
V - elaborar o calendário de TCC e da apresentação do trabalho final, compatível com o calendário acadêmico;
VI - cuidar para que o calendário seja rigorosamente cumprido;
VII - convocar, quando necessário, reunião com os professores orientadores e/ou orientandos;
VIII - mediar se necessário, as relações entre orientador e orientando(s);

IX - avaliar possíveis desistências de orientação;
X – propor a formação das Bancas Examinadoras juntamente com o professor orientador e o aluno orientando;
XI – Excepcionalmente, dada à natureza do trabalho, analisar a indicação e a pertinência da participação, em Banca Examinadora, de profissional externo à Faculdade Amazonas;
XII - receber as avaliações dos orientandos realizadas pelo orientador e os resultados da avaliação conduzida pela Banca Examinadora;
XIII - receber o TCC em sua forma final e definitiva, para divulgação em internet e arquivamento no banco de dados da Coordenação do Curso de Farmácia.

CAPITULO IV – DOS ITENS QUE COMPÕEM O TCC

Art. 7º - A estrutura da apresentação de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) deve possuir elementos pré-textuais, elementos textuais e elementos pós-textuais de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

§ 1º - A Distribuição dos itens que compõe o TCC em forma de artigo científico em relação aos elementos da estrutura básica são:

a. Pré-textuais ou parte preliminar: Título; Sub-título (quando for o caso); Autor; Resumo; Palavras-chave, Abstract, Jey-words;
b. Textuais ou corpo do artigo: Introdução; Material e Métodos; Resultados e Discussões; Conclusão;
c. Pós-textuais ou referencial: agradecimentos; Suporte Financeiro (quando for o caso), referências bibliográficas.

Parágrafo Único - Cada um desses elementos, e seus respectivos componentes, são imprescindíveis na composição do TCC, apresentando informações e dados fundamentais para a compreensão do trabalho como um todo, sendo importante não omiti-los.

CAPÍTULO V - DOS REQUISITOS GERAIS

Art. 8º - O TCC deverá ser desenvolvido individualmente.

Art. 9º - Para elaboração e defesa do TCC, o aluno deve estar regularmente matriculado nas disciplina de TCC.

Art. 10º - O TCC compõem-se de:
I – matrícula na disciplina de TCC;
II – trabalho final redigido na forma de artigo científico, de acordo com as normas deste regulamento e de seus apêndices;
III – formulário de avaliação do TCC, relativo à apresentação escrita;
IV – apresentação pública do TCC perante uma Banca Examinadora;
V – entrega da versão final do trabalho incorporando as alterações demandadas pela Banca Examinadora, se houver.

Art. 11º - O TCC poderá ser desenvolvido com a participação de um professor co-orientador, indicado pelo professor orientador, que o auxiliará nos aspectos relacionados com o desenvolvimento do trabalho.

CAPÍTULO VI - DA ORIENTAÇÃO

Art. 12º - Poderão ser orientadores de TCC os professores efetivos do curso de Farmácia do CEUNI-FAMETRO e demais docentes da Instituição com experiência na temática a ser desenvolvida.

Art. 13º - Poderão ser co-orientadores os docentes do CEUNI-FAMETRO ou de outras Instituições de Ensino Superior e de Instituições de Serviço de Saúde com experiência relacionada à temática e à metodologia do TCC.

Parágrafo Único - O co-orientador externo o CEUNI-FAMETROdeverá preencher os seguintes requisitos:

I - conhecer este regulamento e demais normas pertinentes do CEUNI-FAMETRO;
II –apresentar *curriculum vitae*;

Art. 14º - Os professores do colegiado do curso de Farmácia deverão orientar no máximo 06 (seis) TCC por período.

Parágrafo Único – O TCC deverá ser defendido individualmente.

Art. 15º - O professor/orientador e o coorientador, se houver, deverão assinar o termo de compromisso para cada orientação e coorientação.

Art. 16º - A desistência por parte do orientador/orientando deverá ser formalizada em documento elaborado pelo proponente, contendo declaração de ciência do pedido por parte dos demais envolvidos, dirigido à coordenação do Curso, especificando as razões da desistência.

Art. 17º - É de responsabilidade conjunta do professor/orientador e orientando(s) a sugestão de datas para apresentação do TCC perante a Banca Examinadora, de acordo com o calendário divulgado pela coordenação:

Parágrafo Único - É de inteira responsabilidade do aluno/orientando e seu professor/orientador a forma impressa do TCC que deverá ser entregue à Banca Examinadora com pelo menos 20 dias de antecedência em relação à data aceita para sua apresentação, sendo esta composta por três membros, e devendo ser entregue uma cópia para cada membro.

Art. 18º - As sessões de orientação ocorrerão a critério do orientador, de forma a cumprir os prazos determinados e promover uma orientação efetiva.

Art. 19º - São atribuições do orientador de TCC:

I - atender seu(s) orientando(s) em horários previamente fixados;
II - preencher e entregar à Coordenação o formulário de avaliação do TCC, relativo à apresentação escrita;
III - participar das apresentações e defesas para as quais estiver designado;
IV - preencher e assinar juntamente com os demais membros da Banca Examinadora, a Ata de apresentação do TCC e entregá-la à Coordenação ao final da sessão de apresentação;
V - cumprir e fazer cumprir este regulamento.

CAPÍTULO VII - DOS ALUNOS MATRICULADOS EM TCC

Art. 20º - O(s) aluno(s) em fase de desenvolvimento de TCC terá(ão) as seguintes atribuições específicas:

I - comparecer às reuniões convocadas pelo seu orientador dias e horários estabelecidos;
II - cumprir o calendário divulgado pela Coordenação para a entrega do TCC;
III - elaborar o TCC na forma de artigo científico, de acordo com o presente regulamento e as instruções do orientador;

IV - assinar a ficha de avaliação de TCC em sua defesa juntamente com o orientador;
V - comparecer em dia, hora e local determinados para apresentar seu TCC;
VI - cumprir este regulamento.

CAPÍTULO VIII - DOS REQUISITOS DO TCC

Art. 21º - O TCC deverá ser entregue em 03 (três) vias encadernadas em espiral para a Banca Examinadora no prazo determinado, com no mínino de 20 dias antecedentes à defesa pública.

Art. 22º - A apresentação pública oral e a defesa do TCC seguirá o calendário definido e divulgado pela Coordenação.

Art. 23º - O processo de apresentação oral e da defesa obedecerá às seguintes normas:

I – atribuição de no máximo de vinte minutos ininterruptos para apresentação oral do TCC pelo orientando;
II – atribuição de no máximo dez minutos a cada componente da Banca Examinadora para arguições e respostas do(s) orientando(s).

Art. 24º - No caso de impedimento devidamente justificado, o presidente da Banca Examinadora fixará nova data de apresentação, observando o prazo determinado pela Coordenação.

Art. 25º - No caso de ocorrências excepcionais no decorrer da apresentação do trabalho, o presidente da Banca Examinadora poderá suspender a sessão, fixando, se necessário, nova data para a apresentação, observando o prazo determinado pela Coordenação.

Art. 26º - Caso o aluno não entregue o TCC no prazo determinado, ou o trabalho seja reprovado pela Banca Examinadora na defesa, ele será considerado reprovado na disciplina e deverá refazer novamente a disciplina de TCC nos períodos seguintes, de acordo com a disponibilidade da mesma.

CAPÍTULO IX - DA BANCA EXAMINADORA

Art. 27º - A Banca Examinadora será proposta pelo aluno/orientando e o professor/orientador, sendo este último membro nato, dois outros membros titulares e um membro suplente escolhidos em uma lista proposta pelo orientador no formulário próprio.

§ 1º - Caso haja co-orientador, este poderá ser indicado como componente da banca examinadora.

§ 2º - Somente um dos componentes da Banca Examinadora poderá ser externo ao CEUNI FAMETRO, desde que preencha os seguintes requisitos:

I - ser graduado na área do conhecimento;
II - ter conhecimento do regulamento do TCC do curso de Farmácia doCEUNI-FAMETRO;

Art. 28º - O orientador presidirá a Banca Examinadora na sessão de apresentação e defesa do TCC.

Art. 29º - Ao final da apresentação e defesa do trabalho a Banca Examinadora, em reunião, avaliará e consolidará as avaliações de seus Membros em formulários próprios. Compete ao Presidente da Banca Examinadora consolidar as avaliações do TCC e emitir o parecer de aprovação ou de reprovação do orientando na disciplina de TCC.

Art. 30º - A Banca Examinadora comprovará a sua avaliação do TCC pela apresentação de ficha de avaliação própria devidamente preenchida.

CAPÍTULO X - DA AVALIAÇÃO DO TCC

Art. 31º - No processo de avaliação do TCC serão consideradas as notas atribuídas pelo professor responsável pela disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso.

Parágrafo Único – O aluno deverá obter média igual ou superior a 5,0 para conseguir aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso.

CAPÍTULO XI - DA AVALIAÇÃO DO TCC

Art. 32º - No processo de avaliação do TCC serão consideradas 04 (quatro) etapas de avaliações, de acordo com o cronograma de atividades pré-estabelecidaspela Coordenação.

§ 1º - Na 1ª avaliação será feita a apreciação do TCC na forma escrita exclusivamente pelo orientador sendo o resultado expresso em nota e obedecendo a uma escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, conforme formulário próprio. Em sua avaliação o orientador deverá observar o trabalho escrito quanto a:

I - qualidade da apresentação gráfica, da redação, e a correção da linguagem;
II – presença e a qualidade do resumo com todas as informações necessárias e adequadas à elucidação do trabalho;
III – delimitação do tema, a formulação do problema, a hipótese e/ou suposição e se os objetivos estão claramente definidos;
IV - fundamentação teórica e sua adequação ao trabalho;
V - ideias arroladas com a devida autoria e citações coerentes, obedecendo às normas de forma e corretamente referenciadas;
VI - metodologia adequada e coerente com os objetivos propostos;
VII - discussão fundamentada em teoria e coerente com os objetivos propostos;
VIII - conclusão estabelecida de forma clara e coerente com a proposição, resultados obtidos e discussão;
IX – coerência e formatação normatizada da bibliografia.

§ 2º - A 2ª, 3ª e 4ª avaliações do TCC serão de responsabilidade da Banca Examinadora. A 2ª avaliação será de responsabilidade do presidente, a 3ª avaliação, do primeiro membro e a 4ª avaliação, do segundo membro da Banca Examinadora. Os resultados dessas avaliações serão expressos por notas, obedecendo a uma escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos. A Banca Examinadora deverá observar a versão final e definitiva na sua forma escrita e oral, considerando os critérios a seguir:

I - qualidade da apresentação gráfica, da redação, e a correção da linguagem;
II - presença e a qualidade do resumo com todas as informações necessárias e adequadas à elucidação do trabalho;
III - delimitação do tema, formulação do problema, hipótese e/ou suposição e objetivos claramente definidos;
IV - fundamentação teórica adequada ao trabalho;

V - ideias arroladas com a devida autoria e citações coerentes, obedecendo a formato adequado e corretamente referenciadas;
VI - metodologia adequada e coerente com os objetivos propostos;
VII - discussão fundamentada em teoria e coerente com os objetivos propostos;
VIII - conclusão estabelecida de forma clara e coerente com a proposição, resultados obtidos e discussão;
IX - coerência e formatação normatizada da bibliografia.
X - qualidade do material didático apresentado e seu uso adequado;
XI - capacidade de síntese;
XII - apresentação de forma clara e consistente;
XIII - utilização adequada do tempo de apresentação;
XIV - respostas corretas e convincentes às arguições da Banca Examinadora.

§ 3º - Os componentes da Banca Examinadora utilizarão formulário próprio (anexo) para registrar a pontuação emitida para o TCC.

Art. 33º - A nota final do TCC será obtida pela média aritmética das notas das 4 (quatro) avaliações, sendo considerado aprovado o aluno que obtiver no mínimo 5,0 pontos.

Art. 34º - O aluno que não obtiver a pontuação mínima de 5,0 pontos e/ou não apresentar o TCC dentro do prazo estabelecido por motivo não justificado será considerado reprovado.

Art. 35º - A versão final e corrigida do TCC, após a sua defesa perante a Banca Examinadora, deverá ser entregue à Coordenação do Curso de Farmácia, uma via em formato impresso e encadernado modelo capa dura e outra via em mídia digital eletrônica (CD) salvo no formato de *.pdf, dentro dos padrões deste regulamento para posterior arquivamento, até 15 dias após a apresentação oral da mesma.

Art. 36º - A aprovação do orientando será encaminhada somente após o cumprimento dos Artigos 34º e 35º.

CAPÍTULO XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 37º - Este regulamento se aplica aos alunos do Curso do CEUNI-FAMETRO e a sua divulgação será feita pela Comissão do TCC.

Art. 38º - Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação do Curso de Farmácia.

ANEXO I

TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE DO PROFESSOR ORIENTADOR

Eu, docente do Centro Universitário CEUNI – FAMETRO _____Matrícula: _____CPF:_____RG:_____Professor orientador voluntário do aluno da disciplina TCC _____No Projeto: (tema do Trabalho de Conclusão de Curso): _____ _____

Declaro estar ciente do regulamento que rege o TCC do curso de Farmácia do CEUNI – FAMETRO, que as horas destinadas para orientação não serão remuneradas por esta IES, tendo em vista o aceite voluntário deste professor para orientação dos discentes vinculados ao Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

Manaus, AM ____ de _____ de _____

_____

Professor Orientador Voluntário

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE DO PROFESSOR COORIENTADOR

Eu, docente do Centro Universitário CEUNI – FAMETRO
_____

Matrícula: _____ CPF: _____RG: _____

Professor orientador voluntário do aluno da disciplina TCC
_____

No Projeto: (tema da monografia do TCC):
_____

Declaro estar ciente do regulamento que rege o TCC do Curso de Farmácia do CEUNI-FAMETRO, que as horas destinadas para coorientação não serão remuneradas por esta IES, tendo em vista o aceite voluntário deste professor para orientação dos discentes vinculados ao Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

Manaus, AM ____ de _____ de _____

_____

Professor Coorientador Voluntário

ANEXO III – AVALIAÇÃO TCC (N1)

TRABALHO ESCRITO = TOTAL 10,0		
ITEM AVALIADO	VALOR	NOTA
Relevância e Contribuição Acadêmica do Tema.	1,0	
Redação clara e organizada, boa pontuação e uso correto de termos técnicos.	3,0	
Critérios básicos de formatação.	1,0	
Referências e citações, adequadas e atuais.	1,0	
Introdução clara, objetivos e descrição dos capítulos.	1,0	
Fundamentação teórica coerente, consistente e atual.	1,0	
Metodologia apropriada, explicitada e organizada.	1,0	
Considerações finais coerentes com os objetivos.	1,0	

_____

Nome completo - Examinador(a)

assinatura:_____

ANEXO IV – AVALIAÇÃO TCC (N2)

TRABALHO ESCRITO = TOTAL 4,0		
ITEM AVALIADO	VALOR	NOTA
Relevância e Contribuição Acadêmica do Tema.	0,5	
Redação clara e organizada, boa pontuação e uso correto de termos técnicos.	0,5	
Critérios básicos de formatação.	0,5	
Referências e citações, adequadas e atuais.	0,5	
Introdução clara, objetivos e descrição dos capítulos.	0,5	
Fundamentação teórica coerente, consistente e atual.	0,5	
Metodologia apropriada, explicitada e organizada.	0,5	
Considerações finais coerentes com os objetivos.	0,5	

APRESENTAÇÃO ORAL = TOTAL 6,0		
ITEM AVALIADO	VALOR	NOTA
Domínio do Conteúdo.	1,0	
Organização da Apresentação e do banner.	1,0	
Habilidade de Comunicação e Expressão.	1,0	
Capacidade de Argumentação e Inovação.	0,5	
Uso de Recursos Audiovisuais.	0,5	
Linguagem Corporal, Vestuário e Comportamento.	1,0	
Uso Adequado do Tempo.	1,0	

_____

Nome completo - Examinador(a)

assinatura:_____

ANEXO V

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DO CURSO DE FARMÁCIA

Às_____horas do dia_____ do mês de _____do ano de _____, na sala _____, compareceu para defesa pública do trabalho de conclusão de curso, como requisito obrigatório à Colação de Grau no Curso de Farmácia, o aluno(a):_____, tendo o trabalho o seguinte título: _____.

Constituíram a Banca Examinadora os professores abaixo indicados. Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, ficou definido que o trabalho foi considerado _____ com nota_____, de acordo com os itens avaliados constantes de formulário anexo, que integra a presente ata para todos os feitos legais.
Eu,_____(Presidente da banca Examinadora), lavrei a presente ata que segue assinada por mim e pelos demais membros da Banca Examinadora.

Membros da Banca Examinadora:

_____
assinatura:_____

Nome completo - Examinador(a)

_____
assinatura:_____

Nome completo - Examinador(a)

_____
assinatura:_____

Nome completo - Examinador(a)

ANEXO VI

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS E AUTORIZAÇÃO PARA INSERÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO NOS MEIOS ELETRÔNICOS E, OU, IMPRESSOS DE DIVULGAÇÃO DISPONIBILIZADOS E UTILIZADOS PELO CEUNI-FAMETRO

Eu,_____, _____ (RG), _____(CPF), aluno do Curso de Farmácia, matriculado sob número _____, venho, por meio do presente, AUTORIZAR, em caso de aprovação na respectiva disciplina, a inserção do meu Trabalho de Conclusão do Curso intitulado "_____ _____nos meios eletrônicos de divulgação disponibilizados e utilizados pela universidade, bem como em qualquer outro meio eletrônico ou impresso de divulgação utilizado pela Instituição, para os específicos fins educativos, técnicos e culturais de divulgação institucional e não-comerciais. DECLARO, dessa forma, que cedo, em caráter gratuito e por tempo indeterminado, o inteiro teor do meu Trabalho de Conclusão do Curso acima identificado, cuja cópia, por mim rubricada e firmada, segue em anexo, para que possa ser divulgada através do(s) meio(s) acima referido(s). DECLARO, ainda, que sou autor e único e exclusivo responsável pelo conteúdo do mencionado Trabalho de Conclusão do Curso. AUTORIZO, ainda, o CEUNI - FAMETRO a remover o referido Trabalho do(s) local(is) acima referido(s), a qualquer tempo e independentemente de motivo e/ou notificação prévia à minha pessoa.

Manaus, AM _____ de _____ de _____

_____

Aluno do curso de Farmácia

ANEXO VII

CARTA DE ENCAMINHAMENTO DE ALUNO PARA BANCA DE DEFESA DE TCC

Eu, docente doCentro Universitário CEUNI – FAMETRO
_____,
encaminho o aluno (a) _____,
para defender o seu Trabalho de Conclusão de Curso.

Manaus, AM ____ de _____ de _____

_____ _____

Assinatura do Professor Assinatura do Aluno

ANEXO VIII

FICHA DE ORIENTAÇÃO DO ALUNO

1. IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO:

Curso: Farmácia
Disciplina: TCC
Nome do Aluno (a):
Professor (a):
Carga horária: 80 Período: 10º Semestre: Turno:

Dia da Orientação	Conteúdo Tratado na Orientação	Assinatura do Aluno Confirmando sua Presença na Orientação. Caso esse não tenha comparecido, constará assinatura do Professor.
/ /		
/ /		
/ /		

1.12 Apoio ao Discente

O Programa de Apoio ao Discente (PAD) se divide em três eixos:

EIXO 01 - Atividades Extraclasse

i) Atendimento Extraclasse: O atendimento extraclasse aos alunos será realizado pelo Coordenador do Curso, pelos professores em regime de trabalho de Tempo Integral e Tempo Parcial, com jornada semanal específica para atendimento ao aluno, assim como pelo Apoio Psicopedagógico ao Discente. O CEUNI-FAMETRO, também tem como política de apoio ao desenvolvimento acadêmico de seus alunos, o acompanhamento sistemático dos índices alcançados pelos mesmos nas Provas e Exames Nacionais de Desempenho. Esse acompanhamento se dá a partir da análise crítica dos resultados alcançados apresentados nos relatórios disponibilizados pela iniciativa oficial e outros relatórios internos. Esses documentos possibilitam ao corpo docente visualizar, acompanhar e intervir quando necessário no processo de aprendizagem e desenvolvimento dos nossos acadêmicos.

ii) Intercâmbio acadêmico: Com o objetivo de ampliar o vocabulário das línguas inglesa e espanhola e de proporcionar o contato com diferentes culturas e pessoas, a CEUNI-FAMETRO, busca incentivar os alunos a participarem de viagens internacionais, cursos e eventos de disseminação das línguas estrangeiras desenvolvidas em convênio com o Centro de Idiomas. Também e previsto a recepção de intercambistas de diferentes países para a convivência com os alunos. (Vide Regulamento de Intercâmbio e Ações de Internacionalização)

iii) Evento artístico cultural: com objetivo de apresentar ao aluno a diversidade artística e cultural regional.

iv) Orientação profissional: Escolher uma profissão é a passagem para o mundo adulto e, a decisão da escolha, marca o ingresso no caminho da construção para o trabalho e a sua independência. A Fametro, preocupada com esse momento tão especial para o jovem, coloca à disposição vários serviços para ajudá-lo em suas escolhas e no desenho de seu projeto de vida.

v) Curso de Formação Profissional (20h/a), com certificação.

vi) Orientação Profissional em acompanhamento com o Núcleo de Atendimento Psicopedagógico e Acessibilidade.

vii) Visitas aos cursos.

viii) Palestras sobre assuntos da atualidade.

ix) Rodada de conversa com Profissionais

x) Escola de Líderes e Escola de Empreendedores: Desenvolver Líderes e Empreendedores a partir do aperfeiçoamento o conhecimento sobre liderança de equipes, dos diferentes estilos de liderança e do adequado planejamento dos processos e atividades, bem como as competências empreendedoras visando à melhoria do desempenho dos representantes de turma junto aos seus representados.

xi) Diretório Acadêmico e Apoio a Representatividade discente: O CEUNI-FAMETRO compreende que a representatividade discente é um dos pilares do funcionamento de uma gestão democrática, neste sentido estimulamos a organização dos alunos valorizando a participação dos mesmos a partir do Colegiado Discente, formado pelo conjunto de representantes discentes escolhidos de maneira livre por seus pares. Este Colegiado possui um calendário de reuniões semestrais, além disso, os representantes discentes possuem assento no Colegiado de Curso com direito a voz e voto.

xii) Monitoria: Com objetivo de incentivar os docentes no ensino e aperfeiçoá-lo para a docência.

EIXO 02 – Atendimento Pedagógico; Acompanhamento Psicopedagógico e Acessibilidade

i) Núcleo de Atendimento Psicopedagógico e Acessibilidade: A finalidade do NAPA é orientar e realizar intervenções breves nas dimensões psicopedagógica e social para o corpo discente, docente e técnicos administrativos da faculdade. Para os casos que se fizer necessário um atendimento mais especializado, o NAPA deverá sugerir o devido encaminhamento. Seu objetivo geral é promover, por meio do atendimento psicopedagógico e social, a saúde dos relacionamentos interpessoais e institucionais, contribuindo para o processo de aprendizagem do aluno e seu pleno desenvolvimento.

ii) Núcleo de Orientação à Pesquisa e Inovação: Oferece aos acadêmicos de graduação um processo de orientação aos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), como também de pesquisa.

iii) Ações de Acolhimento aos Ingressantes: O Programa de Apoio ao Discente prevê a realização de atividades de acolhimento aos Ingressantes como a Recepção de Calouros e o oferecimento de oficinas especificas na área da leitura, escrita e calculo, através do nivelamento acadêmico.

iv) Ações de Acompanhamento de Egressos: O Programa de Apoio ao Discente também prevê assistência aos alunos egressos, com a oferta de palestras para orientação de carreira e ainda com ações de promoção de empregabilidade realizadas anualmente pela instituição. Ademais os alunos egressos efetivamente cadastrados fazem parte da política de descontos na pós-graduação e eventualmente em outros cursos da instituição. O CEUNI-FAMETRO está implantando o Programa de Acompanhamento dos Egressos, tendo como objetivo estreitar o relacionamento entre a Instituição e seus ex-alunos, desencadeando ações de aproximação, contato direto e permanente, por meio de todas as formas de comunicação possíveis e viáveis. Bem como analisar a inserção do egresso no mercado de trabalho. Para tanto, foram adotadas algumas ações, tais como:

i) Criação de base dados, com informações atualizadas dos egressos;

ii) Criação de núcleo de ex-alunos, a fim de manter diálogo constante com os mesmos, oferecendo espaços de debates sobre sua vida profissional e atuação social;

iii) Disponibilização aos egressos de informações sobre eventos, cursos, atividades e oportunidades oferecidas pelo CEUNI-FAMETRO, a fim de promover relacionamento contínuo entre a Instituição e seus egressos;

iv) Aplicar pesquisa com egresso sobre inserção no mercado de trabalho.

Além disso, o Programa de Acompanhamento do Egresso, busca viabilizar uma linha permanente de estudos e análises sobre alunos egressos, a partir das informações coletadas, objetivando avaliar a qualidade do ensino e adequação da formação do profissional para o mercado de trabalho.

i) Atividades de Nivelamento: Com o objetivo de recuperar as deficiências de formação dos ingressantes no cursoo CEUNI-FAMETRO oferece aos seus alunos cursos de nivelamento. Considerando a importância do uso correto da língua portuguesa e dos fundamentos de matemática são ministrados cursos de gramática e redação e também matemática básica. Estes cursos visam suprir as deficiências básicas dos alunos que não consigam acompanhar adequadamente o aprendizado. Dessa maneira, acredita-se estar atendendo os alunos que estavam temporariamente afastados da vida escolar e aqueles que necessitam de reforço das bases de ensino médio. As aulas são realizadas aos sábados, sem nenhum custo adicional aos alunos.

ii) Programas de Apoio Financeiro: Serão concedidas bolsas de estudos aos alunos que desenvolverem projetos de iniciação científica/pesquisa/extensão, sob orientação docente. Atualmente, a Faculdade disponibiliza bolsas na forma de desconto nas mensalidades.

iii) Bolsa de Iniciação Científica: O CEUNI-FAMETRO, por meio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica – PIBIC oferece bolsas de iniciação científica, como forma de estimular e apoiar a participação dos estudantes nos projetos de pesquisa desenvolvidos pela Instituição. O PIBIC é um instrumento que proporciona a melhor forma de trabalho com o aluno, incentivando-o a novas iniciativas e valorizando o seu espírito de empreendimento, de curiosidade, de interesse e gosto pela investigação.

iv) Política de Desconto: O CEUNI-FAMETRO mantém uma política de desconto de 15%, sendo 10% para o vencimento e 5% para convênios. E para os colaboradores há um desconto de 20%. Convênios Empresa por Contrato; Convênio alunos Cemetro, Cejur e Pós-Graduação.

v) Programas de Financiamento Estudantil: Fies, Prouni e Bolsa Universidade da Prefeitura Municipal de Manaus.

vi) Acessibilidade (Pedagógica e atitudinal) : Considerando a necessidade de assegurar as pessoas com deficiência física e Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno Espectro Autista: O CEUNI-FAMETRO por meio de sua clínica de psicologia possui um Programa de Atendimento ao discente com transtorno espectro autista mediado por uma equipe multidisciplinar em atendimento ao disposto na Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012.

vii) Internacionalização e Mobilidade: A IES possui convênio com a Universidade Nihon Gakko para intercâmbio acadêmico e todas as matrizes curriculares contam com a disciplina de inglês.

EIXO 03 – Serviços Acadêmicos

i) Ouvidoria: A Ouvidoria é um serviço de atendimento à comunidade interna e externa, com atribuições de ouvir, encaminhar, acompanhar reclamações, denúncias, elogios, solicitações, sugestões ou esclarecer dúvidas.

ii) Serviço de Atendimento ao Aluno Bolsista: espaço especialmente destinado ao atendimento ao aluno bolsista com profissionais treinados para dirimir todas as duvidas e facilitar a tramitação de processos de subvenção financeira no âmbito municipal, estadual e federal.

Clinicas e Serviços da IES

i) Clinica Multidisciplinar: Espaço multidisciplinar para orientação psicológica e avaliações nutricionais, respectivamente.

ii) Clinica de Nutrição: Espaço para atendimento com enfoque muldisciplinar para orientação nutricional

iii) Clinica de Fisioterapia: Espaço para atendimento com enfoque muldisciplinar para reabilitação fisioterápica

iv) Ambulatório: Atendimento de primeiros socorros por enfermeira credenciada ao conselho oferecido aos acadêmicos e funcionários, sem custo financeiro adicional.

v) Brinquedoteca:Atendimento aos filhos dos acadêmicos e funcionários destinados à crianças de 4 a 8 anos de idade, sem custos financeiros adicionais.

vi) Núcleo de Práticas Jurídicas: Atendimento e assistência jurídica gratuita, com proteção de serviços à comunidade Manauara.

vii) Portal Acadêmico: Disponibiliza informações e notícias sobre a faculdade, sobre o curso, demais serviços e documentos importantes para o aluno com PDI, Manual do Aluno, PPC, Regulamentos entre outros.

viii) Núcleo de Orientação à Pesquisa: Oferece aos acadêmicos de graduação um processo de orientação aos Trabalhos de Curso (TC), como também de pesquisa.

1.13 Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa

Ações Decorrentes dos Processos de Avaliação do Curso

O Programa de Avaliação Institucional baseia-se em quatro nortes que serviram para um processo avaliativo na perspectiva de aperfeiçoamento institucional: a) conscientização e adesão voluntária, a avaliação deve ser algo conquistado e não imposta, a fim de que tenha legitimidade política, pois a imposição não produz absolutamente nada, ao contrário faz do ato de avaliar algo punitivo e não construtivo; b) avaliação total e coletiva - é preciso que a instituição seja avaliada como um todo e não fragmentada, ou seja, em todos os seus setores e com envolvimentos de todos os seus colaboradores; c) unificação da linguagem – para que não haja ruídos na comunicação é preciso que se unifiquem os conceitos, princípios e finalidades do projeto de avaliação institucional; d) competência técnico-metodológica – deve-se ter uma base científica que direcione o projeto e que propicie legitimidade aos dados coletados.

Além destes parâmetros, a auto-avaliação foi desenvolvida tendo em vista as seguintes características: processo democrático – possibilitou aos colaboradores envolvidos conhecer os objetivos, procedimentos e aspectos que serão utilizados: contextualizada – norteou a instituição a conhecer a demanda de ensino superior no ambiente social onde está inserida; respeitando as diversidades, a história e a cultura institucional; flexível – aberta as discussões e mudanças necessárias durante o processo, sem perder de vista a veracidade de seus objetivos; incentivadora – promoveu o envolvimento e a participação de toda a comunidade institucional, afastando a insegurança e a desconfiança. Incentivou, também, a veracidade, o livre arbítrio de opiniões, criando valores de aperfeiçoamento e desenvolvimento constante; ética – pautou-se em valores morais e éticos, de acordo com a práxis acadêmica e científica das comunidades interna e externa à instituição: sistemática – o processo avaliativo foi contínuo, regular e sistemático de conhecimento e aprimoramento da realidade educacional avaliada e do próprio processo avaliativo.

Por meio de um Fórum permanente de discussão, que tem nas nossas instâncias colegiadas, o local privilegiado, os resultados dos processos internos e externos de avaliação e ainda os índices oficiais que dizem respeito aos resultados alcançados pelos alunos no ENADE, nos cursos pelas avaliações in loco, e ainda o CPC e o IGC, serão cuidadosamente analisados. Estes dados serão cruzados com os resultados obtidos pela CPA e servirão de base para o processo e tomada de decisão tanto no âmbito da gestão como no âmbito pedagógico, tendo em vista a constante melhoria de nossos processos institucionais e de nossas ações educativas.

Esse cruzamento de dados realizado pela CPA dará lastro para a elaboração de um relatório unificado de auto avaliação, de onde emerge dois tipos de planejamento: Um Plano de Gestão Macro Institucional e um Plano Acadêmico Administrativo de Curso, tendo em vista o fortalecimento continuo dos cinco eixos deste PDI (Planejamento e Avaliação Institucional; Desenvolvimento Institucional; Políticas Acadêmicas; Políticas de Gestão; Infraestrutura).

Objetivo Geral do Processo de Auto avaliação Institucional

Promover a Cultura da Auto avaliação entendendo a mesma e seus resultados, como instrumento de gestão acadêmica e administrativa;

Objetivos Específicos

Realizar auto avaliação institucional em um processo democrático de participação de todos os segmentos envolvidos docentes/discentes/técnicos;

Realizar auto avaliação de curso em um processo democrático de participação de todos os segmentos envolvidos docentes/discentes/técnicos;

Analisar os dados coletados tendo em vista o subsídio das ações acadêmico/administrativas realizadas no âmbito dos cursos e da instituição.

Metodologia da avaliação institucional

O processo de auto-avaliação será assumido dentro de duas dimensões. A primeira se define como avaliação externa, ou seja, diz respeito aos índices alcançados pela IES (ENADE; IGC; CPC e Avaliação *In Loco*) A segunda dimensão diz respeito ao processo interno de avaliação, o qual se desdobra em dois níveis. O primeiro nível é o Macro institucional, onde a comunidade acadêmica avalia os determinantes macro institucionais da IES, incluindo a Infraestrutura. O segundo nível compreende os determinantes internos do curso identificados com os itens de natureza pedagógica e acadêmica.

Avaliação Interna – composta por duas avaliações

a) Primeiro Nível: Avaliação Macro Institucional

Em acordo com a legislação vigente e atendendo o que preconizam os documentos que norteiam o processo de avaliação institucional, o primeiro nível de avaliação diz respeito à avaliação da instituição a partir de 10 dimensões, da lei 10.861, que institui o SINAES, a saber:

i) Missão Institucional

ii) Política de Ensino/ Pesquisa e Extensão

iii) Responsabilidade Social

iv) A Comunicação com a Sociedade

v) Política de Pessoal

vi) Gestão Institucional

vii) Infraestrutura

viii) Planejamento e Avaliação

ix) Atendimento ao Estudante

x) Sustentabilidade Financeira

Focada nos aspectos macro institucionais e protagonizadas pela CPA, a avaliação interna tem como foco principal captar os aspectos administrativos e a maneira como os

alunos e colaboradores percebem o conjunto de atividades que a instituição oferta. Esta avaliação terá como função a complementação da avaliação interna (curso) realizada pelo CEUNI-FAMETRO.

O Plano de Gestão Institucional terá como eixos de ação:

Políticas de Gestão:

1.1.1 Políticas de Pessoal

1.1.2 Organização e Gestão da Instituição

1.1.3 Sustentabilidade Financeira

2. Infraestrutura Física:

2.1.2 Melhorias das Instalações Físicas

2.1.1 Equipamentos; Máquinas

2.1.2 Plano de Manutenção

3. Políticas Acadêmicas

3.1 Ações de Estímulo ao Ensino

3.2 Ações de Estimulo a Extensão

3.3 Ações de Estímulo a Produção Científica e Inovação Tecnológica

3.4 Ações de Apoio ao Discente

3.5 Ações de relacionamento com a comunidade externa e interna

Segundo Nível: Avaliação de Curso

a) A Avaliação de Curso – Curso será feita regularmente anualmente sempre no inicio do 1º. Semestre, por meio do levantamento e estudo do desempenho do curso, com o foco voltado para as questões ligadas diretamente aos aspectos pedagógicos dos cursos considerando também, os aspectos relativos ao atendimento das expectativas da comunidade externa, ou seja, do próprio mercado de trabalho. O instrumento desta

avaliação foi elaborado tendo em vista o marco regulatório da avaliação e o conjunto de indicadores presentes na avaliação in loco e no ENADE.

Etapas da avaliação institucional e ações de melhoria institucional

As avaliações prevêem as seguintes etapas:

Definição dos Instrumentos e Coleta de Dados: Nesta etapa serão definidos as técnicas e os instrumentos para coletar dados quantitativos e qualitativos. Com relação aos docentes, técnico-administrativos e integrantes da direção, toda a população preencherá o instrumento de avaliação. Enquanto, aos discentes a mostra corresponderá a 50% ou 100% do número de matrículas. Os instrumentos serão elaborados pela CPA, mas discutidos com o colegiado de curso e reformulados se necessário, conforme os parâmetros estabelecidos, a partir dos indicadores selecionados pela comissão, dentre as relacionadas previamente pelos envolvidos no processo avaliativo. Os questionários terão um campo comum que visará à avaliação dos Cursos doCEUNI-FAMETRO e um específico para a auto avaliação do discente, do docente, dos integrantes da direção e dos colaboradores da área técnica administrativa. Eles serão constituídos, prioritariamente, de questões fechadas, embora se reserve o espaço para a expressão de opiniões pessoais que propiciem o aprofundamento qualitativo dos itens previamente construídos. Além do questionário, será utilizada a técnica de grupo focal, a fim de conhecer as concepções e posicionamentos dos discentes e docentes e técnicos - administrativos sobre questões que envolvem o curso, que vão desde a estrutura física a dimensão pedagógica e administrativa.

Sensibilização da Comunidade Acadêmica e Técnica Administrativa:

Visando o envolvimento acadêmico, técnico e docente a uma participação efetiva de todos os níveis serão realizadas reuniões com todas as turmas dos diferentes cursos, com docentes e técnicos administrativos para sensibilizá-los quanto à importância da participação e os objetivos de todo o processo avaliativo.

Tratamento dos Dados e Comunicação dos Resultados: A comissão de avaliação encarregar-se-á de apurar os instrumentos e de interpretar os dados por meio do programa de Avaliação Institucional. Os resultados obtidos por meio de questões fechadas serão submetidos a estatísticas descritivas do programa. Enquanto, que os

disponibilizados por meio de questões abertas serão categorizados por uma análise de conteúdo (busca de sentido das citações). Os resultados serão comunicados e divulgados a toda a comunidade acadêmica por meio de relatório que incluirá também conclusões e recomendações. A utilização dos resultados será motivo de discussão em reunião com a comunidade acadêmica, após a divulgação do relatório.

Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso: o plano setorial de curso é um instrumento de planejamento interno das coordenações de curso, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a IES, e para a qualidade de ensino que esta propõe. São objetivos do Plano:

i) Realizar o planejamento das atividades pedagógicas e administrativas, assegurando aos professores as orientações, o tempo e o espaço necessário para o planejamento do semestre.

ii) Organizar o semestre letivo, discutindo com os professores as ações pedagógicas a serem realizadas.

iii) Propor e organizar ações tendo em vista o enfrentamento das questões pedagógicas que se revelaram problemáticas na avaliação do curso.

iv) Elaborar um calendário de atividades para o curso, destacando as ações pedagógicas e administrativas internas relevantes.

b) Metodologia de Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso:

Ao inicio do semestre será destinado um período para o planejamento do curso, após esse período o coordenador deverá zelar pelo cumprimento das ações e realizações das atividades, tendo em vista o planejamento das atividades do semestre. Ao final desse período o coordenador do curso deverá encaminhar um plano de ação evidenciando as atividades pertinentes ao seu curso, tendo em vista o enfrentamento das dificuldades apontadas pelos professores e a necessidade de melhoria continua da qualidade dos processos pedagógicos.

Deve-se ainda submeter à apreciação superior o calendário de atividades do curso para que o mesmo possa ser compatibilizado com as demais ações previstas pelos outros cursos a fim de evitar atropelos /ou dificuldades na realização das mesmas. Espera-se

que os resultados obtidos nas avaliações possam subsidiar a elaboração dos Plano Acadêmico Administrativo de Curso tendo em vista a continua melhoria dos processos pedagógicos institucionais visando a excelência dos serviços educacionais ofertados e o cumprimento dos princípios, da missão e dos valores doCEUNI-FAMETRO, previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional PDI

Deve-se observar o planejamento dos seguintes eixos, a saber:

i) Atividades Extracurriculares: atividades de cunho formativo e/ou cultural que contribuam para a formação do perfil do egresso, tendo em vista o reforço ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso e que não estejam necessariamente vinculadas aos componentes curriculares. Aqui podem ser consideradas atividades complementares como realização de palestras que promovam formação e desenvolvimento profissional com membros da comunidade interna e externa da instituição. São exemplos de atividades extracurriculares: campanhas de conscientização com temas atuais, cursos de curta duração que tragam aperfeiçoamento de habilidade específicas ao desenvolvimento profissional e pessoal do aluno, atividades culturais com a finalidade de promover a cultura local, o talento dos alunos e da comunidade em geral, Concursos, Campanhas Solidárias, Responsabilidade Social e outros. As atividade extracurriculares não possuem caráter obrigatório, não podem servir como critério de avaliação de desempenho do aluno, podendo ser, contudo considerada como atividades complementares.

ii) Atividades Interdisciplinares e Transversais: projeto de trabalho acadêmico, que tenham como princípio o diálogo entre disciplinas, áreas de conhecimento e conteúdos curriculares, na perspectiva de fomentar a interligação de saberes e práticas da área de conhecimento do curso. Espaço para o desenvolvimento de atividades com as temáticas transversais de questões étnico-raciais e de educação ambiental, além de temas desenvolvidos nas disciplinas que careçam de aprofundamento e de abordagem Inter conceitual. São consideradas atividades interdisciplinares todas aquelas realizadas nas quais estejam sendo tratados assuntos das disciplinas ministradas. São atividades que devem ser organizadas a partir da sala de aula, com a participação efetiva dos professores, sendo desenvolvidas por estes com seus alunos, servindo inclusive de referência para atribuição de notas na avaliação de desempenho acadêmico. Neste sentido pode ser feitos projetos de trabalhos acadêmicos onde os professores da disciplina do período possam dividir a responsabilidade pela orientação das mesmas e

partilhar a nota atribuída entre os componentes curriculares envolvidos. São exemplos dessas atividades: Projetos de Pesquisa e de Extensão. Projetos de Estudos Orientados. Seminários Acadêmicos, Jornadas Científicas, Semanas Acadêmicas, Mostra de trabalhos de curso, Visitas Técnicas, Gincanas de conhecimento, entre outros A diferença entre as atividades interdisciplinares e transversais e as atividades extracurriculares e que as primeiras são consideradas como metodologias de ensino, devendo ser consideradas como fundamento metodológico dos processos de ensino e aprendizagem. Já as atividades extracurriculares possuem caráter complementar, informal, não obrigatória. É importante destacar que as semanas acadêmicas por seu caráter e amplitude são consideradas atividades interdisciplinares, pois envolvem diferentes conteúdos e extracurriculares por estarem abertas também a comunidade externa e não serem obrigatórias.

iii) Acompanhamento de Egressos: realizar um acompanhamento dos egressos do curso, obtendo retorno acerca da aceitação dos nossos ex-alunos no mercado de trabalho, assim como, acerca da necessidade de revisão de condutas e processos pedagógicos tendo em vista a melhor e maior inserção dos nossos alunos no mundo do trabalho.

iv) Monitoramento da Evasão: propor a realização de ações de acompanhamento da evasão, buscando minimizar os índices do curso.

v) Auto avaliação interna do curso: organizar ações tendo em vista a avaliação interna do curso, essa avaliação poderá dar-se mediante seminários de avaliação com a participação do corpo docente e representatividade discente do curso, utilizando como base de dados a avaliação da CPA e outras bases de dados oriundas de formulários próprios de avaliação elaborados pelo curso tendo em vista a especificidade do mesmo. A ênfase dessa avaliação deverá ser os aspectos pedagógicos do curso. Metodologias empregadas de ensino e aprendizagem, técnicas de ensino, processos de avaliação e etc.

vi) Atividades Complementares: As atividades complementares são consideradas atividades curriculares e devem ser propostas pelos cursos tendo em vista o caráter complementar a formação do perfil do egresso, devendo ser pensadas e programadas a partir das competências previstas para serem desenvolvidas pelos alunos no decorrer da formação. Ao programar estas atividades os docentes e coordenadores devem considerar o regulamento das atividades complementares institucionais.

vii) Atividades de Extensão: atividades realizadas pelo corpo docente e discente tendo em vista a partilha do conhecimento produzido com o fito de promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas.

viii) Atividades de Incentivo a Produção Científica Discente e Docente: Planejar ações de incentivo a produção científica e a inovação tecnológica no interior dos cursos.

ix) Monitoria: Planejar ações de incentivo de monitoria nos cursos

x) Avaliação do Rendimento: Planejar ações de acompanhamento do rendimento acadêmico dos alunos no interior dos cursos.

1.14 Atividades De Tutoria

Entende-se que a prática formativa do tutor deve ser um processo continuado sempre aliando a prática de tutoria e o aperfeiçoamento constante por via da diversidade de modalidades de estudos e reflexões. O cenário da tutoria a ser praticado em ambientes relacionados ao EAD deve, em sua maioria, estar relacionado ou apoiado no conhecimento e uso eficiente das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). O uso da tecnologia aliado às práticas ativas pedagógicas deve permear as atitudes e acompanhamentos realizados pelos tutores, principalmente no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Na perspectiva da formação dos tutores o CEUNI-FAMETRO busca a implementação de transformações que possibilitem, no uso das atribuições do tutor, atitudes mais reflexivas e dinâmicas. Nesta percepção entende-se que o tutor deva ser um construtor de “redes” e não um construtor de estruturas rígidas. Percepção que contempla o dinamismo das atitudes e uso frequente de ferramentas tecnológicas de apoio.

Este cenário de formação de redes de interação, que se pode compreender como comunidades de aprendizagem, tem por base a interdisciplinaridade e a cooperação da construção do conhecimento. Como resultado direto tem-se a formação de uma forte interação entre teoria e processos ou práticas. No entanto, para que se obtenha êxito, a atividade de tutoria deve ser capaz de agir ativamente no processos ensino-aprendizagem

de forma construtiva na figura do tutor como moderador e não como apenas um líder de processo.

Para a construção da formação do tutor deve-se entender qual seu papel no contexto do processo de aprendizagem proposto pela IES, conforme descrito abaixo:

- Fazer a ligação entre a instituição e o aluno;
- Enriquecer o processo de aprendizagem com seu conhecimento e experiência;
- Facilitar a construção do saber através da reflexão e do intercâmbio de informações;
- Estabelecer relações empáticas com o aluno;
- Conhecer o ambiente tecnológico e acadêmico de atuação de tutoria;
- Auxiliar nos processos de gestão e coordenação de atividades junto ao aluno;
- Propor melhorias e sugestões na melhoria continua dos processos e materiais utilizados no NEAD;
- Constituir uma forte instância de personalização.

Algumas funções específicas devem ser compreendidas e formadas no tutor para a garantia do cumprimento do seu papel como elemento mediador do processo de aprendizagem no EAD. Estas funções norteiam os indicadores para a construção e formatação da formação necessária a ser aplicada.

- FUNÇÃO GERAL

  Proporcionar mecanismos de motivação por meio de feedback e diálogos com os alunos lhes fornecendo orientações, de forma personalizada ou coletiva, relacionadas ao seu domínio de conhecimento e experiência, além de garantir o estabelecimento de vínculos com a comunidade discente.

- FUNÇÃO PEDAGÓGICA

  Deverá promover um ambiente social produtivo e amigável. Dessa forma mantendo a equipe interdisciplinar sempre informada das atividades e eventos desenvolvidos. Estar engajado na criação de ambientes de interação sempre visando estimular o pensamento crítico buscando incentivar a criação e

manutenção de comunidades sociais para a interação entre os interesses dos alunos. Fundamentalmente desenvolver a pedagogia da interação afim de facilitar a integração e participação dos alunos que, através de seus pensamentos possam enfrentar suas contradições e inconsistências.

- FUNÇÃO GERENCIAL

  Realizar o agendamento do curso, seu ritmo, objetivos, tarefas a realizar. Elaborar as diretrizes e as regras de comportamento. Manter a acompanhamento constante, dentro dos períodos funcionais, afim de garantir o cumprimento das etapas e metas ou disponibilizar suporte mínimo de uso das ferramentas. Manter os Gestores e Professores das disciplinas sempre informados quanto a ausências, falta de interesse, dificuldades ou assuntos pertinentes ao bom andamento das atividades.

- FUNÇÃO TÉCNICA

  O tutor deverá possuir domínio das tecnologias utilizadas no cenário do NEAD/CEUNI-FAMETRO e ser capaz de ajudar os alunos nos processos de uso de tais ferramentas.

- FUNÇÃO SOCIAL

  Estabelecer de forma consistente relações sociais para a garantia de um ambiente agradável e acolhedor para o processo de aprendizagem do aluno. O tutor deve ser estimular a interação entre os participantes dos cursos, desenvolvendo trabalhos em grupo e buscando a formação de uma comunidade virtual sólida e participativa.

Tem-se por diretrizes:

- Apresentar as avaliações de tutoria como processo sistemático, formativo e democrático, com objetivo de avaliar a atuação acadêmica e o planejamento global das disciplinas cursadas, corrigindo divergências e melhorando a qualidade da gestão;

- Proporcionar aos tutores formação continuada por meio de cursos, workshops, pós-graduação, encontros que propiciem crescimento e desenvolvimento pessoal e profissional, aumentando sua segurança e autoconfiança;

- Incentivos financeiros aos tutores para se qualificarem nos programas de pós-graduação e em participação de eventos;

- Promover a participação dos tutores no NEAD, com objetivo de ter uma gestão democrática e autônoma;

- Possibilitar um planejamento estratégico, capaz de assegurara a viabilidade e sustentabilidade dos cursos;

- Implantar e garantir ferramentas tecnológicas para o auxílio do processo de aprendizagem.

Para garantir a formação do corpo de tutores com o objetivo de formatar as atitudes e habilidades dentro das funções relacionadas, O CEUNI-FAMETRO define algumas características e perfis profissionais fundamentais para processo labutar do tutor. Para a garantia de cumprimento da qualidade e excelência já conhecidos desta IES políticas para a formação continuada de tutores são estas que fomentam as políticas de capacitação e formação continuada para tutores. São elas:

POLÍTICAS DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA PARA TUTORES						
Meta	Ações	2017	2018	2019	2020	2021
Ter o seu corpo de tutoria atendidos com projetos de qualificação; formação e capacitação docente.	Ampliar os incentivos para participação em eventos científicos/técnicos e culturais.	X	X	X	X	X
	Promover Formação Continuada didático-pedagogicamente, no início de cada semestre com oficinas, palestras etc.	X	X	X	X	X
	Valorizar a titulação acadêmica, experiência na tutoria e fora dela, produção científica e tecnológica como critério de seleção para admissão de tutores;	X	X	X	X	X
	Valorizar a produção científica como critério de ascensão horizontal para níveis sucessivos das categorias docentes.	X	X	X	X	X
	Disponibilizar acervo bibliográfico online aos tutores.			X	X	X

	Disponibilizar cursos de extensão realizados pela IES sem custo aos docentes.	X	X	X	X	X
	Disponibilizar cursos de pós-graduação com descontos de 50% para atualização.	X	X	X	X	X
	Criar programa de Inter formação entre os tutores EAD e professores da graduação presencial.			X	X	X
Garantir expansão de domínio dos tutores de novas tecnologias e ferramentas para uso na modalidade EAD.	Disponibilizar BLOGS e outras ferramentas sociais para aumento de interação com os alunos com a devida formação dos tutores para uso. Criação de fanpage (FACEBOOK) por disciplina.		X	X	X	X
	Promover Formação específica para criação de vide e audioaulas por meio digital.		X	X	X	X
	Valorizar e capacitar o uso de ferramentas móveis para complemento do ambiente virtual de aprendizagem.		X	X	X	X

1.15 Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria

O tutor cumpre papel estratégico em todas as disciplinas oferecidas na modalidade EaD, já que suas atribuições não se limitam ao acompanhamento das atividades dos alunos. Como parte da equipe acadêmica dos cursos, o tutor é aquela pessoa que o aluno toma como referência na condução do seu processo de aprendizagem, pois é ele que faz a mediação entre os conteúdos desenvolvidos pelos professores e as atividades realizadas pelos alunos, dando vida às propostas e princípios definidos nos projetos pedagógicos de curso.

Elo importante entre a instituição e o aluno, o tutor tem como atribuição principal a orientação do aluno para que se conscientize de que estuda para seu próprio desenvolvimento profissional, por cujo sucesso é o principal responsável. Para isso, o tutor deve motivá-lo a agir de forma responsável quanto às tarefas, prazos e tempo de dedicação ao estudo e pesquisa.

A tutoria é composta por dois tipos de tutores: o tutor presencial e a distância. Sua atualização constante é garantida pela participação nas Oficinas de Tutores, realizadas periodicamente, uma vez que o sucesso dos projetos de curso depende, em grande parte, de sua atuação competente, responsável e sensível.

Perfil dos Tutores

O Núcleo de Ensino a Distância do CEUNI-FAMETRO (NEaD), responsável por todos os assuntos relativos ao ensino a distância na IES, considera que tanto a seleção como a formação do tutor em qualquer proposta de EaD constitui uma das garantias de qualidade do sistema. Para isso, além das competências específicas, determinadas pela DCNdo curso, os tutores, presenciais e a distância, devem apresentar, em seu perfil, as seguintes competências:

- atuar como mediador: conhecer a realidade de seus alunos em todas as dimensões, pessoal, social, familiar, escolar etc.;
- oferecer a possibilidade permanente de diálogo, saber ouvir, ter empatia e manter uma atitude de cooperação, assim como proporcionar experiências de melhoria de qualidade de vida aos alunos;
- possuir conhecimento dos fundamentos, metodologias e estrutura da educação a distância, a fim de sustentar as bases pedagógicas da aprendizagem;
- possuir habilidades de comunicação, relacionamento interpessoal, liderança, dinamismo, iniciativa, entusiasmo, criatividade e capacidade para trabalhar em equipes;
- oferecer experiências de melhoria de qualidade de vida aos alunos;
- saber lidar com os ritmos diferentes, individuais de cada aluno.

Os tutores deverão ter a titulação mínima de Especialista, em curso de Pós-graduação *lato sensu*, com carga horária mínima de 360 horas, e serão selecionados por meio de um processo de análise curricular, entrevista, testes no ambiente virtual e

dinâmicas de grupo. É pré-requisito para a contratação ter participado e ter sido aprovado na Oficina de Tutores oferecida e coordenada pelo NEaD.

No caso do tutor a distância, deverá ter formação em curso no qual exercerá a tutoria ou em áreas afins e, preferencialmente, com experiência em EaD, como aluno ou professor.

Os tutores serão incentivados a participar de congressos, fóruns, *workshops* e poderão receber bolsa parcial em curso ou programa de pós-graduação na área de EaD. Receberão contínuo treinamento interno para melhoria de desempenho e para eventuais adequações na forma de condução do trabalho, que será avaliado semestralmente por alunos, professores e coordenadores.

1.16 Tecnologia de Informação e Comunicação – TICS – No Processo Ensino Aprendizagem

Os atos e processos de “informar” e “comunicar” são intrínsecos a qualquer modalidade de educação e foram, durante séculos de educação formal, realizados por docentes sem outras mediações que livros, quadro-negro (ou equivalente) e giz (ou equivalente). Esta situação de estabilidade técnica do processo educacional foi alterada no último século com inovações tecnológicas no registro, organização, armazenagem e transferência da informação. O retroprojetor, as transparências, o mimeógrafo, os flanelógrafos, foram alguns dos recursos audiovisuais vistos como auxiliares de processos educacionais nas primeiras décadas do século XX em muitos países da América Latina, já então envolvidos com programas de cooperação técnica internacional. Enquanto os grandes computadores começavam a revolucionar as funções de registro, organização e armazenagem da informação em larga escala, pouco se poderia esperar de seu auxílio nos processos educacionais.

A pesquisa científica, sim, seria quase imediatamente transformada pela utilização desses equipamentos originalmente criados para atividades censitárias nos países industrializados. Em poucas décadas os retroprojetores se converteram em instrumentos arcaicos e praticamente despareceu da literatura e práticas educacionais a referência a “meios audiovisuais”. A revolução dos microcomputadores nos anos 1980 e as inovações tecnológicas nas comunicações que avançavam rapidamente nos países da Região,

finalmente permitiram que essa nova “onda de inovação” alcançasse primeiro, as universidades e, algum tempo depois, as escolas do ensino primário e secundário.

A expressão “TIC na educação” assume conteúdo bastante diversificado. O primeiro conteúdo se refere à capacitação para o uso de computadores e internet, usualmente denominada de “computação” em grande parte das instituições que a oferecem. Há ainda a referência a campos de natureza mais técnica e científica como “informática” – inclusive “informática educativa” – desenvolvimento de sistemas, engenharia da computação, ciência da computação.

O CEUNI-FAMETRO entende por TICs como sendo o conjunto de ferramentas e processos eletrônicos para acessar, recuperar, guardar, organizar, manipular, produzir, compartilhar e apresentar informações. As “novas” TIC incluem equipamentos e software de computação e de telecomunicações dos quais os centrais são os computadores, modems, roteadores, programas operacionais e aplicativos específicos como os multimídia, e sistemas de bases de dados.

Neste sentido, admitimos que as TICs podem ser excelentes ferramentas de apoio no processo formativo e a universidade deve abrir as suas portas para estas tecnologias, pois é através da interação e mediação nos diferentes campos do conhecimento que o acadêmico poderá ampliar sua gama de informações. Estas por sua vez serão incorporadas ao cotidiano da sala de aula, a partir do acesso dos alunos e do uso mediados das mesmas, como recurso pedagógico.

As TICs são recursos didáticos constituídos por diferentes mídias e tecnologias, síncronas e assíncronas, tais como ambientes virtuais e suas ferramentas, redes sociais e suas ferramentas, fóruns eletrônicos, blogs, chats, tecnologias de telefonia, teleconferências, videoconferências, TV convencional, TV digital e interativa, rádio, programas específicos de computadores (softwares), objetos de aprendizagem, conteúdos disponibilizados em suportes tradicionais (livros) ou em suportes eletrônicos (CD, DVD, Memória Flash, etc.), entre outros.

1.17 Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

Segundo o documento publicado pelo Ministério da Educação Referenciais de Qualidade para Cursos a Distância, considera-se que a diferença básica entre educação

presencial e a distância está no fato de que, nesta, o aluno constrói conhecimento – ou seja, aprende - e desenvolve competências, habilidades, atitudes e hábitos relativos ao estudo, à profissão e à sua própria vida, no tempo e local que lhe são adequados, não com a ajuda em tempo integral da aula de um professor, mas com a mediação de professores (orientadores ou tutores), atuando ora a distância, ora em presença física ou virtual, e com o apoio de sistemas de gestão e operacionalização específicos, bem como de materiais didáticos intencionalmente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados através dos diversos meios de comunicação. Neste contexto a principal ferramenta online é o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

Com o avanço e disseminação das TICs e o progressivo barateamento dos equipamentos, as instituições podem elaborar seus cursos a distância baseadas não só em material impresso, mas, na medida do possível, também em material sonoro, visual, audiovisual, incluindo recursos eletrônicos e telemáticos, segundo o mesmo documento de referência. Disposto como elemento que pode tronar o acesso a estas mídias e outras ferramentas diversas, o AVA desempenha o papel fundamental de interface primária na relação entre o estudante e o tutor ou professor. Seria o cenário onde as atividades têm seu potencial pedagógico maximizado.

O Centro Universitário CEUNI-FAMETRO optou por escolher uma plataforma de código aberto para garantir a possibilidade de personalização e expansão das ferramentas a serem disponibilizadas para os usuários. O AVA do CEUNI-FAMETRO é construído com base na ferramenta MOODLE, desenvolvida por Martin Dougiamas enquanto era webmaster na Curtin University of Technology na Austrália. Diversas alterações estruturais e procedimentais foram integradas ao MOODLE, mas foi mantida a filosofia baseada no Construtivismo, Construcionismo, Construtivismo Social e Comportamento Conectado e Separado.

O AVA implantado possui as seguintes características gerais, conforme os desenvolvedores e distribuidores da ferramenta:

- Promove uma pedagogia socioconstrucionista (colaboração, atividades, reflexão crítica, etc.);
- Adequado para aulas 100% on-line assim como complementando a aprendizagem face-a-face;

- Simples, leve, eficiente, compatível, interface baseada em navegadores de tecnologia simples;

- Fácil de instalar em qualquer plataforma que suporte o PHP. Exige apenas uma base de dados (e pode compartilha-la);

- Independência total da base de dados, suporta todas as principais marcas de base de dados (exceto pela definição na tabela inicial);

- A lista de cursos mostra as descrições de cada curso existente no servidor, incluindo acessibilidade para convidados;

- Cursos podem ser categorizados e pesquisados – um site Moodle pode suportar milhares de cursos;

- Ênfase em total segurança o tempo todo. Os formulários são todos checados, os dados validados , os cookies codificados, etc;

- A maioria das áreas de entrada de texto (recursos, postagens nos fóruns, etc.) podem ser editadas usando um editor HTML WYSIWYG incorporado.

Com relação à Administração do site pode-se relacionar a possibilidade de:

- O site é administrado por um usuário administrador, definido durante a instalação;

- A extensão (plug-in) Temas permite que o administrador ajuste as cores, fontes, aparência, etc. do site, para atender as preferências personalização;

- Extensões (plug-in) com módulos de atividade podem ser adicionadas a instalações existentes do Moodle;

- Extensões (plug-in) com pacotes de idioma permitem total compatibilidade com qualquer idioma. Estes podem ser editados usando um editor embutido baseado em web. Atualmente existem pacotes de idioma para mais de 60 idiomas;

- O código é PHP escrito de forma clara sob licença GNU General Public License (Licença Pública Geral GNU) – fácil de modificar para se ajustar às suas necessidades.

O administrador do ambiente pode, dentro de suas permissões e necessidade realizar os procedimentos de:

- Os objetivos são de reduzir o envolvimento do administrador ao mínimo, ao mesmo tempo em que assegura alta segurança;
- Suporta uma variedade de mecanismos de autenticação através de extensões (plug-in) com módulos de autenticação, permitindo fácil integração com sistemas existentes;
- Método padrão de email: os alunos podem criar suas próprias contas de acesso. Os endereços de email são verificados por confirmação;
- Cada pessoa necessita apenas de uma conta para todo o servidor – cada conta pode ter diferentes acessos.
- Uma conta de administrador controla a criação de cursos e cria professores através da inscrição de usuários aos cursos.
- A uma conta de criador de cursos somente é permitida criar e dar aula nos cursos.
- Os professores podem ter os privilégios de edição removidos de modo que não possam modificar o curso (por exemplo os tutores de tempo parcial).
- Segurança – os professores podem acrescentar uma “chave de inscrição” a seus cursos para manter fora os não inscritos. Eles podem fornecer essa chave diretamente ou através do e-mail particular de cada um, etc..
- Os alunos são encorajados a colocar um perfil on-line incluindo fotos e descrição. Os endereços de e-mail podem ser protegidos contra exposição, se solicitados.
- Cada usuário pode especificar faixas de horário, e cada compromisso no Moodle é ajustado a esses horários (por exemplo, datas de postagem, datas de cumprimento de tarefas, etc.)

E durante o processo de administração do curso a equipe do NEAD responsável pelo AVA pode:

- Um professor pleno tem total controle sobre todos os parâmetros de um curso, incluindo restringir outros professores.

- Composição flexível das atividades do curso – Fóruns, Jornais, Questionários, Recursos, Pesquisas de opinião, Pesquisas, Tarefas, Chats, etc.

- Mudanças recentes no curso desde o último acesso podem ser mostrados na página principal do curso – ajuda a dar um sentido de comunidade.

- A maioria das áreas de entrada de texto (recursos, postagens no fórum, etc.) pode ser editada usando um editor HTML WYSIWG embutido.

- Todas as notas para os Fóruns, Jornais, Questionários e Tarefas podem ser vistas em uma página (e baixadas como um arquivo de planilha eletrônica).

- Total acompanhamento e rastreamento dos usuários – relatórios de atividade para cada aluno estão disponíveis com gráficos e detalhes sobre cada módulo (último acesso, número de vezes que leu) bem como uma história detalhada do envolvimento de cada aluno incluindo postagens, etc. em uma página.

- Integração de correio – copias de postagens no fórum, feedback do professor, etc. podem ser postados em HTML ou texto simples.

- Escalas personalizadas – os professores podem definir suas próprias escalas a serem usadas para dar nota aos fóruns e tarefas.

- Os cursos podem ser agrupados como um único arquivo zip usando a função Backup. Este arquivo pode ser restaurado em qualquer servidor Moodle.

Todas estas funcionalidades são desenhadas e especificadas para garantir a experiência única do estudante de estar num ambiente pensado e projetado pedagogicamente para lhe acompanhar no processo de aprendizagem.

Alguns módulos usados em nossa ferramenta são: Módulo Tarefa, Módulo Chat, Módulo Pesquisa de Opinião, Módulo Fórum, Módulo Questionário, Módulo Recursos, Módulo Pesquisa de Avaliação e Módulo Laboratório de avaliação.

FERRAMENTAS SÍNCRONAS

São ferramentas cuja principal característica é que todos os participantes iniciem e terminem suas atividades em datas e horários específicos simultaneamente. No AVA CEUNI-FAMETRO as ferramentas síncronas disponibilizadas são:

- CHAT de suporte;
- CHAT de tutoria;
- VIDEOAULA Live com canal de retorno;
- Avaliação online;
- Estação de Rádio Online (em atividades agendadas);
- Estação de TV Online (em atividades agendadas).

Todas as atividades realizadas sob o aspecto síncrono quando se tratar de mídias digitais serão disponibilizadas em modo assíncrono no AVA e postadas no BLOG da disciplina.

1.18 Material Didático

O curso produz material didático próprio para as disciplinas oferecidas na modalidade Ead. A produção do conteúdo ou cadernos de estudo segue regras de qualidade bem especificas para a garantia de qualidade e rastreabilidade de erros. Além de possuir design instrucional planejado de forma a garantir o cumprimento do contexto processual da aprendizagem.

Antes de produzir o conteúdo o colaborador a ser definido para a produção do mesmo deverá possuir o seguinte perfil:

- Possuir experiência mínima de 5 anos como docente;
- Possuir titulação mínima de mestrado;
- Comprovar experiência na produção e conteúdo para cursos na modalidade EAD;

- Ter experiência mínima de 3 anos como professor ou tutor em cursos na modalidade EAD;

- Dominar conceitos de metodologias pedagógicas ativas para a construção de objetos acadêmicos.

Após a criação todo o material será exportado a um revisor que fará as devidas considerações quando à estrutura gramatical e normas pertinentes, assim como a verificação da coerência do material produzido frente à proposta didático-pedagógica da IES. E se houverem alterações serão realizadas pelo próprio produtor.

A etapa seguinte é a validação por parte da COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA para que sejam realizadas as devidas considerações em consonância com as diretrizes acadêmicas da IES.

Após o processo de validação pedagógica o conteúdo é diagramado e postado nos devidos repositórios digitais para compartilhamento e distribuição no ambiente virtual e para os alunos.

Quando ao material produzido em estúdio, as videoaulas e audioaulas, após a sua produção e edição, realizada pela EQUIPE DE PRODUÇÃO, passa por um processo de validação de qualidade realizado pela EQUIPE DE APOIO DO NEAD. São verificados itens como qualidade de vídeo, qualidade de áudio, caracteres, edição entre outros indicadores. Após aprovação os arquivos de mídia são postados nos repositórios em nuvem para integração com o ambiente virtual de aprendizagem e disponibilização aos alunos.

1.19 Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem

Os processos de avaliação da aprendizagem têm se constituído na tradição pedagógica muitas vezes como um instrumento de punição que objetiva medir a capacidade do aluno, por meio de instrumentos rígidos e estereotipados como provas e trabalhos. Estes por sua vez pretendem a partir dos resultados alcançados estabelecer uma classificação do aluno em termos de aprovação ou reprovação em uma determinada disciplina.

Este entendimento tem sido alvo de severas críticas por converter o processo de avaliação em um “acerto de contas” entre o professor e o aluno, inviabilizando assim a própria dimensão pedagógica que deveria estar contida na possibilidade de que o erro seja tomado como ponto de partida para o estabelecimento de novos itinerários de aprendizagem, como nos ensina a corrente teórica da avaliação formativa e/ou contínua.

Vista desse modo, a avaliação é um momento privilegiado de aprendizagem, uma vez que a leitura correta dos erros e das dificuldades encontradas pelos alunos, em uma determinada questão, por exemplo, pode oferecer ao professor a oportunidade de rever sua prática pedagógica, promovendo ajustes na sua conduta de ensino. Outro fator que deve ainda ser considerado, reside na idéia de que a avaliação não pode mais ser tomada como um momento estanque do processo ensino-aprendizagem. Dito de outro modo o processo de avaliação deve assumir o caráter dinâmico típico da construção do conhecimento.

Assim, quando falamos de um currículo organizado para a formação de competência, onde o conteúdo de ensino é tomado em toda a sua complexidade e multidimensional idade (conceitos, atitudes e procedimentos), tem um desafio para o professor, cabendo a substituição da lógica tradicional de avaliar, por outra racionalidade que a conceba muito mais como um instrumento de diagnóstico da aprendizagem, do que um fim em si mesma. Está nova lógica, como já alertamos, deve, portanto, considerar o caráter dialógico e processual da aprendizagem e por extensão o caráter também dialógico e processual do próprio desenvolvimento das competências.

Therrien e Loiola (2001) afirmam que “[...] ser competente é ser capaz de utilizar e de aplicar procedimentos práticos apropriados em uma situação de trabalho concreta”. Na visão de Brandão (2009), os processos cognitivos ou a aquisição de conhecimento, habilidades e atitudes são oriundos da inserção e interação do indivíduo no meio social. Desta forma, a competência pode ser definida como desempenho profissional ou social expressa pelo sujeito, de seus conhecimentos, habilidades e atitudes, em um contexto específico (Brandão, 2009). Segundo Desaulniers (1997),a competência é inseparável da ação, e os conhecimentos teóricos são utilizados de acordo com a capacidade de executar as decisões que ela (a ação) sugere.

A competência se constrói, portanto, na articulação entre um saber e um contexto; além disso, o profissional é capaz de transpor a aprendizagem para outros contextos. Assim, ser competente é:

a) saber agir com competência;

b) saber mobilizar saberes e conhecimentos em um contexto profissional;

c) saber integrar ou combinar saberes múltiplos e heterogêneos;

d) saber transpor;

e) saber aprender e aprender, a saber; e

f) saber envolver-se.

O profissionalismo e a competência resultam não somente de um saber agir, mas de um querer agir e de um poder agir; e, associados à competência, estão os aspectos cognitivos, afetivos e sociais inerentes à motivação humana (Le Boterf, 2000).

Avaliar competência "[...] não se trata de avaliar o indivíduo, mas seu agir profissional em um determinado contexto" (Rosa, Cortivo & Godoi, 2006, p. 82). Com base nesta proposta, o processo avaliativo da disciplina deve ser estruturado para que conhecimentos, habilidade e atitudes sejam avaliadas em equilíbrio evidenciando as competências desenvolvidas no interior de cada disciplina, no período letivo e por fim o conjunto das mesmas previstas no perfil do egresso.

Neste sentido, os cursos devem utilizar a tabela abaixo para identificar que conhecimentos, quais habilidades e quais atitudes previamente definidas serão objeto de avaliação sistemática dos professores. Esta matriz de competências deve guardar observância com os conteúdos previstos, o objetivo da disciplina e por fim o objetivo do próprio curso, devendo ainda estabelecer os instrumentos avaliativos alinhados ao que se deseja de fato avaliar, tendo em vista que a avaliação de um conhecimento de natureza conceitual é deveras distinta da avaliação de uma habilidade (ainda que reconheçamos que estes conteúdos se dão articuladamente) há de se considerar algumas distinções e especificidades para as quais os instrumentos avaliativos devem observar.

A matriz de competências para fins de avaliação é parte integrante do planejamento da disciplina.

E como podemos promover uma avaliação das competências? Primeiro é preciso retomar alguns conceitos que já indicamos na metodologia de ensino. Por competência consideramos a capacidade do aluno de mobilizar conceitos, atitudes e procedimentos para a solução ou superação de uma determinada situação. Dizemos que o sujeito é uma pessoa competente quando reconhecemos nele a capacidade de resolver situações complexas e estas soluções serão tão mais eficazes, quando for à capacidade de articulação de conhecimentos de diferentes ordens e fontes.

É precisamente por esta razão que os processos avaliativos devem ser planejados e organizados em termos de instrumentos avaliativos ou atividades de avaliação diversificadas e integradas, auxiliando o professor e principalmente o aluno no ajuste e gerenciamento de suas aprendizagens. Outro ponto fundamental é reconhecer que determinados conteúdos requerem modelos diferenciados de avaliação, como veremos a seguir.

Não é razoável pensar que um conteúdo de natureza eminentemente prático ou procedimental possa ser avaliado da mesma maneira como avaliamos o domínio de um conceito. Ou ainda que, podemos avaliar a aquisição ou desenvolvimento de uma atitude apenas perguntando ao aluno como ele se comportaria no plano teórico a partir de uma prova fechada de perguntas e respostas, onde, frequentemente o aluno é chamado a descrever um procedimento, ou memorizar um conceito.

Convenhamos que a descrição de um procedimento, não garante que os alunos sejam capazes de realizá-lo. Ou ainda que a transcrição de um conceito em uma prova de perguntas e respostas garanta que os alunos sejam capazes de articular conceitos ou de retomá-los, quando precisarem tomar uma decisão.

Na direção de avaliar competências algumas alternativas metodológicas têm sido assumidas por professores, uma dela é a avaliação por portfólio realizada com base numa coleção organizada de trabalhos produzidos pelo aluno, visando fornecer um registro a médio/longo prazo da evolução do rendimento do aluno e da evolução das suas atitudes.

Assim, o portfólio permite uma avaliação mais concreta e fiel das competências desenvolvidas pelo aluno, ao longo de um determinado processo, porque inclui para além de testes aos seus conhecimentos de fatos, de conceitos, de teorias e de regras, outros elementos, nomeadamente, aqueles que revelam o próprio desenrolar do processo. Por outro lado, como o portfólio deve incluir um conjunto variado de realizações dos alunos,

permite evidenciar que competências foram efetivamente desenvolvidas pelo aluno e os respectivos níveis de desempenho por ele alcançados.

Como instrumento de avaliação permite operacionalizar a avaliação formativa, contínua e sistemática, consignada na legislação em vigor que regulamenta o desenvolvimento curricular e a avaliação interna, permite, ainda operacionalizar não só a avaliação formativa, mas também concretizar efetivamente os efeitos de uma avaliação formativa, isto é, gerar medidas de diferenciação pedagógica adequadas às características dos alunos e às aprendizagens e competências a desenvolver. Assim como permite concretizar os objetivos da avaliação formativa, nomeadamente a regulação do ensino e da aprendizagem, recorrendo a uma variedade de instrumentos de recolha de informação, de acordo com a natureza das aprendizagens e dos contextos em que ocorrem. Pensando desta maneira, asa avaliações formativas e somativas devem propor avaliar a aprendizagem e o conhecimento construído a partir de uma visão interdisciplinar e transversal.

Os recursos audiovisuais tais como filmagens, fotografias, realização de pequenos vídeos e documentários, a integração das TIC's as atividades de simulações, os protocolos de observação, a auto avaliação, a resolução de problemas são poderosos aliados para avaliar procedimentos e atitudes, situações problemas podem também funcionar de forma muito eficiente na avaliação dos conceitos, e quando bem construídas podem inclusive ser um importante meio de mobilização e de integração de conteúdos atitudinais, conceituais e até mesmo procedimentais.

A auto avaliação deve ser sempre considerada como uma via pela qual o aluno possa ir gradativamente avançando na autonomia intelectual e no próprio gerenciamento de suas aprendizagens, e até mesmo os instrumentos tradicionais da avaliação como provas e trabalhos podem se converter em um momento privilegiado de aprendizagem, quando alteramos a nossa concepção de avaliação e modificamos nossa percepção sobre o lugar desta no trabalho pedagógico.

Sob essa ótica, avaliar implica no acompanhamento contínuo e contextualizado das experiências de aprendizagem apresentadas e, principalmente, o estabelecimento de estratégias educativas que sejam capazes de possibilitar a recuperação do aluno no processo, respeitando a sua individualidade e, minimizando as desigualdades da sua formação.Assim, a avaliação das disciplinas será de natureza Formativa e Somativa.

Avaliação Formativa: se dará no desenvolver do processo ensino-aprendizagem quando os sujeitos serão os próprios reguladores da ação educativa, tendo a oportunidade de rever a adequação da dinâmica e metodologias adotadas, viabilizando os próprios reguladores da ação educativa, tendo a oportunidade de rever a adequação da dinâmica e metodologias adotadas, viabilizando o redirecionamento das atividades educativas planejadas, no sentido de adquirir as competências estabelecidas.

Avaliação Somativa; tem como objetivo conferir notas, tendo como referência as normas e exigências institucionais, acompanhará a avaliação formativa através da auto avaliação discente e avaliação do moderador da aprendizagem.

A verificação do rendimento escolar se fará ao longo do ano letivo, em cada componente curricular, compreendendo:

i) Apuração de freqüência às atividades escolares;

ii) Avaliação do aproveitamento escolar.

O rendimento escolar será aferido com base no cômputo da freqüência e dos resultados do aproveitamento nas atividades didático-pedagógicas previstas na programação do componente curricular, sob orientação acadêmica. A avaliação do aproveitamento escolar deve ser entendida como instrumento de acompanhamento contínuo e de caráter construtivo, visando a melhoria da qualidade da aprendizagem através de um processo formativo, permanente e de progressão continuada.

Será considerado aprovado no componente curricular o aluno que obtiver:

i) Frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) às atividades didático-pedagógicas programadas em cada componente curricular;

ii) Média aritmética das notas obtidas nos componentes curriculares, igual ou superior a 5 (cinco);

iii) Aos componentes curriculares semestrais serão atribuídas 2 notas com no mínimo 2 atividades de avaliação. No final de cada semestre letivo, o aluno que obtiver média inferior a 5 (cinco) estará reprovado.

iv) A média final em cada disciplina é obtida mediante a seguinte fórmula:

(MN1 +MN2)/2

Onde:

M = Média;

N1 = corresponde a 1a nota;

N2 = corresponde a 2a nota;

Fica assegurado ao aluno o direito de revisão do resultado da avaliação, que será regulamentado em norma específica. Terá direito a matricular-se na série seguinte, o aluno aprovado nos componentes curriculares da série na qual está matriculado. O aluno reprovado em 50% (igual e superior) dos componentes curriculares fará matrícula na série seguinte em regime de progressão parcial. Em caso de nova reprovação, será vedado a matrícula na série subsequente, devendo o aluno cursar apenas os componentes curriculares que determinaram à progressão parcial.

Formas de Acesso ao Curso

O ingresso de alunos a qualquer curso ministrado pelo CEUNI-FAMETRO se dá, conforme exigência da legislação em vigor, sempre através de um processo seletivo.

O ingresso em um curso de graduação se dará através de:

i) Processo Seletivo;

ii) Transferência;

iii) Portador de Diploma de Curso Superior;

iv) Reopção;

v) ENEM.

Do Processo Seletivo

O Processo Seletivo é um exame seletivo e classificatório a que se submetem aqueles que concluíram o ensino médio ou equivalente e que desejam ingressar em curso de graduação. O Processo Seletivo será aberto por edital e será elaborado em articulação com o ensino médio, sem ultrapassar este nível de complexidade.

A classificação dos candidatos aprovados obedece a ordem decrescente de pontos obtidos, até o preenchimento das vagas definidas para cada curso e turno da preferência do candidato registrados no ato de sua inscrição. O Processo Seletivo, com validade exclusiva para o ano ao qual se destina, será realizado antes do início de cada ano letivo, sob a responsabilidade do Diretor Acadêmico.

Do Processo Seletivo Contínuo

O Processo Seletivo Contínuo é um processo seletivo sequenciado destinado aos estudantes que ainda estão cursando o ensino médio e que pretendem, após sua conclusão, ingressar em curso de graduação.

O Processo Seletivo Contínuo, aberto por edital, só terá validade para o estudante que se submeter aos três exames correspondentes a 1ª, 2ª e 3ª ano do ensino médio e terá validade exclusiva para o ano imediatamente subsequente ao ano de conclusão do ensino médio.

A média final do aluno que se submeter ao Processo Seletivo Contínuo corresponde à média aritmética dos resultados dos três exames mencionados no parágrafo anterior.

A classificação dos candidatos para o preenchimento das vagas definidas pelo Conselho Maior para o Processo Seletivo Contínuo obedecerá à ordem decrescente das médias obtidas na forma do parágrafo anterior.

O Processo Seletivo contínuo será planejado e coordenado pelo Diretor Acadêmico.

Transferência

Transferência é a forma de admissão de estudantes oriundos de outra Instituição de Ensino Superior - IES no decorrer de um curso de graduação. A transferência facultativa depende da existência de vaga no curso ou curso afim e sua autorização está condicionada ao atendimento das exigências das normas estabelecidas pelo Conselho Maior, mediante processo seletivo. O processo de transferência facultativa inicia-se com o pedido de declaração de vaga.

O CEUNI-FAMETRO, ao deferir o pedido de declaração de vaga, deverá solicitar da IES de origem do candidato a respectiva guia de transferência acompanhada da seguinte documentação:

i) Histórico escolar completo do aluno a ser transferido, no qual conste inclusive o semestre e ano letivo em que foi aprovado no processo seletivo;

ii) Currículo pleno do curso, com a indicação do programa e carga horária de cada disciplina cursada;

iii) Regime ou critério de aprovação.

Do Portador de Diploma de Curso Superior

O Portador de Diploma de Curso Superior poderá ser admitido em curso de graduação da FAMETRO em vagas remanescentes do Processo Seletivo. O Conselho Maior estabelecerá os critérios para o processo seletivo dos candidatos em normas complementares.

Da Reopção

Reopção é transferência interna de um curso de graduação para outro da mesma área permitida a alunos regulares da FAMETRO, através de seleção. Os critérios exigidos para o deferimento do pedido de re-opção são:

i) Existência de vaga no curso pretendido;

ii) Comprovação de regularidade de matrícula no curso de origem; e

iii) Comprovação de que o estudante já tenha cursado, pelo menos, dois semestres do curso de origem.

Enem

Através do resultado do ENEM, o candidato concorre às vagas sem precisar fazer o vestibular, desde que obtenha média igual ou superior a 450 (QUATROCENTOS E CINQUENTA PONTOS).

Matrícula

A primeira matrícula institucional é o cadastramento do candidato selecionado por uma das formas de admissão a um curso de graduação ou pós-graduação, tornando-se por este ato, um aluno regular vinculado ao Curso a FAMETRO.

Por ocasião do cadastramento o aluno recebe um número permanente no curso, o qual indica o ano de seu ingresso, o código da área de estudo e a sequência numérica do curso.

A matrícula institucional é feita pela secretaria Acadêmica no prazo fixado no calendário acadêmico, salvo por motivo de força maior, devidamente comprovado e aceito pelo Conselho Superior.

A não efetivação da primeira matrícula institucional, expirados todos os prazos de chamada, implica na perda do direito a vaga.

A solicitação de matrícula institucional é feita em formulário próprio pelo acadêmico ou seu representante legal, anexando a esta, a seguinte documentação:

I- certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente;

II- histórico escolar do ensino médio;

III- diploma do ensino superior;

IV- título de eleitor;

V- comprovante de estar quites com o serviço militar, para os homens;

VI- uma foto ¾.

Os itens I e II são exigidos para os cursos de graduação e os itens III e IV para os cursos de pós-graduação ou cursos de graduação com ingresso como portador de diploma de nível superior.

A solicitação de matrícula institucional, sem qualquer exceção só poderá ser feita à vista de toda documentação exigida. Será anulada a matrícula efetuada quando não tenham sido observadas todas as exigências legais e regimentais, o que deve ser notificado.

1.20 NÚMERO DE VAGAS:

O curso possui atualmente 200 vagas autorizadas, divididas da seguinte forma:

Matutino: 100 vagas

Noturno: 100 vagas

1.21 Integração com as redes públicas de ensino

Por se tratar de curso bacharelado este item não se aplica ao curso.

1.22 Integração com o sistema local e regional de saúde (SUS)

O Convênio e parceria com a Secretaria de Saúde de Manaus prevê medidas que mantenham a promoção da atenção contínua, coordenada, compartilhada e integral, respeitando-se a relação aluno-usuário de serviço de saúde, de modo a evitar a descontinuidade do atendimento, a superlotação do serviço e prejuízos a atenção à saúde ao usuário do SUS. Os alunos deverão promover a realização de ações, focado na melhoria da saúde das pessoas, a partir de diretrizes e de normas técnicas para a realização de processos e procedimentos com vistas à qualidade e segurança do usuário do SUS fundamentado em princípios éticos e contribuir de maneira corresponsável com os profissionais dos serviços, gestores, e usuários.

1.23Atividades práticas de ensino para áreas de saúde

Os conteúdos trabalhados estarão relacionados com todo o processo saúde-doença do cidadão, da família e da comunidade, integrado à realidade epidemiológica e profissional, proporcionando a integralidade das ações do cuidar da Farmácia. Essas atividades práticas serão supervisionadas pelos docentes das respectivas disciplinas e visam uma formação do Farmacêutico para atender ao sistema de saúde vigente no país.

1.24Atividades práticas de ensino para licenciaturas

Este item não se aplica ao curso.

DIMENSÃO 2: CORPO DOCENTE E TUTORIAL

2.1 Núcleo Docente Estruturante- NDE

As normas do NDE compreendem os seguintes itens:

I.O Núcleo Docente Estruturante (NDE) de um curso de graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

II. O NDE deve ser constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso.

III. São atribuições do Núcleo Docente Estruturante: contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo- indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

IV. O CEUNI- FAMETRO, por meio dos seus colegiados superiores, devem definir as atribuições e os critérios de constituição do NDE, atendidos, no mínimo, os seguintes: ser constituído por um mínimo de 5 professores pertencentes ao corpo docente do curso; ter pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação stricto sensu; ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral; assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso.

V. O NDE constituído deverá se reunir no mínimo 2 vezes por semestre em reuniões ordinárias previstas em calendário acadêmico

VI. Caso haja necessidade de outras reuniões o Presidente do NDE, poderá convocar reuniões extraordinárias

VII As reuniões ordinárias e extraordinárias deverão ser registradas em ata aprovada por todos os membros

VIII. O presidente nato do NDE é o Coordenador de Curso de Graduação.

IX. O NDE não se constitui em instância deliberativa devendo suas propostas serem submetidas aos Colegiados de Curso.

O Núcleo Docente Estruturante do Curso de Farmácia é formado por professores, contratados em regime integral ou parcial, que participaram efetivamente da construção do Projeto Pedagógico e juntos com o coordenador são responsáveis pela implantação do curso, os mesmos possuem formação stricto sensu e experiência na área. As reuniões do NDE ocorrem duas vezes ao semestre em caráter ordinário, convocadas pelo presidente do Núcleo. As demais reuniões ocorrem em caráter extraordinário, podendo

Qde.	Componentes do NDE	Titulação	Regime Trabalho	Tempo de permanência no NDE(em meses)	Tempo de permanência na IES (em meses)
1	Profª MSc. Jaqueline de Oliveira Souza	**Mestre**	**Integral**	42 meses	47 meses
2	Prof° MSc. Denys Paixão Costa de Oliveira	**Mestre**	**Integral**	29 meses	30 meses
3	Prof° Msc. Diego dos Santos Freitas	**Mestre**	**Parcial**	42 meses	72 meses
4	Profª Dra.Francimeire Gomes Pinheiro	**Mestre**	**Parcial**	7 meses	132 meses
5	Profª Dra. Tanise Vendruscolo Dalmolin	**Doutora**	**Integral**	12 meses	13 meses
			Média permanência	**Meses**	**meses**

também acontecer em conjunto com o colegiado de curso, devendo ser convocada pelo presidente do núcleo e o coordenador de curso.

NDE do curso de Farmácia 2018

2.2Equipe Multidisciplinar

A equipe multidisciplinar atua na relação entre a coordenação do curso de farmácia e o Núcleo de Educação a Distância (NEaD), que é a unidade institucional responsável pela gestão dos processos acadêmicos e pedagógicos de cursos e atividades educacionais na modalidade a distância, o que inclui: organizar, implantar e gerenciar as atividades a distância nos cursos, inclusive orientando e supervisionando os docentes envolvidos nessa modalidade de ensino.

O NEaD é composto por um grupo de profissionais com grande experiência acadêmica e tecnológica na área, com passagem por renomadas instituições de ensino, que trabalham de forma sistêmica e colaborativa. O NEaD tem regimento próprio (Regimento da Graduação Modalidade a Distância), com *status* de uma Unidade com autonomia para gerir suas ações, bem como para garantir a implantação, implementação, e desenvolvimento do processo educativo utilizando a modalidade a distância, por meio de ações didático-pedagógicas, tecnológicas e administrativas adequadas.

EQUIPE DO NEAD

Gestor

É responsável por todas as ações desenvolvidas pelo NEaD, incluindo o planejamento, a gestão de pessoal e o acompanhamento dos demais setores institucionais a ele interligados.

Composição: um (01) assessor capacitado para realizar o controle e escala de funcionários, pedidos de materiais, redação de atas de reuniões, organização de todos os documentos legais do NEaD, controle de agenda, entre outras funções.

Tem como atribuições:

- Liderar e integrar todos os processos que visam ao funcionamento do NEaD;
- Elencar cursos que serão oferecidos ao público-alvo a partir de pesquisas junto à sociedade;
- Formatar o calendário anual de atividades;

- Identificar materiais e serviços necessários à oferta e ao funcionamento dos cursos;
- Exercer a coordenação geral de todas as equipes e dos processos do NEaD;
- Identificar mídias e tecnologias viáveis à realidade institucional e ao público-alvo;
- Identificar o melhor desenho educacional para os projetos pedagógicos;
- Confeccionar e despachar, junto à reitoria, os documentos de interesses do NEaD;
- Confeccionar ou coordenar a produção de documentos que fazem parte do trâmite interno do NEaD.

Coordenação Pedagógica

Responsável pelo desenvolvimento dos projetos pedagógicos junto com os coordenadores de cursos, revisão, controle e acompanhamento do ambiente virtual do aluno; organização, planejamento e controle dos tutores e conteudistas. Tem conhecimento na área pedagógica, incluindo didática e metodologias, gestão educacional, técnicas de ensino-aprendizagem, docência e uso de mídias e tecnologias.

Composição:

- 01 Revisor: com conhecimento e formação na área de Língua Portuguesa;
- 01 Supervisor de Tutores: com formação e experiência na área de supervisão:
- Tutores (16 h) presencial: com formação e conhecimento do curso;
- Tutores (16 h) a distância: com formação na área de conhecimento do curso;
- 01 Psicopedagogo: com formação em Psicologia para atendimento aos alunos:

- 01 Professor por disciplina: 06 horas semanais.

Tem como atribuições:

- receber e emitir parecer sobre propostas de cursos de graduação, modalidade a distância, e enviá-los ao CONSUP do CEUNI-FAMETRO;
- exercer a supervisão pedagógica dos cursos de graduação, modalidade EaD, observando as normas e desenho curricular do Projeto Pedagógico Institucional do NEaD;
- supervisionar a observância das normas e qualidade exigida na produção dos materiais didáticos a serem elaborados pelos professores;
- revisar os elementos que irão compor o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA);
- acompanhar o desempenho dos coordenadores e supervisionar o cumprimento de suas atribuições;
- quando solicitado, representar o curso perante as instâncias superiores institucionais e órgãos avaliadores do Ministério da Educação.

Coordenação de Mídias e Tecnologias

Tem como atividades a escolha das tecnologias e mídias a serem utilizadas nas atividades e nos cursos oferecidos pelo NEaD e a operacionalização da construção do material didático.

Composição:

- 01 Analista de Sistema: esse profissional deve ter formação em análise de sistema e experiência técnica comprovada;
- 01 Analista Designer Web: esse profissional deve ter ótimos conhecimentos sobre softwares para design de recursos e páginas web; 01 Analista de Ambiente Virtual de Aprendizagem: o profissional dessa área deve ter ótimos conhecimentos nas áreas de programação e, em especial, sobre as

especificidades do software escolhido para hospedar os cursos e as atividades;

- 02 Assistentes de Produção: acompanhamento das gravações das videoaulas, agendamento com os professores, controle e organização dos estúdios.

Tem como atribuições:

- Apresentar mídias e tecnologias apropriadas para atender à sociedade;
- Coordenar todos os processos que visam ao funcionamento do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA);
- Coordenar a operacionalização dos materiais didáticos, o design institucional do AVA, o design institucional dos estúdios de gravações; o design dos materiais didáticos.

Coordenação de Produção

Setor responsável pela produção, gerenciamento e orientação aos docentes no processo de produção e gravação das videoaulas com vistas a garantir a qualidade técnica e pedagógica desse recurso didático.

Tem como atribuições:

- Produzir recursos para as videoaulas;
- Gerenciar demandas relativas às videoaulas;
- Gerenciar demandas da agenda dos estúdios;
- Produzir locais para gravações externas e entrevistas;
- Orientar professores quanto ao conteúdo das videoaulas e sua relação com o conteúdo escrito.
- Orientar professores quanto à estrutura e recursos para a gravação das videoaulas;

- Recepcionar e dar apoio aos docentes durante sua estada no Núcleo de Educação a Distância;
- Acompanhar gravações;
- Acompanhar produção da locução e da tradução da Língua de Sinais;
- Criar, implantar e otimizar processos referentes às videoaulas e suas demandas; e
- Produzir relatórios sobre o andamento das gravações.

Secretaria Acadêmica (SEaD):

Setor responsável por todos os processos, registros e controles acadêmicos, e pelo relacionamento com alunos e com os polos de apoio presencial.

Sua composição inclui:

- 04 Assistentes administrativos acadêmicos para a secretaria: atendimento on-line e por telefone aos alunos;
- 01 Assistente administrativo acadêmico para logística: controle materiais didáticos e documentos;
- 02 Assistentes administrativos acadêmicos para apoio ao aluno: atendimento on-line e por telefone aos alunos;
- 01 Ouvidor: atendimento on-line e por telefone aos alunos.

2.3 Atuação do Coordenador

O CEUNI-FAMETRO entende que coordenar um curso no Ensino Superior requer responsabilidades cada vez mais abrangentes dentro do processo de transformação pelas quais as instituições passam atualmente. Por isso tem definido claramente qual o perfil que deseja de seus coordenadores e por consequência as suas atribuições.

O perfil de atuação do coordenador que se deseja é de alguém que seja mais que um simples mediador entre alunos e professores, ou seja, deseja-se um gestor para promover as alterações e introduzir propostas inovadoras no ambiente universitário. Sendo capaz de transformar, diariamente, conhecimento em competência.

A atuação do coordenador de curso é definida pelas seguintes competências

i) Reconhecer as necessidades da área em que atua;

ii) Tomar decisões que possam beneficiar toda a comunidade acadêmica;

iii) Atender as exigências legais do Ministério da Educação;

iv) Gerir e executar o projeto político-pedagógico do curso;

v) Operar novas tecnologias;

vi) Avaliar o trabalho dos docentes;

vii) Estar comprometido com a missão, crença e valores da instituição;

viii) Estar atento às mudanças impostas pelo mercado de trabalho a fim de adequar e modernizar o curso com foco na garantia de qualidade;

ix) Gerir equipes e processos, pensando e agindo estrategicamente;

x) Colaborar com o desenvolvimento dos alunos e com o crescimento da instituição em que trabalha.

Assim, ser coordenador de curso pressupõe possuir competências nos aspectos: legal, mercadológico, científico, organizacional e de liderança.

Trata-se não apenas de competência técnica, centrada no saber fazer de modo operacional, mas no conhecer, no saber ser e no saber viver junto, ou seja, o conhecimento dos dados isolados é insuficiente; é preciso articulá-los à iniciativa, a motivação para o trabalho, às relações interpessoais, aliando saberes sócio afetivos e cognitivos.

No que compete a representatividade do coordenador nas instâncias colegiadas institucionais, possuindo acento no Conselho Maior da Instituição, sendo ainda, presidente nato do colegiado de curso e membro do Núcleo Docente Estruturante.

2.4Regime de trabalho do coordenador de curso

Carga Horária de Coordenação de Curso

- 24h de Coordenação

- 04h de Núcleo Docente Estruturante

- 12h de sala de aula

2.5 Corpo Docente: titulação

O Corpo Docente é constituído por todos os professores permanentes do CEUNI-FAMETRO e que tenham sido admitidos conforme as normas estabelecidas pela Coordenação de Ensino.

Os professores são contratados pela Entidade Mantenedora, conforme as normas do Regulamento da Carreira Docente, aprovadas pelo Conselho Superior e referendadas pela Entidade Mantenedora, e segundo o regime das leis trabalhistas, na forma seguinte:

i) Professores Integrados no Quadro de Carreira Docente;

ii) Professores Visitantes ou Colaboradores.

Os professores que atuarão no Curso de Farmácia foram contratados mediante a realização de processo seletivo, executado por comissão designada para esse fim, e que incluiu os seguintes passos:

i) Análise do currículo dos candidatos previamente selecionados na "banca de currículos" da Faculdade ou dos que apresentarem, mediante divulgação do processo seletivo, em edital publicado em jornal de grande circulação desta capital;

ii) Banca de avaliação de uma aula dos candidatos sobre um tema relacionado à disciplina em questão;

iii) Entrevista com o candidato;

iv) Argumentação oral sobre um tema relacionado à disciplina para cuja vaga o candidato estiver concorrendo.

O Centro Universitário tem procurado contratar, preferencialmente, profissional com doutorado ou mestrado concluído ou em andamento, mas leva em conta, também, a experiência profissional na docência e a produção científica dos candidatos.

Quadro demonstrativo da titulação dos professores das disciplinas presenciais do curso:

Nº	Docente	Formação (Graduação)	Titulação Máxima	Regime	Experiência dentro do Magistério Superior	Experiência fora do Magisterio superior	Total das Produções
1	ANGELA MARIA LIMA MUNIZ LETRAS	LETRAS	MESTRE	PARCIAL	7 ANOS 1 MÊS	2 ANOS	19
2	ANNE CRISTINE GOMES DE ALMEIDA	FARMACÊUTICO	MESTRE	PARCIAL	1 ANO E 6 MESES	0	18
3	ANDREIA DE DEUS MEDEIROS	QUÍMICA	MESTRE	HORISTA	4 ANOS E 1 MÊS	11 MESES	1
4	CECÍLIA FONSECA CARVALHO	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	DOUTOR	PARCIAL	3 ANOS E 7 MESES	0	7
5	DENYS PAIXÃO COSTA DE OLIVEIRA	FARMÁCIA	MESTRE	INTEGRAL	11 ANOS E 6 MESES	33 ANOS E 6 MESES	0
6	DIEGO FREITAS DOS SANTOS	QUÍMICA INDUSTRIAL	MESTRE	PARCIAL	6 ANOS E 2 MESES	7 ANOS	3
7	ELLEN CRISTINA COSTA DA SILVA	QUÍMICA	DOUTOR	INTEGRAL	12 ANOS	9 ANOS E 1 MÊS	19
8	FABIO CARMONA DE JESUS MAUES	FARMÁCIA	DOUTOR	HORISTA	5 ANOS E 7 MESES	1 ANO E 10 MESES	6

9	FRANCISCA MARTA NASCIMENTO DE OLIVEIRA FREITAS	ENGENHARIA AGRÍCOLA	DOUTOR	PARCIAL	10 ANOS E 2 MESES	3 ANOS	5
10	FELIE LEÃO MURTA	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	MESTRE	PARCIAL	2 ANOS E 10 MESES	0	13
11	FRANCIMEIRE GOMES PINHEIRO	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	DOUTOR	PARCIAL	13 ANOS	13 ANOS	26
12	HELIANA ROSELY NEVES DE OLIVEIRA	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	DOUTOR	PARCIAL	7 ANOS	2 ANOS E 6 MESES	11
13	JAQUELINE OLIVEIRA SOUZA	FARMÁCIA	MESTRE	INTEGRAL	4 ANOS 1 MÊS	0	3
14	KAROLINE LO JIMENEZ	FARMÁCIA	MESTRE	PARCIAL	3 ANOS E 10 MESES	0	1
15	LEONARDO DO NASCIMENTO ROLIM	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	DOUTOR	PARCIAL	4 ANOS E 9 MESES	10 MESES	1
16	LUCIANA DOS SANTOS VIANA	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	MESTRE	PARCIAL	2 ANOS E 10 MESES	0	0
17	LUCIANO DE PINTO MARTINS	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	MESTRE	PARCIAL	4 ANOS E 1 MÊS	0	6
18	MARCELO AUGUSTO MOTA BRITO	FARMÁCIA	MESTRE	HORISTA	11 MESES	0	14
19	NILBERTO DIAS DE ARAÚJO	BIOMEDICINA	MESTRE	INTEGRAL	5 ANOS E 11 MESES	1 ANO	3
20	TANISE VENDRUSCOLO DALMOLIN	FARMÁCIA	DOUTOR	PARCIAL	2 ANOS E 1 MÊS	1 ANO E 9 MESES	24

Percentuais por titulação:

Total de docentes: 20 – 100%

Especialista: 0 – 0%

Mestres: 13 – 65%

Doutores: 7 – 35%

2.6Regime de trabalho do corpo docente do curso

No CEUNI-FAMETRO os docentes trabalham em três regimes de dedicação: i) horistas, ii) dedicação parcial e iii) dedicação integral. Os professores horistas estão dedicados principalmente às atividades docentes. Os professores que trabalham em regime de atividades parciais ou integrais dedicam-se à implementação e condução das ações planejadas pelo NDE e previstas neste PPC no tocante às atividades desenvolvidas extra sala de aula e tem atuação mais direta em relação ao planejamento e à gestão do curso juntamente com o coordenador. São responsáveis pelas ações continuadas do curso em relação à Extensão, à Pesquisa e ao aprimoramento das diversas ações do curso, prevendo contínua melhoria de seu projeto pedagógico. Entre as atividades, também são desenvolvidas as ações de atendimento ao discente em relação ao acompanhamento de sua vida acadêmica, orientações relacionadas ao andamento de projetos disciplinares e orientação em projetos laboratoriais.

Quadro demonstrativo do regime de trabalho dos professores do curso:

Nº	Docente	Formação (Graduação)	Titulação Máxima	Regime	Experiência dentro do Magistério Superior	Experiência fora do Magisterio superior	Total das Produções
1	ANGELA MARIA LIMA MUNIZ LETRAS	LETRAS	MESTRE	PARCIAL	7 ANOS 1 MÊS	2 ANOS	19
2	ANNE CRISTINE GOMES DE ALMEIDA	FARMACÊUTICO	MESTRE	PARCIAL	1 ANO E 6 MESES	0	18
3	ANDREIA DE DEUS MEDEIROS	QUÍMICA	MESTRE	HORISTA	4 ANOS E 1 MÊS	11 MESES	1

4	CECÍLIA FONSECA CARVALHO	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	DOUTOR	PARCIAL	3 ANOS E 7 MESES	0	7
5	DENYS PAIXÃO COSTA DE OLIVEIRA	FARMÁCIA	MESTRE	INTEGRAL	11 ANOS E 6 MESES	33 ANOS E 6 MESES	0
6	DIEGO FREITAS DOS SANTOS	QUÍMICA INDUSTRIAL	MESTRE	PARCIAL	6 ANOS E 2 MESES	7 ANOS	3
7	ELLEN CRISTINA COSTA DA SILVA	QUÍMICA	DOUTOR	INTEGRAL	12 ANOS	9 ANOS E 1 MÊS	19
8	FABIO CARMONA DE JESUS MAUES	FARMÁCIA	DOUTOR	HORISTA	5 ANOS E 7 MESES	1 ANO E 10 MESES	6
9	FRANCISCA MARTA NASCIMENTO DE OLIVEIRA FREITAS	ENGENHARIA AGRÍCOLA	DOUTOR	PARCIAL	10 ANOS E 2 MESES	3 ANOS	5
10	FELIE LEÃO MURTA	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	MESTRE	PARCIAL	2 ANOS E 10 MESES	0	13
11	FRANCIMEIRE GOMES PINHEIRO	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	DOUTOR	PARCIAL	13 ANOS	13 ANOS	26
12	HELIANA ROSELY NEVES DE OLIVEIRA	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	DOUTOR	PARCIAL	7 ANOS	2 ANOS E 6 MESES	11
13	JAQUELINE OLIVEIRA SOUZA	FARMÁCIA	MESTRE	INTEGRAL	4 ANOS 1 MÊS	0	3
14	KAROLINE LO JIMENEZ	FARMÁCIA	MESTRE	PARCIAL	3 ANOS E 10 MESES	0	1
15	LEONARDO DO NASCIMENTO ROLIM	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	DOUTOR	PARCIAL	4 ANOS E 9 MESES	10 MESES	1
16	LUCIANA DOS SANTOS VIANA	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	MESTRE	PARCIAL	2 ANOS E 10 MESES	0	0

17	LUCIANO DE PINTO MARTINS	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	MESTRE	PARCIAL	4 ANOS E 1 MÊS	0	6
18	MARCELO AUGUSTO MOTA BRITO	FARMÁCIA	MESTRE	HORISTA	11 MESES	0	14
19	NILBERTO DIAS DE ARAÚJO	BIOMEDICINA	MESTRE	INTEGRAL	5 ANOS E 11 MESES	1 ANO	3
20	TANISE VENDRUSCOLO DALMOLIN	FARMÁCIA	DOUTOR	PARCIAL	2 ANOS E 1 MÊS	1 ANO E 9 MESES	24

Percentuais por titulação:

Total de docentes: 20 – 100%
Especialista: 0 – 0%
Mestres: 13 – 65%
Doutores: 7 – 35%

2.7Experiência profissional do docente

O corpo docente do curso de farmácia do CEUNI-FAMETRO reúne um grupo seleto de professores que tem como característica central a larga experiência profissional no mundo do trabalho, com passagens por importantes instituições de saúde em nível local, regional e nacional. Abaixo encaminhamos um demonstrativo resumido da experiência profissional dos docentes que tem formação específica na área de saúde ou que tem aderência a essa área de formação e que tem experiência profissional em atividades farmacêuticas ou em áreas afins.

Nº	Docente	Formação (Graduação)	Titulação Máxima	Regime	Experiência dentro do Magistério Superior	Experiência fora do Magisterio superior	Total das Produções

1	ANGELA MARIA LIMA MUNIZ LETRAS	LETRAS	MESTRE	PARCIAL	7 ANOS 1 MÊS	2 ANOS	19
2	ANNE CRISTINE GOMES DE ALMEIDA	FARMACÊUTICO	MESTRE	PARCIAL	1 ANO E 6 MESES	0	18
3	ANDREIA DE DEUS MEDEIROS	QUÍMICA	MESTRE	HORISTA	4 ANOS E 1 MÊS	11 MESES	1
4	CECÍLIA FONSECA CARVALHO	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	DOUTOR	PARCIAL	3 ANOS E 7 MESES	0	7
5	DENYS PAIXÃO COSTA DE OLIVEIRA	FARMÁCIA	MESTRE	INTEGRAL	11 ANOS E 6 MESES	33 ANOS E 6 MESES	0
6	DIEGO FREITAS DOS SANTOS	QUÍMICA INDUSTRIAL	MESTRE	PARCIAL	6 ANOS E 2 MESES	7 ANOS	3
7	ELLEN CRISTINA COSTA DA SILVA	QUÍMICA	DOUTOR	INTEGRAL	12 ANOS	9 ANOS E 1 MÊS	19
8	FABIO CARMONA DE JESUS MAUES	FARMÁCIA	DOUTOR	HORISTA	5 ANOS E 7 MESES	1 ANO E 10 MESES	6
9	FRANCISCA MARTA NASCIMENTO DE OLIVEIRA FREITAS	ENGENHARIA AGRÍCOLA	DOUTOR	PARCIAL	10 ANOS E 2 MESES	3 ANOS	5
10	FELIE LEÃO MURTA	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	MESTRE	PARCIAL	2 ANOS E 10 MESES	0	13
11	FRANCIMEIRE GOMES PINHEIRO	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	DOUTOR	PARCIAL	13 ANOS	13 ANOS	26
12	HELIANA ROSELY NEVES DE OLIVEIRA	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	DOUTOR	PARCIAL	7 ANOS	2 ANOS E 6 MESES	11
13	JAQUELINE OLIVEIRA SOUZA	FARMÁCIA	MESTRE	INTEGRAL	4 ANOS 1 MÊS	0	3

14	KAROLINE LO JIMENEZ	FARMÁCIA	MESTRE	PARCIAL	3 ANOS E 10 MESES	0	1
15	LEONARDO DO NASCIMENTO ROLIM	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	DOUTOR	PARCIAL	4 ANOS E 9 MESES	10 MESES	1
16	LUCIANA DOS SANTOS VIANA	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	MESTRE	PARCIAL	2 ANOS E 10 MESES	0	0
17	LUCIANO DE PINTO MARTINS	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	MESTRE	PARCIAL	4 ANOS E 1 MÊS	0	6
18	MARCELO AUGUSTO MOTA BRITO	FARMÁCIA	MESTRE	HORISTA	11 MESES	0	14
19	NILBERTO DIAS DE ARAÚJO	BIOMEDICINA	MESTRE	INTEGRAL	5 ANOS E 11 MESES	1 ANO	3
20	TANISE VENDRUSCOLO DALMOLIN	FARMÁCIA	DOUTOR	PARCIAL	2 ANOS E 1 MÊS	1 ANO E 9 MESES	24

Percentuais por titulação:

Total de docentes: 20 – 100%
Especialista: 0 – 0%
Mestres: 13 – 65%
Doutores: 7 – 35%

2.8. Experiência no Exercício da Docência na Educação Básica

Por se tratar de um Curso de Graduação em Bacharelado não se aplica.

2.9 Experiência no Exercício da Docência Superior

O corpo docente do curso de farmácia reúne professores com vasta experiência acadêmica, tanto na docência quanto na gestão, e professores com menos experiência docente, mas que já apresentam as credenciais necessárias para avançar no campo do

ensino, da pesquisa e da extensão, contribuindo para que nosso quadro de professores seja diversificado, maduro e tecnicamente atualizado.

Abaixo um demonstrativo do tempo de experiência docente:

Nº	Docente	Formação (Graduação)	Titulação Máxima	Regime	Experiência dentro do Magistério Superior	Experiência fora do Magisterio superior	Total das Produções
1	ANGELA MARIA LIMA MUNIZ LETRAS	LETRAS	MESTRE	PARCIAL	7 ANOS 1 MÊS	2 ANOS	19
2	ANNE CRISTINE GOMES DE ALMEIDA	FARMACÊUTICO	MESTRE	PARCIAL	1 ANO E 6 MESES	0	18
3	ANDREIA DE DEUS MEDEIROS	QUÍMICA	MESTRE	HORISTA	4 ANOS E 1 MÊS	11 MESES	1
4	CECÍLIA FONSECA CARVALHO	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	DOUTOR	PARCIAL	3 ANOS E 7 MESES	0	7
5	DENYS PAIXÃO COSTA DE OLIVEIRA	FARMÁCIA	MESTRE	INTEGRAL	11 ANOS E 6 MESES	33 ANOS E 6 MESES	0
6	DIEGO FREITAS DOS SANTOS	QUÍMICA INDUSTRIAL	MESTRE	PARCIAL	6 ANOS E 2 MESES	7 ANOS	3
7	ELLEN CRISTINA COSTA DA SILVA	QUÍMICA	DOUTOR	INTEGRAL	12 ANOS	9 ANOS E 1 MÊS	19
8	FABIO CARMONA DE JESUS MAUES	FARMÁCIA	DOUTOR	HORISTA	5 ANOS E 7 MESES	1 ANO E 10 MESES	6
9	FRANCISCA MARTA NASCIMENTO	ENGENHARIA AGRÍCOLA	DOUTOR	PARCIAL	10 ANOS E 2 MESES	3 ANOS	5

	DE OLIVEIRA FREITAS						
10	FELIE LEÃO MURTA	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	MESTRE	PARCIAL	2 ANOS E 10 MESES	0	13
11	FRANCIMEIRE GOMES PINHEIRO	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	DOUTOR	PARCIAL	13 ANOS	13 ANOS	26
12	HELIANA ROSELY NEVES DE OLIVEIRA	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	DOUTOR	PARCIAL	7 ANOS	2 ANOS E 6 MESES	11
13	JAQUELINE OLIVEIRA SOUZA	FARMÁCIA	MESTRE	INTEGRAL	4 ANOS 1 MÊS	0	3
14	KAROLINE LO JIMENEZ	FARMÁCIA	MESTRE	PARCIAL	3 ANOS E 10 MESES	0	1
15	LEONARDO DO NASCIMENTO ROLIM	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	DOUTOR	PARCIAL	4 ANOS E 9 MESES	10 MESES	1
16	LUCIANA DOS SANTOS VIANA	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	MESTRE	PARCIAL	2 ANOS E 10 MESES	0	0
17	LUCIANO DE PINTO MARTINS	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	MESTRE	PARCIAL	4 ANOS E 1 MÊS	0	6
18	MARCELO AUGUSTO MOTA BRITO	FARMÁCIA	MESTRE	HORISTA	11 MESES	0	14
19	NILBERTO DIAS DE ARAÚJO	BIOMEDICINA	MESTRE	INTEGRAL	5 ANOS E 11 MESES	1 ANO	3
20	TANISE VENDRUSCOLO DALMOLIN	FARMÁCIA	DOUTOR	PARCIAL	2 ANOS E 1 MÊS	1 ANO E 9 MESES	24

Percentuais por titulação:

Total de docentes: 20 – 100%

Especialista: 0 – 0%

Mestres: 13 – 65%

Doutores: 7 – 35%

2.10 Experiência no exercício da docência na educação à distância

Em nossa matriz curricular ainda não tivemos disciplina oferecida via modalidade Ead.

2.11 Experiência no exercício da tutoria na educação a distância

Este item ainda não se aplicou ao curso.

2.12Atuação do Colegiado de Curso ou equivalente

O coordenador, os professores do curso e um representante discente participam ativamente dos órgãos colegiados do CEUNI-FAMETRO, nos termos do Regimento Institucional, especialmente o Colegiado de Curso.

O Colegiado de Curso é o órgão colegiado da unidade Curso, sendo integrado pelos seguintes membros:

i) Coordenador, que o preside;

ii) Corpo docente do curso;

iii) Um representante do corpo discente.

Compete ao Colegiado de Curso:

I - Aprovar o perfil do curso e as diretrizes gerais das disciplinas, com suas ementas e respectivos programas elaborados pelo Núcleo Docente Estruturante- NDE;

II - Aprovar o currículo do curso e suas alterações com a indicação das disciplinas e respectivas cargas horárias de acordo com as diretrizes curriculares elaborado pelo Núcleo Docente Estruturante - NDE;

III - Acompanhar os resultados da auto-avaliação do curso realizado pela CPA;

V - Colaborar com os demais órgãos acadêmicos no âmbito de sua atuação;

VI - Articular a formulação, execução e avaliação do projeto institucional e formação de professores;

VII - Exercer outras atribuições de sua competência.

O Colegiado de Curso reúne-se ordinariamente duas vezes por semestre, estas reuniões possuem caráter deliberativo e pauta voltada para as questões de organização acadêmico-administrativa do curso. As demais reuniões ocorridas no semestre são convocadas pelo coordenador de curso em caráter extraordinário. Algumas reuniões extraordinárias podem ocorrer em conjunto com reuniões do Núcleo Docente Estruturante, desta maneira a convocação é realizada pelo presidente do núcleo e o coordenador do curso.

O conteúdo das reuniões é registrado em ata e os pleitos encaminhados via Comunicação Interna com cópia da ata para a Direção geral a qual cabe tomar as medidas acadêmico-administrativas pertinentes as demandas do curso.

2.13 Titulação e Formação do Corpo de Tutores do Curso

Este item ainda não se aplicou ao curso.

2.14 Experiência do Corpo de Tutores em Educação a Distância

Este item ainda não se aplicou ao curso.

2.15 Interação entre tutores (presenciais – quando for o caso – e a distância), docentes e coordenadores de curso a distância

Docente

O docente é responsável pelo desenvolvimento do Plano de Aprendizagem da disciplina, pela elaboração das avaliações que serão aplicadas presencialmente aos

estudantes quando do período institucional de avaliação e por ministrar aulas e planejar atividades que serão disponibilizadas no AVA. Nesse processo ele conta com o apoio de toda a estrutura operacional e logística do NeaD.

Coordenador do NeaD

O coordenador do NeaD é responsável por garantir que a estrutura operacional funcione e atenda às demandas pedagógicas e tecnológicas necessárias ao andamento das atividades das disciplinas oferecidas na modalidade Ead. É o responsável por acompanhar e garantir o cumprimento dos prazos institucionais de lançamento de notas no sistema acadêmico.

Tutor a Distância

O tutor a distância atenderá aos alunos no AVA, podendo interagir com eles tanto por meio dos fóruns, *chats* (conforme datas estipuladas no calendário acadêmico para o plantão de dúvidas), como também por e-mail, para dar o devido suporte, especialmente quanto ao acompanhamento contínuo, respostas a dúvidas e proposição e correção das atividades desenvolvidas.

É responsável pela condução das dinâmicas de integração, pela organização, mediação e orientação dos alunos na produção de textos coletivos e de projetos integradores, complementares às disciplinas em desenvolvimento. Nos fóruns temáticos, participa na elaboração das atividades e dos debates sobre questões pertinentes aos conteúdos e temáticas de discussão, colaborando para que o aluno esclareça dúvidas, organize e sistematize informações e conhecimentos acerca do tema em estudo.

Para questões relativas aos conteúdos dos temas abordados em aulas, o tutor contará com o apoio dos professores das respectivas disciplinas, mediado pelo Supervisor dos Tutores.

Tutor presencial

O tutor presencial é responsável pela condução, mediação e orientação das atividades desenvolvidas nas oficinas presenciais e também pelo acompanhamento dos alunos nos plantões realizados nos polos de apoio presencial. O trabalho dos tutores presenciais será acompanhado pelo Supervisor dos Tutores, responsável pela orientação e supervisão das atividades.

Supervisor de tutores

É papel e atribuição do Supervisor dos Tutores orientar e acompanhar a elaboração e desenvolvimento das atividades semanais dos tutores a distância, relativas aos conteúdos trabalhados nas vídeo-aulas. Cabe a ele também a supervisão e acompanhamento das atividades e/ou projetos interdisciplinares propostos nas oficinas presenciais.

2.16Produção científica, cultural, artística ou tecnológica

A produção completa dos docentes do curso poderá ser conferida no currículo Lattes. Abaixo indicamos o número de total das produções:

Nº	Docente	Formação (Graduação)	Titulação Máxima	Regime	Experiência dentro do Magistério Superior	Experiência fora do Magisterio superior	Total das Produções
1	ANGELA MARIA LIMA MUNIZ LETRAS	LETRAS	MESTRE	PARCIAL	7 ANOS 1 MÊS	2 ANOS	19
2	ANNE CRISTINE GOMES DE ALMEIDA	FARMACÊUTICO	MESTRE	PARCIAL	1 ANO E 6 MESES	0	18
3	ANDREIA DE DEUS MEDEIROS	QUÍMICA	MESTRE	HORISTA	4 ANOS E 1 MÊS	11 MESES	1
4	CECÍLIA FONSECA CARVALHO	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	DOUTOR	PARCIAL	3 ANOS E 7 MESES	0	7
5	DENYS PAIXÃO COSTA DE OLIVEIRA	FARMÁCIA	MESTRE	INTEGRAL	11 ANOS E 6 MESES	33 ANOS E 6 MESES	0
6	DIEGO FREITAS DOS SANTOS	QUÍMICA INDUSTRIAL	MESTRE	PARCIAL	6 ANOS E 2 MESES	7 ANOS	3

7	ELLEN CRISTINA COSTA DA SILVA	QUÍMICA	DOUTOR	INTEGRAL	12 ANOS	9 ANOS E 1 MÊS	19
8	FABIO CARMONA DE JESUS MAUES	FARMÁCIA	DOUTOR	HORISTA	5 ANOS E 7 MESES	1 ANO E 10 MESES	6
9	FRANCISCA MARTA NASCIMENTO DE OLIVEIRA FREITAS	ENGENHARIA AGRÍCOLA	DOUTOR	PARCIAL	10 ANOS E 2 MESES	3 ANOS	5
10	FELIE LEÃO MURTA	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	MESTRE	PARCIAL	2 ANOS E 10 MESES	0	13
11	FRANCIMEIRE GOMES PINHEIRO	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	DOUTOR	PARCIAL	13 ANOS	13 ANOS	26
12	HELIANA ROSELY NEVES DE OLIVEIRA	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	DOUTOR	PARCIAL	7 ANOS	2 ANOS E 6 MESES	11
13	JAQUELINE OLIVEIRA SOUZA	FARMÁCIA	MESTRE	INTEGRAL	4 ANOS 1 MÊS	0	3
14	KAROLINE LO JIMENEZ	FARMÁCIA	MESTRE	PARCIAL	3 ANOS E 10 MESES	0	1
15	LEONARDO DO NASCIMENTO ROLIM	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	DOUTOR	PARCIAL	4 ANOS E 9 MESES	10 MESES	1
16	LUCIANA DOS SANTOS VIANA	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	MESTRE	PARCIAL	2 ANOS E 10 MESES	0	0
17	LUCIANO DE PINTO MARTINS	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	MESTRE	PARCIAL	4 ANOS E 1 MÊS	0	6
18	MARCELO AUGUSTO MOTA BRITO	FARMÁCIA	MESTRE	HORISTA	11 MESES	0	14
19	NILBERTO DIAS DE ARAÚJO	BIOMEDICINA	MESTRE	INTEGRAL	5 ANOS E 11 MESES	1 ANO	3

20	TANISE VENDRUSCOLO DALMOLIN	FARMÁCIA	DOUTOR	PARCIAL	2 ANOS E 1 MÊS	1 ANO E 9 MESES	24

Percentuais por titulação:

Total de docentes: 20 – 100%

Especialista: 0 – 0%

Mestres: 13 – 65%

Doutores: 7 – 35%

DIMENSÃO: INFRAESTRUTURA

INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS, COORDENAÇÕES, SALAS DE AULA E ESPAÇOS DE APOIO AO ENSINO, A PESQUISA E A EXTENSÃO

INFRAESTRUTURA FÍSICA			
Nº	**LOCAL**	**UNIDADE**	**M²**
1	SALA 01 TÉRREO	UNIDADE 1	42,64
2	SALA 02 TÉRREO	UNIDADE 1	42,64
3	SALA 03 TÉRREO	UNIDADE 1	42,64
4	SALA 04 TÉRREO	UNIDADE 1	42,64
5	SALA 05 TÉRREO	UNIDADE 1	42,64
6	SALA 06 TÉRREO	UNIDADE 1	42,64
7	SALA 07 TÉRREO	UNIDADE 1	42,64
8	SALA 08 TÉRREO	UNIDADE 1	42,64
9	SALA 09 TÉRREO	UNIDADE 1	42,64
10	SALA 12 1º ANDAR	UNIDADE 1	42,64
11	SALA 13 1º ANDAR	UNIDADE 1	42,64
12	SALA 14 1º ANDAR	UNIDADE 1	42,64
13	SALA 15 1º ANDAR	UNIDADE 1	42,64
14	SALA 16 1º ANDAR	UNIDADE 1	42,64
15	SALA 17 1º ANDAR	UNIDADE 1	42,64
16	SALA 18 1º ANDAR	UNIDADE 1	42,64
17	SALA 19 1º ANDAR	UNIDADE 1	42,64
18	SALA 20 1º ANDAR	UNIDADE 1	42,64
19	SALA 21 2º ANDAR	UNIDADE 1	47,26
20	SALA 22 2º ANDAR	UNIDADE 1	46,9
21	SALA 23 2º ANDAR	UNIDADE 1	47,31

22	SALA 24 2º ANDAR	UNIDADE 1	46,43
23	SALA 25 2º ANDAR	UNIDADE 1	46,43
24	SALA 26 2º ANDAR	UNIDADE 1	46,01
25	SALA 27 2º ANDAR	UNIDADE 1	47,26
26	SALA 28 2º ANDAR	UNIDADE 1	47,26
27	SALA 29 2º ANDAR	UNIDADE 1	47,65
28	SALA 30 2º ANDAR	UNIDADE 1	47,3
29	SALA 31 2º ANDAR	UNIDADE 1	47,89
30	SALA 32 2º ANDAR	UNIDADE 1	47,8
31	SALA 33 2º ANDAR	UNIDADE 1	57,81
32	SALA 34 2º ANDAR	UNIDADE 1	53,95
33	SALA 36 MEZANINO	UNIDADE 1	54,49
34	SALA 37 MEZANINO	UNIDADE 1	50,92
35	SALA 38 MEZANINO	UNIDADE 1	62,6
36	SALA 01 1º ANDAR	UNIDADE 2	48,16
37	SALA 02 1° ANDAR	UNIDADE 2	54,12
38	SALA 03 1° ANDAR	UNIDADE 2	59,56
39	SALA 04 1° ANDAR	UNIDADE 2	79,31
40	SALA 05 1° ANDAR	UNIDADE 2	57,54
41	SALA 06 2° ANDAR	UNIDADE 2	52,53
42	SALA 07 2° ANDAR	UNIDADE 2	51,46
43	SALA 08 2° ANDAR	UNIDADE 2	48,73
44	SALA 09 2° ANDAR	UNIDADE 2	50,07
45	SALA 10 2° ANDAR	UNIDADE 2	48,16
46	SALA 11 2° ANDAR	UNIDADE 2	54,12
47	SALA 12 2° ANDAR	UNIDADE 2	59,56
48	SALA 13 2° ANDAR	UNIDADE 2	79,31
49	SALA 14 2° ANDAR	UNIDADE 2	57,54
50	SALA 15 3° ANDAR	UNIDADE 2	52,53
51	SALA 16 3° ANDAR	UNIDADE 2	51,46
52	SALA 17 3° ANDAR	UNIDADE 2	48,73
53	SALA 18 3° ANDAR	UNIDADE 2	50,07
54	SALA 19 3° ANDAR	UNIDADE 2	48,16
55	SALA 20 3° ANDAR	UNIDADE 2	54,12
56	SALA 21 3° ANDAR	UNIDADE 2	59,56
57	SALA 22 3° ANDAR	UNIDADE 2	59,31
58	SALA 23 3° ANDAR	UNIDADE 2	57,54
59	SALA 24 4° ANDAR	UNIDADE 2	52,53
60	SALA 25 4° ANDAR	UNIDADE 2	51,46
61	SALA 26 4° ANDAR	UNIDADE 2	48,73
62	SALA 27 4° ANDAR	UNIDADE 2	50,07
63	SALA 28 4° ANDAR	UNIDADE 2	48,16
64	SALA 29 4° ANDAR	UNIDADE 2	54,12
65	SALA 30 4° ANDAR	UNIDADE 2	59,56
66	SALA 31 4° ANDAR	UNIDADE 2	79,33
67	SALA 32 4° ANDAR	UNIDADE 2	57,54

68	SALA 33 5° ANDAR	UNIDADE 2	52,53
69	SALA 34 5° ANDAR	UNIDADE 2	51,46
70	SALA 35 5° ANDAR	UNIDADE 2	48,73
71	SALA 36 5° ANDAR	UNIDADE 2	50,07
72	SALA 37 5° ANDAR	UNIDADE 2	48,16
73	SALA 38 5° ANDAR	UNIDADE 2	54,12
74	SALA 39 5° ANDAR	UNIDADE 2	59,56
75	SALA 40 5° ANDAR	UNIDADE 2	79,31
76	SALA 41 5° ANDAR	UNIDADE 2	57,54
77	SALA 01 6° ANDAR (EAD)	UNIDADE 2	52,53
78	SALA 02 6° ANDAR (EAD)	UNIDADE 2	58,46
79	SALA 03 6° ANDAR (EAD	UNIDADE 2	48,73
80	SALA 04 6° ANDAR (EAD)	UNIDADE 2	50,07
81	SALA 06 6° ANDAR (EAD)	UNIDADE 2	54,12
82	SALA 08 6° ANDAR (EAD)	UNIDADE 2	79,31
83	SALA 09 6° ANDAR (EAD)	UNIDADE 2	57,54
84	SALA 54 7°ANDAR	UNIDADE 2	21,24
85	SALA 01 TÉRREO	UNIDADE 2 - ANEXO	46,18
86	SALA 02 TÉRREO	UNIDADE 2 - ANEXO	46,35
87	SALA 03 TÉRREO	UNIDADE 2 - ANEXO	45,43
88	SALA 04 TÉRREO	UNIDADE 2 - ANEXO	45,11
89	SALA 05 TÉRREO	UNIDADE 2 - ANEXO	45,22
90	SALA 06 TÉRREO	UNIDADE 2 - ANEXO	45,13
91	SALA 07 TÉRREO	UNIDADE 2 - ANEXO	45,04
92	SALA 08 TÉRREO	UNIDADE 2 - ANEXO	45,53
93	SALA 09 TÉRREO	UNIDADE 2 - ANEXO	45,78
94	SALA 10 TERREO	UNIDADE 2 - ANEXO	45,34
95	SALA 11 TERREO	UNIDADE 2 - ANEXO	45,51
96	SALA 12 TERREO	UNIDADE 2 - ANEXO	45,23
97	SALA 13 TERREO	UNIDADE 2 - ANEXO	45,57
98	SALA 14 TERREO	UNIDADE 2 - ANEXO	45,67
99	SALA 16 TERREO	UNIDADE 2 - ANEXO	49,06
100	SALA 17 TERREO	UNIDADE 2 - ANEXO	50,25
101	SALA 18 TERREO	UNIDADE 2 - ANEXO	51,79
102	SALA 01	UNIDADE 3	104,13
103	SALA 02	UNIDADE 3	104,13
104	SALA 03	UNIDADE 3	60,3
105	SALA 04	UNIDADE 3	60,3
106	SALA 05	UNIDADE 3	60,3
107	SALA 06	UNIDADE 3	60,3
108	SALA 10	UNIDADE 3	49,72
109	SALA 11	UNIDADE 3	48
110	SALA 12	UNIDADE 3	51,75
111	SALA 13	UNIDADE 3	48
112	SALA 14	UNIDADE 3	49,72
113	SALA 15	UNIDADE 3	48

114	SALA 16	UNIDADE 3	49,72
115	SALA 17	UNIDADE 3	48
116	SALA 18	UNIDADE 3	107,01
117	SALA 19	UNIDADE 3	97,18
118	SALA 20	UNIDADE 3	100
119	SALA 21	UNIDADE 3	120
120	SALA 22	UNIDADE 3	50
121	SALA 23	UNIDADE 3	60
122	SALA 24	UNIDADE 3	50
123	SALA 25	UNIDADE 3	60
124	SALA 26	UNIDADE 3	50
125	SALA 27	UNIDADE 3	60
126	SALA 28	UNIDADE 3	50
127	SALA 29	UNIDADE 3	60
128	SALA 31	UNIDADE 3	60
129	SALA 33	UNIDADE 3	55,25
130	SALA 34	UNIDADE 3	55,25
131	SALA 35	UNIDADE 3	55,25
132	SALA 36	UNIDADE 3	55,25
133	SALA 37	UNIDADE 3	55,25
134	SALA 38	UNIDADE 3	55,25
135	SALA 39	UNIDADE 3	101,36
136	SALA 40	UNIDADE 3	101,36
137	SALA 41	UNIDADE 3	54
138	SALA 42	UNIDADE 3	54
139	SALA 43	UNIDADE 3	58,8
140	SALA 44	UNIDADE 3	58,8
141	SALA 45	UNIDADE 3	58,8
142	SALA 46	UNIDADE 3	58,8
143	SALA 47	UNIDADE 3	58,8
144	SALA 48	UNIDADE 3	58,8
145	SALA 49	UNIDADE 3	58,8
146	SALA 50	UNIDADE 3	58,8
147	SALA 51	UNIDADE 3	58,8
148	SALA 52	UNIDADE 3	58,8
149	SALA 53	UNIDADE 3	58,8
150	SALA 54	UNIDADE 3	58,8
151	SALA 55	UNIDADE 3	58,8
152	SALA 56	UNIDADE 3	54
153	SALA 57	UNIDADE 3	54
154	SALA 58	UNIDADE 3	54
155	SALA 59	UNIDADE 3	54
156	SALA 60	UNIDADE 3	58,8
157	SALA 61	UNIDADE 3	58,8
158	SALA 62	UNIDADE 3	58,8
159	SALA 63	UNIDADE 3	58,8

160	SALA 64	UNIDADE 3	58,8
161	SALA 65	UNIDADE 3	58,8
162	SALA 66	UNIDADE 3	58,8
163	SALA 67	UNIDADE 3	58,8
164	SALA 68	UNIDADE 3	58,8
165	SALA 69	UNIDADE 3	58,8
166	SALA 70	UNIDADE 3	58,8
167	SALA 71	UNIDADE 3	58,8
168	SALA 72	UNIDADE 3	58,8
169	SALA 73	UNIDADE 3	54
170	SALA 74	UNIDADE 3	54
171	SALA 75	UNIDADE 3	54
172	SALA 76	UNIDADE 3	54
173	SALA 77	UNIDADE 3	58,8
174	SALA 78	UNIDADE 3	58,8
175	SALA 79	UNIDADE 3	58,8
176	SALA 80	UNIDADE 3	58,8
177	SALA 81	UNIDADE 3	58,8
178	SALA 82	UNIDADE 3	58,8
179	SALA 83	UNIDADE 3	58,8
180	SALA 84	UNIDADE 3	58,8
181	SALA 85	UNIDADE 3	58,8
182	SALA 86	UNIDADE 3	58,8
183	SALA 87	UNIDADE 3	58,8
184	SALA 88	UNIDADE 3	58,8
185	SALA 89	UNIDADE 3	58,8
186	SALA 90	UNIDADE 3	54
187	SALA 91	UNIDADE 3	54
188	SALA 92	UNIDADE 3	52,65
189	SALA 93	UNIDADE 3	53,18
190	SALA 94	UNIDADE 3	58,8
191	SALA 95	UNIDADE 3	58,8
192	SALA 96	UNIDADE 3	59,22
193	SALA 97	UNIDADE 3	59,22
194	SALA 98	UNIDADE 3	59,04
195	SALA 99	UNIDADE 3	58,39
196	SALA 100	UNIDADE 3	58,8
197	SALA 101	UNIDADE 3	58,8
198	SALA 102	UNIDADE 3	58,8
199	SALA 103	UNIDADE 3	58,8
200	SALA 104	UNIDADE 3	58,8
201	SALA 105	UNIDADE 3	58,8
202	SALA 106	UNIDADE 3	58,8
203	SALA 107	UNIDADE 3	54
204	SALA 108	UNIDADE 3	54
205	SALA 108	UNIDADE 3	54

206	SALA 110	UNIDADE 3	54
207	SALA 111	UNIDADE 3	58,8
208	SALA 112	UNIDADE 3	58,8
209	SALA 113	UNIDADE 3	58,8
210	SALA 114	UNIDADE 3	58,8
211	SALA 115	UNIDADE 3	58,8
212	SALA 116	UNIDADE 3	58,8
213	SALA 117	UNIDADE 3	58,8
214	SALA 118	UNIDADE 3	58,8
215	SALA 119	UNIDADE 3	58,8
216	SALA 120	UNIDADE 3	58,8
217	SALA 121	UNIDADE 3	58,8
218	SALA 122	UNIDADE 3	58,8
219	SALA 123	UNIDADE 3	58,8
220	SALA 124	UNIDADE 3	54
221	SALA 125	UNIDADE 3	54
222	SALA 126	UNIDADE 3	54
223	SALA 127	UNIDADE 3	54
224	SALA 128	UNIDADE 3	58,8
225	SALA 129	UNIDADE 3	58,8
226	SALA 130	UNIDADE 3	58,8
227	SALA 131	UNIDADE 3	58,8
228	SALA 132	UNIDADE 3	58,8
229	SALA 133	UNIDADE 3	58,8
230	SALA 134	UNIDADE 3	58,8
231	SALA 135	UNIDADE 3	58,8
232	SALA 136	UNIDADE 3	58,8
233	SALA 137	UNIDADE 3	58,8
234	SALA 138	UNIDADE 3	58,8
235	SALA 139	UNIDADE 3	58,8
236	SALA 140	UNIDADE 3	58,8
237	SALA 141	UNIDADE 3	54
238	SALA 142	UNIDADE 3	54
239	SALA 143	UNIDADE 3	54
240	SALA 144	UNIDADE 3	54
241	SALA 145	UNIDADE 3	58,8
242	SALA 146	UNIDADE 3	58,8
243	SALA 147	UNIDADE 3	58,8
244	SALA 148	UNIDADE 3	58,8
245	SALA 149	UNIDADE 3	58,8
246	SALA 150	UNIDADE 3	58,8
247	SALA 151	UNIDADE 3	58,8
248	SALA 152	UNIDADE 3	58,8
249	SALA 153	UNIDADE 3	58,8
250	SALA 154	UNIDADE 3	58,8
251	SALA 155	UNIDADE 3	58,8

252	SALA 156	UNIDADE 3	58,8
253	SALA 157	UNIDADE 3	58,8
254	SALA 158	UNIDADE 3	54
255	SALA 159	UNIDADE 3	54
TOTAL.:			**14269,69**

SERVIÇOS/APOIO PEDAGÓGICO			
N.	**LOCAL**	**ASA**	**M²**
1	NÚCLEO DE PRÁTICAS JÚRIDICAS	UNIDADE 2 - ANEXO	104,97
2	RECURSOS PEDAGÓGICOS	UNIDADE 1	23,67
3	RECURSOS PEDAGÓGICOS	UNIDADE 2	29,90
4	AMBULATÓRIO	UNIDADE 1	23,67
5	BIBLIOTECA	UNIDADE 3	710,08
6	BRINQUEDOTECA	UNIDADE 3	82,98
7	CPA (COMISSÃO PRÓPIA DE AVALIAÇÃO)	UNIDADE 1	31,62
8	CAPELA	UNIDADE 3	121,11
9	DIRETÓRIO ACADÊMICO	UNIDADE 1	16,76
10	OUVIDORIA	UNIDADE 1	18,23
11	ATENDIMENTO AO ALUNO	UNIDADE 1	9,62
12	NAPED	UNIDADE 1	23,61
13	SALA DOS PROFESSORES 01	UNIDADE 1	96,38
14	SALA DOS PROFESSORES 02	UNIDADE 3	142,57
15	GABINETES DE TRABALHO	UNIDADE 1	32,54
16	GABINETES DE TRABALHO	UNIDADE 2	45,02
17	SECRETARIA ACADÊMICA	UNIDADE 1	193,74
18	SETOR DE DIPLOMAS	UNIDADE 1	17,24
19	SETOR DE BOLSAS	UNIDADE 1	23,16
20	SECRETARIA EAD	UNIDADE 1	48,16
21	ESTÚDIO (EAD)	UNIDADE 1	99,56
22	COORD. CEJUR / LFG	UNIDADE 1	18,08
			1912,67

ÁREA DE CONVENIÊNCIA E LAZER			
1	ÁREA DE CONVIVÊNCIA EXTERNA	UNIDADE 1	402,85
2	ÁREA DE CONVIVÊNCIA EXTERNA	UNIDADE 3	972,6
3	PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO	UNIDADE 1	916,99
4	PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO	UNIDADE 3	294,02
5	PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO	UNIDADE 2 - ANEXO	151,13
6	QUADRA POLIESPORTIVA	UNIDADE 1	512,82
			3250,41

ADMINISTRATIVO			
1	COORD. DE SEGURANÇA PATRIMONIAL	UNIDADE 1	13,04
2	COBRAFIX	UNIDADE 1	13,04
3	TESOURARIA	UNIDADE 1	30,08
4	VICE-PRESIDÊNCIA	UNIDADE 1	13,52
5	SETOR DE COMPRAS	UNIDADE 1	25,75
6	CONTABILIDADE	UNIDADE 1	9,73
7	CONTAS A PAGAR	UNIDADE 1	31,08
8	ARQUIVO DO SECAD	UNIDADE 1	61,21
9	ASSESSORIA PRESIDÊNCIA	UNIDADE 1	16,11
10	ASSESSORIA VICE PRESIDÊNCIA	UNIDADE 1	60,76
11	AUDITORIA	UNIDADE 1	49,94
12	ASSESSORIA JURÍDICA	UNIDADE 1	34,95
13	COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA	UNIDADE 1	26,26
14	COZINHA	UNIDADE 1	22,19
15	MANTENEDORA	UNIDADE 1	27,8
16	DTI (DEPARTAMENTO TECNOLÓGICO DE INFORMAÇÃO)	UNIDADE 1	27,8
17	FINANCEIRO	UNIDADE 1	74,01
18	PRESIDÊNCIA	UNIDADE 1	50,95
19	RECEPÇÃO CONSTANTINO NERY	UNIDADE 1	144,91
20	RECEPÇÃO DJALMA BATISTA	UNIDADE 1	131,18
21	RECEPÇÃO DA PRESIDÊNCIA	UNIDADE 1	26,76
22	RECEPÇÃO DA VICE-PRESIDÊNCIA	UNIDADE 1	25,01
23	RECURSOS HUMANOS	UNIDADE 1	32,43
24	RECEPÇÃO DA MANTENEDORA / CEJUR	UNIDADE 1	11,44
			959,95

COORDENAÇÕES PEDAGÓGICAS			
1	DIREÇÃO ACADÊMICA	UNIDADE 1	60,59
2	COORDENAÇÃO DE ENSINO	UNIDADE 3	12,02
3	COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO	UNIDADE 1	14,05
4	COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO	UNIDADE 3	46,02
5	NOPI - COORDENAÇÃO DE PESQUISA E INOVAÇÃO	UNIDADE 1	36,01
6	COORD. CURSO DE ADMINISTRAÇÃO	UNIDADE 3	15,34
7	COORD. CURSO DE DIREITO	UNIDADE 1	13,26
8	COORD.DE ENGENHARIA / ARQUITETURA / S. DE INFORMAÇÃO / DESIGN	UNIDADE 1	63,38
9	COORD. CURSO TURISMO / JORNALISMO	UNIDADE 1	16,76
10	COORD. CUROS DE GESTÃO DA QUALIDADE/PROD. INDUSTRIAL/LOGISTICA/MARKETING/RECURSOS HUMANOS	UNIDADE 3	26,08
11	COORD. CURSO DE PSICOLOGIA/SEGURANÇA NO TRABALHO	UNIDADE 3	16

12	CORDENAÇÃO DE FONOAUDIOLOGIA	UNIDADE 3	18
13	COORDENAÇÃO DE ENFERMAGEM	UNIDADE 3	16,65
14	COORDENAÇÃO DE NUTRIÇÃO / GASTRONOMIA	UNIDADE 3	60
15	COORD. CURSOS PETROLEO E GÁS / SERVIÇO SOCIAL / CIÊNCIAS CONTÁBEIS	UNIDADE 3	34,8
16	COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA / PEDAGOGIA / QUÍMICA	UNIDADE 3	48
17	COORDENAÇÃO DE BIOMEDICINA / FISIOTERAPIA	UNIDADE 3	12,36
			509,32
LABORATÓRIOS			
1	SALA DE MAQUETARIA/ ATELIÊ	UNIDADE 1	70,02
2	LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA 01	UNIDADE 2	48
3	LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA 02	UNIDADE 2	54,18
4	LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA 03	UNIDADE 2	69,11
5	LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA 04	UNIDADE 2	46,13
6	LÁB. DE INFORMÁTICA (EAD)	UNIDADE 2	59,56
7	OFICINA HARDWARE	UNIDADE 1	60
8	SALA DE DESENHO TÉCNICO	UNIDADE 2	160,86
9	LABORATÓRIO MULTIDISCIPLINAR DE FISICA E ELETRICA	UNIDADE 2	31,03
10	LABORATÓRIO DE MECÂNICA DOS SOLOS	UNIDADE 2	71,54
11	LAB. DE INST. ELÉTRICAS	UNIDADE 1	56,13
12	LÁB. DE AUTOMAÇÃO	UNIDADE 1	56,64
13	LÁB. DE INST. HIDRÁULICAS	UNIDADE 1	36,69
14	LÁB. ATELIÊ DE DESIGN GRÁFICO	UNIDADE 2	82,49
15	LABOTORIO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E TOPOGRAFIA	UNIDADE 2	70,56
16	CANTEIRO DE OBRAS	UNIDADE 2	65,62
17	LABORATÓRIO DE ODONTOLOGIA	UNIDADE 3	69,18
18	LABORATÓRIO DE SEMIOTÉCNICA E SUPORTE BÁSICO Á VIDA	UNIDADE 3	71,39
19	LABORATORIO DE ANATOMIA	UNIDADE 3	128,44
20	LABORATORIO DE FISICA E QUÍMICA	UNIDADE 3	54,12
21	LABORATÓRIO DE QUIMICA ORGANICA, QUIMICA ANALITICA, FISICO-QUIMICA, HISTOLOGIA, CITOLOGIA, EMBRIOLOGIA E PATOLOGIA	UNIDADE 3	51,76
22	LABORATORIO DE GASTRONOMIA	UNIDADE 3	107,31
23	LABORATÓRIO - COZINHA EXPERIMENTAL	UNIDADE 3	38,38
24	LABORATÓRIO DE GASTRONOMIA	UNIDADE 3	63,94
25	LABORATÓRIO DE PETRÓLEO E GÁS	UNIDADE 3	59,56
26	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS I	UNIDADE 3	38,65
27	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS II	UNIDADE 3	39,41
28	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS III	UNIDADE 3	53,85
29	LABORATÓRIO DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO	UNIDADE 3	46,38
30	PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA	UNIDADE 3	51,46
31	LABORATÓRIO DE FISIOTERAPIA GERAL	UNIDADE 3	48,15
32	LABORATÓRIO DE FISIOTERAPIA GERAL II, PROTESE E ORTOSES	UNIDADE 3	48,6

33	LABORATÓRIO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	UNIDADE 3	48,6
34	LABORATORIO DE ODONTOLOGIA	UNIDADE 3	171,66
			2229,4
AUDITÓRIOS			
1	AUDITÓRIO PRINCIPAL	UNIDADE 2	374,74
2	MINI AUDITÓRIO	UNIDADE 2	146,26
3	MINI AUDITÓRIO 01	UNIDADE 3	200,05
TOTAL:			**721,05**
ESTACIONAMENTOS			
1	ESTACIONAMENTO 1	SUL	1384,08
2	ESTACIONAMENTO 2	SUL	1866,89
3	ESTACIONAMENTO 3	LESTE 1	4375,01
4	ESTACIONAMENTO 4	LESTE 2	1710,62
5	ESTACIONAMENTO 5	NORTE	5335,57
6	ESTACIONAMENTO 6	LESTE 1	12524,6
TOTAL:			**27196,77**
			36.976,10

BANHEIROS			
Nº	**LOCAL**	**ASA**	**M²**
1	MASCULINO - TERREO	UNIDADE 1	22,55
2	FEMININO - TERREO	UNIDADE 1	28,01
3	MASCULINO - 1º ANDAR	UNIDADE 1	22,55
4	FEMININO - 2º ANDAR	UNIDADE 1	28,01
5	MASCULINO - 3º ANDAR	UNIDADE 1	23,11
6	FEMININO - 3º ANDAR	UNIDADE 1	27,49
7	MASCULINO - TERREO/COM BOX ADAPTADO PCD	UNIDADE 2	23,32
8	FEMININO - TERREO/COM BOX ADAPTADO PCD	UNIDADE 2	23,17
9	MASCULINO - 1º ANDAR/COM BOX ADAPTADO PCD	UNIDADE 2	23,33
10	FEMININO - 2º ANDAR/COM BOX ADAPTADO PCD	UNIDADE 2	23,17
11	MASCULINO - 3º ANDAR/COM BOX ADAPTADO PCD	UNIDADE 2	23,12
12	FEMININO - 3º ANDAR/COM BOX ADAPTADO PCD	UNIDADE 2	23,12
13	MASCULINO - 4º ANDAR/COM BOX ADAPTADO PCD	UNIDADE 2	22,47
14	FEMININO - 4º ANDAR/COM BOX ADAPTADO PCD	UNIDADE 2	22,97
15	MASCULINO - 5º ANDAR/COM BOX ADAPTADO PCD	UNIDADE 2	23,21
16	FEMININO - 5º ANDAR/COM BOX ADAPTADO PCD	UNIDADE 2	23,15
17	MASCULINO - 6º ANDAR/COM BOX ADAPTADO PCD	UNIDADE 2	23,26
18	FEMININO - 6º ANDAR/COM BOX ADAPTADO PCD	UNIDADE 2	23,07
19	MASCULINO - 7º ANDAR	UNIDADE 2	23,02
20	FEMININO - 7º ANDAR	UNIDADE 2	23,02
21	PCD CADEIRANTE - 7º ANDAR	UNIDADE 2	3,92
22	MASCULINO - AREA CONVIVÊNCIA	UNIDADE 3	30,43
23	FEMININO - AREA CONVIVÊNCIA	UNIDADE 3	32,88
24	MASCULINO - AREA CONVIVÊNCIA (G2)	UNIDADE 3	20,4
25	MASCULINO - AREA CONVIVÊNCIA (G2)	UNIDADE 3	20,4
26	FEMININO - AREA CONVIVENCIA (G2)	UNIDADE 3	20,69

27	FEMININO - AREA CONVIVENCIA (G2)	UNIDADE 3	20,69
28	MASCULINO - AREA CONVIVÊNCIA (G1)	UNIDADE 3	20,4
29	MASCULINO - AREA CONVIVÊNCIA (G1)	UNIDADE 3	20,4
30	FEMININO - AREA CONVIVENCIA (G1)	UNIDADE 3	20,69
31	FEMININO - AREA CONVIVENCIA (G1)	UNIDADE 3	20,69
32	MASCULINO - 1º ANDAR	UNIDADE 3	20,4
33	MASCULINO - 1º ANDAR	UNIDADE 3	20,4
34	FEMININO - 1º ANDAR	UNIDADE 3	20,69
35	FEMININO - 1º ANDAR	UNIDADE 3	20,69
36	PCD CADEIRANTE - 1º ANDAR	UNIDADE 3	3,69
37	PCD CADEIRANTE - 1º ANDAR	UNIDADE 3	3,69
38	MASCULINO - 2º ANDAR	UNIDADE 3	20,4
39	MASCULINO - 2º ANDAR	UNIDADE 3	20,4
40	FEMININO - 2º ANDAR	UNIDADE 3	20,69
41	FEMININO - 2º ANDAR	UNIDADE 3	20,69
42	PCD CADEIRANTE - 2º ANDAR	UNIDADE 3	3,69
43	PCD CADEIRANTE - 2º ANDAR	UNIDADE 3	3,69
44	MASCULINO - 3º ANDAR	UNIDADE 3	20,4
45	MASCULINO - 3º ANDAR	UNIDADE 3	20,4
46	FEMININO - 3º ANDAR	UNIDADE 3	20,69
47	FEMININO - 3º ANDAR	UNIDADE 3	20,69
48	PCD CADEIRANTE - 3º ANDAR	UNIDADE 3	3,69
49	PCD CADEIRANTE - 3º ANDAR	UNIDADE 3	3,69
50	MASCULINO - 4º ANDAR	UNIDADE 3	20,4
51	MASCULINO - 4º ANDAR	UNIDADE 3	20,4
52	FEMININO - 4º ANDAR	UNIDADE 3	20,69
53	FEMININO - 4º ANDAR	UNIDADE 3	20,69
54	PCD CADEIRANTE - 4º ANDAR	UNIDADE 3	3,69
55	PCD CADEIRANTE - 4º ANDAR	UNIDADE 3	3,69
56	MASCULINO - 5º ANDAR	UNIDADE 3	20,4
57	MASCULINO - 5º ANDAR	UNIDADE 3	20,4
58	FEMININO - 5º ANDAR	UNIDADE 3	20,69
59	FEMININO - 5º ANDAR	UNIDADE 3	20,69
60	PCD CADEIRANTE - 5º ANDAR	UNIDADE 3	3,69
61	PCD CADEIRANTE - 5º ANDAR	UNIDADE 3	3,69
62	MASCULINO - 6º ANDAR	UNIDADE 3	20,4
63	MASCULINO - 6º ANDAR	UNIDADE 3	20,4
64	FEMININO - 6º ANDAR	UNIDADE 3	20,69
65	FEMININO - 6º ANDAR	UNIDADE 3	20,69
66	PCD CADEIRANTE - 6º ANDAR	UNIDADE 3	3,69
67	PCD CADEIRANTE - 6º ANDAR	UNIDADE 3	3,69
68	MASCULINO - 7º ANDAR	UNIDADE 3	20,4
69	MASCULINO - 7º ANDAR	UNIDADE 3	20,4
70	FEMININO - 7º ANDAR	UNIDADE 3	20,69
71	FEMININO - 7º ANDAR	UNIDADE 3	20,69
72	PCD CADEIRANTE - 7º ANDAR	UNIDADE 3	3,69
73	PCD CADEIRANTE - 7º ANDAR	UNIDADE 3	3,69
74	BANHEIRO MASCULINO - (INFERIOR)	UNIDADE 2 - ANEXO	22
75	BANHEIRO FEMININO - (INFERIOR)	UNIDADE 2 - ANEXO	27,06
76	BANHEIRO MASCULINO - (SUPERIOR)	UNIDADE 2 - ANEXO	16,69
77	BANHEIRO FEMININO - (SUPERIOR)	UNIDADE 2 - ANEXO	16,45
78	BANHEIRO PCD CADEIRANTE	UNIDADE 2 - ANEXO	2,8
	TOTAL:		**1.418,63**

3.1 – Espaço de trabalho para docentes em tempo integral

O curso oferece gabinete de trabalho equipado, na proporção de um gabinete de trabalho para cada professor de tempo integral lotado na respectiva unidade acadêmica. Esses gabinetes encontram-se equipados com internet, terminais de computador para livre acesso dos docentes e atendem, plenamente, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade proposta.

No ano de 2018 a IES tinha 276 professores sendo 77 integrais, cujas cabines individuais são para os docentes integrais que estão distribuídas da seguinte forma: 87 gabinetes de trabalhos para os professores integrais nos turnos matutino, vespertino e noturno, envolvidos em pesquisa, NDE, extensão, planejamento e estudos.

O Curso conta ainda com:

• 20 cabines na sala docentes unidade 1 e 2

• 15 cabines na unidade 3

• 10 cabines na unidade 4

• 20 cabines na unidade 5

• 04 cabines na sala de estudo

• 01 sala de extensão

• 02 sala da pesquisa

• 03 NPJ

• 01 Clínica de Psicologia

• 01 Clínica de Fisioterapia

• 01 Clínica de Nutrição

. 01 Clinica de Odontologia

. 01 Clinica de Fonoaudiologia

• 01 Núcleo de Interdisciplinar de Design Gráfico e Marketing

• 01 Brinquedoteca

• 01 Ambulatório Médico

• 01 Sala para o NDE

• 01 Sala para a CPA

01 Sala para o NADI

01 Sala de Recursos de Multimeios

3.2 Espaço de trabalho para o coordenador

A coordenação possui uma sala própria, dividida com a coordenação do curso de turismo, com condições adequadas em termo de dimensão, equipamentos e conservação para comportar o gabinete individual do coordenador e o gabinete para a funcionária auxiliar. A sala dispõe de arquivos e prateleiras para a organização da documentação do curso. O coordenador e a funcionária possuem acesso a impressora na própria sala e a internet irrestrita. As acomodações do espaço permitem o atendimento individualizado de discentes e docentes tanto pelo coordenador como pela funcionária que auxilia nos processos administrativos do setor.

3.3 Sala coletiva de Professores

As instalações para docentes (salas de professores) estão equipadas segundo a finalidade e atendem, plenamente, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade proposta. A sala possui um anexo que conta com gabinetes individuais para estudo e planejamento e terminais de computadores para acesso à internet. Existe ainda uma sala de reunião para uso do Núcleo Docente Estruturante a qual é utilizada pelo referido Núcleo mediante agendamento.

3.4 Salas de Aula

As salas de aula estão equipadas segundo a finalidade e atendem aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessários à atividade proposta e contém uma média de 50 cadeiras estofadas com braço, um quadro branco, ar condicionado, uma mesa para o professore recursos pedagógicos a disposição, como datashow e caixas de som.

3.5 Acesso dos alunos a equipamentos de informática

O CEUNI-FAMETRO possui laboratórios de informática com terminais, softwares e acesso a internet para o uso de professore e alunos mediante sistema de agendamento. Nos laboratórios os alunos contam com suporte de um técnico de informática que assessora a utilização dos mesmos.

O funcionamento dos laboratórios é de segunda a sábado 8h às 12h (manhã) 13h30min às 22h (tarde e noite), sempre com a presença de um responsável qualificado, auxiliando os usuários em suas dúvidas com as bases de dados e ferramentas de pesquisas disponíveis.Além de que cada unidade tem 2 carrinhos moveis com laptops

3.6 Bibliografia básica por Unidade Curricular (UC)

Os livros da bibliografia básica (mínimode 03 obras por unidade curricular na proporção de exemplares por vagas para cada obra) atendem aos programas das disciplinas em quantidade suficiente, e estão atualizados e tombados junto ao patrimônio do CEUNI-FAMETRO e ao sistema da biblioteca.

3.7. Bibliografia complementar por Unidade Curricular (UC)

Os livros da bibliografia complementar (mínimode 05 obras por unidade curricular na proporção de 2 exemplares para cada obra) estão tombados e cadastrados junto ao patrimônio CEUNI-FAMETRO e ao sistema da biblioteca.

3.8Laboratórios didáticos de formação básica

Para o desenvolvimento de atividades práticas a unidade onde está localizado o curso conta com laboratórios básicos e especializados, locais em que a partir das disciplinas ministradas, os alunos podem realizar atividades acadêmicas de natureza prática. Estes laboratórios estão disponíveis à comunidade acadêmica e atendem aos alunos de Graduação a partir de agendamento de horários, respeitando o limite de capacidade dos mesmos, garantindo que todos os alunos possam ter acesso equipamentos de maneira qualitativa.

Os referidos laboratórios possuem normatização própria que regula, disciplina e confere as normas de segurança para as atividades a serem realizadas.Essas informações estão à disposição em regulamento acessível para alunos e professores nos respectivos laboratórios.

Para a organização e manutenção dos laboratórios estão alocados técnicos com formação técnica para junto com os professores prever as atividades que ali serão realizadas e manter o pleno funcionamento dos mesmos.

Laboratório De Informática

LABORATÓRIO INFORMÁTICA MÓVEL		
Relação de Equipamentos		
Equipamento	**Quant.**	**Local**
Armário em aço inox escovado para acondicionamento Notebook	1	UNIDADE III
Carrinho de transporte	1	UNIDADE III
Notebook Positivo Master N170I	48	UNIDADE III
Suporte para notebook em madeira	48	UNIDADE III
Teclado em braille para PC adaptado com USB	1	UNIDADE III

LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA		
Relação de Equipamentos		
Equipamento	**Quant.**	**Local**
Bancada em MDF para computadores 2,65 x 0,76 x 0,52	6	Lab. Informática I
Condicionador de ar tipo split 60.000 BTUs - Trivolt	1	Lab. Informática I
Computador com Configuração, Processador: Pentium(R) Dual-core3. 0 GHz; /Memória: 2GB de RAM;/HD: 500 GB;/Monitor Acer G195w LCD 17” / Teclado/ Mouse;	24	Lab. Informática I

Quadro Branco Moldura em madeira medindo 1,35 x 3,10 m	1	Lab. Informática I
Projetor Multimídia S/Nº NE6F09B792L - EPSON	1	Lab. Informática I
Rack Parede para Switch	1	Lab. Informática I
Switch 3Com 3CBLUG24A 24 Portas 10/100	3	Lab. Informática I
Patch Panel Furukawa Standard CAT5e - 24 Portas	3	Lab. Informática I
Cadeira Fixa com espuma, assento e encosto quadrada	31	Lab. Informática I
Mesa Reta melaminico med. 0,70x 0,60 x 0,75	1	Lab. Informática I
Câmeras de Segurança	3	Lab. Informática I
Teclado em braille para PC adaptado com USB	1	Lab. Informática I
Bancada em MDF para computadores 2,65 x 0,76 x 0,52	6	Lab. Informática II
Bancada em MDF para computadores 3,30 x 0,76 x 0,52	4	Lab. Informática II
Condicionador de ar tipo split 60.000 BTUs - Trivolt	1	Lab. Informática II
Computador com Configuração, Processador: Pentium(R) Dual-core 3.06 GHz; /Memória: 2GB de RAM;/HD: 500 GB;/Monitor :ACER V173 LCD 17"; Teclado/ Mouse;	44	Lab. Informática II
Quadro Branco Moldura em madeira medindo 1,35 x 3,10 m	1	Lab. Informática II
Projetor Multimídia S/Nº NE6FOXB274L - EPSON	1	Lab. Informática II
Cadeira Fixa com espuma, assento e encosto quadrada	45	Lab. Informática II
Mesa Reta melaminico med. 0,70x 0,60 x 0,75	1	Lab. Informática II
Câmeras de Segurança	3	Lab. Informática II
Teclado em braille para PC adaptado com USB	1	Lab. Informática II
Bancada em MDF para computadores 2,65 x 0,76 x 0,52	6	Lab. Informática III
Bancada em MDF para computadores 3,30 x 0,76 x 0,52	5	Lab. Informática III
Condicionador de ar tipo split 30.000 BTUs - Trivolt	2	Lab. Informática III
Microcomputador Dell Optiplex 3020; Monitor Dell de 18.5; Mouse Otico USB Dell; Teclado em portugues	40	Lab. Informática III
Quadro Branco Moldura em madeira medindo 1,35 x 3,10 m	1	Lab. Informática III
Projetor Multimídia S/Nº NE6FOXB245L - EPSON	1	Lab. Informática III
Rack Parede para Switch	1	Lab. Informática III
Switch 3Com 3CBLUG24A 24 Portas 10/100	2	Lab. Informática III
Patch Panel Furukawa Standard CAT5e - 24 Portas	2	Lab. Informática III
Cadeira Fixa com espuma, assento e encosto quadrada	51	Lab. Informática III
Mesa Reta melaminico med. 0,70x 0,60 x 0,75	1	Lab. Informática III
Câmeras de Segurança	3	Lab. Informática III
Teclado em braille para PC adaptado com USB	1	Lab. Informática III

3.9 Laboratórios didáticos

Para o desenvolvimento de atividades práticas a unidade onde está localizado o curso conta com laboratórios básicos e especializados, onde a partir das disciplinas ministradas, os alunos podem realizar atividades acadêmicas de natureza prática. Estes laboratórios estão disponíveis à comunidade acadêmica e atendem aos alunos de Graduação a partir de agendamento de horários, respeitando o limite de capacidade dos

mesmos, garantindo que todos os alunos possam ter acesso equipamentos de maneira qualitativa.

Os referidos laboratórios possuem normatização própria que regulam, normatizam e conferem as normas de segurança para as atividades a serem realizadas, estão à disposição de alunos e professores nos respectivos laboratórios.

Para a organização e manutenção dos laboratórios estão alocados técnicos com formação para junto com os professores prever as atividades que ali serão realizadas e manter o pleno funcionamento dos mesmos.

Caso tenha que haver divisão da turma, deverá simultaneamente ter docente para sala de aula e para o laboratório, devendo ser professores distintos.

3.9.1 Laboratórios didáticos de formação geral

1. Laboratório de Anatomia: Nestes laboratórios ocorrerão atividades práticas relacionadas às disciplinas: Anatomia Humana e Fisiologia Humana
2. Laboratório de Química: Nestes laboratórios ocorrerão atividades práticas relacionadas às disciplinas: Química Geral; Química Orgânica e Química Analítica.
3. Laboratório de Citologia/Histologia e Embriologia: Nestes laboratórios ocorrerão atividades práticas relacionadas às disciplinas: Citologia e Histologia;Embriologia; Patologia.

3.9.2 Laboratórios didáticos de formação específica

- Laboratório Multidisciplinar de Análises Clínicas I

Nestes laboratórios ocorrerão atividades práticas relacionadas às disciplinas: Bioquímica, Bioquímica Clínica, Biologia Molecular, Citopatologia Clínica,Genética, Hematologia Clínica, Imunologia Clínica.

- Laboratório Multidisciplinar de Análises Clínicas II

Nestes laboratórios ocorrerão atividades práticas relacionadas às disciplinas:
Parasitologia e Urinálise.

- Laboratório Multidisciplinar de Análises Clínicas III

Nestes laboratórios ocorrerão atividades práticas relacionadas às disciplinas:

Mecanismo de Agressão e Defesa, Microbiologia Clínica, Micologia Clínica.

- LaboratórioMultifuncional III
Nestes laboratórios ocorrerão atividades práticas relacionadas às disciplinas:Farmacognosia e Farmacobotânica, Cosmetologia,Tecnologia de Alimentos, Bromatologia e Análise de Alimentos.

- Laboratório Multifuncional IV
Nestes laboratórios ocorrerão atividades práticas relacionadas às disciplinas: Farmacotécnica, Toxicologia Aplicada a Farmácia, Tecnologia Química Farmacêutica, Controle de Qualidade de produtos Farmacêuticos e Cosméticos.

3.10 Laboratórios de ensino para a área de saúde

Não se aplica.

3.11 Laboratórios de habilidades

Não se aplica.

3.12 Unidades hospitalares e complexo assistencial conveniados

Convênios com a rede de Secretaria de Estado de Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde

3.13 Biotérios

Não se aplica.

3.14 Processo de Controle de produção ou distribuição de material didático (logística)

No curso de farmáciacontaremos com produção de material didático para as disciplinas que serão ministradas em modalidade EaD.O processo de produção de conteúdo e seu controle será realizado pela Gestão do NEAD seguindo os seguintes procedimentos operacionais:

- PROCEDIMENTO OPERACIONAL DE PRODUÇÃO DE MÍDIAS;
- PROCEDIMENTO OPERACIONAL DE ARMAZENAGEM DE CONTEÚDO;
- PROCEDIMENTO OPERACIONAL DE CONSTRUÇÃO DE DISCIPLINAS.

O processo de produção segue quatro fases distintas para seu desenvolvimento: i) Planejamento, ii) Produção, iii) Validação e iv) Conclusão. Em um total de 20 etapas entre a concepção da ideia até sua conclusão.

Fase	Etapa	Processo
PLANEJAMENTO	1	Demanda para desenvolvimento de uma nova disciplina
	2	A DIREÇÃO ACADÊMICA EÇÃO ACADÊMICA recebe a demanda e discute com a COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA e NEAD o desenvolvimento do projeto.
	3	A DIREÇÃO ACADÊMICA e COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA selecionam o professor para a produção do conteúdo.
	4	A DIREÇÃO ACADÊMICA solicita ao NEAD o início da produção do conteúdo.
	5	A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA se reúne com a COORDENAÇÃO DE CURSO, PROFESSOR e GESTOR DO NEAD para um breafing sobre o novo produto.
	6	O PROFESSOR recebe a capacitação necessária para a produção do material do NEAD.
	7	O EQUIPE DE APOIO DO NEAD libera acesso ao SYSEAD para acompanhamento da produção.
	8	A EQUIPE DE APOIO DO NEAD realiza o agendamento das gravações em estúdio junto à EQUIPE DE PRODUÇÃO DO NEAD.
	9	O GESTOR DO NEAD reúne EQUIPE DE PRODUÇÃO DO NEAD e PROFESSOR para iniciar processo AGILE.

PRODUÇÃO	10	O PROFESSOR elabora os OBJETOS ACADÊMICOS com apoio do COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA , com supervisão do COORDENAÇÃO DE CURSO e COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA.
	11	O PROFESSOR elabora os OBJETOS ACADÊMICOS com supervisão do COORDENAÇÃO DE CURSO e COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA.
	12	Se houver a necessidade de adicionar objeto pedagógico complementar audiovisual.
	13	Validação do material pelo REVISOR.
	14	Finalizando o processo, a EQUIPE DE PRODUÇÃO DO NEAD encaminha o material para a diagramação.
	15	Finalizada a diagramação, o material é enviado para o programador web trabalha-lo e inseri-lo no AVA.
	16	A EQUIPE DE APOIO DO NEAD realiza testes e validação do material (qualidade final)
VALIDAÇÃO	17	Um teste piloto funcional é realizado no AVA e no conteúdo.
	18	Após conclusão dos testes relatórios são apresentados ao NEAD.
	19	Última validação é realizada pela COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA e DIREÇÃO ACADÊMICA.
CONCLUSÃO	20	Agendamento e liberação da sala de aula no AVA.
	21	Disponibilização do AVA para acesso dos TUTORES e ALUNOS.

Todos o processo é controlado de forma eletrônica pelo SISTEMA DE CONTROLE DE PROCESSOS DO NEAD – SYSEAD. Esta ferramenta foi desenvolvida para realizar o acompanhamento de produção e manutenção do processo de produção de mídias e conteúdo acadêmico para a modalidade EAD.

DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

A distribuição do material didático se dará em duas modalidades: impressa e digital.

Na modalidade impressa o aluno deverá solicitar junto ao NEAD, via sistema de suporte, a produção do “kit” didático da disciplina em curso. Neste material o aluno receberá o livro-texto, caderno de exercícios, apresentações (slides) e as anotações da disciplina de forma impressa. Além das impressões haverá um pen-drive personalizado com todo o material em mídia digital, 5 DVD´s com as videoaulas gravadas e 1 CD com as audioaulas gravadas. Esta modalidade tem por finalidade garantir o acesso ao material didático ao aluno mesmo que este esteja impossibilitado de ter acesso ao ambiente virtual de aprendizagem por motivos técnicos ou por não cobertura momentânea de redes de acesso.

A modalidade digital consiste na disponibilização do material didático em nuvem para acesso restrito aos discentes. A nuvem utilizada é a disponibilizada pelo GSUITE da GOOGLE. Todo o material é disposto em pastas organizadas com a possibilidade de leitura online ou para download. Devido à forte integração entre as soluções disponibilizadas e os equipamentos móveis, o discente poderá dispor de forma rápida e segura todo o seu curso em qualquer dispositivo eletrônico com capacidade de acesso digital a estas redes sem a necessidade de instalação de aplicativos ou recursos além dos já disponíveis em seus equipamentos. Desta forma garante-se a disponibilidade sem custos adicionais ou preocupações com versões ou atualizações.

Sob o mesmo conceito de distribuição na modalidade digital as videoaulas e audioaulas são disponibilizadas utilizando as ferramentas em nuvem do pacote GSUITE, garantindo acessibilidade e segurança, assim como adaptabilidade e acessibilidade ao aluno. Disponibilizando o conteúdo em ferramentas comuns e de fácil acesso evita-se a necessidade de capacitação para uso ou equipamentos específicos, melhorando a experiência e usabilidade.

Os alunos terão total acesso ao conteúdo para uso acadêmico com permissões de download e compartilhamento. O objetivo desta garantia é que o conteúdo se torne de fácil acesso e uso sem barreiras digitais que possam dificultar sua compreensão ou manipulação.

3.15 Núcleo de Práticas Jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais

Não se aplica.

3.16 Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

Para as pesquisas realizadas com seres humanos e animais, serão utilizados os seguintes comitês: Comitês de Ética de Instituições Públicas e Privadas do Estado do Amazonas.

3.17 Comitê de Ética na utilização de animais (CEUA)

Não se aplica.

3.18Ambientes profissionais vinculados ao curso

Não se aplica.

4. PROGRAMA INSTITUCIONAIS

4.1 Programa de Acompanhamento de Egressos

O CEUNI-FAMETRO tem o compromisso com a constante valorização do ser humano por meio da educação superior na Região Amazônica, qualificando mão de obra para organizações públicas, privadas, ONGs e empreendimentos próprios. Entretanto, entendemos que nosso compromisso vai além da formação durante a graduação, mas abrange inclusive conhecer informações sobre a inserção do nosso egresso no mercado de trabalho como forma de avaliar a contribuição de nossos cursos para este processo.

Neste contexto, a Instituição optou por adotar uma pesquisa de acompanhamento de egressos dividido em duas etapas: a primeira levantará dados sobre a condição dos alunos no mercado de trabalho ao ingressar na faculdade, e na segunda etapa, levantará dados sobre a condição dos alunos no mercado de trabalho na situação de egresso. Ao comparar os dados levantados poderemos avaliar de que forma os cursos de graduação do CEUNI-FAMETRO estão contribuindo para a empregabilidade, ascensão de carreira e remuneração de nossos egressos.

Este programa tem como objetivo geral o acompanhamento da condição do egresso dos cursos de bacharelado, licenciaturas e tecnológicos do Centro Universitário como forma de demonstrar a importância da IES para a sociedade amazonense na qualificação da mão de obra para o desenvolvimento da região.

Os objetivos específicos do programa estão pautados em:

i) Quantificar os egressos dos cursos do CEUNI-FAMETRO que estão atuando no mercado de trabalho na área em que se graduaram;

ii) Identificar a ascensão profissional do egresso em termos de carreira;

iii) Identificar a ascensão profissional do egresso em termos de remuneração;

iv) Avaliar a contribuição do curso para a empregabilidade do egresso.

Tendo ainda como objetivos institucionais e educacionais: proporcionar sólida fundamentação humanística, técnica e científica, orientada à compreensão dos conceitos inerentes a cada profissão, o programa de acompanhamento dos egressos dos respectivos cursos de graduação, licenciaturas e tecnológicos do CEUNI-FAMETRO será relevante uma vez que atenderá aos interesses do Ministério da Educação que recomenda este tipo de acompanhamento como forma de qualificar cada vez mais as IES privadas; para o próprio Centro Universitário que terá dados para avaliar seus cursos; para o mercado de trabalho local que poderá contar com uma IES preparando mão de obra alinhada com os requisitos atuais do mercado de trabalho e ainda; para os próprios acadêmicos que poderão ser beneficiados por meio de informações dos egressos que subsidiarão a melhoria contínua dos cursos oferecidos.

Afinal o CEUNI-FAMETRO entende que sua responsabilidade social é a contribuição com o desenvolvimento da região amazônica por meio não somente com a qualificação de mão de obra, mas com sua empregabilidade.

A metodologia desta atividade será baseada em uma pesquisa a ser realizada junto aos egressos dos cursos de graduação do CEUNI-FAMETRO. Consistirá na aplicação de formulário de pesquisa sobre os dados dos egressos em duas etapas, a saber: 1ª. Etapa – levantar a condição profissional de ingresso do aluno na IES com turmas formandas; 2ª. Etapa – levantar a ascensão profissional das mesmas turmas na condição de egressos quanto à carreira e à remuneração para identificar as necessidades do curso na formação do aluno.

Após levantamento os dados da primeira e segunda etapa serão comparados para avaliar de que forma os cursos de graduação do CEUNI-FAMETRO estão contribuindo para a empregabilidade, ascensão de carreira e remuneração de nossos egressos.

Será lançado o edital de pesquisa para alunos com interesse em participação voluntária nos projetos de acompanhamento de egressos dos respectivos cursos, na formação do banco de dados dos egressos, envio dos questionários e tabulação dos dados dos questionários devolvidos e que terão horas complementares na realização destas atividades.

Depois de aplicado o formulário de pesquisa, os dados serão tabulados pelos alunos voluntários sob a orientação de um professor que irá tratar estatisticamente os dados levantados e tabulados.

Para a sensibilização da importância da pesquisa será realizado um evento ao final de cada semestre aos pré-egressos para homenageá-los com uma Aula da Saudade ministrada por professores do curso escolhidos pelos próprios alunos, na ocasião será ministrada uma palestra sobre a importância da educação continuada para a empregabilidade dos mesmos e na oportunidade será discorrido sobre a importância da pesquisa de acompanhamento ao egresso como forma de subsídio para a melhoria contínua do curso.

Espera-se com este programa de acompanhamento dos egressos obter subsídios para a melhoria contínua dos cursos de bacharelado, licenciaturas e tecnológicos do CEUNI-FAMETRO de forma a manter a relação entre a qualificação de profissionais com empregabilidade para o mercado de trabalho local.

Atuação dos egressos Da IES No Ambiente Socioeconômico.

A partir do acompanhamento do trabalho realizado com o acompanhamento do egresso, esperamos que os aluno formados por nossa instituição possam se inserir no mundo do trabalho de maneira crítica e consciente com dentro de princípios éticos e humanístico, com responsabilidade social, reconhecendo o valor das entidades de classe que lhe representarão. Espera-se igualmente que a formação ofertada possa formar egressos com competências éticas, pessoais, profissionais, socioafetivas, cognitivas e de comunicação que possibilitem a compreensão de si mesmo e do mundo em que vive, através da formação adquirida, agir de forma crítica contribuindo para a vida em sociedade.

Portanto, é requerida ao egresso a capacidade de:

a) dominar conhecimentos que lhe favoreçam maior flexibilidade na sua atuação profissional; possuir capacidade de trabalhar em equipe;

b) desenvolver e praticar atitudes que possibilite aprender a aprender aprendendo;

c) exercer com ética e proficiência as atribuições que lhes são prescritas através de legislação específica de acordo com sua área de atuação;

d) ter atitudes inovadoras e criativas;

e) utilizar diferentes fontes de informações e recursos tecnológicos para construir/reconstruir conhecimento, em seu setor e, na medida do possível, em seu meio;

f) saber intervir na realidade com consciência, espírito crítico positivo e autonomia, como indivíduo e como integrante de uma coletividade;

g) integrar conhecimentos amplos e especializados, para aplicá-los em situações concretas;

h) atuar para além dos preconceitos culturalmente herdados e/ou impostos pelas formas de organização estabelecidas;

i) compreender a diversidade cultural para inserir-se no mundo internacionalizado, inclusive nas relações de trabalho;

j) compreender a importância de ampliar e atualizar o conhecimento e a prática da vida, do mundo e da profissão, de forma permanente e desenvolver meios ou integrar-se nos que lhe são oferecidos para aprender ao longo de toda vida;

k) desenvolver técnicas apropriadas à área de formação, visando ao acompanhamento e à avaliação constante, buscando interagir com o mercado de trabalho na perspectiva de continuidade de sua formação;

l) atuar como empreendedor de ações inovadoras que promovam o desenvolvimento econômico, político, social e cultural, no contexto local, regional e nacional.

4.2 PROGRAMA DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

DISPOSIÇÃO GERAL

O Programa de Acessibilidade e Inclusão caracteriza-se como um projeto em contínua revisão, com o objetivo de promover ações para a acessibilidade e inclusão dos acadêmicos e colaboradores com deficiência física, intelectual ou sensorial. A fim de que o acadêmico ou colaborador com deficiência possa desfrutar, com autonomia, facilidade e dignidade, dos espaços e atividades acadêmicas em geral ou laborais.

Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, no Artigo 101, Capítulo I, acessibilidade e inclusão “é a condição de alcance para a utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência.”

O trabalho psicopedagógico realizado junto aos acadêmicos para a viabilização do direito de acesso à educação, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96) se dá por meio de uma planificação pedagógica diferenciada que proporciona acesso ao currículo e aos elementos curriculares. Isso, a partir das características de desenvolvimento de cada um dos grupos das deficiências que, por sua vez, em função de suas características, apresentam necessidades educacionais especiais no processo pedagógico, na totalidade ou em determinados momentos deste trabalho, conforme as disposições apontadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Especial e nas recentes Diretrizes Curriculares para a Educação Especial na Educação Básica, dentre outras.

De acordo com a Lei 10.098/00, acessibilidade é a possibilidade e a condição de alcance, para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, pela pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (art. 2°, inc. I). Do ponto de vista social, ela é um dos instrumentos essenciais para que as pessoas com deficiência possam exercer seus mais variados direitos na convivência com os demais cidadãos.

A IES entende que o "direito ao acesso" está diretamente relacionado ao "direito à eliminação de barreiras" que impedem as pessoas de ir e vir e de usufruir de tudo aquilo que compõem o cenário social da cidadania. De acordo com a lei mencionada, barreiras são qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas (art. 2°, inc. II).

Assim, ações são projetadas para a eliminação de barreiras. O entendimento que perpassa este trabalho psicopedagógico, atende ao princípio da equidade, pelo qual há o reconhecimento das diferenças entre os alunos e da respectiva necessidade de haver condições diferenciadas, reconhecendo o direito à igualdade de oportunidades de acesso ao currículo escolar aliado ao reconhecimento e respeito às singularidades.

Do ponto de vista educacional, os desafios em relação à acessibilidade são variados, pois as instituições de ensino, da educação básica à superior, terão de lidar com a eliminação de várias barreiras, desde as de caráter arquitetônico até as encontradas na comunicação e nas atitudes. Por isso o Programa trabalha, de forma crescente, com a acessibilidade viável nas áreas comunicacional, arquitetônica, programática, informacional, metodológica e atitudinal.

Resumidamente, o Programa de Acessibilidade e Inclusão propõe e gerencia a eliminação barreiras arquitetônicas, instrumentais, comunicacionais e atitudinais, tanto na sala de aula quanto nas demais dependências da IES, buscando sempre recursos e estratégias que promovam acesso e permanência dos acadêmicos e colaboradores com deficiência em todo contexto educacional e laboral.

a) Objetivo Geral

Efetivar uma política de acessibilidade e inclusão aos acadêmicos e colaboradores com deficiência, promovendo ações que garantam a acessibilidade física, pedagógica e nas comunicações e informações, no CEUNI- FAMETRO.

b) Objetivos Específicos

i) Efetivar a política de inclusão das pessoas com deficiência na IES;

ii) Promover a eliminação de barreiras atitudinais, programáticas, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicações.

iii) Despertar o convívio com a diferença e facilitar o convívio com a diversidade;

iv) Garantir a educação inclusiva;

v) Adquirir e assegurar a tecnologia assistida e a comunicação alternativa;

vi) Apoiar funcionários, técnicos e corpo docente nas demandas relacionadas ao processo educativo inclusivo;

vii) Garantir a segurança e integridade física de pessoas com deficiência.

c) Das Ações do Programa

Assim o Programa supervisiona:

i) A eliminação de barreiras físicas nas edificações;

ii) A garantia do pleno uso dos recursos de mobilidade, com o acesso e prioridade aos elevadores e rampas;

iii) A adequação dos sanitários aos cadeirantes e alunos com baixa visão;

iv) A acessibilidade aos materiais e recursos de aprendizagem como: textos digitalizados; lupa eletrônica, “Ledor” e de interprete para a língua de sinais – Libras;

v) Mobiliário adequado nas áreas de atendimento e sala de aula.

Assim o Programa promove:

i) A promoção de Projetos de Sensibilização,

ii) Formação e Capacitação de Professores e Funcionários da IES em Atendimento Inclusivo e que assegure a Acessibilidade.

iii) Realizar semestralmente um “Censo” de estudantes de graduação e pós-graduação, professores e funcionários técnico-administrativos com deficiência;

iv) Projetos de Comunicação e Eventos Relativos à Inclusão e Acessibilidade.

4.3 PROGRAMA DE MONITORIA

INTRODUÇÃO

O presente Programa visa proporcionar aos professores orientadores e alunos-monitores do CEUNI-FAMETRO informações sobre a MONITORIA, entendida como possibilidade de aprofundamento da formação acadêmica do aluno de graduação.

O QUE É MONITORIA

A Monitoria é a modalidade de ensino-aprendizagem, dentro das necessidades de formação acadêmica, destinada aos alunos regularmente matriculados. Objetiva despertar o interesse pela docência, mediante o desempenho de atividades ligadas ao ensino, possibilitando a experiência da vida acadêmica, por meio da participação em diversas funções da organização e desenvolvimento das disciplinas dos cursos, além de possibilitar a apropriação de habilidades em atividades didáticas, conforme as normas estabelecidas na legislação pertinente.

DEFINIÇÕES

Monitoria - é o treinamento para a docência e/ou a pesquisa.

Monitor - é o aluno regularmente matriculado no curso de graduação, admitido para auxiliar trabalhos de ensino, devendo estar ligado à disciplina e ao orientador.

Orientador – é o professor responsável pela disciplina, objeto da monitoria, orientando o monitor no aprofundamento dos conhecimentos específicos, consolidando estes conhecimentos à identificação do aluno com a disciplina, e a melhoria do rendimento acadêmico escolar dos envolvidos.

Função – a função da monitoria é exclusivamente auxiliadora, sendo proibido que o monitor, mesmo eventualmente, substitua o professor em atividade de magistério. Em hipótese alguma dar aulas, até porque ele ainda não tem a necessária formação para isto. Monitor é admitido para auxiliar trabalhos de ensino e pesquisa.

MONITORIA: FORMA ALTERNATIVA DE TRABALHO PEDAGÓGICO

A prática da Monitoria no contexto educativo data de longo tempo e se define como processo pelo qual alunos auxiliam alunos na situação ensino-aprendizagem. Nos últimos anos, com o desenvolvimento do pensamento pedagógico de orientação crítico-progressista, procedimentos monitorais vêm ganhando espaço no contexto da realidade educacional das instituições de educação superior. A monitoria, como procedimento pedagógico, tem demonstrado sua utilidade, à medida que atende às dimensões “política, técnica e humana da prática pedagógica” (CANDAU:1986, p.12-22).

QUEM É O MONITOR DO CEUNI-FAMETRO?

É o aluno de graduação concursado para exercer, juntamente com o professor, atividades técnico-didáticas condizentes com o seu grau de conhecimento junto à determinada disciplina, já por ele cursada.

O MONITOR NÃO SUBSTITUI O PROFESSOR NA DISCIPLINA.

COMPETÊNCIAS E DEVERES DO PROFESSOR – ORIENTADOR

a) Dar oportunidade ao aluno para que ele acompanhe as atividades didático-científicas da disciplina e/ou grupo de disciplinas, inclusive a preparação e

seleção de material para aulas teórico-práticas e trabalhos escolares;

b) Propiciar ao aluno oportunidade de auxiliar no preparo de trabalhos práticos e experimentais, compatíveis com seu nível de conhecimento e experiência na disciplina e/ou grupo de disciplinas;

c) Planejar estratégias juntamente com o aluno-monitor para que o mesmo faça um efetivo acompanhamento das turmas;

d) Elaborar juntamente com o aluno-monitor, o plano de trabalho. Neste plano deve-se pensar em todas as atividades a serem realizadas pelo aluno-monitor e a carga horária a ser dispensada para cada uma delas;

e) Supervisionar as atividades realizadas pelo aluno-monitor;

f) Fazer o acompanhamento efetivo do aluno-monitor e auxiliá-lo sempre que lhe for solicitado; reunir-se minimamente uma hora por semana com o monitor para planejar e avaliar os atendimentos aos discentes.

g) Apresentar à Coordenação do Programa, ao final do semestre letivo, relatório das atividades exercidas, e assinar o formulário de acompanhamento referente às atividades em cada mês do aluno-monitor (ver modelo nos anexos).

É VETADO AO MONITOR MINISTRAR AULAS TEÓRICAS, BEM COMO, EXECUTAR TAREFAS DE AULAS PRÁTICAS E SEMELHANTES, SEM A SUPERVISÃO DO PROFESSOR DA DISCIPLINA.

INSCRIÇÕES

Poderá inscrever-se a uma vaga na monitoria, o aluno que atenda aos seguintes requisitos:

- ter cursado a disciplina objeto da seleção;

- ter sido aprovado com nota igual ou superior a oito (5.0) na disciplina em que esteja se candidatando;

- não ter sofrido qualquer tipo de penalidade, e estar quites com as obrigações financeiras perante o CEUNI-FAMETRO.

SELEÇÃO

A seleção é realizada anualmente, em época estabelecida em Calendário.

ATRIBUIÇÕES DO ALUNO MONITOR

a) Interagir com professores e alunos visando um melhor desempenho da aprendizagem, e um bom relacionamento entre docentes e discentes.

b) Participar de atividades que propiciem o aprofundamento de seus conhecimentos na disciplina objeto da monitoria, através de pesquisas, seminários, monografias, revisão de textos e resenhas bibliográficas.

c) Exercer suas atividades em consonância com o plano de trabalho elaborado em conjunto com o professor orientador.

d) Regularmente ou quando for solicitado, apresentar ao professor orientador relatório de suas atividades, envolvendo avaliação do seu desempenho, da orientação recebida e das condições em que se desenvolveram suas ações.

e) Entregar mensalmente frequência e relatório assinado pelo professor-orientador a coordenação responsável pela monitoria;

f) Preencher o cadastro e assinar termo de compromisso por 06 (seis) meses, podendo ser renovado por mais 06 (seis) meses;

ORIENTAÇÃO

O monitor exerce suas atividades sob a supervisão do professor orientador, responsável pela disciplina. Cabe ao professor orientador pronunciar-se sobre o desempenho do monitor, ao final do semestre letivo.

CONTROLE

Ao término do ano letivo o professor orientador apresenta em um único relatório a avaliação da monitoria, avaliação do monitor e atividades desenvolvidas por ambos.

JORNADA E EXERCÍCIO DA MONITORIA

O monitor exercerá suas atividades sem qualquer vínculo empregatício com o CEUNI-FAMETRO. Cumprirá a sua jornada em horário não conflitante com o de suas aulas, 60 horas semestrais, distribuídas entre suas diversas atividades, e dentro de suas conveniências.

Ao professor orientador compete encontrar-se com o aluno monitor 1 hora por semana, dentro de suas conveniências.

CANCELAMENTO DA MONITORIA

O monitor poderá ser suspenso da monitoria quando:

I- Sofrer suspensão de caráter disciplinar;

II- Revelar conduta incompatível com a ordem interna;

III- Trancar a matrícula, abandonar ou solicitar transferência de Curso;

IV- Ficar inadimplente por mais de 90 dias.

O monitor poderá solicitar dispensa da Monitoria a qualquer momento, para tanto, comunicará seu afastamento com antecedência de 30 dias, por escrito à coordenação do curso a que pertence, e este, comunicará à coordenação do Programa para as providências cabíveis.

O monitor fica ciente que, uma vez dispenso das atividades da monitoria, não receberá nenhum tipo de certificado e/ou horas contabilizadas como monitoria.

CERTIFICAÇÃO DA MONITORIA

O aluno receberá, após o seu tempo de monitor, um certificado de monitoria contendo a disciplina e a carga horária da mesma, assinado pela Coordenador do Programa e pelo Diretor Geral da Instituição.

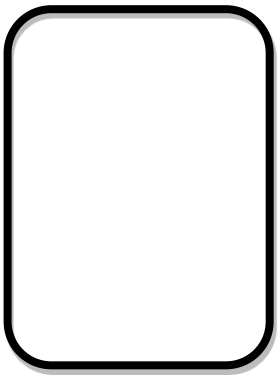
A certificação é outorgada aos discentes que possuírem avaliação de desempenho positiva.

ANEXO I

CEUNI-FAMETRO

PROGRAMA DE MONITORIA

MANAUS - AM



CURSO DE .....

CADASTRO DO(A) MONITOR(A)

Ano do programa:

DADOS GERAIS

Curso:

Disciplina:

Nome do Aluno(a) Monitor(a):

No da matrícula:

Telefone:

E-mail:

Nome do(a) Professor(a) Orientador(a):

E-mail:

Telefone para contato:

Manaus – AM

ANEXO II

CEUNI-FAMETRO

PROGRAMA DE MONITORIA

MANAUS - AM

TERMO DE COMPROMISSO

Nome completo do(a) Aluno(a):

Nº de Matrícula:

Curso:

Período:

Nome do(a) Professor(a) Orientador(a):

Disciplina objeto de monitoria:

Período da disciplina objeto de monitoria:

Conhecendo as normas que regem o Sistema de Monitoria do Centro Universitário CEUNI-FAMETRO, de acordo com o edital ou outro documento normatizador emitido pela instituição, comprometo-me a cumpri-los, e declaro-me ciente de que a participação no programa de monitoria voluntária não estabelece qualquer vínculo empregatício entre a minha pessoa e o CEUNI-FAMETRO.

Manaus, ____ /____ / _____

_____

Assinatura do(a) Monitor(a)

ANEXO III

CEUNI-FAMETRO

RELATORIO MENSAL DE MONITORIA

Monitor (a)	
Orientador (a)	
Disciplina	

MÊS	ATIVIDADE/TEM DESENVOLVIDO NA MONITORIA	CH	CURSO/TURNO

Manaus, em ____ /____ / _____

_____

Monitor Orientador

ANEXO IV

FREQUÊNCIA MENSAL

Monitor (a)	
Orientado (a)	
Disciplina	
Mês	

Dia	Horário	Assinatura Monitor	Assinatura Orientador

Manaus, em ____ /____ / _____

4.4 PROGRAMA DE ARTICULAÇÃO PESQUISA, ENSINO, EXTENSÃO E RESPONSABILIDADE INSTITUCIONAL - PAPEERI

APRESENTAÇÃO

De acordo com a legislação, o tripé formado pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão constitui o eixo fundamental da Universidade brasileira e não pode ser compartimentado. O artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988 dispõe que “as universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Equiparadas, essas funções básicas merecem igualdade em tratamento por parte das instituições de ensino superior, que, do contrário, violarão o preceito legal. Este programa dedica-se a promover a indissociabilidade em que se assenta a universidade e as instituições de ensino superior em geral, o que exige, no nível mais abrangente de análise, sempre uma perspectiva ternária que inclua as atividades de ensino, pesquisa e extensão, igual importância e íntima unidade.

JUSTIFICATIVA

A indissociabilidade é um princípio orientador da qualidade da produção universitária, porque afirma como necessária a tridimensionalidade do fazer universitário autônomo, competente e ético. Ora, a universidade tem sido palco de análises e debates que têm dado destaque seja ao ensino, seja à pesquisa, seja ainda à extensão.

Assim, se considerados apenas em relações duais, a articulação entre o ensino e a extensão aponta para uma formação que se preocupa com os problemas da sociedade contemporânea, mas carece da pesquisa, responsável pela produção do conhecimento científico. Por sua vez, se associados o ensino e a pesquisa, ganha-se terreno em frentes como a tecnologia, por exemplo, mas se incorre no risco de perder a compreensão ético-político-social conferida quando se pensa no destinatário final desse saber científico (a sociedade).

Enfim, quando a (com frequência esquecida) articulação entre extensão e pesquisa exclui o ensino, perde-se a dimensão formativa que dá sentido à universidade. Embora se reconheça a importância dessas articulações duais, o que aqui se defende é um princípio

que, se posto em ação, impede os reducionismos que se verificam na prática universitária: ou se enfatiza a produção do novo saber, ou a intervenção nos processos sociais, ou ainda a transmissão de conhecimentos na formação profissional.

Envolvidos nessa experiência, pudemos refletir um pouco acerca das práticas universitárias, muitas delas isoladas ou, no máximo, duais. Defendemos assim, duas ideias centrais: a primeira delas é de que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ainda não é levada em conta na prática de muitos docentes, seja porque na graduação a ênfase recai sobre o ensino, ou porque na pós-graduação acentuase a pesquisa. A segunda ideia, decorrente de nossa experiência, é de que o estágio de docência na pós-graduação é uma excelente oportunidade de praticar a indissociabilidade defendida. A apresentação de nossa experiência pretende demonstrar esse argumento.

Tratar de indissociabilidade na universidade é considerar necessariamente dois vetores de um debate: de um lado, as relações entre universidade, ensino, pesquisa e extensão; e, de outro, confluindo para a formulação de uma tridimensionalidade ideal da educação superior, as relações entre o conhecimento científico e aquele produzido culturalmente pelos diferentes grupos que compõem a sociedade em geral. Cumpre, portanto, considerar brevemente esse debate para melhor entender por quê, apesar de ideal, a pretendida indissociabilidade muitas vezes não se verifica na prática. Como ressalta Silva (2000), as relações entre ensino, pesquisa e extensão decorrem dos conflitos em torno da definição da identidade e do papel da universidade ao longo da história. Por sua vez, Magnani (2002) indica que, nesses quase duzentos anos de ensino superior no Brasil, pouco a pouco a legislação educacional registrou o esforço por transformar o modelo de transmissão de conhecimento em um modelo de produção e transmissão do saber científico, aliando pesquisa e ensino, como decorrência das pressões por democratização do acesso às universidades. Mais recentemente ainda, a extensão surge como terceiro elemento do fazer acadêmico, resposta às críticas e pressões sofridas pela universidade, oriundas de setores e demandas sociais (Silva, 2000). Ensino, pesquisa e extensão aparecem, então, ao final do século XX, unidos pelo princípio constitucional da indissociabilidade antes citado.

A perspectiva de um conhecimento “pluriversitário” não beneficia apenas as comunidades que têm seus saberes levados em conta. Como bem mostram os autores citados, particularmente Santos (2004), a própria universidade se renova nesse processo. O ensino é, provavelmente, o melhor exemplo dessa renovação, à medida que, integrado ao conhecimento produzido através da pesquisa e aos anseios da sociedade

considerados nas atividades de extensão, ganha em relevância e significado para a comunidade universitária. Desse modo, ensinar termina por ser uma atividade que, ao mediar a pesquisa e a extensão, enriquece-se e amadurece nesse processo: o professor universitário, ao integrar seu ensino à pesquisa e à extensão, mantém-se atualizado e conectado com as transformações mais recentes que o conhecimento científico provoca ou mesmo sofre na sua relação com a sociedade, além de formar novos pesquisadores, críticos e comprometidos com a intervenção social. Logo, não há pesquisa nem extensão universitária que não desemboquem no ensino, permitindo ao fim um diálogo que, nas palavras de Santos (2004), substitui a unilateralidade pela interatividade. O que a longo prazo trará benefícios aos acadêmicos, aos docentes, e as comunidades envolvidas.

Neste sentido, entendemos que as Clínicas que prestam serviço a Comunidade em Geral são espaços privilegiados para o desenvolvimento de projetos que trabalhem intensamente na perspectiva da interatividade expressa aqui. Além disso, oCEUNI-FAMETRO, dispõe de um Núcleo de Extensão e um Núcleo de Pesquisa e Inovação Tecnológica, os quais sobre a coordenação de ensino executam trabalhos também na dimensão da interatividade.

OBJETIVO

OBJETIVO GERAL: Promover a articulação entre o Ensino, Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Institucional, na perspectiva de promover práticas de ensino, pesquisa e extensão com foco na interatividade, por meio do desenvolvimento de projetos que tenham atividades nessas três dimensões (Ensino, Pesquisa e Extensão).

METODOLOGIA DO PROGRAMA

Os projetos desenvolvidos pelo PAPEERI devem ter como principio os seguintes princípios:

i) Indissociabilidade entre as Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. O princípio da indissociabilidade perpassa duas relações: relação ensino/extensão, pela qual se torna viável a democratização do saber acadêmico, propiciando que esse saber retorne à IES reelaborado e enriquecido;

ii) relação pesquisa/extensão, através da qual ocorre uma produção do conhecimento capaz de contribuir positivamente para a alterações significativas das relações sociais. Tais relações integram-se organicamente à formação acadêmica, permitindo que alunos e professores interajam como sujeitos do ato de aprender, de forma que a extensão se

transforme dialeticamente num instrumento capaz de articular teoria e prática, dando suporte às mudanças necessárias ao processo pedagógico;

iii) Caráter Interdisciplinar das Ações Extensionistas. A extensão, como um dos espaços que propiciam a realização de atividades acadêmicas, possibilita a interlocução entre as áreas distintas do conhecimento e o desenvolvimento de ações interprofissionais e interinstitucionais. Na medida em que investe numa nova forma do fazer científico, a extensão articula e integra conhecimentos, constituindo-se como um dos profícuos caminhos para reverter à tendência de departamentalização do conhecimento sobre a realidade;

iv) Compromisso Social da IES na Busca de Solução dos Problemas mais urgentes da maioria da população. A extensão constitui-se em canal privilegiado para que a missão social das Instituições de Ensino Superior seja cumprida, visto que, em sendo a IES concebida como um espaço aberto às discussões que contribuem para a formação técnica, para o exercício da cidadania e para a superação das formas de exclusão, ratifica-se que as ações de extensão devem ser desenvolvidas em direção à autonomia das comunidades, evitando-se qualquer forma de dependência, assistencialismo ou paternalismo;

v) Reconhecimento dos Saberes Tradicionais e da Grande Relevância das suas Interações com o Saber Acadêmico. As interações entre os saberes tradicionais e o saber acadêmico potencializam a produção do conhecimento, estendendo-a, orgânica e continuamente, à recíproca decodificação e sistematização dos resultados alcançados. Possibilita, ainda, o confronto com a realidade e a efetiva participação das comunidades tradicionais em face da atuação da IES. Ou seja, ao articular o ensino e a pesquisa de forma indissociável, a extensão viabiliza uma relação transformadora entre IES e sociedade;

vi) Incentivo ao debate permanente em torno da realidade amazônica propiciando a implementação de ações correspondentes às demandas das populações locais. O espaço das ações extensionistas oportuniza possibilidades impares de reflexão acerca da realidade sócio - ambiental da Amazônia, debruçando-se sobre questões que afligem as comunidades da região. Possibilita, ainda, a construção de alianças e parcerias em defesa dessas populações, contribuindo para o seu fortalecimento enquanto sujeitos de direitos.

Os Projetos atenderão a Editais Específicos do PAPEERI, de caráter anuais, publicados pela IES, indicando as linhas de trabalho anuais, o quantitativo de recurso

disponível para as atividades, o número de participante e os critérios de avaliação das propostas encaminhadas.

4.5 PROGRAMA DE NIVELAMENTO

APRESENTAÇÃO

Ao ingressar em uma Instituição de Ensino Superior o aluno depara-se com uma realidade não apenas diferente, mas desafiadora, que em alguns casos termina por levá-lo a abandonar os estudos.

As dificuldades em acompanhar as disciplinas ministradas constituem-se em um dos fatores que levam o aluno a desistência pois, junto com as dificuldades surgem os sentimentos de incompetência e por conseqüência o desinteresse e a reprovação.

Entendemos que estas dificuldades resultam da baixa qualidade do ensino que a maioria dos alunos recebem desde as séries iniciais, bem como de situações como distorção idade-série que culminam com conclusão do ensino fundamental e médio através de programas supletivos.

O que percebemos é que a formação oferecida nos ensinos fundamental e médio deixa ainda muito a desejar, sendo comuns as queixas dos docentes do ensino superior quanto às falhas de formação e ao baixo nível apresentado pelos alunos, sobretudo no início da vida acadêmica. Grande parte deles são alunos que não conseguem organizar bem as idéias por escrito, cometem muitos erros gramaticais e ortográficos e apresentam, ainda, falhas básicas no raciocínio matemático, dentre outros.

O Centro Universitário CEUNI-FAMETRO procurando lidar com esta realidade e em função disto instituiu, para seus alunos, o Projeto Institucional de Nivelamento, que pode ser definido como um procedimento de apoio ao estudo e uma atividade pedagógica de fundamental importância para a sua formação, como aluno universitário.

O Projeto Institucional de Nivelamento do CEUNI-FAMETRO, faz parte do Programa de Apoio aos Discentes e tem por função propiciar ao aluno o acesso ao conhecimento básico em disciplinas de uso fundamental aos seus estudos no ensino superior.

OBJETIVOS

Contribuir para a superação das lacunas herdadas do ensino nos níveis anteriores;
Ajudar os acadêmicos a realizar um curso superior de qualidade;
Oportunizar aos participantes uma revisão de conteúdos, proporcionando, por meio de explicações e de atividades, a apropriação de conhecimentos esquecidos ou não aprendidos.

METODOLOGIA

O nivelamento será ministrado por um professor e as turmas serão preferencialmente compostas de forma a permitir que o aluno, de acordo com sua disponibilidade de tempo e horário, possa freqüentar mais de uma disciplina.

Os cursos de nivelamento serão ministrados por professores da Instituição, ou por ela contratados para este fim, com objetivo de oferecer a todos os alunos condições de acompanhar os conteúdos das disciplinas regulares dos cursos.

O programa será oferecido em caráter opcional, mediante divulgação de edital e aplicação de prova para seleção dos participantes. O aluno selecionado que não desejar participar deverá requerer sua dispensa do projeto.

PÚBLICO ALVO

Alunos regularmente matriculados em qualquer semestre.

FORMA DE INGRESSO

O aluno apresentar dificuldades em acompanhar qualquer uma das disciplinas durante o curso poderá requerer sua matricula via requerimento interno diretamente na coordenação de seu curso.

AVALIAÇÃO

A Avaliação como processo acontecerá através do desempenho do aluno nas aulas de nivelamento e do acompanhamento do aluno nas disciplinas do seu curso.

4.6 PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DISCENTE - PAD

O Programa de Apoio ao Discente – PAD se divide em três eixos:

Eixo 01 - ATIVIDADES EXTRACLASSE

Academia de oratória: A Academia de Oratória Rui Barbos, proporciona aos alunos um local para aprender e treinar técnicas de oratória. O trabalho compreende a ação conjunta com a Oficina de Redação, que busca desenvolver a produção de diferentes gêneros textuais. A Academia também é itinerante, com o objetivo de levar a oratória a vários locais, sempre buscando parcerias e divulgando o trabalho da Escola.

Grupo Poetando: Através da escrita e declamação de textos literários, os alunos desenvolvem a criatividade, sensibilidade e expressão oral. O grupo se reúne uma vez por semana para estudar novos textos e ensaiar com o objetivo de preparar as apresentações em vários locais.

Grupo Voz e Vida: Atividade de Canto e Educação Vocal com a formação do Coral composto por alunos da IES.

Intercâmbio acadêmico: Com o objetivo de ampliar o vocabulário das línguas inglesa e espanhola e de proporcionar o contato com diferentes culturas e pessoas, oCEUNI-FAMETRO, busca incentivar os alunos a participarem de viagens internacionais, cursos e eventos de disseminação das línguas estrangeiras desenvolvidas em convênio com o Centro de Idiomas. Também e previsto a recepção de intercambistas de diferentes países para a convivência com os alunos. (Vide Regulamento de Intercâmbio e Ações de Internacionalização)

Oficina de artes: A Oficina de Artes tem como objetivo apresentar ao aluno a possibilidade criativa e artística, com o uso de materiais alternativos e reciclados, construindo uma conscientização e contribuindo com um mundo sustentável e, também, a oficina de cerâmica que é uma das artes mais antigas. As propostas têm o intuito de despertar nos alunos o interesse pelas artes visuais.

Oficina de teatro: A Oficina de Teatro tem como objetivo formar grupos de teatro com os alunos do CEUNI-FAMETRO interessados na arte da interpretação, representação e de

construir uma plateia, fomentando o fazer teatral na escola e na comunidade escolar. O grupo de teatro representa a IES em diferentes eventos.

Orientação profissional: Escolher uma profissão é a passagem para o mundo adulto e, a decisão da escolha, marca o ingresso no caminho da construção para o trabalho e a sua independência. OCEUNI-FAMETRO, preocupada com esse momento tão especial para o jovem, coloca à disposição vários serviços para ajudá-lo em suas escolhas e no desenho de seu projeto de vida.

Curso de Formação Profissional (20h/a), com certificação.

Orientação Profissional em acompanhamento com o Núcleo de Atendimento Psicopedagógico e Acessibilidade.

Visitas aos cursos da Universidade.

Palestras sobre assuntos da atualidade.

Rodada de conversa com Profissionais

Escola de Líderes:Desenvolver Líderes a partir do aperfeiçoamento o conhecimento sobre liderança de equipes, dos diferentes estilos de liderança e do adequado planejamento dos processos e atividades, visando à melhoria do desempenho dos representantes de turma junto aos seus representados.

Diretório Acadêmico e Apoio a Representatividade discente: O CEUNI-FAMETRO compreende que a representatividade discente é um dos pilares do funcionamento de uma gestão democrática, neste sentido estimulamos a organização dos alunos valorizando a participação dos mesmos a partir do Colegiado Discente, formado pelo conjunto de representantes discentes escolhidos de maneira livre por seus pares. Este Colegiado possui um calendário de reuniões semestrais, além disso, os representantes discentes possuem assento no Colegiado de Curso com direito a voz e voto.

Monitoria:Com objetivo de incentivar os docentes no ensino e aperfeiçoá-lo para a docência.

EIXO 02 – ATENDIMENTO PEDAGÓGICO; ACOPANHAMENTO PSICOPEDAGÓGICO E ACESSIBILIDADE

Núcleo de Atendimento Psicopedagógico e Acessibilidade:A finalidade do NAPA é orientar e realizar intervenções breves nas dimensões psicopedagógica e social para o corpo discente, docente e técnicos administrativos da faculdade. Para os casos que se fizer necessário um atendimento mais especializado, o NAP deverá sugerir o devido encaminhamento. Seu objetivo geral é promover, por meio do atendimento psicopedagógico e social, a saúde dos relacionamentos interpessoais e institucionais, contribuindo para o processo de aprendizagem do aluno e seu pleno desenvolvimento.

Núcleo de Orientação à Pesquisa e Inovação: Oferece aos acadêmicos de graduação um processo de orientação aos Trabalhos de Curso (TC), como também de pesquisa.

Atendimento Extraclasse:O atendimento extraclasse aos alunos será realizado pelo Coordenador do Curso, pelos professores em regime de trabalho de Tempo Integral e Tempo Parcial, com jornada semanal específica para atendimento ao aluno, assim como pelo Apoio Psicopedagógico ao Discente. O CEUNI-FAMETRO, também tem como política de apoio ao desenvolvimento acadêmico de seus alunos, o acompanhamento sistemático dos índices alcançados pelos mesmos nas Provas e Exames Nacionais de Desempenho. Esse acompanhamento se dá a partir da análise critica dos resultados alcançados apresentados nos relatórios disponibilizados pela iniciativa oficial e outros relatórios internos. Esses documentos possibilitam ao corpo docente visualizar, acompanhar e intervir quando necessário no processo de aprendizagem e desenvolvimento dos nossos acadêmicos.

Ações de Acolhimento aos Ingressantes: O Programa de Apoio ao Discente prevê a realização de atividades de acolhimento aos Ingressantes como a Recepção de Calouros e o oferecimento de oficinas especificas na área da leitura, escrita e calculo, através do nivelamento acadêmico.

Ações de Acompanhamento de Egressos: O Programa de Apoio ao Discente também prevê assistência aos alunos egressos, com a oferta de palestras para orientação de carreira e ainda com ações de promoção de empregabilidade realizadas anualmente pela instituição. Ademais os alunos egressos efetivamente cadastrados fazem parte da política de descontos na pós-graduação e eventualmente em outros cursos da instituição. O CEUNI-FAMETRO está implantando Programa de Acompanhamento dos Egressos, tendo como objetivo estreitar o relacionamento entre a Instituição e seus ex-alunos, desencadeando ações de aproximação, contato direto e permanente, por meio de todas

as formas de comunicação possíveis e viáveis. Bem como analisar a inserção do egresso no mercado de trabalho. Para tanto, foram adotadas algumas ações, tais como:

Criação de base dados, com informações atualizadas dos egressos;

Criação de núcleo de ex-alunos, a fim de manter diálogo constante com os mesmos, oferecendo espaços de debates sobre sua vida profissional e atuação social;

Disponibilização aos egressos de informações sobre eventos, cursos, atividades e oportunidades oferecidas pelo Centro Universitário, a fim de promover relacionamento contínuo entre a Instituição e seus egressos;

Aplicar pesquisa com egresso sobre inserção no mercado de trabalho.

Além disso, o Programa de Acompanhamento do Egresso, busca viabilizar uma linha permanente de estudos e análises sobre alunos egressos, a partir das informações coletadas, objetivando avaliar a qualidade do ensino e adequação da formação do profissional para o mercado de trabalho.

Atividades de Nivelamento: Com o objetivo de recuperar as deficiências de formação dos ingressantes no Curso do CEUNI-FAMETRO oferece aos seus alunos cursos de nivelamento. Considerando a importância do uso correto da língua portuguesa e dos fundamentos de matemática são ministrados cursos de gramática e redação e também matemática básica. Estes cursos visam suprir as deficiências básicas dos alunos que não consigam acompanhar adequadamente o aprendizado. Dessa maneira, acredita-se estar atendendo os alunos que estavam temporariamente afastados da vida escolar e aqueles que necessitam de reforço das bases de ensino médio. As aulas são realizadas aos sábados, sem nenhum custo adicional aos alunos.

Atendimento Extraclasse: O atendimento extraclasse aos alunos será realizado pelo Coordenador do Curso, pelos professores em regime de trabalho de Tempo Integral e Tempo Parcial, com jornada semanal específica para atendimento ao aluno, assim como pelo Apoio Psicopedagógico ao Discente. OCEUNI-FAMETRO, também tem como política de apoio ao desenvolvimento acadêmico de seus alunos, o acompanhamento sistemático dos índices alcançados pelos mesmos nas Provas e Exames Nacionais de Desempenho.

Esse acompanhamento se dá a partir da análise critica dos resultados alcançados apresentados nos relatórios disponibilizados pela iniciativa oficial e outros relatórios internos. Esses documentos possibilitam ao corpo docente visualizar, acompanhar e intervir quando necessário no processo de aprendizagem e desenvolvimento dos nossos acadêmicos.

Monitoria: Com objetivo de incentivar os docentes no ensino e aperfeiçoá-lo para a docência.

Programas de Apoio Financeiro: Serão concedidas bolsas de estudos aos alunos que desenvolverem projetos de iniciação científica/pesquisa/extensão, sob orientação docente. Atualmente, a Faculdade disponibiliza bolsas na forma de desconto nas mensalidades.

Bolsa de Iniciação Científica: OCEUNI-FAMETRO, por meio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica – PIBIC oferece bolsas de iniciação científica, como forma de estimular e apoiar a participação dos estudantes nos projetos de pesquisa desenvolvidos pela Instituição. O PIBIC é um instrumento que proporciona a melhor forma de trabalho com o aluno, incentivando-o a novas iniciativas e valorizando o seu espírito de empreendimento, de curiosidade, de interesse e gosto pela investigação.

Política de Desconto: OCEUNI-FAMETRO mantém uma política de desconto de 15%, sendo 10% para o vencimento e 5% para convênios. E para os colaboradores há um desconto de 20%. Convênios Empresa por Contrato; Convênio alunos Cemetro, Cejur e Pós-Graduação.

Programas de Financiamento Estudantil: Fies, Prouni e Bolsa Universidade da Prefeitura Municipal de Manaus

Acessibilidade (Pedagógica e atitudinal) : Considerando a necessidade de assegurar as pessoas com deficiência física e Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno Espectro Autista: OCEUNI-FAMETRO por meio de sua clinica de psicologia possui um Programa de Atendimento ao discente com transtorno espectro autista mediado por uma equipe multidisciplinar em atendimento ao disposto na Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012.

Internacionalização e Mobilidade: A IES possui convênio com a Universidade Nihon Gakko e com o Programa Ciência sem Fronteiras para intercâmbio acadêmico e todas as matrizes curriculares contam com a disciplina de inglês.

EIXO 03 – SERVIÇOS ACADÊMICOS

Ouvidoria: A Ouvidoria é um serviço de atendimento à comunidade interna e externa, com atribuições de ouvir, encaminhar, acompanhar reclamações, denúncias, elogios, solicitações, sugestões ou esclarecer dúvidas.

Serviço de Atendimento ao Aluno Bolsista: espaço especialmente destinado ao atendimento ao aluno bolsista com profissionais treinados para dirimir todas as duvidas e facilitar a tramitação de processos de subvenção financeira no âmbito municipal, estadual e federal.

Clinicas e Serviços da IES

Clinica Multidisciplinar: Espaço multidisciplinar para orientação psicológica e avaliações nutricionais, respectivamente.

Clinica de Nutrição: Espaço para atendimento com enfoque muldisciplinar para orientação nutricional

Clinica de Fisioterapia: Espaço para atendimento com enfoque muldisciplinar para reabilitação fisioterápica

Brinquedoteca: Atendimento de primeiros socorros por enfermeira credenciada ao conselho oferecido aos acadêmicos e funcionários, sem custo financeiro adicional.

Ambulatório: Atendimento aos filhos dos acadêmicos e funcionários destinados à crianças de 4 a 8 anos de idade, sem custos financeiros adicionais.

Núcleo de Práticas Jurídicas: Atendimento e assistência jurídica gratuita, com proteção de serviços à comunidade Manauara.

Portal Acadêmico: Disponibiliza informações e notícias sobre a faculdade, sobre o curso, demais serviços e documentos importantes para o aluno com PDI, Manual do Aluno, PPC, Regulamentos entre outros.

Núcleo de Orientação à Pesquisa: Oferece aos acadêmicos de graduação um processo de orientação aos Trabalhos de Curso (TC), como também de pesquisa.

4.7PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O Programa de Avaliação Institucional baseia-se em quatro nortes que serviram para um processo avaliativo na perspectiva de aperfeiçoamento institucional: a) conscientização e adesão voluntária, a avaliação deve ser algo conquistado e não imposta, a fim de que tenha legitimidade política, pois a imposição não produz absolutamente nada, ao contrário faz do ato de avaliar algo punitivo e não construtivo; b) avaliação total e coletiva - é preciso que a instituição seja avaliada como um todo e não fragmentada, ou seja, em todos os seus setores e com envolvimentos de todos os seus colaboradores; c) unificação da linguagem – para que não haja ruídos na comunicação é preciso que se unifiquem os conceitos, princípios e finalidades do projeto de avaliação institucional; d) competência técnico-metodológica – deve-se ter uma base científica que direcione o projeto e que propicie legitimidade aos dados coletados.

Além destes parâmetros, a auto avaliação foi desenvolvida tendo em vista as seguintes características: processo democrático – possibilitou aos colaboradores envolvidos conhecer os objetivos, procedimentos e aspectos que serão utilizados: contextualizada – norteou a instituição a conhecer a demanda de ensino superior no ambiente social onde está inserida; respeitando as diversidades, a história e a cultura institucional; flexível – aberta as discussões e mudanças necessárias durante o processo, sem perder de vista a veracidade de seus objetivos; incentivadora – promoveu o envolvimento e a participação de toda a comunidade institucional, afastando a insegurança e a desconfiança. Incentivou, também, a veracidade, o livre arbítrio de opiniões, criando valores de aperfeiçoamento e desenvolvimento constante; ética – pautou-se em valores morais e éticos, de acordo com a práxis acadêmica e científica das comunidades interna e externa à instituição: sistemática – o processo avaliativo foi contínuo, regular e sistemático de conhecimento e aprimoramento da realidade educacional avaliada e do próprio processo avaliativo.

Por meio de um Fórum permanente de discussão, que tem nas nossas instâncias colegiadas, o local privilegiado, os resultados dos processos internos e externos de avaliação e ainda os índices oficiais que dizem respeito aos resultados alcançados pelos alunos no ENADE, nos cursos pelas avaliações in loco, e ainda o CPC e o IGC, serão cuidadosamente analisados. Estes dados serão cruzados com os resultados obtidos pela CPA e servirão de base para o processo e tomada de decisão tanto no âmbito da gestão como no âmbito pedagógico, tendo em vista a constante melhoria de nossos processos institucionais e de nossas ações educativas.

Esse cruzamento de dados realizado pela CPA dará lastro para a elaboração de um relatório unificado de autoavaliação, de onde emerge dois tipos de planejamento: Um Plano de Gestão Macro Institucional e um Plano Acadêmico Administrativo de Curso, tendo em vista o fortalecimento continuo dos cinco eixos deste PDI (Planejamento e Avaliação Institucional; Desenvolvimento Institucional; Políticas Acadêmicas; Políticas de Gestão; Infraestrutura)

Objetivo Geral do Processo de Autoavaliação Institucional:
Promover a Cultura da Autoavaliação entendendo a mesma e seus resultados, como instrumento de gestão acadêmica e administrativa;

Objetivos Específicos:
Realizar autoavaliação institucional em um processo democrático de participação de todos os segmentos envolvidos docentes/discentes/técnicos;
Realizar auto-avaliação de curso em um processo democrático de participação de todos os segmentos envolvidos docentes/discentes/técnicos;
Analisar os dados coletados tendo em vista o subsídio das ações acadêmico/administrativas realizadas no âmbito dos cursos e da instituição.

Metodologia da avaliação institucional:

O processo de auto avaliação será assumido dentro de duas dimensões. A primeira se define como avaliação externa, ou seja, diz respeito aos índices alcançados pela IES (ENADE; IGC; CPC e Avaliação In Loco) A segunda dimensão diz respeito ao processo interno de avaliação, o qual se desdobra em dois níveis. O primeiro nível é o Macro institucional, onde a comunidade acadêmica avalia os determinantes macro institucionais

da IES, incluindo a Infraestrutura. O segundo nível compreende os determinantes internos do curso identificados com os itens de natureza pedagógica e acadêmica.

Avaliação Interna são duas:

a) Primeiro Nível: Avaliação Macro Institucional

Em acordo com a legislação vigente e atendendo o que preconizam os documentos que norteiam o processo de avaliação institucional, o primeiro nível de avaliação diz respeito à avaliação da instituição a partir de 10 dimensões, da lei 10.861, que institui o SINAES, a saber:

i. Missão Institucional
ii. Política de Ensino/ Pesquisa e Extensão
iii. Responsabilidade Social
iv. A Comunicação com a Sociedade
v. Política de Pessoal
vi. Gestão Institucional
vii. Infraestrutura
viii. Planejamento e Avaliação
ix. Atendimento ao Estudante
x. Sustentabilidade Financeira

Focada nos aspectos macro institucionais e protagonizada pela CPA, a avaliação interna tem como foco principal captar os aspectos administrativos e a maneira como os alunos e colaboradores percebem o conjunto de atividades que a instituição oferta. Esta avaliação terá como função a complementação da avaliação interna (curso) realizada peloCEUNI-FAMETRO.

O Plano de Gestão Institucional terá como eixos de ação:

Políticas de Gestão:

i. Políticas de Pessoal
ii. Organização e Gestão da Instituição
iii. Sustentabilidade Financeira

Infraestrutura Física:

i. Melhorias das Instalações Físicas
ii. Equipamentos; Máquinas
iii. Plano de Manutenção

Políticas Acadêmicas:

i. Ações de Estímulo ao Ensino
ii. Ações de Estimulo a Extensão
iii. Ações de Estímulo a Produção Científica e Inovação Tecnológica
iv. Ações de Apoio ao Discente
v. Ações de relacionamento com a comunidade externa e interna

b) Segundo Nível: Avaliação de Curso: A Avaliação de Curso – Curso será feita regularmente anualmente sempre no inicio do 1º. Semestre, por meio do levantamento e estudo do desempenho do curso, com o foco voltado para as questões ligadas diretamente aos aspectos pedagógicos dos cursos considerando também, os aspectos relativos ao atendimento das expectativas da comunidade externa, ou seja, do próprio mercado de trabalho. O instrumento desta avaliação foi elaborado tendo em vista o marco regulatório da avaliação e o conjunto de indicadores presentes na avaliação in loco e no ENADE.

Etapas da avaliação institucional e ações de melhoria institucional:

As avaliações preveem as seguintes etapas:

Definição dos Instrumentos e Coleta de Dados: Nesta etapa serão definidos as técnicas e os instrumentos para coletar dados quantitativos e qualitativos. Com relação aos docentes, técnico-administrativos e integrantes da direção, toda a população preencherá o instrumento de avaliação. Enquanto, aos discentes a mostra corresponderá a 50% ou 100% do número de matrículas.

Os instrumentos serão elaborados pela CPA, mas discutidos com o colegiado de curso e reformulados se necessário, conforme os parâmetros estabelecidos, a partir dos indicadores selecionados pela comissão, dentre as relacionadas previamente pelos envolvidos no processo avaliativo. Os questionários terão um campo comum que visará à avaliação dos Cursos doCEUNI-FAMETRO e um específico para a auto-avaliação do discente, do docente, dos integrantes da direção e dos colaboradores da área técnica administrativa. Eles serão constituídos, prioritariamente, de questões fechadas, embora se reserve o espaço para a expressão de opiniões pessoais que propiciem o aprofundamento qualitativo dos itens previamente construídos.Além do questionário, será utilizada a técnica de grupo focal, a fim de conhecer as concepções e posicionamentos

dos discentes e docentes e técnicos - administrativos sobre questões que envolvem o curso, que vão desde a estrutura física a dimensão pedagógica e administrativa.

Sensibilização da Comunidade Acadêmica e Técnica Administrativa:

Visando o envolvimento acadêmico, técnico e docente a uma participação efetiva de todos os níveis serão realizadas reuniões com todas as turmas dos diferentes cursos, com docentes e técnicos administrativos para sensibilizá-los quanto à importância da participação e os objetivos de todo o processo avaliativo.

Tratamento dos Dados e Comunicação dos Resultados: A comissão de avaliação encarregar-se-á de apurar os instrumentos e de interpretar os dados por meio do programa de Avaliação Institucional. Os resultados obtidos por meio de questões fechadas serão submetidos a estatísticas descritivas do programa. Enquanto, que os disponibilizados por meio de questões abertas serão categorizados por uma análise de conteúdo (busca de sentido das citações). Os resultados serão comunicados e divulgados a toda a comunidade acadêmica por meio de relatório que incluirá também conclusões e recomendações. A utilização dos resultados será motivo de discussão em reunião com a comunidade acadêmica, após a divulgação do relatório.

Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso: o plano setorial de curso é um instrumento de planejamento interno das coordenações de curso, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a IES, e para a qualidade de ensino que esta propõe. São objetivos do Plano:

Realizar o planejamento das atividades pedagógicas e administrativas, assegurando aos professores as orientações, o tempo e o espaço necessário para o planejamento do semestre.

Organizar o semestre letivo, discutindo com os professores as ações pedagógicas a serem realizadas.

Propor e organizar ações tendo em vista o enfrentamento das questões pedagógicas que se revelaram problemáticas na avaliação do curso.

Elaborar um calendário de atividades para o curso, destacando as ações pedagógicas e administrativas internas relevantes.

Metodologia de Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso:

Ao inicio do semestre será destinado um período para o planejamento do curso, após esse período o coordenador deverá zelar pelo cumprimento das ações e realizações

das atividades, tendo em vista o planejamento das atividades do semestre. Ao final desse período o coordenador do curso deverá encaminhar um plano de ação evidenciando as atividades pertinentes ao seu curso, tendo em vista o enfrentamento das dificuldades apontadas pelos professores e a necessidade de melhoria continua da qualidade dos processos pedagógicos.

Deve-se ainda submeter a apreciação superior o calendário de atividades do curso para que o mesmo possa ser compatibilizado com as demais ações previstas pelos outros cursos a fim de evitar atropelos /ou dificuldades na realização das mesmas. Espera-se que os resultados obtidos nas avaliações possam subsidiar a elaboração dos Plano Acadêmico Administrativo de Curso tendo em vista a continua melhoria dos processos pedagógicos institucionais visando a excelência dos serviços educacionais ofertados e o cumprimento dos princípios, da missão e dos valores doCEUNI-FAMETRO, previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional PDI

Deve-se observar o planejamento dos seguintes eixos, a saber:

i. Atividades Extracurriculares: atividades de cunho formativo e/ou cultural que contribuam para a formação do perfil do egresso, tendo em vista o reforço ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso e que não estejam necessariamente vinculadas aos componentes curriculares. Aqui podem ser consideradas atividades complementares como realização de palestras que promovam formação e desenvolvimento profissional com membros da comunidade interna e externa da instituição. São exemplos de atividades extracurriculares: campanhas de conscientização com temas atuais, cursos de curta duração que tragam aperfeiçoamento de habilidade específicas ao desenvolvimento profissional e pessoal do aluno, atividades culturais com a finalidade de promover a cultura local, o talento dos alunos e da comunidade em geral, Concursos, Campanhas Solidárias, Responsabilidade Social e etc... As atividades extracurriculares não possuem caráter obrigatório, não podem servir como critério de avaliação de desempenho do aluno, podendo ser, contudo, considerada como atividades complementares.

ii. Atividades Interdisciplinares e Transversais: projeto de trabalho acadêmico, que tenham como princípio o diálogo entre disciplinas, áreas de conhecimento e conteúdos curriculares, na perspectiva de fomentar a interligação de saberes e práticas da área de conhecimento do curso. Espaço para o desenvolvimento de

atividades com as temáticas transversais de questões étnico-raciais e de educação ambiental, além de temas desenvolvidos nas disciplinas que careçam de aprofundamento e de abordagem interconceitual. São consideradas atividades interdisciplinares todas aquelas realizadas nas quais estejam sendo tratados assuntos das disciplinas ministradas. São atividades que devem ser organizadas a partir da sala de aula, com a participação efetiva dos professores, sendo desenvolvidas por estes com seus alunos, servindo inclusive de referência para atribuição de notas na avaliação de desempenho acadêmico. Neste sentido pode ser feitos projetos de trabalhos acadêmicos onde os professores da disciplina do período possam dividir a responsabilidade pela orientação das mesmas e partilhar a nota atribuída entre os componentes curriculares envolvidos. São exemplos dessas atividades: Projetos de Pesquisa e de Extensão. Projetos de Estudos Orientados. Seminários Acadêmicos, Jornadas Científicas, Semanas Acadêmicas, Mostra de trabalhos de curso, Visitas Técnicas, Gincanas de conhecimento, entre outros A diferença entre as atividades interdisciplinares e transversais e as atividades extra-curriculares e que as primeiras são consideradas como metodologias de ensino, devendo ser consideradas como fundamento metodológico dos processos de ensino e aprendizagem. Já as atividades extra-curriculares possuem caráter complementar, informal, não obrigatória. É importante destacar que as semanas acadêmicas por seu caráter e amplitude são consideradas atividades interdisciplinares, pois envolvem diferentes conteúdos e extracurriculares por estarem abertas também a comunidade externa e não serem obrigatórias.

iii. Acompanhamento de Egressos: realizar um acompanhamento dos egressos do curso, obtendo retorno acerca da aceitação dos nossos ex-alunos no mercado de trabalho, assim como, acerca da necessidade de revisão de condutas e processos pedagógicos tendo em vista a melhor e maior inserção do nosso alunos no mundo do trabalho.

iv. Monitoramento da Evasão: propor a realização de ações de acompanhamento da evasão, buscando minimizar os índices do curso.

v. auto avaliação interna do curso: organizar ações tendo em vista a avaliação interna do curso, essa avaliação poderá dar-se mediante seminários de avaliação com a participação do corpo docente e representatividade discente do curso, utilizando como base de dados a avaliação da CPA e outras bases de dados oriundas de formulários próprios de avaliação elaborados pelo curso tendo em vista a especificidade do mesmo. A ênfase dessa avaliação deverá ser os aspectos pedagógicos do curso. Metodologias empregadas de ensino e aprendizagem, técnicas de ensino, processos de avaliação e etc.

vi. Atividades Complementares: As atividades complementares são consideradas atividades curriculares e devem ser propostas pelos cursos tendo em vista o caráter complementar a formação do perfil do egresso, devendo ser pensadas e programadas a partir das competências previstas para serem desenvolvidas pelos alunos no decorrer da formação. Ao programar estas atividades os docentes e coordenadores devem considerar o regulamento das atividades complementares institucionais.

vii. Atividades de Extensão: atividades realizadas pelo corpo docente e discente tendo em vista a partilha do conhecimento produzido com o fito de promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas.

viii. Atividades de Incentivo a Produção Científica Discente e Docente: Planejar ações de incentivo a produção científica e a inovação tecnológica no interior dos cursos.

ix. Monitoria: Planejar ações de incentivo de monitoria nos cursos.

x. Avaliação do Rendimento: Planejar ações de acompanhamento do rendimento acadêmico dos alunos no interior dos cursos.

4.8 Regulamentos Institucionais

4.8.1Regulamento de Monitoria

CAPÍTULO I – DOS OBJETIVOS

Art. 1º. São objetivos da Monitoria:
I – oportunidade ao aluno o desenvolvimento de habilidades para a carreira docente, nas funções de ensino, pesquisa e extensão;
II – assegurar cooperação didática ao corpo docente e discente nas funções universitárias.
Art. 2º. Cabe ao Monitor auxiliar o corpo docente nas seguintes atividades:
I – tarefas didático-científicas, inclusive na preparação de aulas, trabalhos didáticos e atendimento a alunos;
II – atividades de pesquisa e extensão;
III – trabalhos práticos e experimentais.
Parágrafo único. Incumbe, ainda, ao Monitor, auxiliar o corpo discente, sob a supervisão docente, na orientação em trabalhos de laboratório, de biblioteca, de campo e outros compatíveis com seu grau de conhecimento e experiência.
Art. 3º. É vedado ao Monitor ministrar aulas sem acompanhamento do professor da disciplina.

CAPÍTULO II – DO PROCESSO SELETIVO

Art. 4º. O processo de seleção aos candidatos às vagas de Monitoria, tem como base nos seguintes critérios:
I – terão oportunidade de inscrever-se, no exame de seleção, o aluno que comprove aprovação na disciplina ou atividade em que pretenda atuar, com coeficiente superior a 7 (sete);
II – a inscrição dar-se-á através das orientações publicadas no edital da Diretoria, onde será fixado o número de vagas;
III – o processo de seleção será organizado e aplicado por uma comissão composta de, no mínimo, três professores, designada pelo Diretor.
Parágrafo único. Cabe ao Diretor homologar a classificação indicada pela comissão.

CAPÍTULO III – DO REGIME DE TRABALHO

Art. 5º. O Monitor exerce suas atividades sem qualquer vínculo empregatício, cabendo à Mantenedora aplicar, ao exercício da Monitoria, os mesmos critérios adotados para os estagiários.

§1º. O Monitor exercerá suas atividades sob orientação de professor responsável pela disciplina ou atividade.

§2º. O horário das atividades do Monitor não pode, em hipótese alguma, prejudicar as atividades discentes.

§3º. As atividades de Monitor obedecem, em cada semestre, ao plano estabelecido pelo professor, aprovado pela Coordenação respectiva.

CAPÍTULO IV – DA BOLSA DE MONITORIA

Art. 6º. Para o exercício de suas funções, ao Monitor será concedida uma bolsa, cujo valor é fixado pela Diretoria, obedecido o orçamento anual.

Parágrafo único. A renovação da bolsa de Monitoria depende do desempenho do Monitor, conforme avaliação da Coordenadoria.

CAPÍTULO V – DA COMPETÊNCIA DAS COORDENAÇÕES

Art. 7º. Compete às Coordenações:

I – recrutar e selecionar monitores, obedecidas as normas fixadas peloCEUNI-FAMETRO;

II – aprovar os planos de trabalho dos monitores, elaborado pelos professores orientadores;

III – supervisionar o desempenho dos monitores e promover sua avaliação, ao final de cada semestre letivo;

IV – controlar e encaminhar a freqüência dos monitores ao setor competente;

V – promover a substituição dos monitores que deixarem o programa; e

VI – expedir e registrar o Certificado de Monitoria aos que integralizarem, no mínimo, um semestre de efetivo trabalho.

CAPÍTULO VI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 8º. A bolsa de monitoria tem a duração de um semestre letivo, podendo ser renovada.
Art. 9º. A Instituição adotará as providências necessárias, para assegurar aos monitores, seguro contra acidentes pessoais.
Art. 10. Este regulamento entrará em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.
Além destas, oCEUNI-FAMETRO oferece bolsas de estudo oriundas do Governo Federal, Financiamento Estudantil/FIES, e ainda, além de estabelecer convênios com empresas de médio e grande porte com política de desconto, como também disponibiliza bolsas de estudo a seus funcionários que variam de 20% a 100% de desconto.
Quanto às bolsas de trabalho, a Instituição tem estabelecido convênios e contatos permanentes com órgãos de apoio a estágios, objetivando perspectivas para seus estudantes, além de parcerias com organizações do primeiro, segundo e terceiro setor que recrutam estagiários.

4.8.2 Regulamento do Programa de Nivelamento

Diante do panorama atual da Educação Básica, é possível dizer que o estudante ingressa no ensino superior com uma base que é peculiar a cada pessoa, tendo em vista as diferenças individuais. Esta variabilidade, certamente, constitui-se em evidência que precisa ser considerada na organização e desenvolvimento das ações curriculares face aos objetivos do êxito acadêmico desejados.
Nesta perspectiva, os conteúdos/abordagens curriculares dos Cursos de Graduação do Centro Universitário - CEUNI-FAMETRO estão estruturados de modo a contemplarem, em sua organização e dinamização, as diversidades cognitivas dos discentes. Deste modo, o processo de Nivelamento Institucional doCEUNI-FAMETRO consiste em subsidiar os alunos de elementos básicos da Matemática, da Leitura, Interpretação e Escrita de forma que o aluno consiga prosseguir em seus estudos.
Art. 1º. OCEUNI-FAMETRO proporcionará aulas de Nivelamento em Língua Portuguesa e Matemática sempre que houver turmas ingressantes na Instituição.
Art. 2º. O Projeto de Nivelamento também será oferecido aos alunos de outros semestres que não sejam os iniciais, desde que comprovadas as necessidades.

Art. 3º. Os alunos serão convidados à participar do Projeto, excluindo a possibilidade de obrigatoriedade.

Art. 4º. A Coordenação dos Cursos se responsabilizará por acompanhar junto aos professores a freqüência e o desenvolvimento dos alunos participantes do Projeto Institucional de Nivelamento.

Art. 5º. Os docentes envolvidos no Projeto Institucional de Nivelamento serão indicados pela Direção de Ensino doCEUNI-FAMETRO.

Art. 6º O Curso de Nivelamento elaborará um programa de conteúdos que sejam comuns a todos os Cursos da Instituição, conteúdos básicos para a formação acadêmica do aluno.

Art.7º A avaliação do Projeto ocorrerá de modo indireto, ou seja, por meio da relação entre controle de freqüências e desempenho nas disciplinas regulares do Curso.

Art.8º As aulas ocorrerão aos sábados em horário que não conflite com as atividades acadêmicas.

Art. 9º. As aulas são oferecidas gratuitamente aos alunos e contam com a orientação e acompanhamento de docentes qualificados e com experiência para identificar as dificuldades que interferem no desempenho acadêmico dos alunos e sugerir mecanismos adequados de estudos.

Art. 10º. O docente responsável pelo Projeto de Nivelamento poderá ser auxiliado por um monitor, desde que seja comunicada a Direção de Ensino e apresentada a justificativa.

Art. 11º. Os projetos serão desenvolvidos pelos docentes envolvidos no Programa a partir da identificação das necessidades dos alunos.

Art. 12º. Os casos omissos deste regulamento, alterações, novas diretrizes e quaisquer outras inclusões, deverão se dar por meio de deliberação do Conselho Acadêmico.

NIVELAMENTO EM LÍNGUA PORTUGUESA

Objetivos:

Desenvolver aspectos referentes à comunicação, estilo, parágrafo e frase, fornecendo ao aluno um embasamento teórico-prático para a comunicação oral e escrita.

Proporcionar diversos tópicos gramaticais, uma vez que a gramática, não sendo considerada um fim em si mesma, é um meio para que se atingir o que se convencionou chamar de expressão correta de acordo com a língua-padrão.

Ementa:

Leitura e interpretação de textos. A construção do parágrafo. Variação linguística. A coerência e a coesão textual. Estrutura do texto dissertativo. Concordância nominal e verbal. Ortografia. Acentuação e crase. Pontuação.

NIVELAMENTO EM MATEMÁTICA

Objetivos:
Propiciar aos alunos a manutenção de conceitos matemáticos elementares.
Compreender as diferentes representações dos números racionais, sobretudo a decimal e suas operações.
Resolver problemas envolvendo regra de três e casos de razões e proporções.
Compreender o conceito e as técnicas de resoluções de equações de grau 1 e 2.

4.8.3 Regulamento Do Núcleo De Orientação À Pesquisa E Inovação

REGULAMENTO DO NÚCLEO DE ORIENTAÇÃO À PESQUISA E INOVAÇÃO

CAPÍTULO I
Dos Objetivos

Art. 1º – O objetivo do presente Regulamento é regulamentar a pesquisa institucional e estabelecer definições, estrutura administrativa, critérios de avaliação, formas de institucionalização e instrumentos de apoio à pesquisa, de acordo com o estabelecido no REGIMENTO DOCEUNI-FAMETRO.
Art. 2º – Objetivo do Núcleo de Pesquisa – NOPE é promover a pesquisa científica produzida pelo seu corpo docente e discente construindo o saber local necessário para transformação de uma sociedade sustentável respeitando os princípios éticos e aprimorando os processos de ensino, aprendizagem e extensão.

Capítulo II
Das Definições

Art.3º - Para efeito de entendimento define-se:

A COMISSÃO DE PESQUISA é responsável pela elaboração, para cada período letivo, os documentos de Planejamento Estratégico deliberar sobre os critérios de alocação de cargas horárias, no tocante às atividades de ensino, pesquisa e orientação, de acordo com as necessidades de cada semestre e decidir sobre casos omissos neste Regulamento.

O COORDENADOR DE PESQUISA é o docente responsável pelo funcionamento das atividades de pesquisa do núcleo.

O PROFESSOR PESQUISADOR éo docente que integra o quadro de professores-pesquisadores do Centro UniversitárioCEUNI-FAMETRO.

O PESQUISADOR COLABORADOR é o profissional que participa das atividades de pesquisa sem integrar o quadro de professores-pesquisadores da Instituição.

O ASSISTENTE DE PESQUISA é o profissional designado para exercer funções auxiliares no âmbito de um grupo de trabalho registrados e credenciados nos órgãos competentes.

O DISCENTE PESQUISADOR é o aluno voluntário ou bolsista selecionado para o desenvolvimento das etapas da pesquisa conforme o regulamento do núcleo.

CAPITULO III
Da Estrutura Administrativa

Art. 4º – O Núcleo de Pesquisa (NOPE) é subordinado à Direção Geral da FAMETRO.
Art. 5º – Subordinam-se ao NOPE:
O Programa Metropolitano de Iniciação Científica (PROMIC);
O Programa de Pesquisa Científica (PP);
§ Parágrafo Único: Para as pesquisas realizadas com seres humanos e animais, serão utilizados os seguintes comitês: Comitês de Ética de Instituições Públicas e Privadas do Estado do Amazonas.
Art. 6º – A Comissão de Pesquisa (CP) será composta pelo coordenador do NOPE e o coordenador de cada curso da Centro, e um professor com dedicação integral

representando as áreas de Ciências Exatas (Engenharia Civil, Sistema de Informação e Química), Ciências Humanas (Pedagogia e Psicologia), Ciências da Saúde (Biomedicina, Enfermagem, Fisioterapia e Nutrição), Ciências Sociais Aplicadas (Administração, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Contábeis, Direito, Serviço Social e Turismo), um docente de língua portuguesa e um professor de metodologia da pesquisa científica.

§ Parágrafo Único: O ingresso dos representantes das áreas será através de eleição do seu colegiado cujo mandato será de dois anos com direito a reeleição.

Art. 7º – O Núcleo de Pesquisa será constituído com a seguinte estrutura administrativa:

Coordenador de Pesquisa;

Comissão de Pesquisa;

Pesquisadores Docentes;

Pesquisadores Discentes;

CAPÍTULO IV

Das competências

Art. 8º A competência do Coordenador está baseada nas seguintes premissas:

Elaborar o calendário de atividades científicas em cada período letivo.

Analisar e emitir parecer técnico quanto à viabilidade, oportunidade e validade dos projetos de pesquisa oriundos da PP e PROMIC submetidos ao NOPE.

Deliberar sobre os critérios de seleção e alocação de cargas horárias de cada projeto.

Regularizar, acompanhar e documentar todos os relatórios técnicos científicos.

Resguardar as pesquisas de violações éticas e, ainda, buscar consolidá-las em relação aos seus conteúdos e formatação metodológica.

Analisar e emitir parecer técnico quanto à viabilidade, oportunidade e validade dos PP e PROMIC submetidos, podendo solicitar a participação de especialistas *ad hoc* na emissão de pareceres.

Propor, operacionalizar e regularizar os Editais dos Projetos de Pesquisa e Projetos de Iniciação Científica.

Propor, aos órgãos competentes, a concessão de Bolsas de Iniciação Científica e Bolsas de Apoio à Pesquisa, para os pesquisadores cujos PP e PROMIC forem aprovados e selecionados para o recebimento desses incentivos, sempre levando em consideração as normas estabelecidas pelos referidos editais

Acessar, com frequência mínima semestral, os currículos Lattes dos docentes que estiverem envolvidos nos projetos submetidos à análise junto ao NOPE.

Incentivar a publicação dos Relatórios de Pesquisa e os Artigos Científicos produzidos pelos pesquisadores e orientadores em veículos de divulgação científica e participação em eventos nacionais e internacionais tais como: Simpósios, Seminários e Congressos, dando preferência aos veículos científicos que possuam qualificação *QUALIS* (A, B e C) do CNPq, visando aumentar a publicação de caráter científico do NOPE.

Apoiar a realização de eventos técnico-científicos, sob a coordenação de Pesquisa, para divulgação da produção científica de pesquisadores e/ou orientadores e que conte com a participação dos alunos envolvidos nos PROMIC e PP, no âmbito da graduação e da pós-graduação.

Realizar parcerias com Instituições de Pesquisa nacionais e internacionais, visando aumentar a produção científica e participar de PP que possam vir a consolidar as linhas de pesquisas apontadas como de interesse do CEUNI-FAMETRO.

Realizar parcerias com ONGs e Empresas Privadas nacionais e internacionais interessadas em realizar PP em conjunto com o NOPE, visando não só aumentar a produção científica, a consolidar as linhas de pesquisas apontadas como de interesse do CEUNI-FAMETRO e, sempre que assim essa parceria o permitir, captar recursos financeiros que deem sustentação financeira aos referidos projetos.

Captar juntamente com os docentes envolvidos nos projetos apresentados ao NOPE recursos financeiros externos que permitam apoiar e dá sustentabilidade econômico-financeira às atividades promovidas pelo NOPE.

Encaminhar, com a periodicidade que lhe for determinada pelos órgãos competentes, relatório de suas atividades. Para tal, os pesquisadores, orientadores do PROMIC e/ou Líderes de Grupos de Pesquisa deverão fornecer dados e informações pertinentes às suas atividades para comporem os ditos relatórios.

Art. 9º - Compete ao Pesquisador Docente:

Desenvolver, no tempo programado, suas atividades de pesquisa;

b) Ter assiduidade e frequência às reuniões do Núcleo de Pesquisa, salvo justificativa aceitável;

c) Participar das atividades propostas;

d) Respeitar as normas do Regulamento do NOPE;

e) Orientar e avaliar os pesquisadores discentes sob sua orientação;

f) Encaminhar ao NOPE o relatório de pesquisa do Pesquisador Discente, bem como os relatórios parciais e final de acordo com o cronograma de atividades;

g) Comunicar ao NOPE qualquer alteração no projeto de pesquisa ou plano de trabalho do Pesquisador Discente;

h) Publicar na forma de artigo ou outros meios os resultados da pesquisa e incluir o nome dos Pesquisadores Discentes envolvidos;

i) Comunicar ao NOPE quando o Pesquisador Discente for desligado, por desistência ou solicitação.

Art. 10º – Compete ao Pesquisador Docente e aos Grupos de Pesquisa:

Apresentar um cronograma de atividades e comprovar o seu cumprimento através de relatórios mensais;

Dedicar-se e desenvolver as atividades de acordo com o programado no plano de trabalho no respectivo projeto de pesquisa;

A remuneração do docente pesquisador está condicionada à entrega de relatório mensal até o dia vinte de cada mês.

Participar e colaborar com os eventos promovidos pelo Núcleo de Pesquisa;

Apresentar os resultados parciais e finais da pesquisa, sob a forma de relatórios, painéis e exposições orais;

Fazer constar sua participação, como pesquisador, nas publicações e trabalhos apresentados atinentes ao projeto.

Os docentes envolvidos no projeto deverão acordar quanto à divisão das 10 horas por projeto e informar quando da entrega do projeto a quantidade de horas designadas a cada professor participante.

Os professores poderão solicitar parte das horas aulas disponíveis para pesquisas de campo e atividades associadas ao desenvolvimento do projeto.

§ Parágrafo Único: Em caso de desistência, o professor responsável pelo projeto ficará obrigado a:

Designar um professor substituto vinculado à instituição e a um dos cursos envolvidos no projeto, que atenda às exigências do mesmo e apresente um termo de aceitação endossado pelos professores substituto e substituído.

Prestar contas das tarefas realizadas e de recursos que tenha acessado por meio da instituição para o andamento do projeto, tais como: viagens, pesquisa de campo, inscrições e participações em eventos científicos, entre outros.

Quando este participar de um projeto beneficiado com bolsas institucionais externas, o professor desistente deverá prestar contas das atividades realizadas até aquele momento e atender às exigências do respectivo edital do programa ao qual se filia. Ex: CNPQ, CAPES, FAPEAM, etc.

Art. 11º- Das atribuições dos Pesquisadores discentes:

Participar da elaboração, da proposta e da execução do plano de trabalho do discente vinculado ao projeto de pesquisa do orientador. A entrega do plano junto ao NDE deverá ser feita até 15 (quinze) dias após a divulgação dos alunos selecionados no edital vigente;
Entregar o Termo de Compromisso do Aluno, devidamente preenchido e assinado, juntamente com o plano de trabalho;
Fazer leituras de textos científicos relacionados ao tema do projeto de pesquisa, coletas de dados, organizar banco de dados e sistematizar informações coletadas, participando da análise dos mesmos;
Fazer visitas técnicas, participar de congressos e viagens de estudo relacionadas ao projeto de pesquisa, quando for o caso, por designação do docente responsável pelo projeto;
Participar, obrigatoriamente, da Semana Acadêmica do curso a que pertence;
Elaborar textos, resenhas e artigos, sob orientação do professor orientador;
Desenvolver todas as tarefas a ele atribuídas no plano de trabalho do bolsista;
Entregar relatórios semestrais de atividades no Projeto de Iniciação Científica.

CAPÍTULO V
Do quadro de docentes pesquisadores
Art. 12º- O ingresso no quadro de professor pesquisador deverá atender aos seguintes critérios:
Possuir o título de Mestre ou Doutor em programas reconhecidos pela CAPs;
Possuir a carga horária mínima de 20 horas institucionais em sala de aula;
Apresentar projeto de pesquisa de caráter multidisciplinar;
Possuir cadastro junto à Plataforma Lattes do CNPq.

Art. 13º - Cada docente pesquisador poderá participar no máximo de um grupo de pesquisa.

Art. 14º - Poderão participar dos projetos de pesquisa na condição de professor colaborador, docentes especialistas do CEUNI-FAMETRO.

Art. 15º – Critérios para avaliação dos docentes pesquisadores:

Cumprimento do cronograma individual, que será previamente elaborado e apresentado ao coordenador do NOPE, de forma a cumprir o cronograma geral do projeto.

Apresentação dos relatórios e das prestações de contas dentro dos prazos previamente estabelecidos.

Acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos discentes participantes do projeto.

Assiduidade quanto à carga horária disponibilizada ao projeto de pesquisa.

Participação e colaboração nos eventos promovidos pelo NOPE.

Publicação dos resultados dos trabalhos apresentados atinentes ao projeto.

CAPÍTULO VI

Do quadro dos discentes pesquisadores

Art. 16º - O ingresso no quadro de discentes pesquisadores deverá atender aos seguintes critérios:

Estar regularmente matriculado e cursando o 5º. (quinto) período ou superior;

Ter coeficiente escolar igual ou superior a 8 (oito) e frequência média de 80% (oitenta por cento) com participação ativa em sala de aula e em eventos do curso;

Ter disponibilidade e afinidade com a temática do projeto de pesquisa em questão;

Ser aprovado em entrevista de seleção realizada pelos docentes envolvidos no projeto a que se candidata a participar.

CAPÍTULO VII

Das vagas para execução de projetos

Art.. 17º - A execução dos projetos deverá atender aos seguintes critérios:

Após análise pela Comissão de Pesquisa, cada área terá direito a execução de dois projetos;

Cada projeto deverá envolver 03 (três) professores, sendo um de cada curso envolvido no projeto.

Capítulo VIII
Das reuniões

Art. 18º – As reuniões ordinárias se realizarão pelo menos duas vezes por semestre em data a ser definida pelo Coordenador de Pesquisa em atendimento a participação da maioria dos membros do Núcleo de Pesquisa.
Art. 19º – Reuniões extraordinárias poderão ocorrer eventualmente sempre que o Colegiado de Pesquisa achar necessária a discussão de assuntos pertinentes aos projetos de pesquisa.
Art. 20º – A participação em reuniões do Núcleo é obrigatória para qualquer um dos membros do Núcleo de Pesquisa.
§ Primeiro – Somente o Coordenador de Pesquisa, o do Colegiado de Pesquisa e os Pesquisadores Docentes têm direito a voz e voto.
§ Segundo – O Pesquisador Discente só terá direito a voz e a voto quando solicitado pelo Coordenador de Pesquisa.

Capítulo XI
Dos Projetos e Relatórios de Pesquisa

Art. 21º – Os projetos de pesquisa são os instrumentos de orientação e planejamento das pesquisas científicas ou dos grupos de pesquisa.
§ Primeiro – Os projetos de pesquisa podem ser financiados por empresas ou órgãos de fomento conforme disponibilidade dos financiadores.
§ Segundo – O Pesquisador Docente que deseja enviar seu projeto a alguma empresa ou órgão de fomento deve primeiro, enviar o projeto ao Núcleo de Pesquisa para avaliação, autorização e encaminhamento.
Art. 22º – O relatório de pesquisa é o instrumento de acompanhamento da pesquisa científica.
Art. 23º – Os critérios de avaliação, a estrutura e o formato dos projetos e relatórios são definidos pelo Núcleo de Pesquisa e divulgados publicamente, salvo quando o projeto for submetido a alguma empresa ou órgão de fomento.

§ Parágrafo Único – Os projetos e os relatórios podem ser avaliados pelo Coordenador de Pesquisa, pelo Colegiado de Pesquisa ou por um comitê designado pelo Núcleo de Pesquisa.
Art. 24º – Os projetos de pesquisa e relatórios devem ser submetidos ao Núcleo de Pesquisa em período estabelecido por este, conforme cronograma de atividades.

Capítulo X
Dos Recursos Físicos e Orçamentários

Art.25º – O Núcleo de Pesquisa, através do Coordenador de Pesquisa e Comissão de Pesquisa, terá liberdade e autonomia para receber e administrar em prol dos projetos do NOPE, recursos oriundos de empresas e órgãos de fomento.

Capítulo XI
Das Disposições Gerais e Transitórias

Art.26º – Qualquer emenda neste regulamento somente pode ser efetuada com a aprovação do Colegiado de Pesquisa.
Art. 27º – O presente regulamento entra em vigor imediatamente após aprovado pelo Colegiado de Pesquisa e pela Coordenação de Pesquisa do NOPE.

4.8.4 Regulamento dos Laboratórios

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS
Este regulamento dispõe sobre a estruturação, utilização eoperacionalização dos Laboratórios dos Cursos de Saúde do CentroUniversitário CEUNI-FAMETRO.
Os laboratórios são destinados à realização das atividades práticas,estágios que compõem a matriz curricular dos cursos de graduação da área dasaúde e cursos tecnológicos, além do atendimento ao aluno de cursos deextensão, pós-graduação, iniciação científica, monitoria e aluno concluinte emdesenvolvimento de TCC.

Os laboratórios da área da saúde servem aos cursos de graduação em:

Biomedicina, Enfermagem Educação Física, Farmácia, Fisioterapia,Fonoaudiologia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia ePsicologia, e cursos tecnológicos em: estética e cosmética, gastronomia,segurança do trabalho e petróleo e gás, respeitando-se as especificidades deutilização de cada um.

2. DOS OBJETIVOS

São Objetivos Gerais do Regulamento dos Laboratórios da Área da Saúdee tecnológico.

Apresentar a docentes, alunos e técnicos do Centro Universitário CEUNI-FAMETRO, as normas básicas definidas, institucionalmente, para o acesso aoslaboratórios, com vistas à realização de aulas práticas ou de momentos deestudos em conformidade com padrões de biossegurança.

Informar aos usuários, em particular aos estudantes dos cursos de Saúdee técnicos, sobre a postura e principais procedimentos a se adotar noslaboratórios, visando proteger alunos, técnicos e professores de riscos eacidentes.

São objetivos específicos das atividades em laboratórios:

I. Conhecer a estrutura física e funcionamento dos laboratórios;
II. Trabalhar em equipe;
III. Desenvolver postura ética de forma a comprometer-se com o serhumano, respeitando-o e valorizando-o;
IV. Desenvolver habilidade de analisar criticamente situações e tomadade decisões sobre as práticas da profissão;
V. Adaptar os alunos às regras de biossegurança, permitindo oaprendizado e o crescimento do estudante na sua área profissional,além de demonstrar as reais necessidades da biossegurança, cujadefinição se baseia no conjunto de ações voltadas para aprevenção, minimização ou eliminação de riscos inerentes àsatividades de pesquisa, produção, ensino, desenvolvimentotecnológico e prestação de serviços, visando à saúde do homem,dos animais, a preservação do meio ambiente e a qualidade dosresultados.

São usuários do Laboratório: o aluno devidamente matriculado nosemestre, os docentes, os coordenadores dos cursos e a equipe técnica dos

laboratórios.Ao público em geral só será permitido o acesso e uso doslaboratórios mediante solicitação por escrito e autorização da administraçãosuperior do Centro universitário CEUNI-FAMETRO.

3. DA CONSTITUIÇÃO

Os laboratórios da Área da Saúde e Tecnológico do Centro UniversitárioCEUNI - FAMETRO estão distribuídos na unidade III da seguinte maneira:

Laboratórios de Ensino para Graduação e Tecnológicos:

1. Gastronomia I panificação e confeitaria
2. Gastronomia II cozinha quente e fria
3. Gastronomia III restaurante e Bar
4. Anatomia Humana
5. Anatomia Animal
6. Enfermagem Urgência e Emergência
7. Enfermagem Suporte Básico a vida
8. Enfermagem Simulação Realística
9. Multidisciplinar Odontologia
10. Química
11. Citologia e Histologia
12. Avaliação Física
13. Luta e Danças
14. Fisiologia do Exercício
15. Estética Capilar
16. Estética Fácil
17. Estética Corporal
18. Analises Clinicas I: Bioquímica e Imunologia
19. Análises Clínicas II: Parasitologia
20. Analises Clinicas III: Microbiologia
21. Fonoaudiologia I: Audiologia
22. Fonoaudiologia II: Voz
23. Fonoaudiologia III: Avaliação Fonoaudiológica
24. Fisioterapia I: Cinesiologia
25. Fisioterapia II: Cinesioterapia

26. Petróleo e Gás
27. Segurança do Trabalho
28. Radiologia
29. Multifuncional III
30. Multifuncional IV

Laboratórios de Estágio

Clínica Escola – Laboratório de Estágio em Análises Clínicas

Clínicas

Clínica Odontológica
Clínica de Estética e Cosmética
Clínica de Fonoaudiologia

4. DOS TÉCNICOS DE LABORATÓRIOS

I. Cumprir e fazer cumprir todas as normas e práticas de segurançaaplicáveis como apresentadas neste regulamento;

II. Utilizar o EPI (Equipamento de Proteção Individual) e vestimentaadequada (blusa, calça, jaleco de manga longa e sapato fechado na corbranca) de acordo com as instruções do laboratório e zelar para que osprofessores e alunos cumpram e sigam todas as normas debiossegurança;

III. Preparar com antecedência os materiais para as devidas práticaspreviamente agendadas;

IV. Documentar as ocorrências e todos os acidentes ou incidentes ocorridosno laboratório;

V. Relatar todas as condições de falta de segurança a coordenação deensino dos laboratórios;

VI. Cumprir todos os programas recomendados e exigidos pela legislaçãode saúde ocupacional;

VII. Manter o material e espaço físico do laboratório devidamenteorganizado e higienizado para utilização posterior.

5. DOS DOCENTES

I. Cumprir e fazer cumprir todas as normas e práticas de segurançaaplicáveis, como apresentadas neste regulamento;
II. Utilizar o EPI de acordo com as instruções do laboratório e zelar para queos alunos também o façam;
III. Não permitir que os alunos entrem nos laboratórios sem o EPI adequados,salvo aqueles com autorização por escrito da coordenação de ensino;
IV. Entregar a solicitação de material de aulas prática a ser realizada noslaboratórios;
V. Informar, previamente, com pelo menos 48 horas de antecedência, o roteiro de prática que será aplicado para que a equipe técnica possapreparar o material solicitado;
VI. Orientar os alunos para utilização dos materiais;
VII. Solicitar os materiais para realização das práticas junto coordenação deapoio dos laboratórios no tempo hábil;
VIII. Apresentar por documento os alunos que estarão sob sua orientação pararealização de aulas práticas para trabalho de conclusão de curso Monitoriae Investigação Científica, bem como o plano de trabalho a ser realizado;
IX. Relatar a coordenação de apoio técnico, todos os acidentes ou incidentesocorridos no laboratório;
X. Relatar todas as condições de falta de segurança a coordenação deensino;
XI. Cumprir todos os programas recomendados e exigidos pela legislação desaúde ocupacional;
XII. Manter o material e espaço físico do laboratório devidamenteorganizado e orientar os alunos a fazerem o mesmo, para que seapropriem das posturas laboratoriais.

6. DOS ALUNOS

Cumprir e fazer cumprir todas as normas e práticas de segurançaaplicáveis como apresentadas neste regulamento;
I. Utilizar o EPI de acordo com as instruções do laboratório;
II. Comunicar ao Docente ou equipe técnica sempre que for adentrar olaboratório;
III. Fazer bom uso dos equipamentos e materiais, solicitando ajuda sempreque for realizar procedimentos nos laboratórios;
IV. Relatar todas as condições de falta de segurança ao Docente ou equipetécnica;
V. Manter o material e espaço físico do laboratório devidamente organizado ehigienizado para utilização posterior.

7. NORMAS GERAIS PARA DOCENTES E DISCENTES DURANTE ASAULAS PRÁTICAS NA ÁREA DA SAÚDE E TECNOLÓGICO.

Todos os laboratórios da área da saúde da CEUNI-FAMETRO, mesmo quesejam voltados para áreas específicas, deverão seguir estas normas gerais, umavez que estas envolvem responsabilidade, compromisso e disciplina. São elas:

1. A reserva de laboratórios e solicitação de materiais para aulas práticas deveráser feita com 48 h de antecedência no apoio técnico com a presença doprofessor solicitante. Em caso de cancelamento, o apoio técnico deverá serinformado com antecedência;
2. No início da aula prática, o professor solicitante pegará a chave do laboratório noapoio técnico, e o mesmo ficará responsável pelo laboratório. Ao término da aulafechar o laboratório e devolver a chave no apoio técnico;
3. É permitida a entrada somente de pessoas autorizadas (alunos, professores efuncionários do setor) nos laboratórios ou salas de preparo, NÃO sendoautorizada a entrada ou permanência de parentes, cônjuge, filho, namorado,amigo, alunos de outras instituições etc;
4. É obrigatória a utilização de BLUSA, CALÇA e TÊNIS BRANCO para queproporcione maior segurança;

5. Usar JALECO BRANCO DE MANGAS LONGAS sempre que estiver dentro deum laboratório, mesmo que não esteja realizando algum procedimentolaboratorial;
6. Utilizar os EPI’s (equipamento de proteção individual): luvas, máscara, óculos etouca de acordo com a orientação do professor, técnico ou auxiliar técnico;
7. Não será permitida a entrada de alunos nos laboratórios trajando shorts,minissaias, camiseta tipo regata, chinelos e bonés;
8. Não será permitido beber, comer ou fumar dentro do laboratório, em decorrênciado alto risco de contaminação;
9. Não será permitido o uso de aparelhos celulares dentro dos laboratórios, comotambém, fotos ou filmagens;
10. Não utilizar produtos químicos ou qualquer equipamento sem o auxílio eautorização do professor, técnico ou monitor;

11.Cabe ao Professor e ao aluno serem responsáveis pelos materiais usadosdurante as aulas práticas, portanto, ao término de cada aula, tudo o que foiusado deverá ser limpo e guardado em seus respectivos lugares;
12.Em casos de extravios, quebras ou danos de materiais ou aparelhos doslaboratórios os responsáveis deverão ressarcir o material à instituição;
13.Não deixar sobre a bancada vidrarias quentes e frascos abertos;
14.Não trabalhar com vidrarias que tenham bordas cortantes;
15.O material disponível no laboratório é de uso exclusivo para as aulas práticas,portanto, não realize brincadeiras com os mesmos;
16.Em caso de dúvidas ou se algo anormal estiver acontecendo no laboratório,chame imediatamente o professor responsável, técnico ou monitor;
17.Não é permitido o acesso de alunos com caneta, pincel, lápis, nos laboratóriosde simulação.
18. É obrigatório a utilização de luvas de procedimento no manuseio dossimuladores.
19.Laboratório é local de estudo e trabalho sério, portanto, desenvolva a aulaprática com responsabilidade e profissionalismo;
OBS: O não cumprimento destas normas poderá acarretar punição.

8. DAS POSTURAS E PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA
Os usuários do Laboratório devem, obrigatoriamente, observar osprocedimentos de segurança que são:

 Usar os Equipamentos de Segurança Individual: jaleco, batas, luvas edemais equipamentos que se façam necessários no interior doslaboratórios.
 Tomar os devidos cuidados com os cabelos, mantendo-os presos.
 Abster-se de trabalhar com patógenos humanos, se estiver com corterecente, comlesão na pele ou com ferida aberta (mesmo uma extração dedente).
 Usar os equipamentos e/ou reagentes do laboratório apenas para seupropósito designado.
 Conhecer a localização e o uso correto dos equipamentos de segurançadisponíveis.
 Evitar perturbar ou distrair quem esteja realizando algum trabalho nolaboratório.
 Desligar, por motivos de segurança, todos os equipamentos eletrônicos doslaboratórios (microscópios, estufas, autoclave etc.), após o uso.

 Evitar retirar, deslocar ou arrastar os equipamentos (microscópios, autoclaves, estufas etc.) das posições originais, pois o ato danifica o equipamento e traz problemas relacionados ao bom funcionamento.
 Assegurar-se que todos os agentes que ofereçam algum risco estejam rotulados e estocados corretamente;
 Consultar os dados de segurança existentes antes de utilizar reagentes químicos com os quais não esteja familiarizado e seguir os procedimentos apropriados ao manusear ou manipular agentes perigosos;
 Utilizaras lixeiras conforme a sua destinação (lixo comum e lixocontaminado);
 Não jogar nenhum material sólido ou líquido dentro da pia ou rede deesgoto comum;

 Nunca pipetar ou sugar diretamente com a boca: água, materiais biológicos perigosos, cáusticos, tóxicos, radioativos ou cancerígenos. Usar sempreum pipetador;
 Seguir os procedimentos de descarte adequados para cada reagente ou material de laboratório;
 Evitar a exposição a gases, vapores e aerossóis. Utilizar sempre uma capela ou fluxo laminar ou de exaustão para manusear esse tipo de material;
 Após o término das atividades, recolher o lixo espalhado nos laboratórios, eliminar os materiais perfuro cortantes no descarpack, descartar as luvas na lixeira específica, retirar o jaleco e lavar bem as mãos;
 Lavar as mãos antes e após a realização de qualquer procedimento laboratorial, bem como antes de sair do laboratório ao final das práticas,
 para minimizar o risco de contaminação pessoal, bem como de outras pessoas e ambientes.
 Não consumir alimentos e bebidas no interior dos laboratórios;
 Não guardar alimentos e/ou utensílios utilizados para a alimentação nas dependências dos laboratórios.
 Não utilizar forno micro-ondas ou estufas dos laboratórios para aquecer alimentos;
 É expressamente proibido fumar dentro do laboratório.
 Guardar nas áreas indicadas bolsas, mochilas, pastas, sacolas e qualquer outro tipo de objeto pessoal que não seja caderno e caneta;

 Evitar o uso de aventais, luvas, jalecos e qualquer outro equipamento ou material utilizados no laboratório em áreas comuns do Centro Universitário;
 Devem ser resguardadas as posturas e procedimentos de segurança diferenciada para os laboratórios e clínicas com especificidades inerentes a sua utilidade.

9. DA PERMANÊNCIA NO LABORATÓRIO

A permanência no laboratório é permitida para realização de aulas práticas previstas nos horários designados com roteiro previamente informado; caso o professor queira utilizar um laboratório diferente do designado, será permitido através de agendamento.

I. Por razões de segurança, o aluno não deve permanecer sozinho no laboratório.

II. O professor que permanecer no laboratório sozinho deverá comunicar a coordenação de apoio técnico dos laboratórios.

III. Quando o laboratório estiver vazio, deve permanecer trancado. Isto se aplica não somente ao período noturno, mas também durante o dia, quando não houver nenhum técnico ou professor responsável no seu interior.

10. DA MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES

 As áreas de trabalho devem estar limpas e livres de obstruções;
 As áreas de circulação e passagem dos laboratórios devem sermantidas limpas;
 Os acessos aos equipamentos e saídas de emergência nunca devem estar bloqueados;
 Os equipamentos e os reagentes químicos devem ser estocados deforma apropriada;
 Reagentes derramados devem ser limpos imediatamente de maneira segura;
 Os materiais descartados devem ser colocados nos locais adequados e etiquetados;
 Materiais usados ou não etiquetados não devem ser acumulados no interior do laboratório e devem ser descartados imediatamente após sua identificação, seguindo os métodos adequados para descarte de material de laboratório.

11. DA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE LABORATÓRIO

 Os equipamentos de laboratório devem ser inspecionados e mantidos por pessoas qualificadas.
 A frequência de inspeção depende do risco que o equipamento possui, das instruções do fabricante ou quando necessário pela utilização.

 Os registros contendo inspeções, manutenções e revisões dos equipamentos, devem ser guardados e arquivados pelo técnicores ponsável pelo laboratório.
 Todos os equipamentos devem ser guardados e identificados adequadamente para prevenir quebras ou perda de componentes do mesmo.
 Os materiais e equipamentos dos laboratórios devem ser mantidos limpos para preservação e manutenção dos mesmos.

12. EQUIPAMENTOS E PROCEDIMENTOS DE EMERGÊNCIA

São considerados equipamentos comuns de segurança e emergência: extintores de incêndio, kit de primeiros socorros, chuveiros de emergência com lava-olhos, kits para o derramamento de determinados reagentes e saídas de emergência. É necessário que os usuários saibam a localização e utilização dos equipamentos de segurança. Aprendam a atender as situações de emergência esse familiar com estes procedimentos. Todos os equipamentos de emergência devem ser checados periodicamente.

13. DO EMPRÉSTIMO DE MATERIAL PARA OS DOCENTES

Se o mediante empréstimo for para o ambiente interno do CEUNI-FAMETRO, o material só será liberado mediante a assinatura de um TERMO DE

RESPONSABILIDADE DO PROFESSOR. Se o empréstimo for para o ambiente externo do CEUNI-FAMETRO o material só será liberado mediante a assinatura de uma CAUTELA.

14. DO AGENDAMENTO DE LABORATÓRIO

O fluxo laboratorial é controlado através de um calendário de agendamento de aulas práticas, este calendário fica sob responsabilidade do apoio técnico dos laboratórios. Os docentes procuram o setor responsável pelos laboratórios e através da disponibilidade das datas marcam suas aulas práticas. Assim que é feito o agendamento, os técnicos ou estagiários do setor responsável, entregam uma lista de solicitação do material da aula prática para o professor solicitante, e esta lista deve ser entregue ao apoio técnico em até 48 horas de antecedência à aula marcada, preenchido com os respectivos materiais que irão ser utilizados na aula prática. Sem a entrega desta solicitação com antecedência, a

aula prática será cancelada. A reserva de laboratórios e solicitação de materiais para aulas práticas, deverá ser feita no apoio técnico com a presença do professor solicitante para assinatura de confirmação, com antecedência de 48h. Em caso de cancelamento, o apoio técnico deverá ser informado com antecedência.

Integra este Regulamento o modelo de lista de solicitação de material de aula prática, cautela, termo de responsabilidade do professor e Agendamento de laboratório. As situações omissas ou de interpretação duvidosas surgidas da aplicação das normas deste Regulamento, deverão ser anuladas pela Coordenação do Laboratório, Coordenação de ensino e Pró-reitora. As normas deste regulamento se aplicam, a todas as pessoas da comunidade acadêmica.

_____ _____

Coordenação de apoio Técnico Coordenação de Ensino

_____

Pró-Reitora

Capítulo I - Das disposições preliminares

Art. 1º O presente regulamento disciplina o acesso, o uso e coordenação dos laboratórios do CEUNI- FAMETRO

Art 2º As normas deste regulamento se aplicam, sem exceção, a todas as pessoas integrantes da comunidade acadêmica constituída pela IES.

Capítulo II - Da coordenação

Art 3º A gerência dos bens e atividades relativas a cada laboratório caberá a uma pessoa, especificamente designada pela Direção do CEUNI-FAMETRO.

Parágrafo único. Nas faltas, ausência e impedimentos da pessoa de que trata o caput deste artigo à direção designará um substituto.

Art 4º São atribuídas da coordenação dos laboratórios manter sob sua guarda o material dos laboratórios.

Zelar pelo uso adequado, por si e por terceiros, dos equipamentos, moveis, programas, manuais, instalações e documentação;

Programar, e solicitar a quem de direito, a manutenção preventiva e corretiva das instalações físicas e elétricas, bem como do mobiliário e equipamentos;
Organizar os horários e calendários de utilização dos equipamentos, prevendo o uso por turmas e por indivíduos;
Reportar, imediatamente, a Direção da IES qualquer irregularidade ocorrida;
Permitir o uso dos laboratórios apenas às pessoas estranhas aos quadros da IES;
Permitir o uso dos laboratórios apenas às pessoas credenciadas para tal ou aquelas que firmarem o termo de compromisso de que trata o Art 6º, inciso VII, infra;

Capitulo III - Dos Direitos

Art. 5º São de direitos dos professores e alunos usuários dos laboratórios:
- Utilizar, no interior dos laboratórios, os equipamentos e periféricos para atividades didáticas, nestas compreendidas as aulas de qualquer disciplina em que se empreguem recursos tecnológicos e científicos;
- Ter a sua disposição material de consumo para uso nas atividades de que trata o inciso anterior;
- Recorrer ao uso dos equipamentos para treinamentos, exercícios e tarefas ligadas ao respectivo curso oferecido pelo CEUNI-FAMETRO.

Capítulo IV - Dos Deveres

Art. 6º São deveres dos professores e alunos usuários dos laboratórios:
- Zelar pelo uso adequado, por si e por terceiros, dos equipamentos, móveis, programas, manuais, instalações e documentação;
- Não retirar dos laboratórios equipamentos, periféricos, móveis, programas, manuais, instalações, documentação e periféricos;
- Comunicar, a quem de direito, a necessidade de manutenção corretiva das instalações e equipamentos;
- Reportar, imediatamente, à coordenação do laboratório qualquer irregularidade nele ocorrida;
- Não introduzir nos laboratórios qualquer tipo de alimento ou bebida, nem pessoa estranha aos quadros da IES;

- Firmar, antes do uso dos laboratórios pela primeira vez, termo de Compromisso em que diz conhecer e aceitar os termos deste regulamento;
- Ressarcir a IES por qualquer prejuízo advindo do uso inadequado ou temerário que fizer dos equipamentos, periféricos, móveis, programas, manuais e instalações.

Capítulo V - Das Disposições Gerais

Art 7º Integra este regulamento o modelo de termo de compromisso em anexo.
Art 8º O presente Regulamento somente poderá ser alterado pela Direção doCEUNI-FAMETRO.
Art 9º Este Regulamento entra em vigor nesta data.
Art 10º Revogam-se as disposições em contrário.

TERMO DE COMPROMISSO

Pelo presente Termo de compromisso, o (a) signatário (a) declara conhecer aceitar e cumprir as normas contidas no Regulamento dos Laboratórios doCEUNI-FAMETRO.

Manaus, _____ de _____ de 20_____.

( ) Discente ( ) Docente

_____ _____

Coordenador (a) de Laboratório nome:

4.8.5 REGULAMENTO DE AULAS PRÁTICAS EM LABORATÓRIOS

MARCAÇÃO DE AULAS PRÁTICAS.

A marcação da aula prática será de acordo com os horários estipulados anteriormente pela coordenação do curso. Aulas de reposição e oficinas específicas é de

responsabilidade do Professor da disciplina e poderá ser solicitada no recurso pedagógico da Unidade Acadêmica do Curso.

As aulas práticas não regulares devem ser marcadas com antecedência mínima de 72 horas, somente em dias úteis.

As aulas práticas poderão ser marcadas para todo o semestre ou não, caso seja de interesse do professor.

No ato da marcação da aula prática, o professor responsável deverá relacionar o material a ser utilizado na prática, criando uma ficha de prática ou utilizando-se das fichas já criadas no nosso acervo de fichas.

Será entregue ao professor, no ato da marcação das aulas práticas, um relatório com duas vias contendo todas suas marcações (hora, data e laboratório). O mesmo deverá assinar uma das vias e entregar à Unidade Técnica. Isso possibilitará ao Professor questionar no caso de uma de suas marcações não serem atendidas.

O cancelamento de aula prática poderá ser feito pessoalmente no recurso pedagógico da mesma unidade (unidade III), com uma antecedência mínima de 24 horas.

O prazo para marcação das aulas práticas e experimentais deve ocorrer no prazo mínimo estabelecido, a fim de facilitar a viabilização dos materiais em tempo hábil para realização das práxis. Tornara-se isento o setor (recurso pedagógico) caso haja um descumprimento do prazo.

NORMAS GERAIS PARA O USO DE LABORATÓRIOS.

Será de responsabilidade do professor da disciplina, todo o material disponibilizado no laboratório conforme lista de equipamentos, reagentes e produtos solicitados em ficha prática.

A conduta e a fiscalização do uso de equipamentos de proteção individual (EPIs) de cada aluno quando na utilização dos laboratórios será de responsabilidade do professor da disciplina. Caberá ao professor da disciplina a comunicação prévia aos alunos dos (EPIs) corretos quando indicados (domam branco, calça xadrez, sapatos fechados, toque, avental e luva) a serem utilizados em sua aula prática. Não sendo permitido assistir ou praticar atividades laboratoriais sem o uso do uniforme completo.

Antes de começar os trabalhos os cabelos devem ser presos, materiais ou bijuterias pessoais devem ser guardadas nos caminhos. Unhas sempre cortadas e sem esmalte e as mãos sempre lavadas antes e depois de qualquer procedimento.

Cabe ao professor a orientação sobre a utilização correta de equipamentos, móveis e utensílios, podendo o mesmo punir e discente que não cumprir normas específicas.

A permanência dos alunos no laboratório de aula prática será apenas permitida mediante o uso de uniforme completo. Os alunos que não respeitarem essa norma não poderão assistir às aulas práticas. Conservar os cabelos compridos presos.

A entrada dos alunos nos laboratórios será apenas permitida após a autorização dos professores responsáveis.

Não se alimentar, beber ou fumar no laboratório.

Trabalhar com seriedade evitando brincadeiras.

Não deixar materiais estranhos ao trabalho sobre as bancadas. (Cadernos, bolsas e agasalhos devem ficar nos escaninhos próximos a porta).

Todo material (matérias-primas, equipamentos, vidrarias e utensílios) utilizado pelo aluno deverá ser devolvido ao local inicial.

Não é permitida a presença de pessoas estranhas à disciplina no laboratório.

Em caso de incêndio usar a saída, chamar socorro para apagar o fogo em roupa de colegas, abaixar as chamas com toalhas. Nunca usar extintor em humanos.

Jamais esquecer que o laboratório é um ambiente de trabalho submetido a riscos de acidentes, na maioria das vezes causadas por atos inseguros. O trabalho em laboratório exige concentração e bom desempenho. Para tanto, o aluno precisa seguir as recomendações e instruções fornecidas pelos professores. Também deve ser mantido o mínimo ruído possível (silêncio).

O aluno com qualquer tipo de enfermidade por lesão, infecção bacteriana ou viral deve ser afastado e retornar apenas após liberação médica.

É de responsabilidade do professor orientar e abordar os alunos que não estiverem dentro das normas institucionais estabelecidas pelas normas técnicas em vigilância sanitária.

PRÁTICAS SEGURAS NO LABORATÓRIO.

A limpeza dos laboratórios (bancadas, pisos, equipamentos, instrumentos e demais superfícies) deve ser realizada regularmente e imediatamente após o término de uma atividade.

A desinfecção do ambiente é empregada antes e após a atividade laboratorial para prevenir a contaminação do ambiente com materiais ou produtos biológicos que oferecem riscos.

A descontaminação e a limpeza inicial de móveis, equipamentos e utensílios têm de ser realizada regular para evitar a proliferação de bactérias que possam inutiliza-los.

O manuseio e o transporte de vidrarias e de outros materiais devem ser realizados de forma segura. Para o transporte deve-se utilizar um transporte firme, evitando quedas.

Os resíduos orgânicos devem ser retirados dos laboratórios após o uso e descartados de maneira adequada.

EM CASO DE ACIDENTES

Estará também disponível em cada laboratório, uma caixa de primeiros socorros devidamente identificada com o símbolo da cruz vermelha, próximo ao lavabo, contendo alguns medicamentos de uso tópico como: pomada para queimadura, anti-sépticos, neutralizantes de ácidos e bases, ataduras e esparadrapo.

Haverá telefones úteis para serem utilizados em caso de emergências, como dos principais hospitais de Brasília, corpo de bombeiros e defesa civil.

Toda e qualquer alteração na estrutura do laboratório como: suspeita de vazamento de gás, risco elétrico ou qualquer outra anormalidade que por ventura possa significar algum tipo de risco. O laboratório deverá ser desocupado imediatamente caso esteja em uso. A coordenação geral deverá ser avisada a fim de se tomar às providências cabíveis.

TÉCNICO DE LABORATÓRIO

Descrição de função

Função: Técnico de Laboratório

Sumária: Desenvolver e executar atividades de apoio técnico, destinados ao ensino, pesquisa e extensão.

Detalhada:Atuar na operacionalização das atividades experimentais (aulas práticas) de apoio à pesquisa e extensão, executando os procedimentos requeridos para o desenvolvimento dos trabalhos.

Auxiliar os docentes nas atividades de ensino, preparando materiais e equipamentos necessários para aulas práticas, dando suporte nas práticas laboratoriais clinicas e de campo.

Auxiliar docentes no treinamento de alunos e estágios para operação de instrumentos e execução de técnicas laboratoriais.

Realizar atividades laboratoriais relacionadas ao campo de atuação.

Receber, coletar, preparar, examinar e distribuir materiais, de acordo com a área de atuação, efetuando os testes necessários, procedendo aos registros, cálculos e demais procedimentos pertinentes, para subsidiar os trabalhos.
Desenvolver atividades relacionadas com a produção, manutenção, manuseio e descarte de animais utilizados em atividades de ensino pesquisa e extensão.
Preparar e utilizar soluções, amostras, substratos, reagentes, solventes, empregando aparelhagem e técnicas específicas, de acordo com a determinação dos profissionais da área de atuação (para os laboratórios específicos da saúde).
Analisar materiais e substancias em geral, utilizando métodos específicos para cada caso.
Regular, controlar e operar aparelhos de acordo com os tipos de testes solicitados, adequando-os aos objetivos do trabalho (para os laboratórios específicos da saúde).
Executar o tratamento de descarte de resíduos e solventes, defensivos, com base em normas padronizadas de segurança ou métodos e técnicas indicadas por profissionais da área (para os laboratórios específicos da saúde), quando for o caso.
Executar ou promover, conforme o caso, atividades de manutenções preventivas e corretivas, necessárias à conservação de equipamentos, instrumentos e outros materiais da área de atuação.
Controlar o estoque dos materiais relativos à área de atuação tomando as providências necessárias para sua reposição.
Operar microcomputadores para auxiliar nas atividades de ensino e pesquisa.
Zelar pela guarda, limpeza e conservação dos equipamentos, instrumentos e materiais utilizados nas aulas práticas, de acordo com a área de atuação, por meio de métodos específicos, tais como desinfecção, esterilização e acondicionamento, bem como dos locais de trabalho.
Desempenhar outras atividades correlatas e afins.

4.8.6 Regulamento do Projeto Transversal

I DA DEFINIÇÃO
Art. 1º Por Transversalidade a entende ser à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real e de sua transformação (aprender na realidade e da realidade).

Art. 2º. NoCEUNI-FAMETRO, a Transversalidade será uma estratégia para a abordagem e tratamento do conhecimento de caráter obrigatório, a ser desenvolvida por meio de Projetos Transversais, os quais serão realizados em todos os períodos letivos, em todos os cursos, a partir da integração vertical e horizontal dos componentes curriculares de um determinado período em duas áreas temáticas específicas, a saber:

Educação Ambiental

Relações Étnico-Raciais

II DO OBJETIVO

Art. 3º. O Projeto Transversal tem como finalidade proporcionar aos alunos a compreensão da importância de debater esses temas para a melhoria da qualidade de vida da comunidade onde atuam e vivem, e para uma atuação cidadã dos futuros profissionais formados peloCEUNI-FAMETRO.

Art. 4º. O Projeto Transversal deve também contribuir para:

Promover atividade extraclasse, para que se possa investigar e colher informações; debater e obter conhecimento acerca de temas contemporâneos relativos as áreas temáticas identificadas;

Despertar nos discentes o gosto pelo debate, pela troca de experiência, pela intercomunicação de conhecimentos e vivência e pela tolerância na perspectiva da acessibilidade atitudinal e da consciência ambiental.

III DA REALIZAÇÃO

Art. 5º. A Transversalidade será desenvolvida por meio da pedagogia de projetos, onde a partir de um tema gerador, os alunos desenvolverão atividades teóricas e/ou práticas, utilizando como referencia temáticas pertinentes a Educação Ambiental e as Relações Étnico-raciais, com destaque para as temáticas culturais locais.

Art. 6º. Este tema gerador, deve necessariamente concorrer para a integração da realidade refletida a luz de conhecimentos adquiridos e desenvolvidos no percurso formativo dos alunos.

Art. 7º. Os projetos Transversais fazem parte da pedagogia de projetos, a qual pretende proporcionar ao aluno uma reflexão acerca das questões ambientais e étnico-raciais, proporcionando aos alunos uma aprendizagem ativa para a construção de conhecimento, por meio de ações executadas pelos alunos e acompanhadas pelos professores envolvidos no projeto.

IV DO PLANEJAMENTO

Art. 8º. Os projetos serão planejados ao inicio de cada semestre letivo a partir da contribuição dos professores de um mesmo período letivo, visando à integração transversal dos conteúdos relacionados à Educação Ambiental e Relações Étnico-Raciais, e terão caráter permanente e contínuo.

Art. 9º. Os referidos projetos deverão conter a apresentação, justificativa, metodologia, formas e processos de avaliação.

Art. 10º. Os projetos devem conter ainda, a indicação de quais professores, e de quais disciplinas, estarão envolvidas no projeto. Devem trazer também, a indicação de quais temas serão abordados referentes às áreas temáticas indicadas neste regulamento.

Art. 11º. As atividades que serão realizadas no decorrer do projeto e o seu produto final, deve obedecer ao nível de maturidade intelectual dos alunos no período em que estes estão cursando, devendo também guardar coerência como as competências e habilidade previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso.

V DA CARGA HORÁRIA PARA A REALIZAÇÃO DO PROJETO TRANSVERSAL

Art. 12º. O projeto Transversal é de caráter obrigatório e para a sua realização será destinado até 20% da carga horária total de cada disciplina envolvida.

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 13º. Cabe aos professores:

Participar efetivamente da elaboração e do planejamento do Projeto Transversal.

Comentar e repassar as atividades da disciplina no projeto de acordo com o cronograma do projeto;

Sugerir a qualquer momento idéias que possam vir a melhorar o resultado esperado do Projeto;

Orientar todas as equipes ao longo do período de projeto, tirando as dúvidas que competem às suas respectivas disciplinas;

Avaliar os resultados a partir dos critérios estabelecidos para o mesmo.

Art. 14º. Cabe aos Coordenadores de Curso:

Acompanhar o desenvolvimento dos projetos a partir do contanto com professores e alunos;

Subsidiar os professores com todo o aparato institucional necessário para a melhor realização dos projetos;
Mediar possíveis dificuldades encontradas entre o corpo docente.

Art. 15º. Cabe aos alunos:
Realizar as atividades com dedicação e esmero para o melhor desenvolvimento do trabalho;
Reportar aos professores e/ou aos coordenadores de curso, qualquer dificuldade na realização e/ou desenvolvimento do projeto Transversal;
No Projeto Transversal é obrigatório a participação dos alunos.

VI DO REGISTRO DA TRANSVERSALIDADE
Art. 16º. A descrição da atividade a ser realizada como projeto Transversal deverá estar contido obrigatoriamente no plano de ensino em espaço reservado para este fim
Art. 17º. No registro do projeto Transversal no plano de ensino, deverá ser indicada as aulas (em dias e quantidade), respeitando a carga horária máxima para a sua realização.

VII AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM
Art 18º. Como critério de avaliação, o projeto deverá conter a descrição detalhada dos critérios de avaliação e para a composição de sua nota final deve ser computado até 20% da nota institucional, dentro de uma escala de 0 a 10.

VIII DO RELATÓRIO DO PROJETO TRANSVERSAL
Art. 18º. Deverá ao final do semestre ser apresentado à Coordenação de Curso, relatório consubstanciado do Projeto Transversal, que demonstre todas as atividades realizadas, previstas no projeto, e analise os resultados alcançados.
Art. 19º. As atas de notas do projeto Transversal e todo material produzido para este, deve estar em anexo ao relatório final.
Art. 20º. Este relatório ficará arquivado na Coordenação de Curso, junto com o projeto que originou o mesmo, por no mínimo de 03 (Três) anos.

4.8.7 Regulamento do Projeto Interdisciplinar

I DA DEFINIÇÃO

Art. 1º Por Interdisciplinaridade oCEUNI-FAMETRO entende ser uma estratégia de abordagem e tratamento do conhecimento em que duas ou mais disciplinas/unidades curriculares ofertadas simultaneamente estabelecem relações de análise e interpretação de conteúdos, com o fim de propiciar condições de apropriação, pelo discente, de um conhecimento mais abrangente e contextualizado.

Art. 2º. NoCEUNI-FAMETRO, a interdisciplinaridade será uma estratégia para a abordagem e tratamento do conhecimento de caráter obrigatório, a ser desenvolvida por meio de projetos interdisciplinares, os quais serão realizados em todos os períodos letivos, em todos os cursos, a partir da integração horizontal dos componentes curriculares de um determinado período.

II DO OBJETIVO

Art 3º. O Projeto Interdisciplinar tem como objetivo geral a aplicação dos conhecimentos adquiridos pelos alunos em situações ou problemas teórico-práticos, selecionados de maneira a permitir a integração entre disciplinas, aprofundamento da socialização dos alunos, contextualização dos conhecimentos adquiridos em sala de aula, organização, pontualidade e desenvolvimento de habilidades. Além de promover e incentivar atividades de pesquisa e trabalho em equipe, identificar habilidades e aplicar conceitos.

Art4º.O Projeto Interdisciplinar deve também contribuir para:

Desenvolver uma proposta de intercomunicação entre disciplinas;

Promover atividade extraclasse, para que se possa investigar e colher informações;

Despertar nos discentes o gosto pela investigação científica;

Orientar o desenvolvimento de trabalhos seguindo normas específicas;

Oportunizar aos alunos atividades práticas nas quais possam vivenciar os conteúdos trabalhados em sala de aula;

Registrar as conclusões dos participantes do projeto expondo-as aos demais integrantes da série.

III DA REALIZAÇÃO

Art. 4º. A interdisciplinaridade será desenvolvida por meio da pedagogia de projetos, onde a partir de um tema gerador, de uma situação problema, de necessidades de intervenção práticas, do desenvolvimento de novas técnicas, de soluções inovadoras para problemas pertinentes as disciplinas, os alunos desenvolverão atividades de teórico e práticas,

utilizando como referencia os conteúdos curriculares das disciplinas com a finalidade de compreender e analisar o tema, resolver o problema, ou desenvolver novas técnicas que os remetam a compreensão da interligação e da intercomunicação do conhecimento numa perspectiva integradora.

Art. 5º. Este tema gerador, a situação problema, ou atividade teórico-prática a ser realizada deve necessariamente concorrer para a integração das disciplinas de um mesmo período letivo, prevendo a utilização dos conteúdos previstos para as mesmas em acordo com as suas ementas.

Art. 6º. Os projetos interdisciplinares fazem parte da pedagogia de projetos, a qual pretende proporcionar ao aluno uma aprendizagem ativa para a construção de conhecimento, por meio de ações executadas pelos alunos e acompanhadas pelos professores envolvidos no projeto.

IV DO PLANEJAMENTO

Art. 7º. Os projetos serão planejados ao inicio de cada semestre letivo a partir da contribuição dos professores de um mesmo período letivo, visando a integração horizontal das disciplinas de um mesmo período.

Art. 8º. Os referidos projetos deverão conter a apresentação, justificativa, metodologia, formas e processos de avaliação.

Art. 9º. Os projetos devem conter ainda, a indicação de quais professores, e de quais disciplinas, estarão envolvidas no projeto. Devem trazer também, a indicação de quais conteúdos, de cada disciplina, serão explorados tendo em vista as necessidades geradas pelo projeto.

Art. 10º. As atividades que serão realizadas no decorrer do projeto e o seu produto final, deve obedecer ao nível de maturidade intelectual dos alunos no período em que estes estão cursando, devendo também guardar coerência como as competências e habilidade previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso, com a finalidade de fortalecer o perfil do egresso.

V DA CARGA HORÁRIA PARA A REALIZAÇÃO DO PROJETO INTERDISCIPLINAR

Art. 11º. O projeto interdisciplinar é de caráter obrigatório e para a sua realização será destinado até 20% da carga horária total de cada disciplina envolvida.

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 12º. Cabe aos professores:

Participar efetivamente da elaboração e do planejamento do projeto interdisciplinar, identificando nos projetos as possíveis aplicações da sua disciplina, enriquecendo-o e tornando-o realmente interdisciplinar;

Comentar e repassar as atividades da disciplina no projeto de acordo com o calendário de apresentações;

Sugerir a qualquer momento ideias que possam vir a melhorar o resultado esperado do Projeto;

Orientar todas as equipes ao longo do período de projeto, tirando as dúvidas que competem às suas respectivas disciplinas;

Avaliar os resultados a partir dos critérios estabelecidos para o mesmo.

Art. 13º. Cabe aos Coordenadores de Curso:

Acompanhar o desenvolvimento dos projetos a partir do contanto com professores e alunos;

Subsidiar os professores com todo o aparato institucional necessário para a melhor realização dos projetos;

Mediar possíveis dificuldades encontradas entre o corpo docente.

Art. 14º. Cabe aos alunos:

Realizar as atividades com dedicação e esmero para o melhor desenvolvimento do trabalho;

Reportar aos professores e/ou aos coordenadores de curso, qualquer dificuldade na realização e/ou desenvolvimento do projeto interdisciplinar;

O Projeto Interdisciplinar é obrigatório.

VI DO REGISTRO DA INTERDISCIPLINARIDADE

Art. 15º. A descrição da atividade a ser realizada como projeto interdisciplinar deverá estar contido obrigatoriamente no plano de ensino em espaço reservado para este fim

Art. 16º. No registro do projeto interdisciplinar no plano de ensino, deverá ser indicada as aulas (em dias e quantidade), respeitando a carga horária máxima para a sua realização.

VII AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Art 17º. Como critério de avaliação, o projeto deverá conter a descrição detalhada dos critérios de avaliação e para a composição de sua nota final deve ser computado até 20% da nota institucional, dentro de uma escala de 0 a 10.

VIII DO RELATÓRIO DO PROJETO INTERDISCIPLINAR

Art. 18º. Deverá ao final do semestre ser apresentado à Coordenação de Curso, relatório consubstanciado do Projeto Interdisciplinar, que demonstre todas as atividades realizadas, previstas no projeto, e analise os resultados alcançados.

Art. 19º. As atas de notas do projeto interdisciplinar e todo material produzido para este, deve estar em anexo ao relatório final.

Art. 20º. Este relatório ficará arquivado na Coordenação de Curso, junto com o projeto que originou o mesmo, por no mínimo de 03 (Três) anos.

4.8.8 Regulamento da Mobilidade e o Intercâmbio Acadêmico do CEUNI-FAMETRO

Art. 1º Regulamentar a Mobilidade e o Intercâmbio Acadêmico Internacionais, no âmbito doCEUNI-FAMETRO, destinados a permitir que alunos os, participem de atividades acadêmicas realizadas em instituições no exterior, e que alunos de graduação de instituições de ensino superior estrangeiras possam participar de atividades acadêmicas noCEUNI-FAMETRO.

CAPÍTULO I

DA MOBILIDADE E INTERCÂMBIO INTERNACIONAIS PARA ALUNOS DOCEUNI-FAMETRO

Art. 2º Fica facultado ao aluno de graduação, regularmente matriculado em qualquer curso doCEUNI-FAMETRO, realizar componentes curriculares em instituições estrangeiras de ensino superior que possuem, ou não, Acordo de Cooperação com oCEUNI-FAMETRO.

§ 1º As atividades de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmico Internacionais deverão ser realizadas em Instituições de Ensino Superior, Centros de Pesquisas, Redes Universitárias e entidades semelhantes.

§ 2º As atividades realizadas e devidamente comprovadas serão creditadas no histórico escolar do aluno, de acordo com o Regimento Interno doCEUNI-FAMETRO.

§ 3º O afastamento do aluno para essas atividades, preferencialmente, estará amparado por Convênio ou Acordo de Cooperação firmado entre oCEUNI-FAMETRO e a instituição receptora.

a) no caso de instituições que não possuem Convênios ou Acordos de Cooperação com oCEUNI-FAMETRO, cabe a Direção Geral aprovar a mobilidade ou o intercâmbio, levando em consideração o padrão de qualidade da instituição de ensino.

Art. 3º Serão consideradas atividades de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmico Internacionais, passíveis de aproveitamento curricular de estudo, apenas aquelas de natureza acadêmica, supervisionadas, ou não, por tutor da instituição anfitriã, como disciplinas, cursos, estágios e pesquisas que visem ao aprimoramento da formação do aluno.

Art.4º A participação do aluno em atividades de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmico Internacionais terá a duração de um semestre letivo, podendo ser prorrogado por mais um semestre consecutivo.

§ 1º O prazo estipulado no caput poderá ser alterado, se este for proveniente de programas específicos, desde que haja a aprovação dos órgãos competentes.

§ 2º Compete a Coordenação de Ensino coordenar o Programa de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmicos Internacionais no âmbito doCEUNI-FAMETRO, e se responsabilizará pelos procedimentos gerais relativos aos Acordos de Cooperação.

§ 3º Durante o período de afastamento, o processo instruído ficará na Coordenação de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação para o acompanhamento da Mobilidade e Intercâmbio Acadêmico Internacionais. Findado o afastamento, o processo será encaminhado à Secretaria Acadêmica para arquivo na pasta do aluno.

Art.5º O pedido de afastamento deverá ser submetido à apreciação do respectivo Conselho Superior da Faculdade, sendo que a Resolução com a aprovação para o aluno desempenhar atividades acadêmicas em instituição estrangeira deverá ser encaminhado à Coordenadoria de Coordenação de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação.

§ 1º O Conselho Superior deverá considerar, na aprovação dos Contratos de Estudo, a carga horária e a presença dos conteúdos relevantes e significativos previstos na estrutura curricular do curso.

§ 2º A realização de intercâmbio sem aprovação do Contrato de estudos prévio só poderá ocorrer com suspensão de matrícula, devendo o Conselho Superior apreciar a posteriori o possível aproveitamento dos componentes curriculares cumpridos em intercâmbio.

Art. 6º O Conselho Superior deverá indicar, para cada aluno selecionado à mobilidade e ao intercâmbio, um tutor, que deverá ser professor do curso e ficará responsável pelo acompanhamento da realização das atividades previstas no Contrato de Estudos e aprovação de eventuais alterações.

Parágrafo Único - As eventuais alterações aceitas pelo Tutor Acadêmico no Contrato de Estudos serão submetidas a Direção Geral.

Art. 7º O aluno do CEUNI-FAMETRO interessado em participar de atividades de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmico Internacionais deverá proceder da seguinte forma:

I – executar os expedientes formais para vinculação à instituição onde deseja efetuar seus estudos;

II – arcar com todas as despesas pessoais e estudantis decorrentes da sua adesão ao Programa de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmicos Internacionais;

III – preencher formulário de candidatura próprio e anexar os documentos necessários;

IV – inscrever-se nos termos dos editais e demais convocações do ESAI.

Art. 8º O afastamento com vínculo temporário deverá ser registrado na faculdade de origem do aluno, de acordo com o Sistema de Controle Acadêmico, devendo esse registro ser substituído pelo lançamento de créditos equivalentes no histórico escolar do aluno, obrigatoriamente reconhecidos, por ocasião do retorno do mesmo.

Parágrafo Único: O afastamento do aluno doCEUNI-FAMETRO para vínculo temporário só se efetivará quando a instituição receptora manifestar formalmente o aceite do pedido do aluno, por meio de documento específico.

Art. 9º No período de afastamento por vínculo temporário, o aluno terá sua vaga assegurada no respectivo curso e esse período deve ser computado na contagem do tempo máximo previsto para integralização curricular.

Parágrafo Único: Para assegurar o previsto neste artigo, o aluno deverá efetuar sua matrícula normalmente para o semestre seguinte ao término do intercâmbio ou mobilidade.

Art. 10 Poderá participar do Programa de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmicos Internacionais, o aluno que atender os seguintes requisitos:

I – estar regularmente matriculado noCEUNI-FAMETRO;

II – ter concluído o segundo semestre;

III – apresentar bom rendimento acadêmico, com média de aproveitamento igual ou superior a 6,0 (seis);

IV – apresentar plano de atividades acadêmicas a serem cumpridas na instituição anfitriã;

V – comprovar proficiência no idioma do país onde pretende realizar a mobilidade ou intercâmbio, ou em outro aceito pela instituição anfitriã, exceto quando se tratar de países lusófonos.

VI – observar e cumprir os prazos para candidatura e entrega da documentação.

Art. 11 Os cursos ou atividades acadêmicas realizadas pelo aluno durante o período da mobilidade ou intercâmbio poderão ser aproveitados para integralização curricular, como disciplinas obrigatórias, eletivas ou optativas, conforme o caso.

Art. 12 O aluno participante do programa estará, obrigatoriamente, subordinado às normas institucionais da instituição receptora.

Art. 13 OCEUNI-FAMETRO, enquanto instituição de origem exime-se de quaisquer responsabilidades relacionadas às despesas de manutenção de aluno participante no Programa de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmicos Internacionais, incluindo deslocamento, alimentação, moradia e atendimento médico e hospitalar, entre outras.

Art. 14 OCEUNI-FAMETRO fará a aquisição de apólice de seguro coletivo contra acidentes pessoais em favor do estudante participante do Programa.

CAPÍTULO II

Da Mobilidade e intercâmbio Internacionais de alunos estrangeiros noCEUNI-FAMETRO

Art. 15 Fica facultado ao aluno de graduação, regularmente matriculado em instituições estrangeiras de ensino superior com acordo de cooperação, ou não com oCEUNI-FAMETRO, realizar componentes curriculares noCEUNI-FAMETRO, durante o período de um semestre letivo, podendo ser prorrogado por mais um semestre consecutivo.

Art. 16 O Conselho Superior da respectiva Faculdade, deverá aprovar o Contrato de Estudos de alunos estrangeiros que solicitarem intercâmbio noCEUNI-FAMETRO.

Art.17 Para cada aluno aceito noCEUNI-FAMETRO, o Conselho Superior indicará um tutor que o acompanhará academicamente em sua permanência noCEUNI-FAMETRO.

Art. 18 As despesas pelo cumprimento do programa correrão por conta do aluno em mobilidade, sem prejuízo de bolsas que possa obter das agências de fomento nacionais e internacionais.

CAPÍTULO III

Disposições Complementares

Art. 19 Os casos não previstos nesta Resolução serão resolvidos pelo Conselho Superior

Art. 20 Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

4.8.9 Regulamento da educação para os Direitos Humanos

Da definição

Art 1ºDireitos Humanos são entendidos como aqueles direitos fundamentais que o homem possui pelo fato de ser homem, por sua própria natureza humana, pela dignidade que a ela é inerente. São direitos que não resultam de uma concessão da sociedade política.

Dos Objetivos da Educação para os Direitos Humanos

Art 2º. Conforme o Art. 5º da Resolução no. 1 de 30 de maio de 2012, a Educação em Direitos Humanos tem como objetivo central a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveisregionais, nacionais e planetário.

Dos Temas

Art 3º. Conforme o artigo 3º. DaResolução nº 1, de 30 de maio de 2012, a Educação em Direitos Humanos, noCEUNI-FAMETRO será desenvolvida preferencialmente a partir dos seguintes eixos e temas:

I - dignidade humana;
II - igualdade de direitos;
III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;
IV - laicidade do Estado;
V - democracia na educação;
VI - transversalidade, vivência e globalidade; e
VII - sustentabilidade socioambiental.

Das Formas de Operacionalização

Art 4º. Na FST, a educação para os direitos humanos, será desenvolvida por meio da transversalidade em projetos de trabalho que contemplem as diferentes temáticas assinaladas neste regulamento.

§ 1º. Todas as Matrizes Pedagógicas dos Cursos de Graduação ofertarão em caráter optativo a disciplina Educação para os Direitos Humanos.
§ 2º. Nos Cursos de Licenciatura a Educação em Direitos Humanos será componente curricular obrigatório orientando a formação dos profissionais da educação.

Art 5º. OCEUNI-FAMETRO fomentará e divulgará, conforme determina a lei estudos e experiências bem sucedidas realizados na área dos Direitoshumanos e daEducação em Direitos Humanos.

Art 6º. OCEUNI-FAMETRO estimularáações de extensãovoltadas para a promoção de Direitos Humanos, em diálogo com os segmentos sociais emsituação de exclusão social e violação de direitos, assim como com os movimentos sociais e agestão pública.

Art. 7º. Este Regulamento entrará em vigor na data de sua publicação.
Regulamento do Atendimento ao Aluno com Transtorno Do Espectro Autista

4.8.10 REGULAMENTO DO ATENDIMENTO AO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

CAPÍTULO I - DA DEFINIÇÃO

Art. 1 O Transtorno do Espectro Autista (TEA) engloba diferentes síndromes marcadas por perturbações do desenvolvimento neurológico com três características fundamentais, que podem manifestar-se em conjunto ou isoladamente. São elas: dificuldade de comunicação por deficiência no domínio da linguagem e no uso da imaginação para lidar com jogos simbólicos, dificuldade de socialização e padrão de comportamento restritivo e repetitivo.

CAPÍTULO II - DOQUADRO CLINICO E DA CLASSIFICAÇÃO DO TEA:
a.Autismo clássico – o grau de comprometimento pode variar de muito. De maneira geral, os portadores são voltados para si mesmos, não estabelecem contato visual com as pessoas nem com o ambiente; conseguem falar, mas não usam a fala como ferramenta de comunicação. Embora possam entender enunciados simples, têm dificuldade de

compreensão e apreendem apenas o sentido literal das palavras. Não compreendem metáforas nem o duplo sentido. Nas formas mais graves, demonstram ausência completa de qualquer contato interpessoal. São crianças isoladas, que não aprendem a falar, não olham para as outras pessoas nos olhos, não retribuem sorrisos, repetem movimentos estereotipados, sem muito significado ou ficam girando ao redor de si mesmas e apresentam deficiência mental importante;

b.Autismo de alto desempenho (antes chamado de síndrome de Asperger) – os portadores apresentam as mesmas dificuldades dos outros autistas, mas numa medida bem reduzida. São verbais e inteligentes. Tão inteligentes que chegam a ser confundidos com gênios, porque são imbatíveis nas áreas do conhecimento em que se especializam. Quanto menor a dificuldade de interação social, mais eles conseguem levar vida próxima à normal.

c.Distúrbio global do desenvolvimento sem outra especificação (DGD-SOE) – os portadores são considerados dentro do espectro do autismo (dificuldade de comunicação e de interação social), mas os sintomas não são suficientes para incluí-los em nenhuma das categorias específicas do transtorno, o que torna o diagnóstico muito mais difícil.

CAPÍTULO III -DA ORIENTAÇÃO AO PORTADOR DE TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA

Art3. Em atendimento ao disposto na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, a Faculdade garante proteção aos Direitos da Pessoa com Transtorno de Espectro Autista.

Art4. O aluno será atendido em suas necessidades e dificuldades referentes a sua vida escolar, à sua aprendizagem e qualidade de relacionamento que mantém com seus pares na instituição, no trabalhoe na família

CAPÍTULO III - DO ACESSO AO ATENDIMENTO

Art5. A orientação aos discentes será definida de acordo com a demanda e análise préviade cada situação problema.

Art6. Para o corpo discente, a demanda de orientação poderá ser manifestada pelopróprio discente ou por encaminhamento dos professores

CAPÍTULO IV - DO SIGILO PROFISSIONAL

Art7, As atividades do Apoio Psicopedagógico, Orientação Pedagógica e à Pessoacom Transtorno de Espectro Autista (orientações e aconselhamentos), quandoexecutados por profissional da área da Educação e ou/Psicologia, serão registradas emformulários específicos, respeitando o critério de sigilo profissional e as normas eresoluções do Profissional; Resolução CFP07/2003; 01/2009 e alterações.

Art8. Os dados das orientações e aconselhamentos realizados serão de acesso exclusivo doprofissional psicólogo, registrado no órgão de classe, e serão arquivados em armárioscom chaves onde apenas o mesmo terá acesso para consulta e registros dos casosacompanhados.

Art9. Outros profissionais da instituição não terão acesso às informações confidenciais, salvooutros profissionais psicólogos autorizados pelo profissional de apoio Psicopedagógicocoordenador do Serviço de Psicologia e Orientação Pedagógica que componham aequipe de trabalho ou o usuário ou responsável por menores de idade, de acordo com aResolução CFP 01/2009. No caso da extinção do serviço ou da substituição de funçõesou profissionais da área clínica serão adotados procedimentos do Art. 15, do Código deÉtica Profissional/CFP.

CAPÍTULO X - DA LOCALIZAÇÃO E DO HORÁRIO DE ATENDIMENTO

Art 10. O Apoio Psicopedagógico e Orientação Pedagógica e à Pessoa com Transtorno de Espectro Autista funcionará em local próprio e seu horário de funcionamento será definitivo pela Direção Geral em cada semestre letivo.

CAPÍTULO XI – CONDUTAS DE ATENDIMENTO

Art 11. No contexto do atendimento ao adulto e ao idoso com TEA, alguns fatores adicionais devem ser considerados. Primeiro, a demanda por esse tipo de serviço tem aumentado no mundo e o mesmo é esperado aqui no Brasil. Ainda que intervenções precoces e intensivastragam imensos ganhos para o indivíduo com TEA e suas famílias,muitas das dificuldades vividas por esses indivíduos ultrapassam osanos da

infância e da juventude. A necessidade por serviços e cuidadospode, portanto, se estender durante toda a vida do indivíduo.

Art 12. É essencial que a definição do projeto terapêutico das pessoascom TEA leve em conta as diferentes situações clínicas envolvidas nostranstornos do espectro do autismo. Ou seja, é necessário distinguir eter a capacidade de responder tanto às demandas de habilitação/reabilitação de duração limitada.

Art 13. Após o diagnóstico e a comunicação à família, inicia-se imediatamentea fase do tratamento e da habilitação/reabilitação.A escolha do método a ser utilizado no tratamento e a avaliaçãoperiódica de sua eficácia devem ser feitas de modo conjunto entre aequipe e a família do paciente, garantindo informações adequadas quantoao alcance e aos benefícios do tratamento, bem como favorecendo aimplicação e a corresponsabilidade no processo de cuidado à saúde.

Art 14. No atendimento à pessoa com TEA, é importante manter umarotina clínica (horários, espaço clínico, participantes da sessão, instrumentos,o diálogo como ponto fundamental de inserção da pessoa),pois tal estrutura impõe o caráter terapêutico à situação.

CAPÍTULO XII -DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art 15. Este Regulamento só pode ser alterado se aprovado pela maioria simples dos membros do Conselho Superior.

4.8.11 REGULAMENTO DO NAPA – NÚCLEO DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO E INCLUSÃO

CAPÍTULO I - EIXOS DE TRABALHO DO NAPAA

Art. 1 O NAPA realiza suas intervenções considerando quatro eixos fundamentais:

I. atendimento ao corpo discente;
II. apoio à coordenação de cursos e de ensino;

III. pesquisa de demanda da Faculdade;
IV. projetos institucionais.

CAPÍTULO II - DOS ATENDIMENTOS

Art. 2 Os atendimentos aos corpos discentes, poderão ser individuais ou em grupo, de acordo com a demanda e análise prévia de cada situação problema.

Art 3. A demanda de atendimento poderá ser manifestada pelo próprio aluno junto ao NAPA ou pela coordenação de ensino, considerando relatório da coordenação de curso.
Art 4. Os atendimentos individuais serão agendados nos horários de funcionamento do NAPA e comunicado ao interessado.

Art 5. Os atendimentos individuais visam:
atendimento aos casos relativos às dificuldades de aprendizagem e estudo;
atendimento a alunos e funcionários com problemas psicoafetivos;
encaminhamento para profissionais e serviços especializados dependendo da demanda apresentada;
atendimento relativo às dificuldades de relacionamento interpessoal que ofereçam dificuldades de adaptação e motivação na dimensão acadêmica e profissional;
Atendimento aos casos relativos ao comportamento e conduta do acadêmico;
atendimento aos encaminhamentos da direção, coordenação de curso, coordenação de estágio, corpo docente e Comissão Própria de Avaliação (CPA).
Atendimento às demandas relacionadas à profissão e à formação profissional.

Art 6. Cada acadêmico poderá ser atendido individualmente em no máximo 10 (dez) sessões por semestre, de acordo com disponibilidade.

Art 7. O NAPA utilizará um formulário padrão – Prontuário de Atendimento – para registro dos atendimentos individuais.

Art 8. Os atendimentos em grupo serão agendados nos horários de funcionamento do NAPA e comunicado aos interessados.

Art 9. Osatendimentos em grupo serão realizados em um espaço de reflexão e enfrentamento de problemas cognitivos, relacionais e desenvolvimento de habilidades acadêmicas e profissionais no que se refere à dimensão relacional.

Art 10. Os atendimentos de grupo terão um limite de participantes, a ser definido pelo coordenador do NAPA, de acordo com o tipo de trabalho a ser desenvolvido.

Art 11. Os encontros dos atendimentos em grupo serão planejados a partir das demandas dos alunos, das pesquisas institucionais desenvolvidas pelo NAPA, das solicitações dos colegiados de cursos e/ou da CPA.

Art. 12 Os temas e áreas envolvidos nos atendimentos em grupo envolvem:
Orientação Profissional: reflexão sobre as necessidades, dúvidas e enfrentamento de dificuldades relacionadas a escolha profissional ou adaptação acadêmica.
Relações Humanas: oficinas de dinâmica de grupo visando o desenvolvimento de competências relacionais e interpessoais, liderança, comunicação e resolução de conflitos interpessoais.
Treinamento de Assertividade: oficinas de dinâmicas de grupo diretamente relacionada a alunos que apresentem alto grau de ansiedade presente em situações que envolvam apresentação de trabalhos em público ou dificuldades relacionadas a relações de trabalhos de equipe.
Orientação de Estudos: grupo reflexivo que aborda temas ligados a maximização de recursos envolvendo o planejamento de estudos acadêmicos ou voltados para concursos profissionais e/ou públicos.
Inclusão e Acessibilidade Pedagógica
Art. 13. Cada grupo poderá ser atendido em no máximo 5 (cinco) sessões por semestre, de acordo com disponibilidade.

Art 14. O NAPA utilizará um formulário padrão – Plano de Trabalho – para planejamento e registro dos atendimentos em grupo.

CAPÍTULO III - DO APOIO À COORDENAÇÃO DE CURSOS E DE ENSINO

Art. 15. O NAPA irá atuar junto à coordenação dos cursos e de ensino na compreensão e resolução de problemas específicos de aprendizagem e relacionais, juntamente com a assessoria pedagógica do Centro Universitário.

Art 16. O NAPA participará do planejamento do curso de Formação Continuada dos Docentes, promovido pela Faculdade, atuando principalmente na reflexão e orientação de situações problemas comuns, a partir dos dados coletados em suas pesquisas.

Art 17. O NAPA irá, em situações específicas, disponibilizar aos professores um acompanhamento na implementação de projetos de inclusão de acadêmicos portadores de necessidades especiais.

Art 18. O apoio à coordenação de cursos e de ensino será realizado pelo NAPA através de reuniões institucionais, atendimentos individuais e orientações específicas.

CAPÍTULO IV - DA PESQUISA DE DEMANDA DOCENTRO UNIVERSITÁRIO

Art. 19. O NAPA poderá, por solicitação da direção, elaborar pesquisas e relatórios com o objetivo de auxiliar na compreensão do perfil dos alunos, suas dificuldades e possíveis intervenções.

Art. 20. No caso de utilização de dados gerados a partir dos atendimentos individuais ou em grupo, ou ainda, oriundos da CPA, para elaboração de pesquisas e relatórios, o NAPA deverá observar o critério de sigilo profissional que envolve essas informações.

CAPÍTULO VI - DOS PROJETOS INSTITUCIONAIS

Art.21. O NAPA participa de projetos institucionais que envolvam as dimensões acadêmicas, culturais, semana das profissões, atividades extracurriculares, projetos de inclusão de necessidades especiais, estágios profissionalizantes.

Art 22. O NAPA realiza suas atividades em parceria com a Coordenação de Estágio, o Programa de Nivelamento – o Núcleo de Extensão – Coordenação de Ensino

CAPÍTULO VII - DOS RELATÓRIOS

Art 23. A partir das atividades desenvolvidas pelo NAPA serão elaborados relatórios informativos para fundamentar pesquisas e avaliações dos processos acompanhados, podendo estes serem disponibilizados para a direção e coordenação dos cursos.

Art. 24. Os relatórios previstos deve tratar apenas de dados referentes ao número de atendimentos, tipologia dos atendimentos, tipologia da demanda ou outras informações que não comprometam o sigilo profissional.

CAPÍTULO VIII- DO SIGILO PROFISSIONAL

Art 25.Os atendimentos e atividades do NAPA, quando executados por profissional da área da Psicologia e da Pedagogia serão registrados em formulários específicos, respeitando nos atendimentos clínicos individuais e grupais o critério de sigilo profissional e as normas e resoluções do CFP (Código de Ética Profissional; Resolução CFP 07/2003; 01/2009).

Art. 26. Os dados dos atendimentos individuais e em grupo serão de acesso exclusivo do profissional psicólogo, registrado no órgão de classe, e serão arquivados em armários com chaves onde apenas o mesmo terá acesso para consulta e registros dos casos acompanhados.

Art. 27 Outros profissionais da instituição não terão acesso às informações confidenciais, salvo outros profissionais psicólogos autorizados pelo coordenador do NAPA, que componham a equipe de trabalho ou o usuário ou responsável por menores de idade, de acordo com a Resolução CFP 01/2009.

Art 28. No caso da extinção do serviço ou da substituição de funções ou profissionais da área clínica serão adotados os procedimentos do Art.15, do Código de Ética Profissional/CFP.

4.8.12 REGULAMENTO GERAL REPRESENTANTE DISCENTE

OBJETIVO GERAL

Desenvolver o estudo preparando e oportunizando o aluno para o exercício da liderança. Dessa forma espera-se que através da prática com variadas situações possibilite a vivência da democracia e seu exercício através de sua representatividade.

Estimular a participação, iniciativa, mobilização, criatividade e outros componentes da prática da gestão democrática com noções de cidadania e participação política de forma organizada.

ART. 1º - Poderão se candidatar a Representante de turma e Vice Representante o aluno devidamente matriculado na turma, mediante preenchimento de ficha de inscrição, no período estabelecido, condizendo com as datas divulgadas no cronograma acadêmico.

ART. 2º - O Representante de Turma forma uma chapa que será escolhida por eleição secreta, na qual os alunos interessados se candidatam.

I. Os demais colegas de classe e os próprios candidatos votam naqueles que melhor possam representar a turma. Assim a chapa vencedora será a que obtiver maior número de votos.

II. A eleição poderá se dá por aclamação desde que não haja mais de uma chapa concorrendo

III. Os representantes devem manter seus dados atualizados, comunicando quaisquer alterações.

ART. 3º - O tempo da gestão do representante e do vice tem duração de 1 semestre prorrogado por mais um semestre.

ART. 4º - O Representante poderá participar nas eleições seguintes, por mais um semestre. Essa reeleição poderá ocorrer apenas uma vez, de modo a permitir o surgimento de novas lideranças.

ART. 5º - O representante de turma poderá ser qualquer um dos alunos eleito pelos colegas para representá-los. O aluno escolhido para representar a turma recebe a maioria dos votos, de confiança, para exercer a função.

ART. 6º - Para candidatarem a função de Representantes de turma os alunos deverão atender às seguintes condições:

I - Estarem regularmente matriculados na turma;

II- Terem disponibilidade para o exercício das funções;

III- Não estarem respondendo a processo disciplinar;

IV- Conhecer o calendário acadêmico.

ART. 7 º São atribuições dos Representantes de turma:

I - Representar sua turma perante a Direção; Coordenação de Curso e o Colegiado Discente, Coordenação de Ensino;

II- Estimular a cooperação entre alunos e entre professores e alunos;

III- Encaminhar e discutir com a Direção, Coordenação de Curso; Coordenação de Ensino e Colegiado Discente as reivindicações ou reclamações da turma;

ART. 8 - Representante perderá o mandato:

I. Por renúncia;

II. Por perda de vínculo com a instituição;

III. No caso de adotar comportamento considerado inadequado com sua turma, com outros alunos, com a Direção, Coordenação de Curso, Coordenação de Ensino, com o corpo docente ou corpo técnico-administrativo da instituição

IV. Se faltar com os deveres previstos neste guia ou no Regimento doCEUNI-FAMETRO;

V. No caso de conflito com sua própria turma;

VI. No caso de receber qualquer das penalidades previstas no Regimento doCEUNI-FAMETRO;

VII. Por pedido expresso dos alunos da turma, assinado pela maioria absoluta;

ART. 9 - Substituição em caso perda de mandato:

I - Em caso de perda de mandato, será realizada nova eleição, garantindo a representatividade da turma no diálogo institucional.

Art. 10 – Do processo eleitoral:

I – O processo eleitoral dos representantes discentes deverá ser presidido pelo coordenador de curso que procederá ao registro das candidaturas e lavrará a ata de eleição.

4.8.13 Regulamento da Comissão Própria de Avaliação

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. A Comissão Própria de Avaliação doCEUNI-FAMETRO é o órgão responsável pela coordenação dos processos internos de avaliação da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas educacionais Anísio Teixeira (INEP), de acordo com o artigo 14 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

Parágrafo único.O desenvolvimento das atividades da CPA dar-se-á com autonomia em relação ao Comitê Acadêmico e demais Órgãos Colegiados existentes noCEUNI-FAMETRO.

Art. 2º.A CPA terá todo o apoio institucional, além daquele previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), para a realização plena do processo de autoavaliação doCEUNI-FAMETRO.

CAPÍTULO II - DA COMPETÊNCIA

Art. 3º.Compete à CPA:

I. Elaborar o Projeto de Autoavaliação Institucional a ser encaminhado à Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CONAES), submetendo-o à prévia aprovação dos membros dos órgãos colegiados existentes;

II. Conduzir os processos de Autoavaliação doCEUNI-FAMETRO;

III. Apresentar semestralmente o resultado dos trabalhos para os membros do Comitê Acadêmico e demais órgãos colegiados existentes;

IV. Implementar as atividades necessárias à sensibilização da comunidade para a importância da Avaliação Institucional esua integração com a missão doCEUNI-FAMETRO;

V. Colaborar com os procedimentos de autoavaliação de cursos e áreas, cuja realização deverá estar pautada pelas diretrizes da CONAES e pelo projeto de autoavaliação institucional;

VI. Sistematizar e analisar as informações institucionais, produzindo relatórios a serem encaminhados às instâncias competentes para ciência;

VII. Delegar competências, indicando prazos para o cumprimento dos objetivos estabelecidos;

VIII. Assessorar Cursos nos procedimentos de avaliação macro institucional;
IX. Convidar membros da comunidade e da sociedade civil para prestarem informações e emitirem opiniões sobre o processo de avaliação institucional;
X. Elaborar e modificar seu Regimento Interno, conforme a legislação vigente;
XI. Prestar as informações solicitadas pelo INEP, além de elaborar e enviar, no prazo previsto, o Relatório de Avaliação Interna estabelecido na Resolução CONAES nº 1/2005;
XII. Dar ampla divulgação de todas as suas atividades.

CAPÍTULO III - DA CONSTITUIÇÃO E MANDATO

Art. 4º. A CPA doCEUNI-FAMETRO será composta por cinco membros, eleitos diretamente em chapa composta para este fim, assim distribuídos:
I. Um representante do corpo docente, sendo um o Coordenador da CPA.
II. Um representante do corpo discente.
III. Um representante do corpo técnico-administrativo.
IV. Um representante da sociedade civil organizada.

Art. 5º. Os membros da CPA serão nomeados por ato do Diretor Geral.

Art. 6º. O representante da Sociedade Civil poderá convidado pelo Diretor Geral da Instituição.

Art. 7º. A perda da condição de docente, de discente ou de técnico-administrativo implica no imediato término da condição de membro da CPA, com o mandato sendo complementado por outro representante cuja indicação deverá ser idêntica à do membro que se retira.

Art. 8º. O mandato dos membros da CPA será de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

CAPÍTULO IV - DO FUNCIONAMENTO

Art. 9º. A CPA reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada semestre nas datas previstas em calendário elaborado por seus membros em sua primeira reunião e,

extraordinariamente, quando convocada por seu Coordenador ou por pelo menos um terço de seus membros.

§ 1º. A pauta das reuniões ordinárias será divulgada com antecedência mínima de 48 horas.

§ 2º. As reuniões extraordinárias serão convocadas com antecedência de 5 dias, com prévia e ampla divulgação de sua pauta.

§ 3º. O prazo de convocação das reuniões extraordinárias poderá ser reduzido, em caso de urgência, podendo a pauta ser comunicada verbalmente, desde que justificado o procedimento pelo Coordenador.

§ 4º. As reuniões da CPA serão presididas pelo Coordenador ou por um dos membros da Comissão, por ele previamente designado.

§ 5º. As reuniões serão instaladas quando se obtiver o quórum mínimo de metade mais um de seus membros.

§ 6º. As reuniões da CPA deverão ser secretariadas e suas discussões e decisões registradas em ata.

Art.10º. As deliberações da CPA serão aprovadas sempre por maioria de votos favoráveis de seus membros presentes.

Parágrafo único. O Coordenador, em caso de empate, terá voto de qualidade.

Art. 11º O comparecimento às reuniões é obrigatório e, exceto quanto aos membros representantes da sociedade civil, tem precedência sobre qualquer outra atividade.

§ 1º. O membro que estiver ausente em três reuniões consecutivas ou cinco alternadas, de forma injustificada, perderá o seu mandato.

§ 2º. Em caso de coincidência de horário entre as reuniões da CPA e as atividades acadêmicas, os representantes discentes que compareçam às primeiras terão direito à recuperação de aulas e trabalhos escolares.

CAPÍTULO V – DA AVALIAÇÃO

Art. 12º. A Avaliação pela qual a CPA é responsável dar-se-á em dois níveis, a saber:

Um nível interno, no qual será avaliada a dimensão acadêmico-administrativos, com ênfase nos aspectos pedagógicos internos aos cursos de graduação, dando-se sempre no primeiro semestre do ano letivo.

Um segundo nível externo, no qual será avaliada a dimensão acadêmico-administrativa, com ênfase nos aspectos macro-institucionais da IES.

Art. 13º. O resultado da Avaliação será encaminhado para análise qualitativa das Coordenações de Curso, Diretoria de Ensino e Coordenação Geral, subsidiando o processo de tomada de decisão na IES, e a elaboração do Planejamento Acadêmico-administrativo interno do curso.

Art. 12.O presente Regulamento entra em vigor após aprovação.

4.8.14 Regulamento dos Laboratórios de Informática

I - do Horário de Funcionamento

Art. 1º. Os Laboratórios de Informática funcionam de segunda-feira a sexta-feira, das 17:00 as 22:45 e nos sábados de 08:00 as 12:00, durante o período letivo regular. Os horários poderão ser alterados, e flexíveis para o laboratório móvel, a bem da comunidade, por ato da direção doCEUNI-FAMETRO.

II - dos Usuários

Art 2º. Enquadra-se como usuário do Laboratório de Informática todo e qualquer integrante do corpo docente, discente (regularmente matriculado) e funcional doCEUNI-FAMETRO, sendo o Laboratório de Informática de uso exclusivo destes. A interrupção de vínculo com oCEUNI-FAMETRO acarreta a consequente e imediata perda do direito de utilização do Laboratório de Informática.

III - das Reservas

Art 3º. Nos horários reservados para a utilização dos Laboratórios de Informática por parte do corpo docente, para aulas curriculares ou esporádicas, é vedada a utilização concomitante da mesma sala por outros usuários.

Art 4º. Os professores que desejarem utilizar o Laboratório de Informática para atividades acadêmicas devem efetuar reservas, com antecedência mínima de 24 horas, em formulário próprio junto aos funcionários do Suporte.

IV - da Utilização

Art 5º. O Laboratório de Informática deve ser utilizado único e tão somente para atividades acadêmicas ligadas ao ensino, pesquisa e extensão. É vedada a sua utilização para fins não relacionados à atividade acadêmica.

Art 6º. Os usuários que incorrerem em tal situação estão sujeitos a sansões e penalizações previstas no item X. O usuário é responsável, durante a sua utilização, dos recursos do Laboratório de Informática.

Art 8º.O funcionário responsável deverá ser informado de qualquer anormalidade ocorrida durante a utilização dos recursos computacionais. O professor deve orientar os alunos para que deixem o ambiente limpo, organizado e com todos os recursos computacionais devidamente desligados, após o término das atividades acadêmicas.

Art 9º. Cada usuário recebe uma conta no servidor, com a respectiva senha pessoal e intransferível, que provê acesso e espaço em disco para gravação de arquivos.

V - dos Deveres

Art 10º. É dever de todo usuário do Laboratório de Informática zelar pelas instalações e recursos computacionais compostos de hardware, software e respeitar os funcionários do Laboratório de Informática.

VI - das Proibições

Art 11º. Fica expressamente proibido no âmbito do Laboratório de Informática doCEUNI-FAMETRO:

a) Acessar, modificar ou distribuir materiais de ação ofensiva racial, social ou religiosa;

b) Acessar, modificar ou distribuir materiais de conteúdo adulto/pornográfico;

c) Usar vocabulário de baixo calão/ofensivo;

d) Utilizar sites ou salas de bate-papo, ICQ, MSN Messenger e assemelhados;

e) Utilizar Jogos eletrônicos - salvo utilizados em atividades acadêmicas devidamente autorizadas;

f) Violar direitos autorais/propriedade intelectual;

g) Propaganda político/partidária;

h) Comer, beber ou portar alimentos;

i) Fumar ou conduzir cigarros e assemelhados acessos;

j) Utilizar equipamentos de comunicação como telefones celulares;

k) Perturbar o ambiente com brincadeiras e algazarras;

l) Praticar atividades que afetem ou coloquem em risco as instalações e/ou os recursos computacionais;

m) Praticar atividades que promovam o desperdício de recursos de energia e computacionais;

n) Instalação ou desinstalação de softwares e hardware nos equipamentos do laboratório;

o) Atos de vandalismo digital, tais como quebra de privacidade, invasões internas e externas, captura de senhas e pirataria de software;

p) Abrir, modificar, consertar ou reconfigurar a configuração dos recursos computacionais;

q) Utilização de usuário e senha alheia;

r) Permanecer nas salas administrativas do Laboratório de Informática, salvo quando solicitado ou necessário.

VII - da Segurança lógica dos dados

Art 12º. O Suporte não se responsabiliza pela integridade dos arquivos gravados nos servidores, devendo cada usuário ser responsável pela cópia de segurança dos seus arquivos.

VIII - da Conduta

Art 13º. É de responsabilidade dos funcionários responsáveis pelo Laboratório de Informática manter a disciplina e ordem no Laboratório de Informática.

Art 14º. Durante a utilização do mesmo para atividades acadêmicas esta responsabilidade decai sobre o professor responsável pela atividade.

Art 15º. O Laboratório de Informática é um local de estudo e, portanto, devem ser observadas a ordem e o silêncio.

Art 16º. Qualquer conduta indevida deve ser comunicada aos responsáveis pelo Laboratório de Informática, através de memorando interno, com provas anexadas para providência de medidas cabíveis.

IX - das Punições

Art 17º. O não cumprimento das normas deste regulamento aqui especificadas será penalizado de acordo com a sua gravidade conforme descrito abaixo e pelo ressarcimento de prejuízos e danos causados a infra-estrutura do Laboratório de Informática:

Advertência oral

Advertência escrita

Suspensão temporária dos direitos de utilização do Laboratório de Informática

Suspensão definitiva dos direitos de utilização do Laboratório de Informática;

Responsabilidades civis ou pessoais cabíveis dentro da lei.

X - dos Funcionários Responsáveis

Art 18º. Os funcionários responsáveis pelo Laboratório de Informática doCEUNI-FAMETRO têm como atribuições:

Prestar suporte técnico aos usuários no desenvolvimento das atividades acadêmicas que necessitem dos recursos do Laboratório de Informática;

Supervisionar e controlar o comportamento dos usuários e utilização dos equipamentos;
Zelar pela conservação e manutenção dos recursos computacionais;
Instalar e configurar recursos computacionais;
Prover manutenção dos recursos computacionais, salvo atividades que requeiram intervenção externa por profissionais ou empresas especializadas;

Art 19º. Não constituem atribuições dos funcionários:
Desempenhar funções de monitoria em atividades acadêmicas;
XI - dos Casos Omissos
Art 20º. Os casos omissos neste regulamento do Laboratório de Informática serão apreciados, em primeira e única instância, por uma comissão designada pela direção do CEUNI-FAMETRO.
Art 21º. Este regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

4.8.15 Regulamento do Núcleo Docente Estruturante do CEUNI-FAMETRO

CAPÍTULO I
Das considerações preliminares
Art. 1º. O presente Regulamento disciplina as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante – NDE – dos Cursos Superiores Tecnológicos, de Bacharelado e Licenciaturas do Centro UniversitárioCEUNI-FAMETRO.

Art. 2º. O Núcleo Docente Estruturante – NDE – é o Órgão Consultivo responsável pela concepção, consolidação e atualização do Projeto Pedagógico dos Cursos e de suas atualizações periódicas.

CAPÍTULO II
Das Atribuições
Art. 3º. São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:
a) elaborar, acompanhar a execução, propor alterações no Projeto Pedagógico do Curso e/ou estrutura curricular e disponibilizá-lo à comunidade acadêmica do curso para apreciação;
b) avaliar, constantemente, a adequação do perfil profissional do egresso do curso;

c) zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades acadêmicas;
d) indicar, formas de incentivo ao desenvolvimento de atividades de iniciação científica e extensão oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas pública relativas à área do conhecimento;
e) zelar pelo cumprimento das diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação;
f) propor, no PPC, procedimentos e critérios para a autoavaliação do curso;
g) propor os ajustes no curso a partir dos resultados obtidos na autoavaliação e na avaliação externa;
h) convidar consultores ad hoc para auxiliar nas discussões do projeto pedagógico do curso;
i) levantar dificuldades na atuação do corpo docente do curso, que interfiram na formação do perfil profissional do egresso;
j) propor programas ou outras formas de capacitação docente, visando formação continuada.

CAPÍTULO III
Da Constituição
Art.4º. O Núcleo Docente Estruturante será constituído:
a) por, no mínimo, cinco (5) professores pertencentes ao corpo docente do curso, incluído o coordenador do curso, como seu presidente;
b) por, pelo menos, sessenta por cento (60%) dos membros com titulação acadêmica de Mestre e/ou Doutor;
§ 1°. Todos os membros deverão em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, e pelo menos vinte por cento (20%) em tempo integral.
§ 2°. O Núcleo Docente Estruturante deverá ser constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso.

Art. 5º. A indicação dos representantes docentes será feita pelo Colegiado de Curso, e tomando como base os critérios definidos no Art. 4°.

Parágrafo único. Sendo o Núcleo Docente Estruturante um grupo de acompanhamento, seus membros devem permanecer por quatro (4) anos, com possibilidade de recondução, e adotada estratégia de renovações parciais, de modo a haver continuidade no pensar do curso.

CAPÍTULO IV
Das Atribuições do Presidente
Art. 6°. Compete ao Presidente do Núcleo Docente Estruturante:
a) convocar e presidir as reuniões, com direito a voto, inclusive de qualidade;
b) representar o NDE junto aos órgãos da instituição;
c) encaminhar as deliberações do Núcleo;
d) designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidido pelo NDE e um representante do corpo docente para secretariar e lavrar atas;
e) coordenar e promover a integração com os demais Colegiados e setores da Instituição.

Parágrafo único. Na ausência ou impedimento eventual do Coordenador do Curso, a presidência do Núcleo Docente Estruturante será exercida por docente por ele indicado.

Art. 7°. O Núcleo Docente Estruturante reunir-se-á, ordinariamente por convocação de iniciativa de seu Presidente, uma (1) vez por semestre, no início do período letivo, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros titulares.

Art. 8º. Todo membro do Núcleo Docente Estruturante tem direito à voz e voto, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

Art. 9°. Observar-se-á nas votações os seguintes procedimentos:
a) em todos os casos a votação é em aberto;
b) qualquer membro do Núcleo Docente Estruturante pode fazer consignar em ata expressamente o seu voto;
c) nenhum membro do Núcleo Docente Estruturante deve votar ou deliberar em assuntos que lhe interessem pessoalmente;
d) não são admitidos votos por procuração.

Art. 10. Após cada reunião lavrar-se-á a ata, que será discutida e votada na reunião seguinte e, após aprovação, subscrita pelo presidente e membros presentes.

Art. 11. As decisões do Núcleo Docente Estruturante serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes, e encaminhadas à análise e deliberação do Colegiado de Curso.

Art. 12. O membro que, por motivo de força maior, não puder comparecer à reunião justificará a sua ausência antecipadamente ou imediatamente após cessar o impedimento.

Parágrafo único. O membro que faltar, sem justificativa aceita, a duas (2) reuniões seguidas ou a quatro (4) alternadas, no período de doze (12) meses, será destituído de sua função.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Finais

Art. 13. Os casos omissos serão resolvidos pela Direção Geral ou órgão superior de acordo com a competência dos mesmos.

Art. 14. O presente Regulamento entra em vigor após aprovação do Conselho Maior.

Legislação Núcleo Docente Estruturante (anexadas)